



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS FACULDADE DE
CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
CURSO DE DOUTORADO**

DAIANE ALENCAR DA SILVA

**AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE REFORMA AGRÁRIA: DESDOBRAMENTOS
NO ASSENTAMENTO ITAMARATI EM PONTA PORÃ/ MS**

Dourados-MS
2018



DAIANE ALENCAR DA SILVA

**AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE REFORMA AGRÁRIA: DESDOBRAMENTOS
NO ASSENTAMENTO ITAMARATI EM PONTA PORÃ/ MS**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação – Doutorado em Geografia, da Faculdade de Ciências Humanas, da Universidade Federal da Grande Dourados como requisito final para a obtenção do título de Doutora em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Guillermo Alfredo Johnson

Dourados-MS
2018

FICHA CATALOGRÁFICA

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).

S586p Silva, Daiane Alencar Da

As políticas públicas de reforma agrária: desdobramentos no assentamento Itamarati em Ponta Porã/ MS / Daiane Alencar Da Silva -- Dourados: UFGD, 2018.

253f. : il. ; 30 cm.

Orientador: Guillermo Alfredo Johnson

Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados.

Inclui bibliografia

1. Reforma agrária. 2. Contrarreforma agrária. 3. Políticas públicas. I. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

©Direitos reservados. Permitido a reprodução parcial desde que citada a fonte.

**“AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE REFORMA AGRÁRIA: DESDOBRAMENTOS
NO ASSENTAMENTO ITAMARATI EM PONTA PORÃ/ MS”**

BANCA EXAMINADORA

TESE PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE DOUTORA

Presidente / Orientador
Prof. Dr. Guillermo Alfredo Johnson

1º Examinadora
Profª Drª Márcia Yukari Mizusaki

2º Examinador
Prof. Dr. Rodrigo Simão Camacho

3º Examinador
Prof. Dr. José Gilberto de Souza

4º Examinador
Prof. Dr. Bernardo Mançano Fernandes

Dourados, 12 de junho de 2018.

DEDICATÓRIA

*À família base e construtora de todas as coisas em nossa vida, com muito amor.
Aos avós Izabel e Roque Nogueira Alencar pelos ensinamentos da vida!
Ao Wagner Souza Goulart, amado companheiro dessa jornada!
Ao camponês que convivi pouco, mas o suficiente para ter a certeza de que conheci o saber fazer camponês – João Resena Goulart (in memoriam).*

AGRADECIMENTOS

É evidente que não estaria nesse momento da minha vida escrevendo os agradecimentos de minha tese de doutoramento se não fosse a insistência da minha família pelos estudos desde a infância. A primeira recomendação de minha avó materna, que só escrevia o nome e conhecia as quatro operações aritméticas, era fazer a tarefa ao chegar da escola. Sem televisão, sem brincadeiras com as vizinhas, sem bonecas. A mesa da sala de jantar era destinada a esse fim. Então, os agradecimentos iniciais são a eles, família que pelo incentivo e apoio propiciaram este momento. E para não incorrer em injustiças, sintam-se todos agradecidos: minha mãe, irmãs, tios e tias, padrinhos, primos...!

Em segunda instância, agradeço a todos aqueles que participaram dessa jornada: amigos, colegas da pós-graduação, colegas de profissão, coordenadores dos cursos nos quais ministrei aulas, acadêmicos e servidores da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul e Universidade Federal da Grande Dourados.

Aos amigos pelas gargalhadas que compartilhamos algumas mais alcoólicas e necessárias a distração do corpo e da mente. Agradeço as amigas Veri e Lia pelas palavras gentis e o carinho de sempre, aos amigos e vizinhos Jake e Balão (e o recém chegado Theo). As colegas “de casa”, pela vivência nesses últimos meses Andréia e Carol, obrigada pela compreensão e palavras de apoio.

Aos colegas da pós-graduação que se fizeram presentes nessa caminhada acadêmica Gilson, Fabinho, Bruno, Lucas Anastasio, Barbara entre outros. Aos amigos e compadres companheiros de longa jornada Danielle e Anderson (Cuca) e Maria Eduarda (com muito amor), Sr. Osmar e D. Maria Izabel presentes nessa caminhada, Aline e João Vitor (com muito amor). As queridas Rosa Decian e Adriana Sangalli pelo convívio e o carinho desde o início dessa jornada. À Vera Marinho, sem palavras para agradecer o apoio incondicional em todos esses anos.

Ao amigo e orientador Guillermo e sua companheira, querida Gorete, obrigada pelo conhecimento repassado, pelo carinho, atenção e apoio em todos os momentos. De risos e descobertas geográficas pelos Andes... Serão sempre amados e recordados!

Carinhosamente aos acadêmicos do curso de graduação em Turismo – UEMS/Dourados e Geografia – UEMS/Campo Grande, e suas respectivas coordenações pela compreensão e apoio. E nesse embalo, as minhas orientandas, especialmente, Josiane Bezerra e Silvana Piva que me aproximaram do Assentamento Itamarati por

meio de suas pesquisas de TCC, foi uma grande satisfação compartilhar com vocês essa experiência.

Aos moradores do assentamento Itamarati, pois sem eles essa pesquisa não teria o porquê de existir. Aceitem como uma pequena contribuição daquela que não passou e nem passa pelo cotidiano do assentamento, mas que de alguma forma tentou contribuir para levar ao ambiente acadêmico e a sociedade uma pequena amostra da urgência e necessidade da racionalidade camponesa através da reforma agrária, como maneira de sobrevivência e de garantir a soberania alimentar dos povos. A Ana Carla e Sérgio, e suas pérolas Muiara, Júlia e Clara, por nos receber com tanto carinho, sorriso e apreço.

Pelos assentados do Itamarati I e II, pelos quais cruzamos caminho, numa parada para um salgado, ou no ponto para almoçar, ou só para informar o caminho certo, pois em meio às estradas da vida e do assentamento, às vezes achamos estar perdidos... Pelo suco refrescante, pelo bolo, pelo almoço, jantar, café da manhã, por tudo que nos foi oferecido de bom grado nos dias que estivemos no assentamento.

Agradeço ao apoio financeiro recebido durante o período da pesquisa pela Fundação de Apoio ao Desenvolvimento no Ensino, Ciência e Tecnologia do Estado de Mato Grosso do Sul (FUNDECT) e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) que foram de suma importância para o aprimoramento da pesquisa através das bolsas de estudo. À Universidade Federal da Grande Dourados, especialmente a Faculdade de Ciências Humanas na qual tenho realizado minha jornada acadêmica desde fevereiro de 2005, na graduação em Geografia, aos docentes e técnicos, muito obrigada!

E já direcionando aos “finalmentes”, não tem como deixar de citar uma conversa informal que tive com uma colega de universidade, nos corredores da FCH, quando ela me disse “Daiane, chega um momento na escrita do texto que tudo é mais importante, até lavar um tênis – seguido de risos”. Isso mesmo Jussara, há dias em que a tese está lá, aberta no computador, sobre a mesa, pronta para receber alguns parágrafos, mas qualquer coisa é mais interessante e extremamente urgente como podar alguns galhos de uma floreira, lavar um calçado, fazer um tratamento caseiro estético no rosto, testar uma receita nova de chá (que é para o bom funcionamento do corpo e assim, ajudar a escrever melhor), aguar as plantas do quintal, e já que estamos lá, por que não fazer mudinhas novas? fotografar os felinos brincando no quintal, afinal de contas o tempo passa tão rápido e já não lembraremos como eram quando pequenos, e já que estamos no quintal ainda, colher algumas acerolas, dar uma olhadinha no maracujá, e no mamão,

e em qualquer coisa que pareça mais urgente do que deixamos sob a mesa, limpar as hélices empoeiradas do ventilador, e já que estamos na limpeza, dar uma passadinha de pano na casa, só no meio mesmo, para não demorar muito e perder tempo, pois a tese está lá, esperando... esperando...

Realmente não é um processo fácil, descomplicado e rápido. Ninguém diz os pormenores quando entramos no Programa. Mas também ninguém disse que seria fácil. Não foi fácil, foi absolutamente repleta de desafios, obstáculos profissionais, pessoais, emocionais, racionais e tudo mais que possa parecer. Nesses quatro anos tanta coisa aconteceu além da tese, mas ela tinha que ficar pronta. E aí está. Segue para mim e para todos que fizeram parte do processo. Muito obrigada!

RESUMO

A atual conjuntura brasileira nos incentivou a realizar essa pesquisa propondo o debate sobre a importância da reforma agrária e a reprodução camponesa como alternativa ao modelo vigente e dominante, considerando nessa análise a contraposição ao paradigma que pressupõe o fim do campesinato e a adesão do camponês ao agronegócio. Nessa perspectiva nossa pretensão com a pesquisa é contribuir com a compreensão de como o Estado tem atuado no sentido de promover a reforma agrária através das políticas públicas, destinando linhas de crédito que incentivam a produção no campo. Temos como ponto de análise o assentamento rural Itamarati I, localizado no município de Ponta Porã, na fronteira Brasil e Paraguai. Dessa forma, analisar a reforma agrária, o papel do Estado e as políticas públicas possui uma relevância social de interesse tanto aos camponeses quanto aos simpatizantes da causa e da classe. O desafio de pesquisar reforma agrária está atrelado a repensar o formato assumido pelo Estado, principalmente através das políticas públicas que orientam para um caminho que não condiz com as necessidades e ideais da luta camponesa. Para alcançar nossos objetivos utilizamos como procedimentos metodológicos inicialmente uma revisão e aprofundamento bibliográfico, visando construir um arcabouço teórico de discussão sobre o tema e, posteriormente, numa segunda etapa realizamos a pesquisa de campo, através da visita ao assentamento em momentos variados, entre os meses de novembro a fevereiro. Nessas visitas, entrevistamos os assentados do Itamarati I assim como um técnico em Desenvolvimento Rural da Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural – AGRAER, localizada dentro do assentamento. Através das entrevistas pudemos perceber que os relatos apresentados pelos camponeses iam ao encontro ao conteúdo revisado, principalmente no que se relaciona a percepção sobre camponês e campesinato, reforma agrária e políticas públicas de incentivo a produção. Dessa maneira, chegamos a conclusão que os camponeses possuem consciência da sua sujeição ao mercado externo através da produção de *commodities*, assim como permanecem distantes do Estado e dependentes das políticas públicas que subordinam o camponês. Como propomos no texto, acreditamos que a política de reforma agrária ocorrerá através da organização dos camponeses em movimentos sociais ou em partidos políticos, realizando a ruptura com o Estado capitalista para com isso possibilitar a reforma agrária camponesa.

Palavras-chave: Reforma agrária; contrarreforma agrária; políticas públicas; campesinato; Estado.

ABSTRACT

The current Brazilian context encouraged us to carry out this research by proposing the debate on the importance of agrarian reform and peasant reproduction as an alternative to the dominant and dominant model, considering in this analysis the counterposition to the paradigm that presupposes the end of the peasantry and the peasants' agribusiness. From this perspective our pretension with the research is to contribute with the understanding of how the State has acted to promote agrarian reform through public policies, allocating lines of credit that encourage production in the field. We have as a point of analysis the Itamarati I rural settlement, located in the municipality of Ponta Porã, on the border between Brazil and Paraguay. Thus, analyzing agrarian reform, the role of the State and public policies has a social relevance of interest both to peasants and supporters of cause and class. The challenge of researching agrarian reform is related to rethinking the format assumed by the State, mainly through public policies that guide a path that does not meet the needs and ideals of peasant struggle. In order to reach our objectives, we used as methodological procedures initially a review and bibliographical deepening, aiming to construct a theoretical framework of discussion on the subject and, later, in a second stage we conducted the field research, through the visit to the settlement at various times, between the months from November to February. During these visits, we interviewed the settlers of Itamarati I as well as a technician in Rural Development of the Agency of Agrarian Development and Rural Extension - AGRAER, located within the settlement. Through the interviews we could see that the reports presented by the peasants were in agreement with the revised content, mainly in what relates the perception on peasants and peasants, agrarian reform and public policies to encourage production. In this way, we conclude that peasants are aware of their subjection to the external market through the production of commodities, as well as remain distant from the state and dependent on the public policies that subordinate the peasantry. As we propose in the text, we believe that the policy of agrarian reform will occur through the organization of peasants in social movements or political parties, making a break with the capitalist state in order to enable peasant agrarian reform.

Keywords: Agrarian reform; agrarian counter-reform; public policy; peasantry; State.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Gráfico sobre os investimentos na Agricultura Familiar pelo Plano Safra (2015/2016).....	82
Figura 2. Plano Safra 2014/2015.	88
Figura 3. Plano Safra 2015/2016.	88
Figura 4. Plano Safra 2016/2017.	88
Figura 5. Plano Safra Plurianual 2017/2020.	88
Figura 7. PAP 2015/2016.....	89
Figura 8. PAP 2016/2017.....	89
Figura 9. PAP 2017/2018.....	89

LISTA DE FOTOS

Foto 1. Faixa do MST reivindicando reforma agrária na visita do Lula ao assentamento Itamarati.	121
Foto 2. Faixa do MST/ MS reivindicando reforma agrária popular durante a visita do Lula ao assentamento Itamarati.	121
Foto 3. Placa referente a origem de recursos financeiros doados para reforma de uma das casas da antiga sede da Fazenda Itamarati.....	140
Foto 4. Residência dos missionários da igreja católica, antiga casa dos pilotos da Fazenda Itamarati.....	140
Foto 5. Fachada da antiga sede da Fazenda Itamarati.....	141
Foto 6. Local destinado ao bar da sede da Fazenda Itamarati.	142
Foto 7. Acesso ao piso superior da sede da Fazenda Itamarati.....	142
Foto 8. Sede da Fazenda Itamarati e as passarelas de acesso.	143
Foto 9. Passarelas de acesso entre várias construções na sede da Fazenda Itamarati.	143
Foto 10. Local de lazer da sede da Fazenda Itamarati, com piscina destinada ao cultivo de peixes atualmente.....	144
Foto 11. Estrutura interna do refeitório dos funcionários da Fazenda Itamarati.	144
Foto 12. Pivô em lavoura de soja. Assentamento Itamarati I.	157
Foto 13. Pivô no assentamento Itamarati I.	157

Foto 14. Entrada do Núcleo de Resistência Eldorado dos Carajás (Grupo 17) pela estrada do assentamento Itamarati.	178
Foto 15. Entrada na agrovila do Grupo 17 do MST.	178
Foto 16. Área de convívio social, lazer e espaço de reuniões do Grupo 17 do MST.	179
Foto 17. Horta coletiva no Grupo coletivo 17 do MST, assentamento Itamarati.	186
Foto 18. Ordenhadeira mecanizada do Grupo coletivo 17 do MST, assentamento Itamarati.	193
Foto 19. Destaque para loja de material de construção no núcleo urbano do assentamento Itamarati I.	206
Foto 20. Loja de material de construção presente na área do núcleo urbano do assentamento Itamarati I.	206
Foto 21. Notícia em jornal assentados do Itamarati que reclamam sobre morosidade do Banco do Brasil.	208

LISTA DE QUADRO E TABELA

Quadro 1 – Brasil: produção camponesa versus produção latifundiária (2006).....	80
Quadro 2 – Valores referentes aos investimentos em linhas de crédito para o Plano Safra e o Plano Agrícola e Pecuário – PAP.....	85
Tabela 1 – Dados comparativos da Fazenda Itamarati entre as décadas de 1980 e 2000.	145

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Localização da Fazenda Itamarati em Ponta Porã/ MS	148
Mapa 2 – Localização do assentamento Itamarati I no município de Ponta Porã/ MS	152
Mapa 3 – Unidades de irrigação no assentamento Itamarati I.....	159
Mapa 4 – Espacialização das organizações de trabalhadores no assentamento Itamarati I.....	162
Mapa 5 – Associação dos Moradores e Ex-Funcionários da Fazenda Itamarati – AMFFI	164
Mapa 6 – Central Única dos Trabalhadores – CUT.....	169

Mapa 7 – Federação dos Trabalhadores na Agricultura – FETAGRI	172
Mapa 8 – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra – MST	175

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
1. A QUESTÃO CAMPONESA	24
1.1 <i>Camponês e Campesinato</i>	24
1.2 <i>Elementos característicos do ethos camponês</i>	34
1.3 <i>Paradigmas em questão: a questão agrária e o capitalismo agrário</i>	46
1.4 <i>A permanência e luta camponesa pela terra</i>	54
2. O PAPEL DO ESTADO E OS CAMPONESES.....	61
2.1 <i>O Estado, Território e as Políticas Públicas</i>	61
2.2 <i>A política do agronegócio e a invisibilidade camponesa</i>	76
3. REFORMA E CONTRARREFORMA AGRÁRIA.....	93
3.1 <i>Política de Reforma Agrária ou Política de Reforma Agrária de Mercado (RAM)?</i>	93
3.2 <i>Reforma Agrária ou integração aos Complexos Agroindustriais?</i>	122
4. ASSENTAMENTO ITAMARATI: POSSIBILIDADES PARA CONSTITUIÇÃO DE UM TERRITÓRIO CAMPONÊS?	137
4.1 <i>Contribuições analíticas a partir do território do Assentamento Itamarati I</i>	137
4.2 <i>A Presença da racionalidade camponesa no Assentamento Itamarati I – desafios da permanência.....</i>	150
4.2.1 <i>Associação dos Moradores e Ex-Funcionários da Fazenda Itamarati – AMFFI</i>	163
4.2.2 <i>Central Única dos Trabalhadores – CUT</i>	167
4.2.3 <i>Federação dos Trabalhadores na Agricultura – FETAGRI.....</i>	171
4.2.4 <i>Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra – MST.....</i>	174
4.2.4.1 <i>Grupo Coletivo Núcleo de Resistência Eldorado dos Carajás – MST.....</i>	176
5. DESAFIOS E PERSPECTIVAS DA REFORMA AGRÁRIA NO ASSENTAMENTO ITAMARATI.....	185
5.1. <i>Sujeição da renda da terra ao capital ou forma de resistência camponesa no assentamento Itamarati?.....</i>	185
5.1.1. <i>Empecilhos à resistência camponesa</i>	198
5.2. <i>A Reforma agrária que (não) aconteceu no Assentamento Itamarati</i>	221
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	233
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	239

APÉNDICE 251

INTRODUÇÃO

Tratar de reforma agrária na atualidade tornou-se complexo e delicado, exigindo dos que se dispõem a tal empreitada muito empenho e discernimento, além de disposição para os embates contrários que surgem à temática. Discutir reforma agrária é quase uma postura de vida, onde os que visualizam possibilidades de um projeto, mesmo embutido de desafios e empecilhos, devem estar preparados para serem massacrados pelo discurso dos que há muito já estipularam sua incompatibilidade econômica, social, política e ideológica no cenário nacional designando assim o seu fim.

Mesmo fim esse, que teria por destino certo e irrevogável os camponeses. A mola propulsora da reforma agrária, por esse viés, não condiz com as exigências do cenário produtivo atual, por certo existem apenas dois caminhos para esses sujeitos perdidos no tempo: integrar-se ao modelo vigente ou, diluir-se nas entranhas desse sistema, desaparecendo por completo.

O direcionamento que assistimos no país impulsiona tais ideais à sociedade, exigindo a completa aderência dos preceitos estipulados pelo sistema dominante como única alternativa viável para o desenvolvimento do país. E nesse sentido, assistimos as investidas não somente do capital, mas essencialmente do Estado, nos direcionamentos das políticas públicas. Então, outro desafio para discutir a reforma agrária diz respeito ao papel do Estado e das políticas públicas na promoção do campesinato e da produção da agricultura capitalista, pautado no agronegócio.

Nessa conjuntura buscamos realizar na pesquisa o debate sobre a importância da reforma agrária e da reprodução camponesa como alternativa ao modelo vigente e dominante, considerando nessa análise a contraposição ao paradigma que pressupõe o fim do campesinato e a adesão do camponês ao agronegócio. Sendo necessário para isso, contrapor alguns pesquisadores que enxergam nessa alternativa um modelo de atraso no campo e, que em nada se assemelha as necessidades da população e da estrutura fundiária do país. A reforma agrária nesse sentido, não condiz com as atuais necessidades servindo apenas para criar assentamentos que se assemelham a “favelas rurais”, onde o modelo distributivista de terras não corresponde nem a estrutura fundiária nem a modernização das técnicas de produção e investimentos no campo, ou seja, a reforma agrária estaria disseminando a pobreza para o campo, afirmam alguns.

Esse trabalho visa analisar e defender justamente o oposto desse paradigma, pois acreditamos que a reforma agrária camponesa pode ser a única possibilidade de retorno a terra por parte dos camponeses excluídos e expropriados no processo de modernização da produção no campo. Mas esse posicionamento nos coloca frente a embates ideológicos, políticos e econômicos, que serão descritos no decorrer do texto. O que de antemão podemos assinalar é que o contexto político do país não favorece há muito tempo a reforma agrária para os camponeses, promovendo uma agricultura responsável com as questões ambiental, social e econômica das famílias envolvidas, assim como a diversidade produtiva e acessibilidade aos mercados consumidores. Entretanto, a reforma agrária de mercado tem caminhado a passos largos, com apoio e incentivo de organizações mundiais, a exemplo do Banco Mundial, e incentivo do próprio Estado e sucessivos governos através das políticas públicas. Tal reforma agrária impulsiona o mercado de terras no país, a especulação e a orientação para produção de *commodities*. Estes, que atuam em duas frentes, de um lado promovem o agronegócio e a manutenção das relações comerciais, principalmente exportação de *commodities* e, de outro, limitando os incentivos a (re) produção camponesa por dois caminhos: primeiro pela reforma agrária de mercado e segundo pelas políticas de incentivo à produção que buscam subordinar o camponês ao invés de lhe provê autonomia.

Durante a elaboração da pesquisa nos deparamos com leituras e acontecimentos políticos que reforçam a existência desses caminhos contraditórios, porém, somente na realização do trabalho de campo conseguimos apreender o sentido efetivo daquilo que lemos e vimos acontecer. Os desafios diários da produção e reprodução social camponesa demonstram as investidas do Estado, que se mostram favoráveis às engrenagens provindas do capital. As dificuldades enfrentadas pelos camponeses estão descritas no texto, mas a complexidade desses desafios é tão intensa que por palavras e frases talvez não seja possível assimilá-las. A pesquisa de campo auxiliou não somente na obtenção dos dados e informações, assim como a captura de imagens, mas essencialmente, nos proporcionou conhecer a realidade *in loco*, e não através das leituras e divulgação pela mídia – do que se quer divulgar. *In loco* percebemos não só as dificuldades, impostas pelo próprio Estado, mas ressalta o convívio, o cotidiano da vivência, a expectativa por dias melhores e a preocupação diante da conjuntura política pela qual o país atravessa.

Quando conhecemos a realidade do assentamento Itamarati I, localizado no município de Ponta Porã, região sul do estado de Mato Grosso do Sul, na faixa de

fronteira Brasil-Paraguai, de forma alguma podemos associa-lo à “favela rural” como descrita por alguns. Não há semelhanças com o contexto da favela. O que vimos foi a simplicidade dos modos de vida e produção, as hortas, os pomares, o leite e o queijo, as galinhas e porcos, muitas vezes soltos no quintal ao redor da casa. Vimos também a resiliência presente no olhar e nas palavras.

Os camponeses são submetidos às mais diferentes adversidades como demonstraremos no texto, mas ainda assim, conseguem permanecer na terra, produzindo e se reproduzindo. Se buscarmos comparar a ideia de sucesso ou progresso imposta pelo sistema dominante através da figura do empresário rural, não há critérios de comparação com os camponeses. Os parâmetros nem de longe se orientam pelos mesmos ideais. Basta analisar por uma condição central: a terra. O empresário rural vê na posse da terra um meio de auferir lucro, rentabilidade. Sua ligação está pautada somente através da questão econômica. O camponês, por sua vez, possui outra forma de pensamento e relação com a terra, esta representa sua autonomia, através do trabalho dedicado torna-se sua fonte de renda, de alimentação e de reprodução social e familiar.

Dessa forma, analisar a reforma agrária, o papel do Estado e as políticas públicas possui uma relevância social de interesse tanto aos camponeses quanto aos simpatizantes da causa e da classe. O desafio de pesquisar reforma agrária está atrelado a repensar o formato assumido pelo Estado, principalmente através das políticas públicas que orientam para um caminho que não condiz com as necessidades e ideais da luta camponesa.

Nossa premissa maior é que o Estado não promove reforma agrária camponesa, pois as políticas públicas que destinam linhas de crédito de incentivo a produção para os camponeses não são suficientes para atender as necessidades e promover tal reforma, como veremos a seguir.

Ora, nesse sentido podemos afirmar que temos um Estado que promove e incentiva a produção de *commodities* em detrimento da produção de alimentos básicos para a população e que não realiza a reforma agrária camponesa, mas sim, amplia a reforma agrária de mercado, onde conseqüentemente o mercado toma as rédeas da distribuição de terra e do seu uso. Dessa forma, como podemos então falar de Estado e políticas públicas de incentivo a produção para os camponeses? Eis nosso maior desafio, avançar no sentido de compreender a atuação do Estado na promoção da reforma agrária através das políticas públicas que destinam linhas de crédito para

produção, tendo como ponto de análise o assentamento Itamarati I, na fronteira Brasil e Paraguai.

Para isso, utilizamos percursos que nos direcionaram a compreensão dos fatos e elementos existentes nessa análise, como a concepção e definição de camponês e campesinato dentro do contexto brasileiro, ao mesmo tempo considerando a participação de autores que pesquisam fora do Brasil; a análise da conjuntura do Estado, tendo como recorte o governo do Partido dos Trabalhadores (PT); a abrangência e disponibilização das políticas públicas voltadas ao campo brasileiro, levando em conta as políticas para o agronegócio e para os camponeses ou agricultura familiar, como denominam; a caracterização do período histórico e social brasileiro, relacionando a estrutura fundiária ao modelo vigente, servindo de base para a atual conjuntura.

Nesse contexto, foram necessários procedimentos metodológicos que auxiliassem no desenvolvimento da pesquisa, da maneira mais eficiente possível para sua concretização. Utilizamos então, alguns procedimentos, descritos a seguir: primeiramente, visando construir um arcabouço teórico de discussão sobre o tema, realizamos o levantamento de referenciais bibliográficos que constituem a base do trabalho. Através das disciplinas cursadas na Pós-Graduação, entre 2014 e 2015, conseguimos ampliar esse referencial de leitura e aprofundamento teórico. A contribuição das disciplinas: Estado e Políticas Públicas, Agricultura, Logística e Dinâmica Regional, Geografia e Agroecologia – contextos e interfaces e, Movimentos Sociais e Conflitos no campo foram essenciais para a construção teórica da temática e das variáveis existentes quando o assunto é Estado, políticas públicas, movimentos sociais, reforma agrária e produção rural.

Eventos de natureza científica também foram sumamente importantes para a constituição dos elementos que permearam a elaboração do trabalho, a participação em Grupos de Trabalhos (GTs) tornaram-se fontes de diálogos e socialização dos questionamentos e das contribuições, que em determinados momentos nos foram cruciais na pesquisa. Assim como a participação no lançamento do Jornal LEDUC, promovido pelo curso de Licenciatura em Educação do Campo da Universidade Federal da Grande Dourados, em fevereiro de 2018, com a presença da Irmã Olga Manosso, que atua no assentamento, sendo uma referência sobre os movimentos e a constituição do mesmo. Esse momento foi importante, pois nos aproximou dos discursos dos próprios camponeses, nesse caso, estudantes de diferentes regiões do estado do Mato Grosso do

Sul. Acompanhar de perto a luta pela causa reforça a necessidade de discutir e promover de alguma maneira a resistência camponesa.

Cabe ressaltar que há algum tempo venho desenvolvendo pesquisas na área de assentamentos rurais, mais precisamente desde a primeira iniciação científica, no ano de 2006/2007, sendo prorrogada (2007/2008) e posteriormente, a elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso (2008). Na Pós-Graduação¹ a discussão se aproximou das alternativas de resistência camponesa no assentamento, permitindo um maior convívio com as famílias assentadas e a compreensão da dinâmica do local.

Numa segunda etapa realizamos a pesquisa de campo, através da visita ao assentamento em momentos variados, entre os meses de novembro a fevereiro. Nessas visitas, entrevistamos os assentados da Itamarati I assim como um técnico em Desenvolvimento Rural da Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural – AGRAER, localizada dentro do assentamento Itamarati. A escolha dos entrevistados tem como critério a aproximação inicial com um membro do assentamento que nos direcionou a outros camponeses que estão envolvidos diretamente com questões de políticas públicas, os quais já foram ou ainda são dirigentes locais de alguns setores/ “cargos” dentro do assentamento e grupo a que pertencem.

Em relação aos grupos, o assentamento Itamarati I possui quatro tipos de organizações e movimentos, sendo eles: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), Central Única dos Trabalhadores (CUT), Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETAGRI) e Associação dos Moradores e Ex-Funcionários da Fazenda Itamarati (AMFFI). Optamos inicialmente por entrevistar um assentado de cada organização/ movimento, porém, com o trabalho de campo observamos algumas peculiaridades no grupo coletivo do MST, o que nos levou a entrevistar quatro assentados do mesmo grupo.

As entrevistas foram realizadas no ambiente dos próprios assentados, casa, na varanda, no escritório, na roça, na faculdade, o que nos permitiu uma aproximação do cotidiano vivenciado por eles. As entrevistas foram gravadas com autorização prévia dos mesmos, explicando que para absorver melhor as informações, a gravação seria adequada no momento de transcrevê-las. Todos autorizaram suas falas para divulgação das informações prestadas, entretanto, acreditamos ser conveniente não revelar suas

¹ “A produção territorial e as formas de resistência no assentamento rural Sul Bonito em Itaquiraí/ MS”. Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD, Dourados – MS, 2011. (Dissertação de Mestrado).

identificações, no que diz respeito a nome e localização do lote. Informaremos apenas o grupo a que pertencem assim como o movimento ou organização no qual estão inseridos.

Para a entrevista levamos um roteiro previamente elaborado com questões fundamentais para obtenção das informações que buscávamos. No entanto, fizemos um roteiro teste, inicialmente aplicado a dois assentados. Observamos a presença de algumas questões desnecessárias, pois acabavam sendo respondidas em outro contexto. As entrevistas foram abordadas como uma conversa, assim outras questões importantes para atingir os objetivos propostos foram sendo acrescentadas na entrevista à medida que foi executada, tanto por nós, quanto pelos próprios assentados.

Decidimos abordar no decorrer do texto a descrição dos assentados acompanhada pela letra “A” em representação a assentado, e o número de 1 a 9, de acordo com a ordem da realização das entrevistas, sendo assim, primeiro entrevistado identifica-se como A1, o segundo A2 e assim sequencialmente.

A escolha em não revelar suas identidades, mesmo obtendo a liberação para isso, se faz coerente tendo em vista a não exposição dos entrevistados perante o público leitor, e com isso, evitando possíveis retaliações sobre as informações prestadas, principalmente pelo teor político do que nos foi exposto. Nossa intenção é não constranger aqueles que nos abriram suas casas e destinaram algumas horas do seu dia para nos receber e acolher. Buscamos apenas usar das fontes orais para embasamento empírico e conhecimento das necessidades que só poderíamos obter através dos envolvidos no processo.

Permitindo ao leitor acompanhar e compreender o contexto dos entrevistados, optamos por apresentar as informações referentes ao grupo a que pertencem, pois podem ser relevantes durante a leitura. Reforçando que entrevistamos um técnico da AGRAER, localizada dentro do assentamento Itamarati II.

Assentado 1 (A1) morador da AMFFI (Associação dos Moradores e Ex-Funcionários da Fazenda Itamarati).

Assentado 2 (A2) morador do Grupo Coletivo Núcleo de Resistência Eldorado dos Carajás, pertencendo ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra – MST.

Assentado 3 (A3) morador do Grupo Coletivo Núcleo de Resistência Eldorado dos Carajás, pertencendo ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra – MST.

Assentado 4 (A4) morador do Grupo 12 do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra – MST.

Assentada 5 (A5) moradora do Grupo Coletivo Núcleo de Resistência Eldorado dos Carajás, pertencendo ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra – MST.

Assentada 6 (A6) moradora do Grupo Coletivo Núcleo de Resistência Eldorado dos Carajás, pertencendo ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra – MST.

Assentado 7 (A7) morador do Grupo Novo Eldorado da organização Central Única dos Trabalhadores – CUT.

Assentado 8 (A8) morador da organização Federação dos Trabalhadores na Agricultura – FETAGRI.

Assentado 9 (A9) morador da Associação dos Moradores e Ex-Funcionários da Fazenda Itamarati – AMFFI.

Nas entrevistas utilizamos gravador de voz, máquina fotográfica e agenda de anotações, como instrumentos para coleta das informações, servindo de base para anotações de questões relevantes que surgiam no decorrer da entrevista, facilitando a pesquisa posterior. A definição sobre o universo de amostragem deu-se a partir dos interesses da pesquisa, sendo assim, perante o objetivo do trabalho escolhemos entrevistar um assentado de cada movimento e organização presentes no assentamento Itamarati I e um técnico da AGRAER, com parecer técnico que pudesse auxiliar na compreensão de processos relacionados às liberações das linhas de crédito e acesso às políticas públicas.

Chamou-nos atenção as características presentes no Núcleo de Resistência Eldorado dos Carajás – MST, onde entrevistamos mais assentados pertencentes ao grupo na busca por compreender com mais afinco os desafios que o grupo enfrenta por ser totalmente pautado no sistema coletivo de produção e moradia. Tendo em vista a proposta do projeto modelo de assentamento para o Itamarati, fez-se necessário esse redirecionamento para o grupo em questão, pois este representa o único organizado em sua totalidade pelo projeto coletivo.

Sustentando a ideia de que a pesquisa só é possível porque conta com a participação dos entrevistados, optamos por expô-las conforme foram pronunciadas, na íntegra, não havendo manipulação de informações ou correções que se fariam necessárias em caso de ortografia e concordância verbal. Algumas inclusive são demasiadas longas, mas por entendermos que constituem um contexto e, portanto, deixamos nesse formato.

Orientamos a pesquisa em cinco capítulos que serão descritos a seguir. No capítulo inicial buscamos discutir algumas abordagens de diferentes autores sobre a

compreensão do camponês e do campesinato, a partir da premissa de que essa questão é inerente ao atual sistema capitalista e, portanto, necessária de debates e enfrentamentos.

No capítulo II trazemos uma análise sobre as políticas públicas propostas pelo Estado brasileiro para o campesinato, levando em consideração a necessidade de discutir as diretrizes e processos de constituição de tais políticas, que em suma, devem priorizar a reprodução social do campesinato, mas que na prática, tem apresentado outros direcionamentos.

Para o capítulo III destinamos a reflexão pautada em torno de dois processos contraditórios sobre os rumos da reforma agrária no país: de um lado a reforma agrária, que daria bases para a reprodução camponesa e, de outro, a chamada contrarreforma agrária, ou reforma agrária de mercado, orientada por ações estratégicas internacionais para consolidar o modelo hegemônico de produção capitalista. Nesse sentido, avançamos em discutir a estrutura existente como pano de fundo para projetos mais amplos voltados a interesses externos.

O capítulo IV traz uma abordagem referente ao assentamento Itamarati, localizado no município de Ponta Porã, estado de Mato Grosso do Sul, dando destaque ao assentamento Itamarati I, foco da pesquisa. Busca-se aqui, caracterizar o território, através da infraestrutura existente, dos grupos presentes no local e da relação entre o modo de produção adotado no assentamento com as políticas públicas de incentivo a reforma agrária.

No último capítulo V é proposta uma reflexão sobre a emblemática sujeição da renda da terra ao capital no assentamento rural, onde pressupomos que tal sujeição pode ser a forma de resistência encontrada pelos assentados da Itamarati para permanecerem na terra.

Todos os capítulos foram previamente estipulados, porém seus subitens foram sendo reajustados de acordo com o andamento da pesquisa. A inserção de tópico para apresentar a realidade camponesa através dos empecilhos gerados à sua resistência, por exemplo, foi uma surpresa indesejada. No início da pesquisa não tínhamos a noção de todos os fatores existentes para que a reprodução camponesa fosse minada. Entretanto, acreditamos que dar visibilidade a esses desafios é também uma forma de resistência.

1. A QUESTÃO CAMPONESA

“[...] para compreender o que ‘são’ os camponeses, devemos compreender o que e como pensamos sobre eles”.
(Teodor Shanin, 1980, p.71)

Nesse capítulo inicial buscamos discutir algumas abordagens de diferentes autores sobre a compreensão do camponês e do campesinato, a partir da premissa de que essa questão é inerente ao atual sistema capitalista e, portanto, necessária de debates e enfrentamentos. Não está superada, como muitos discursos apontam.

1.1 *Camponês e Campesinato*

A discussão sobre campesinato no país tem sido incansavelmente abordada por diversos teóricos e pesquisadores, de várias áreas do conhecimento, buscando expor as condições do modo de vida e produção dos camponeses, assim como sua possível “extinção” ou “perpetuação” perante o atual cenário do campo brasileiro. A partir dessa realidade, nos propomos a questionar a pertinência do uso do conceito de camponês como forma de descrever e analisar esse sujeito e suas características, mediante as novas realidades da questão agrária brasileira.

Tal debate é considerado por algumas linhas de pesquisa como leituras ultrapassadas, arcaicas, um debate que não se faz mais necessário na academia, visto que esse conceito já foi superado e aniquilado pela modernização, atrelada à ideia de agricultura familiar, voltada para atender o sistema vigente, como forma de perpetuar as raízes e necessidades atuais do mercado agrícola capitalista. Porém, o posicionamento que defendemos nessa pesquisa é justamente contrapor essa análise, considerada causa perdida. Acreditamos que a discussão sobre a questão agrária não é ultrapassada, para isso basta observar a intensidade dos debates travados sobre o tema, desde a academia, passando pelos movimentos sociais no campo até as decisões governamentais.

Nesse sentido, observamos que o próprio uso do termo camponês, como explica Sabourin (2009), foi banido do vocabulário oficial após a repressão militar de 1964 que deu fim à experiência das primeiras organizações de pequenos produtores e trabalhadores rurais autônomos: as Ligas Camponesas. Assim como outras tentativas de suprimir os camponeses, através da criação e utilização de novos termos que os substituem nas políticas públicas e cartilhas de desenvolvimento rural, até mesmo nos

próprios movimentos sociais de luta pela terra, que aderem a termos “mais aceitos” para se relacionarem com a população camponesa.

Assinalamos a observação de Marques (2008) sobre o desafio que se coloca ao repensar o campesinato, mediante a aceleração dos processos de mudança e das inúmeras adaptações pelas quais os camponeses têm passado e que os tem tornado ainda mais difíceis de serem compreendidos, nos estudos atuais.

Para Marques (2008b, p.58) o conceito de camponês permite apreender a complexidade do sujeito histórico que designa, diferentemente do que ocorre com outros conceitos como os de pequena produção e agricultura familiar. Ou seja, o campesinato é entendido como “uma classe social e não apenas como um setor da economia, uma forma de organização da produção ou um modo de vida”. A autora explora assim, o conceito de camponês enquanto uma classe social e um modo de vida específico, baseada nos debates teóricos realizados entre as tradições marxistas e populistas russas, sobre o desenvolvimento do capitalismo na agricultura, tendo como importante referência Teodor Shanin. Dessa forma,

[...] enfatizamos a especificidade da lógica da economia camponesa, que produz visando a satisfação das necessidades da família, e reafirmamos a sua flexibilidade e capacidade de adaptação, o que tem permitido seu ajuste a níveis de remuneração mais baixos em conjunturas desfavoráveis (MARQUES, 2008, p.69).

Ressalta-se a necessidade de observar atentamente a capacidade de adaptação e flexibilidade do sujeito camponês frente às transformações que ocorrem no campo. A capacidade de adaptação da qual a autora relata precisa ser observada quando levamos em consideração a possibilidade de resistência camponesa, tendo em vista que resistir ao modelo imposto não significa adaptar-se as condições impostas, mas sim, supera-las, criando novas possibilidades de permanência na terra.

Entender o camponês como uma classe também aparece nos estudos de Fabrini e Roos (2014), quando observam que não basta considerar o camponês como classe trabalhadora apenas, já que “[O]s camponeses não lutam pela superação da sua dupla situação, mas para manter a sua condição de proprietário de terra e trabalhador ao mesmo tempo” (p.40). Já para Martins (2002, p.100) é possível considerar a existência de uma *classe em si*, pois:

Como classe social, o campesinato é *classe em si*, que nessa condição pode ser observada objetivamente. Ela se *manifesta* como classe de um ponto de

vista puramente externo, a partir de suas formas convergentes de produzir e de se relacionar com seu principal instrumento de produção, a terra.

Dessa forma, a classe camponesa se concretiza através do trabalho empírico, pois somente entenderemos como se concebe tal classe, ao entendermos o *fazer-se* da classe, como observa Shanin. Assim, podemos pontuar que a classe camponesa luta pela permanência e resistência na terra, enfrentando os desafios para sua existência.

Nesse sentido, Almeida ressalta que falar em classe camponesa é remeter a uma classe social que possui caráter dúplice no processo social: é ao mesmo tempo proprietária de terra e dona da força de trabalho. Além disso, podemos observar que esta classe social se apresenta com heterogeneidade no campo brasileiro,

[...] tem forte caráter regional podendo ser reconhecida nos colonos do sul (origem do MST), no caipira do interior paulista, nos seringueiros, nos ribeirinhos, nos indígenas, nos remanescentes de quilombos, nos meeiros, nos posseiros, nos assentados, enfim, é bastante peculiar (ALMEIDA, 2008, p.308).

Em seu texto, Marques (2008) aponta o desenvolvimento de duas correntes de pensamentos distintas sobre o campesinato. A primeira se caracteriza pela valorização das qualidades do modo de vida e da economia camponesa, onde se defendia a importância de sua contribuição para a construção de uma sociedade mais igualitária e justa. Essa corrente foi influenciada pelos populistas russos que desenvolveram estudos sobre a forma de organização e produção camponesa, tendo como um dos principais autores, Alexander Chayanov (1888-1937). A segunda corrente tinha como enfoque a análise das mudanças ocorridas pelo avanço das relações mercadológicas e os processos de modernização e industrialização, que estavam relacionados ao desenvolvimento do capitalismo no campo e, conseqüentemente induziam a desagrarização e descampesinização dos sujeitos. Seus principais teóricos eram Vladimir Lênin (1870-1924) e Karl Kautsky (1854-1938).

No Brasil, temos referenciais que abordam o tema do campesinato, distribuídos por diferentes olhares sobre a realidade camponesa, destacando os autores Ariovaldo Umbelino de Oliveira e Bernardo Mançano Fernandes, que compreendem o campesinato baseado numa perspectiva crítica fundamentando a análise da questão agrária no uso da noção de desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo (MARQUES, 2008).

Relacionamos ainda, os autores apontados por Marques (2008b) como aqueles que acatam o conceito de agricultura familiar, e que são objetos de análise pela autora em seu estudo, como o autor Ricardo Abramovay, considerando o livro publicado em 1992, intitulado “Paradigmas do capitalismo agrário em questão”.

De acordo com a autora, a obra de Abramovay (1992) se apresenta como um novo paradigma que busca compreender o desenvolvimento do capitalismo na agricultura, amparado no conceito de agricultura familiar, fundamental na sua análise, como pode ser observado na descrição a seguir:

Uma agricultura familiar, altamente integrada ao mercado, capaz de incorporar os principais avanços técnicos e de responder às políticas governamentais não pode ser nem de longe caracterizada como camponesa (ABRAMOVAY, 1992, p.22).

Dessa maneira, visualizamos que a postura adotada pelo autor citado acima, analisa a agricultura camponesa como atrasada, arcaica e que não representa interesse por parte das políticas públicas, uma vez que os camponeses posicionam-se contra a hegemonia capitalista presente na agricultura a serviço do agronegócio.

A interpretação realizada por Vergés (2011) considera o camponês como “uma classe esquiva”, afirma que “O fazendeiro possui a terra, o burguês tem o capital e o proletário vende a força de trabalho. E o camponês? O que possui? O que produz? O que vende? O dinheiro que recebe é uma renda, um lucro ou um salário?” (2011, p.67). A reflexão proposta pelo autor indica que o camponês é um pouco fazendeiro, um pouco burguês e um pouco proletário, dessa forma, considerado um “fantasma multiforme definido por sua intrincada complexidade” (p.67). Ressalta-se, porém que tal definição não contempla o aspecto pelo qual compreendemos o camponês, exceto no que diz respeito a sua complexidade.

Para Abramovay (1992), que interpreta o camponês por outro ponto de vista, a complexidade do camponês é realmente intrigante e, de certa maneira, esse sujeito é indefinido perante a economia social:

Mas da apropriação de que parte do trabalho social vive o campesinato? Como definir economicamente a forma de rendimento que lhe corresponde? Se ao camponês for atribuído lucro, ele se torna um capitalista. Se receber um salário, vira operário. Se viver da renda da terra, é então um proprietário fundiário. A impossibilidade de definir claramente a natureza e a origem de seus rendimentos demonstra que o conceito de camponês n’O Capital é logicamente impossível (ABRAMOVAY, 1992, p.35-36).

Nesse aspecto, concordamos com a afirmação que o camponês de fato é um sujeito complexo, carregado de elementos que o constituem, mas, além disso, essa alegação deixa evidente que a lógica do pensamento capitalista não reconhece a permanência e existência do camponês na sociedade contemporânea, assim,

O ambiente no qual se desenvolve a agricultura familiar contemporânea é exatamente aquele que vai asfixiar o camponês, obrigá-lo a se despojar de suas características constitutivas, minar as bases objetivas e simbólicas de sua reprodução social (ABRAMOVAY, 1992, p.131).

Essa exposição de ideia comprova novamente como existem diferentes percepções acadêmicas a respeito do campesinato. Algumas correntes teóricas percebem o camponês como um setor em declínio ou mesmo, sua própria inexistência, perante o desenvolvimento do sistema capitalista no campo. Talvez seja essa a maneira encontrada por esse grupo de teóricos para contribuir com o pensamento capitalista, inserindo através de suas influências a ideia de que o movimento camponês é incapaz de atender o modelo dominante de produção.

Essas perspectivas de pensamento compreendem o campesinato apenas como uma condição social e econômica que não atende e nem contempla o modelo de desenvolvimento adotado pela sociedade contemporânea. Dessa forma, não é assimilada a um modo de vida específico ou classe social/ política, constituindo-se num resquício de um período arcaico e ultrapassado para as atuais condições econômicas.

Retornando aos apontamentos apresentados por Vergés (2011, p.67), o camponês pode muitas vezes possuir a terra e alguns meios financeiros para se manter nela, “[...] vende ou come o que planta e pode contratar temporariamente peões, outras vezes é ele mesmo quem vende sua força de trabalho por um salário”, dessa forma, o camponês coloca-se numa relação de interligação com outras classes que o faz “multiforme em uma intrincada complexidade”, não sendo socialmente, um ser “excluído”, mas integrado a sociedade e ao mercado capitalista.

Dessa forma, Vergés (2011, p.68) indica que a sociedade observa os camponeses como anacrônicos e utópicos, uma classe abandonada pela economia e pela história, condenada à morte em todos os tribunais da modernidade e, que por isso, devem ser esquecidos e combatidos.

Corroborando nesse sentido, a observação de Marques (2008, p.69) sobre a dualidade do sujeito, onde a “forma característica de organização camponesa se mantém, mesmo que modificada, devido à posição ambígua em que ela se encontra sob

o capitalismo: integrado e marginal, complementar e contraditório, dentro e fora ao mesmo tempo”.

Cabe inserir aqui a fala do entrevistado A3 sobre sua perspectiva em relação ao que considera como camponês, mesmo identificando-se apenas como assentado, não sustenta o termo de agricultor familiar, pois,

[...] eu particularmente não gosto muito de usar porque eu estava olhando uma vez a lei do Pronaf e ele considera agricultor familiar àquele que tem um nível de tecnologia e o camponês seria aquela pessoa atrasada, que tem naquelas músicas caipiras antigas, que tá no cantinho lá, no sertão, isolado sem acesso a nada (Entrevista A3).

Indo ao encontro do que foi exposto acima, o assentado enxerga o camponês como algo além da dualidade moderno-atrasado:

Eu vejo o camponês como um modo de vida que a gente tem que produzir alimento pra nós e pra sociedade, inclusive é uma coisa que a gente tá perdendo essa produção do próprio alimento [...] a produção hoje é uma forma de dominação também, então se você não produz sua própria comida, você não tem sua própria semente, você acaba dependente (Entrevista A3).

A essência do camponês é ser autônomo, independente do mercado, e assim poder alimentar a si e sua família e através do excedente transferir parte da sua produção para a comercialização, alimentando outras famílias. A dominação se impõe ao camponês de diversas maneiras, uma delas é expropriando-o das condições de reprodução, nesse caso, extraindo dele a capacidade de produzir suas próprias sementes e seu próprio alimento, como citado.

Buscando interpretar a realidade dos camponeses pela sua ótica, Vergés (2011) esclarece que,

As teorias sociais de maior prestígio tendem a remetê-los ao passado junto com as velharias do antigo regime, expulsando-os para a periferia do sistema como sobras pré-capitalistas e referindo-se à diversidade de ofícios que ocupam e à decadente renda agrícola a fim de colocar em dúvida sua própria identidade (p.68).

Podemos reforçar através dessa citação o que já havíamos sinalizado sobre as diferentes linhas de pensamento e teorias a respeito do campesinato. Pensando nessa situação exposta acima, de “abandono” dos camponeses, Carvalho (2014) explica a maneira como parte da sociedade compreende tais sujeitos, à margem da percepção social,

De maneira geral os camponeses são percebidos por alguns como ‘povos sem destino’, por outros como reminiscências sociais de um passado colonial onde os camponeses apareciam como trabalhadores para os senhores da terra e quiçá, pela maioria das pessoas, apenas como os pobres do campo (p.1).

Essa postura é impulsionada através da mídia “informativa” de cada dia, que expõe os camponeses de maneira distorcida, buscando incentivar o desprezo e a antipatia pela classe camponesa. Nossa intenção é justamente contrapor essa forma de pensamento e alinhar nossa pesquisa a teorias que compreendem o campesinato como uma alternativa produtiva que promove a soberania alimentar e reprodução social.

Assim, trazemos à discussão a obra de Moura (1986, p.31) explicando que o campesinato não deve ser entendido como resquícios de um passado, “não deve ser visto como produto de uma evolução malconduzida e mal-acabada”. Em seu entendimento, o camponês pode ser definido de diferentes maneiras, por exemplo, como cultivador de pequenas extensões de terras que controla diretamente com a família, ou pelo seguinte viés:

Vivendo na terra e do que ela produz, plantando e colhendo o alimento que vai para sua mesa e para a do príncipe, do tecelão e do soldado, o camponês é o trabalhador que se envolve mais diretamente com os segredos da natureza. A céu aberto é um observador dos astros e dos elementos. Sabe de onde sopra o vento, quando virá a primeira chuva, que insetos podem ameaçar seus cultivos, quantas horas deverão ser dedicadas a determinada tarefa. Seu conhecimento do tempo e do espaço é profundo e já existia antes daquilo que convencionamos chamar de *ciência* (1986, p.9).

Os conhecimentos e a experiência do camponês são elementos que o distingue e de certa maneira representam o modo de vida e produção no campo, muitas vezes passado de geração em geração. O conhecimento que o camponês possui ao trabalhar na terra é parte de um conhecimento científico, adquirido através do tempo e da experiência vivenciada no campo. Quando ocorre a integração ao sistema capitalista o camponês perde parte de sua autonomia, porém o conhecimento adquirido não lhe é extraído, sendo em muitos casos o sustento da reprodução camponesa, como uma forma de resistência. Além disso, como explica Woortmann (1990, p.15) a integração no mercado, não significa, necessariamente, uma baixa campesinidade, ou seja, o camponês não é menos camponês porque foi levado a se integrar, a resiliência o mantém enquanto *classe para si*.

O modelo capitalista tende a extrair as formas necessárias de reprodução camponesa como a terra e os meios de produção. Aquilo que antes estava em seu domínio passa a ser de domínio das empresas, como sementes, formas de manejo da

produção, etc. Nesse sentido, o camponês pode ser então definido como aquele que cultiva pequenas extensões de terra juntamente com sua família, opondo-se àquele que dirige o empreendimento rural, o capitalista, conforme analisado por Moura (1986, p.13): “Assim, o camponês é um produtor que se define por oposição ao não produtor”.

Assim, ao analisar que a sociedade está inserida num sistema baseado no produtivismo, os camponeses seriam incorporados num processo de inovação que não lhes permitiria ficar alheios às transformações modernizadoras, afirmando então o que seria sua extinção, como uma presa que cai nas armadilhas criadas pelo capitalismo.

Para Martins (2002, p.83-84), “historicamente com o desenvolvimento do capitalismo, o camponês é condenado ao desaparecimento, à proletarização, à transformação em operário”, dessa maneira, a investida do capital é separar o camponês dos meios de produção, principalmente a terra, assim, pode convertê-lo em força de trabalho para o capital. E esse se torna o principal objetivo da classe capitalista dominante: expropriar a terra do camponês.

Percebemos tal situação no diálogo com os assentados sobre a posse da terra, quando contavam suas histórias de luta no acampamento e a concretização da entrega do lote, mesmo diante dos desafios e obstáculos vivenciados durante anos a beira da estrada e, mesmo no lote descampado e inicialmente desprovido de estruturas, a única certeza é que a terra lhes pertencia. Haviam conquistado o principal meio de produção, a terra.

Moura (1986) assinala que o próprio sistema capitalista dominante, que determina a organização do trabalho e da apropriação da terra em muitas formações sociais espalhadas pelo mundo, não erradicou o camponês e suas práticas, dessa forma, pode-se concluir que existem interesses em manter o campesinato, principalmente, de maneira subalterna ao capital. Complementa, explicando que “os processos sociais que viabilizam a existência do camponês têm sido mais expressivos e fortes do que aqueles que o levam à sua extinção” (p.17), como corroboram outros autores que veremos a seguir.

Para a autora, as transformações ocorridas no campesinato levam a interpretação de mudanças no modo de vida camponês, sendo mais correto afirmar que há “recriação, redefinição e até mesmo diversificação do campesinato do que fazer uma afirmação finalista” (MOURA, 1986, p.17-18). Porém, compreendemos essa “recriação e redefinição” como processos que induzem e direcionam o camponês à subalternidade do modelo capitalista de produção, e não a sua autonomia.

Esse contexto leva-nos a refletir sobre a possibilidade de um duplo movimento camponês, onde “o camponês desempenha um contraditório papel que, de um lado, expressa a sua resistência em desaparecer e, de outro é resultado do próprio capitalismo que não o extingue”, como abordado por Moura (1986, p.19).

Shanin (1980) afirma que o Brasil apresenta números indicativos de uma “recamponesação”, indicando que os camponeses não se dissolvem, nem se diferencia em empresários capitalistas e trabalhadores assalariados, e tampouco podem ser considerados pobres do campo.

Eles persistem, ao mesmo tempo [em] que se transformam e se vinculam gradualmente à economia capitalista circundante, que pervade suas vidas. Os camponeses continuam a existir, correspondendo a unidades agrícolas diferentes, em estrutura e tamanho, do clássico estabelecimento rural familiar camponês [...] (p.58).

Durante uma exposição², o autor explica que existem mudanças acontecendo no movimento camponês em todo o mundo e que dessa forma, é possível chegar a uma dupla conclusão do que tem ocasionado tais mudanças:

Primeiramente, que a vida e existência camponesa é sob um grau considerável definida por não camponeses, pelo governo e decisões governamentais, pelo movimento de fronteiras, pela mudança da natureza de regimes políticos etc. Ao mesmo tempo, podemos concluir que a resposta do campesinato às situações de crise nas quais eles são submetidos é sobretudo complexa e eles não ficam esperando que alguém traga a solução. As soluções encontradas para o problema de como permanecer camponês e assegurar a subsistência da família costumam ser muito flexíveis, inventivas e criativas. Camponeses têm provado ser extremamente resilientes e criativos em situações de crise e não há uma forma simplista para descrever isso (SHANIN, 2008, p.25).

Aqui salientamos o que o autor aponta sobre quem toma as decisões em relação a vida e existência camponesa: Estado, através do governo e suas decisões e, não pelos camponeses. Se os empresários rurais que ocupam cargos políticos e formam a bancada ruralista apontam e tomam decisões quanto ao futuro de agronegócio, onde estão os camponeses e seus representantes nessa conjuntura? Quais decisões eles tomam? Por oral, podemos afirmar que eles não fazem parte do grupo que elabora e toma as decisões.

² Conferência ministrada pelo Prof. Teodor Shanin na sessão de encerramento do III Simpósio Internacional e IV Simpósio Nacional de Geografia Agrária. Traduzido e editado por Marta Inez Medeiros Marques e Clifford Andrew Welch. In: PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edmilson. (Org.). **Campesinato e territórios em disputa**. 1º ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

Analisando as formas de economia no mundo, capitalista, estatal e familiar, Shanin (2008) levanta uma importante questão: “por que a economia familiar existe? Por que o mercado ou o Estado não retiraram todas as suas funções?”. Simplesmente porque a economia familiar é a mais eficiente de todas, consegue coordenar as adversidades presentes no cotidiano das famílias, diferentemente das duas outras formas de economia.

A economia familiar tem seus próprios modelos, suas próprias estruturas e seu próprio significado primordial que não desaparece. Por isso, sob certas condições, a economia camponesa é mais eficiente do que economias não camponesas (2008, p.27).

A resistência em permanecer como camponeses provocam diversos questionamentos que são apontados no decorrer dessa pesquisa, e “dão trabalho e problemas para os estudiosos e funcionários, que quebram a cabeça em torno ‘da questão de seu não desaparecimento’” (SHANIN, 1980, p.58).

Há ainda a relação existente entre o camponês e a terra, que permanece com características bem sólidas e vai além do trabalho familiar e do uso da terra como valor, pois está ligado ao fato do camponês se reconhecer como pertencente ao campo, e se reproduzir, ainda que limitadamente, nos modos camponeses de vida, conforme reflexão de Marques:

O reconhecimento de sua especificidade não implica a negação da diversidade de formas de subordinação às quais pode se apresentar submetido, nem da multiplicidade de estratégias por ele adotadas diante de diferentes situações e que podem conduzir ora ao “descampesinamento”, ora à sua reprodução enquanto camponês (2008b, p.59).

Nessa perspectiva, podemos concordar com a autora, quando explica que os sujeitos camponeses podem apresentar maior ou menor grau de campesinidade, que varia de acordo com a trajetória de vida e sua forma de integração à sociedade moderna capitalista. A trajetória de vida do camponês e de sua família designa a forma como se relacionam com a terra e o modo de produção adotado por estes. Além de determinar a forma de integração e cooperação que será desencadeada, devido, justamente, a formação sociocultural do sujeito camponês, adquirida ao longo da vida.

Dessa maneira, diversas são as formas como o campesinato se propaga através da relação do trabalho familiar e das distintas formas de acesso a terra como o posseiro, o parceiro, o foreiro, o arrendatário, o pequeno proprietário etc. (MARQUES, 2008b). A

importância da família camponesa aparece como sentido central do modo de vida camponês, como sua própria base de resistência.

A centralidade do papel da família na organização da produção e na constituição de seu modo de vida, juntamente com o trabalho na terra, constituem os elementos comuns a todas essas formas sociais (2008b, p.60).

Além da presença definidora do trabalho familiar camponês, como condição essencial de definição do sujeito camponês, outros elementos apresentam-se como fundamentais para compreender e aprimorar a relação existente entre os camponeses de diferentes e diversas partes do mundo.

1.2 Elementos característicos do ethos camponês

Discutir aqui os elementos que constituem as características essenciais do camponês tornou-se necessário para permitir a compreensão de diferentes formas e contextos em que estes se inserem. Entendemos por *ethos* o modo de vida, os hábitos, a territorialidade camponesa. Para Tedesco (1998, p.51) “*ethos* é a característica, o estilo, a marca, o modo de ser”. Reforçando assim, a presença de características que seriam assimiladas tanto por processo histórico, mas também compreendemos que pode ser associado às condições oferecidas pelo meio, que em determinados sujeitos pode permitir a práxis do *ethos* camponês.

Nesse contexto, a citação de Gaiger (1994, p.179) considera como *ethos*:

A sabedoria implícita ao domínio de um conjunto de informações, de códigos e de modalidades mentais, operacionais e adquiridas ao longo das experiências de vida, as quais produzem e deixam aos indivíduos, num lento processo de sedimentação, um conjunto de saberes, um senso prático determinado.

Dessa forma, tais informações seriam adquiridas e conservadas a partir da experiência de vida, o que inclui o histórico familiar e de trabalho. O *ethos* também deve ser compreendido a partir da territorialidade a qual o camponês produz, pois algumas características e elementos vão se manifestar independente do território ao qual pertença.

Iniciamos essa análise através do referencial de Shanin (1980), sinalizando que a especificidade do camponês pode ser apresentada através de seis categorias de características pelas quais os camponeses têm sido distinguidos, em comparação com os

outros, em diferentes lugares do mundo. Isso porque compreendemos que o *ethos* camponês está associado ao modo de “ser” e “fazer” do sujeito, independente de onde ela pertença ou de qual localidade está situado.

Shanin (1980, p.46) aponta em primeiro lugar a economia camponesa, caracterizada principalmente pelo trabalho familiar e controle dos próprios meios de produção, que para o autor, “pelos padrões de cálculo aceitos, muitos estabelecimentos rurais camponeses, que ‘trabalham com prejuízo’ e deveriam ‘ir à bancarrota’, continuam operando e inclusive investindo” (SHANIN, 1980, p.47). Demonstra dessa forma que a economia camponesa possui um diferencial no que diz respeito à relação existente entre o camponês e a terra, pois contraria os padrões de rentabilidade/lucratividade que permeia as esferas econômicas de outros modelos produtivos, como o agronegócio.

Em segundo lugar, apresenta os padrões e tendências da organização política dos camponeses, “os sistemas de intermediação e de apadrinhamento, a tendência à ‘segmentação vertical’ e ao facciosismo, o lugar do banditismo e da guerrilha” (1980, p.47). De acordo com o autor, “os padrões e tendências da organização política dos camponeses têm, frequentemente, mostrado considerável semelhança em diferentes regiões e países do mundo” (1980, p.47). Podemos analisar o exemplo do Brasil, ao observarmos a territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra em diferentes regiões do país, dando suporte ao processo de luta pela terra.

Em terceiro lugar, o autor aponta “normas e cognições típicas e muito semelhantes têm sido percebidas em campesinatos suficientemente afastados para obstar qualquer afirmação de simples dispersão” (p.47), explica que “a preeminência da racionalização tradicional e conformista, o papel da tradição oral, ‘mapas cognitivos’ específicos podem ser usados como exemplo” (p.47). Assim como “as tendências ideológicas camponesas e dos padrões de cooperação, confrontação e liderança políticas” (p.47). Na realização de trabalhos de campos em diferentes assentamentos rurais, distantes entre si, notamos aspectos semelhantes, como por exemplo, as tradições dos grupos em relação aos festejos locais, aos modos de trabalho cooperativos, etc., que reforçam a presença dessa característica.

Em quarto lugar, o autor aponta que “as unidades básicas e características de organização social e seu funcionamento têm mostrado considerável semelhança em todo o mundo” (p.47). Cita como exemplo, “o grupo doméstico camponês, mas também a

aldeia e a rede mais ampla de interação social, como um centro mercantil e o anel local mais baixo da autoridade estatal” (p.47-48).

Em quinto lugar, apresenta-se “a reprodução social, isto é, a produção das necessidades materiais, a reprodução dos atores humanos e do sistema de relações sociais mostram padrões específicos e genéricos dos camponeses” (p.48). Aponta como exemplo “padrões típicos de propriedade familiar e costumes de herança [...], são centrais para a reprodução dos estabelecimentos rurais familiares camponeses” (p.48). Além disso, “o ritmo de vida da aldeia e do grupo doméstico camponês reflete, nitidamente, os principais ciclos ‘naturais’, ou seja, o ano agrícola” (p.48). A condição do ano agrícola conduz a organização do camponês perante o período de plantio e cultivo, cuidados com a lavoura, como roçadas, e de colheita, sendo que na maioria das vezes, é nesse período que ocorrem as contratações de mão de obra além da unidade familiar, de diferentes modelos, como troca de serviço, pagamento de diária, mutirão, etc.

E por último, Shanin cita que “as causas e os padrões fundamentais de mudança estrutural têm sido vistos, mais uma vez, como genéricos e específicos dos camponeses” (p.48) e que “a especificidade camponesa tem sido afirmada a partir da maneira como as comunidades camponesas reagem a esses processos gerais e como estes nelas se refletem” (p.48). Dá como exemplo que, “a comercialização tem resultado, em geral, inicialmente em um estágio de ‘agriculturação’ do camponês, fazendo com que suas tarefas não-agrícolas anteriores sejam assumidas pela produção industrial em massa[...]” (p.48).

Nesse sentido, as características acima mencionadas, extraídas de Shanin (1980) indicam que “qualquer generalização, baseada na comparação, assumirá a heterogeneidade dos dados, assim como as ‘margens’ ou ‘limites’ da ambivalência conceitual” (p.49).

Em outro momento o autor acrescenta que devemos tomar cuidado quando “comparamos os modelos com a realidade, esta última é sempre mais complexa do que os modelos, e mais difícil de apreender devidamente. Isso não significa que modelos são inúteis” (p.34). Dessa forma, compreender os elementos característicos do campesinato como única realidade presente “é inútil e perigoso”, pois como afirma, “Modelos são modelos e é importante que isso seja destacado para que possamos notar a diferença existente entre o conceito e a realidade, caso contrário, perderemos nossa capacidade de entender a realidade” (SHANIN, 2008, p.34).

Outros referenciais teóricos apontam generalizações que contribuem para especificar o camponês e seu modo de vida, são parâmetros que permitem analisar tanto a sua integração ao mercado quanto a sua permanente exclusão deste.

Para Tavares dos Santos, em *Colonos do vinho* (1978), existem nove elementos estruturais da produção camponesa, que o autor articula e descrevemos da seguinte maneira: a) a *força de trabalho familiar* - é o motor do processo de trabalho na unidade camponesa - a família camponesa é um verdadeiro trabalhador coletivo; b) a *ajuda mútua* entre os camponeses - é a prática que eles empregam para suprir, em determinados momentos, a força de trabalho familiar; c) a *parceria* - é outro elemento da produção camponesa decorrente da ausência de condições financeiras do camponês para assalariar trabalhadores em sua propriedade; d) o *trabalho acessório* - é o meio através do qual o camponês transforma-se, periodicamente, em trabalhador assalariado, recebendo, via de regra, por período de trabalho; essa transformação periódica constitui uma fonte de renda monetária suplementar na unidade camponesa; e) a *jornada de trabalho assalariada* - aparece na unidade de produção camponesa como complemento da força de trabalho familiar em momentos críticos do ciclo agrícola, nos quais as tarefas exigem rapidez e muitos braços; f) a *socialização do camponês* - é importante elemento da produção camponesa, pois é através dela que as crianças são iniciadas, desde pequenas, como personagens da divisão social do trabalho no interior da unidade produtiva; g) a *propriedade da terra* - é, na unidade camponesa, *propriedade familiar* -, privada para muitos, porém diversa da propriedade privada capitalista (a que serve para explorar o trabalho alheio); na propriedade familiar se está diante da propriedade direta de instrumentos de trabalho que pertencem ao próprio trabalhador, é *terra de trabalho*, é propriedade do trabalhador, não é, portanto, instrumento de exploração; nesse particular, três situações podem-se colocar para o camponês: ele ser camponês-proprietário, ser camponês-rendeiro (pagar renda para poder ter acesso à terra), ou ser camponês-posseiro (recusar-se a pagar a renda e apossar-se da terra); h) a *propriedade dos meios de produção* - exceto a terra, na maioria dos casos os meios de produção são em parte adquiridos, portanto mercadorias, e em parte produzidos pelos próprios camponeses; como consumidor de mercadorias (instrumentos de trabalho, por exemplo), o camponês se vê subordinado ao capital, que lhe vende produtos caros e lhe paga preço baixo pelos produtos agrícolas; i) a *jornada de trabalho* - é outro elemento da produção camponesa a ser distinguido, pois nesse caso não há rigidez de horário diário, como na produção

capitalista; a jornada de trabalho do camponês varia conforme a época do ano e segundo os produtos cultivados; assim, combinam-se períodos de pouco trabalho e períodos de trabalho intenso.

Mais adiante conseguiremos observar como as investidas do capitalismo no campo vão gradualmente minando esses elementos essenciais à condição camponesa, enfraquecendo-os. Mas ao mesmo tempo, observamos uma permanência de alguns desses elementos, constituindo o *ethos* camponês, servindo como base para sua resistência e permanência na terra.

Na reflexão da autora Wanderley (1996), fica exposto que a maioria das cinco características das sociedades camponesas identificadas pelo autor Henri Mendras (1976), ainda permanecem nas sociedades camponesas do Nordeste, Amazônia e Centro-Oeste brasileiro. Este autor identifica cinco traços característicos das sociedades camponesas, a saber: uma relativa autonomia em relação à sociedade global; a importância estruturante do trabalho familiar e do grupo doméstico; um sistema econômico diversificado, em parte autônomo e em parte integrado a mercados diversificados; relações de interconhecimento e a função decisiva das mediações entre sociedade local e sociedade global (MENDRAS, 1976 *apud* WANDERLEY, 1996).

Nesse sentido, ressalta-se a importância das redes de relacionamento econômico, que orientam os camponeses tanto na produção como na comercialização como podemos observar a partir da existência de redes de comercialização da produção camponesa, em feiras, por exemplo. Além da presença de uma rede de relacionamento no que diz respeito ao processo de produção podemos ter como exemplo o Banco de Sementes que auxilia diversos camponeses de uma ou mais regiões, favorecendo a troca de sementes, instrução, orientação e assistência. O Banco de Sementes representa a autonomia camponesa, a possibilidade de produção independente do mercado.

Na leitura de Ploeg (2006, p.23-26) a agricultura camponesa moderna mantém uma estreita relação entre a produção e as relações sociais globais, que chama de “condição camponesa” e define-as por seis características: em primeiro lugar, que a base de recursos como um todo será limitada, principalmente devido à reprodução intergeracional que muitas vezes requer uma distribuição entre um maior número de crianças e que resulta, conseqüentemente, em uma redução de recursos disponíveis por unidade de produção; uma segunda importante característica refere-se à composição quantitativa da base de recursos: o trabalho será relativamente abundante, ao passo que os objetos de trabalho (terra, animais etc.) serão relativamente escassos; terceira

característica: a base de recursos não é separada em elementos opostos e contraditórios (como trabalho e capital, ou trabalhos manual e intelectual). Os recursos sociais e materiais disponíveis representam uma unidade orgânica e são possuídos e controlados por aqueles diretamente envolvidos no processo de trabalho; a quarta característica refere-se à centralidade do trabalho: os níveis de intensidade, bem como seu desenvolvimento ulterior dependem criticamente da quantidade e da qualidade do trabalho; em quinto lugar, a especificidade das relações estabelecidas entre a unidade de produção camponesa e o mercado e, finalmente, a sexta e provavelmente decisiva característica: o modo de produção camponês é basicamente orientado para a busca de *criação de valor agregado* e de *empregos produtivos*.

Segundo a análise de Sabourin (2009), os diferentes tipos de modos de produção camponeses se deve a expressão diversificada da natureza heterogênea dessa condição camponesa, construídos em torno de características comuns, como: uma relação íntima com recursos naturais vivos, mas limitados à intensificação do trabalho e a valorização da ajuda mútua e um distanciamento institucionalizado das regras do mercado capitalista, associado à capacidade de autonomia com relação ao mundo capitalista.

Dessa forma, Ploeg (2006) assinala que, mesmo com o surgimento do modo empresarial de produção agropecuária, o modo camponês de produção não desapareceu, “em muitos lugares, em todo o mundo, permaneceram importantes ‘bolsões’ de agricultura camponesa” (p.17), com o processo de ‘recampesinização’ surgem novas formas, robustas e mais promissoras, que colocam a produção camponesa como superior aos demais modos de produção. Levando em consideração os diferentes elementos que constituem o *ethos* camponês, não nos surpreende a ideia de resiliência e recampesinização.

De acordo com Marques (2008b) houve transformações consideráveis no conceito de camponês, sendo “superado” e substituído pelo conceito de agricultura familiar, na última década do século XX, encampado por alguns autores que, segundo ela, não se preocuparam em consolidar as reflexões acerca do novo conceito, “seja na academia, na burocracia do Estado, ou também entre os próprios agricultores, seus sindicatos e movimentos sociais” (p.61). Dessa forma, a substituição do conceito acontece “com base na adoção de uma abordagem evolucionista sobre o desenvolvimento da história e contribui para o empobrecimento do debate político em torno da questão agrária” (*idem*), já que o conceito de agricultura familiar sanaria os

problemas relacionados ao atraso do campo brasileiro e colocaria em questão o campesinato, como modelo superado.

Diferentemente do que ocorreu com o conceito de pequena produção, que aparece de forma articulada ao de camponês em algumas situações, o emprego do conceito de agricultura familiar passa pela afirmação de sua diferença em relação ao de camponês, que não mais se aplicaria às novas realidades criadas a partir do desenvolvimento do capitalismo na agricultura (MARQUES, 2008b, p.61).

Porém, a substituição do conceito não resolveu os problemas, como aponta Marques (2008b), desde meados da década de 1990, a crescente crítica ao modelo de agricultura industrial capitalista e aos seus impactos negativos sobre a diversidade cultural e ambiental do planeta, além de seu caráter de espoliação, tem dado lugar ao ressurgimento do campesinato como identidade política e possibilidade de resistência dos povos camponeses no campo. Observamos a retomada desse conceito para explicar o modo de vida desses sujeitos e suas relações com a terra.

Neste cenário, os movimentos sociais passam a se auto definir como movimentos camponeses, integrando uma rede maior de movimentos camponeses no mundo, como a Via Campesina (MARQUES, 2008b). Retorna então a emergência e a necessidade de rediscutir o conceito de campesinato no seio da atual sociedade, buscando desmistificar os preconceitos adquiridos e assimilados ao longo da história agrária do país. Essa é a intenção desse trabalho acadêmico, trazer a tona as questões camponesas e (re) discutir as necessidades dos camponeses frente ao atual cenário brasileiro, especialmente, no que diz respeito às políticas públicas de reforma agrária.

A produção de Carvalho, dividida em três artigos, intitulado “Na Sombra da Imaginação”, sendo o primeiro deles denominado – reflexão a favor dos camponeses, expressa suas considerações acerca da existência de um camponês contemporâneo, considerando como camponesas aquelas famílias que tendo acesso a terra e aos recursos naturais que esta suporta resolvem seus problemas reprodutivos a partir da produção rural – extrativista, agrícola e não agrícola – desenvolvida de tal modo que não se diferencia o universo dos que decidem sobre a alocação do trabalho dos que sobrevivem com o resultado dessa alocação (2010).

Dessa forma, a maneira como essas famílias, no decorrer de suas vidas e nas interações sociais que estabelecem, desenvolvem hábitos de consumo e de trabalho, e formas diferenciadas de apropriação da natureza, conferem-lhes características específicas do modo de ser e de viver no âmbito complexo das sociedades capitalistas

contemporâneas (CARVALHO, 2010), contrariando de certa maneira, o sistema imposto com suas regras de convivência e consumo.

O autor considera ser possível, para os camponeses, alcançarem a autonomia relativa camponesa perante o capital através do desenvolvimento das forças produtivas e com o auxílio dos conhecimentos científicos relacionados à agroecologia, por exemplo, que eliminariam a necessidade de utilização dos insumos agrícolas que intensificam a produção em detrimento da vida humana e da natureza.

Se nos questionarmos sobre a produção de alimentos e a necessidade de manutenção alimentícia da população mundial, podemos incorrer num equívoco e erroneamente acreditar que a única possibilidade de manter esse patamar de consumo é através da agricultura capitalista. Porém, se fugirmos dessa reprodução discursiva e questionarmos esse posicionamento, seremos levados a refletir e constatar que é possível atingir outro modelo de produção e consumo, através dos camponeses. “O campesinato contemporâneo é uma realidade presente e massiva que envolve milhões de famílias no Brasil e, no mundo, cerca de um quarto de toda a humanidade” (CARVALHO, 2010, p.2). Além disso, desmistifica-se a falácia de que o agronegócio é o responsável por alimentar a população mundial. Nisso, podemos questionar de qual alimentação estamos falando?

Tal contexto condiz com um momento vivenciado durante a disciplina de doutorado, quando o questionamento referencia-se justamente sobre a possibilidade real dos camponeses, por meio da produção de alimentos agroecológicos, conseguirem manter a produção de alimentos no mundo, assim como a agricultura capitalista altamente tecnificada provê, como acreditam alguns. Considero a resposta a essa questão um desafio, já aceito e praticado pelos camponeses de diferentes partes do mundo, como sendo possível, desde que a população transforme seus hábitos alimentares e consumistas, considerando os alimentos agroecológicos como uma necessidade de saúde pública. Cabe ressaltar, que questionamos não apenas um modelo que produza alimentos, mas sim, quais tipos de alimentos? Pois o agronegócio não abastece com alimentos saudáveis a mesa da população, temos assistido cada vez mais a liberação de agrotóxicos que há muito tempo foram proibidos de circulação e utilização em diversos países pelo mundo, mas que no Brasil, estão sendo liberados para o uso em

cultivos alimentares³, assim como projetos de lei⁴ que buscam flexibilizar as formas de registro de agrotóxico no país. Então, que tipo de alimento esse modelo provê?

Para embasar tal resposta, basta levar em consideração as consequências do modelo dominante, como: altos níveis de poluição dos recursos naturais, degradação do meio ambiente, envenenamento da população devido o uso intensivo de agrotóxicos nas culturas transgênicas, concentração de terras e rendas, citando aqui apenas alguns exemplos desse modelo de produção.

Os camponeses devem (e podem), sem a menor dúvida, garantir de maneira contínua e crescente as condições efetivas de produção e de organização social para a melhoria da sua qualidade de vida familiar através da produção para o autoconsumo e, ao mesmo tempo, para ampliar a oferta de produtos para os mercados tanto para se alcançar a soberania alimentar nacional como para atender às demandas dos produtos da agricultura por outros setores da economia e para a exportação (CARVALHO, 2010, p.1-2).

Percebemos que não há dúvida alguma de que a tendência da expansão e da reprodução ampliada do capital na formação econômica e social brasileira tende à homogeneização da racionalidade capitalista, tentando submeter ou excluir qualquer possibilidade de reprodução de outra racionalidade econômica que não seja aquela regida pelo lucro (CARVALHO, 2010). Contudo, podemos assinalar outros exemplos de práticas da agricultura camponesa que apontam caminhos distintos à racionalidade capitalista.

De acordo com Ploeg (2009) a agricultura camponesa, do ponto de vista produtivo, é superior aos demais modos de produção agrícola, e tal afirmação pode ser verificada através dos estudos realizados na década de 1960 pelo Comitê Interamericano de Desenvolvimento Agrícola (CIDA) na América Latina, podendo se aplicar também no continente asiático. Assim a superioridade produtiva da agricultura camponesa é visível não somente nas nações em desenvolvimento, como também, por exemplo, na Europa, como aponta a seguir:

No livro *Camponeses e Impérios Alimentares* eu demonstrei como tal fenômeno se dá na Itália. Com base em um estudo longitudinal de 30 anos, foi possível verificar que a agricultura camponesa (na região de Emilia Romagna, em 1971) produzia (com as demais condições mantidas iguais)

³ “Brasil permite consumo de 14 agrotóxicos proibidos mundialmente”, notícia publicada em 01/03/2016, disponível no link: <http://thegreenestpost.com/brasil-permite-consumo-de-14-agrotoxicos-proibidos-mundialmente/> Acesso em 07/08/2018.

⁴ Projeto de Lei 6299/2002, mais conhecido como “PL do veneno”, elaborado pelo então senador Blairo Maggi, que hoje é Ministro da Agricultura, altera a forma de avaliar o registro de agrotóxicos no Brasil. Link de acesso: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/578696-projeto-de-lei-6299-2002-que-flexibiliza-registro-de-agrotoxicos-afetara-saude-e-meio-ambiente-afirma-mpf> Acesso em 07/08/2018.

33% a mais do que a empresarial. Essa diferença subiu para 48%, em 1979, e para 55%, em 1999 (p.30).

Não somente a agricultura camponesa tem possibilidade de produzir alimentos para a população em escala maior do que estamos acostumados a observar, como também, superar a agricultura empresarial, mas para isso, são necessários incentivos políticos e econômicos, condições não muito próximas de se atingir no país.

Nas palavras de Ploeg (2009, p.30),

Se os camponeses tiverem suficiente espaço sociopolítico e econômico, eles podem promover níveis de produtividade e de produção às vezes impressionantes (como no caso da história agrária holandesa entre 1850 e 1950). Contudo, se esse *espaço* é cada vez mais limitado (ou em vias de ser expropriado), então podem ocorrer drásticos retrocessos. Isso significa que aqueles que tentam promover o campesinato devem contribuir o quanto possível para a ampliação da autonomia, assim como apoiar as ações voltadas para o fortalecimento da produção e da sustentabilidade.

Infelizmente a atual conjuntura política do país está na contramão do fortalecimento da produção camponesa, expropriando políticas e incentivos financeiros essenciais a reprodução camponesa, como veremos adiante. Dessa maneira, a racionalidade camponesa se coloca como linha de enfrentamento ao modelo dominante, buscando superar através de alternativas produtivas à lógica imposta, e mais que isso, compondo um novo cenário brasileiro de produção e consumo de bens alimentícios, pautado em práticas camponesas. Sobre isso, Carvalho (2010, p.2) explica que a formação econômica e social brasileira possui uma racionalidade, cuja centralidade é a reprodução social da família “[...] uma lógica camponesa que é inteiramente distinta daquela que move as empresas capitalistas e que tem como centralidade a obtenção do lucro”.

O autor alerta-nos para as necessidades de se manter a racionalidade camponesa, frente às condições impostas pela racionalidade capitalista hegemônica.

[...] as possibilidades de reprodução, manutenção e de expansão da agricultura camponesa contemporânea dependem de dois fatores fundamentais: das políticas públicas e das estratégias de ação dos movimentos e organizações sociais e sindicais camponesas (CARVALHO, 2010, p.3).

Assim como Ploeg, Carvalho identifica a necessidade de ações no âmbito das políticas públicas para o enfrentamento das condições camponesas. As políticas públicas serão discutidas mais adiante, mas podemos de imediato assinalar que as

mesmas são fundamentais para a manutenção da racionalidade camponesa ou capitalista, e essa diferenciação acontecerá de acordo com a proposta de ação dos governos em determinados momentos históricos e sociais, regidos por poderes superiores dentro de uma hegemonia política capitalista.

No que diz respeito à manutenção da racionalidade camponesa na sociedade brasileira, Carvalho (2010) assegura que é fundamental que se afirme tal racionalidade como centralidade da reprodução social da família (negando a lógica do capital que se baseia no lucro). A reprodução social da família camponesa se caracteriza por hábitos de trabalho e por hábitos de consumo, ambos influenciados não apenas pelos costumes, mas, pressionados pelos valores da hegemonia capitalista e pelos comportamentos dos mercados, “hábitos camponeses influenciados e pressionados pela racionalidade capitalista, mas não necessariamente por ela determinados” (p.7).

E como alternativa a racionalidade capitalista, o campesinato contemporâneo, ainda que inserido numa formação econômica e social dominada e hegemônica pelo modo de produção capitalista, consegue construir na sua prática de resistência social uma reprodução que lhe permita afirmar outra racionalidade que não aquela dominante, a racionalidade camponesa contemporânea, que proporciona condições efetivas para se construir uma autonomia relativa perante o capital (CARVALHO, 2010).

Buscamos com a pesquisa abordar os desafios e obstáculos enfrentados pelos camponeses para se alcançar as condições efetivas para tal autonomia assim como apontar as possibilidades de enfrentamento vivenciadas pelos assentados entrevistados no trabalho de campo, como veremos nos capítulos seguintes.

A sugestão de Carvalho para que a construção da autonomia relativa camponesa perante o capital aconteça está pautada em dois aspectos fundamentais, sendo o primeiro referente ao próprio conceito de campesinato, quando o autor afirma que, “em tese, é indispensável que se considere a presença exclusiva da força de trabalho familiar nos processos de trabalho da unidade de produção camponesa”, incluindo as etapas de beneficiamento e a agroindustrialização cooperadas popular dos produtos camponeses. Pois de acordo com sua perspectiva, somente a cooperação entre camponeses, e entre camponeses e o proletariado, nas suas mais distintas formas de cooperação, que permitiria o aumento da produtividade do trabalho (CARVALHO, 2010, p.7-8).

O segundo aspecto que completa a construção da autonomia relativa camponesa, refere-se justamente à aliança entre classes sociais populares, em particular do campesinato com o proletariado. Somente através da cooperação entre os sujeitos

submetidos à lógica capitalista de produção, é que pode emergir o enfrentamento capaz de alterar o modelo dominante. Pois a negação da racionalidade capitalista no campo só poderá ser ampla e geral se contar com a aliança de classe com o proletariado e mais, “não apenas negando a lógica do capital como lutando para a instauração de um outro e novo modelo de produção e tecnológico no campo” (2010, p.9).

Analisando o apontamento do autor, compreendemos a necessidade de unir as classes, camponesas e proletárias, para atingir uma racionalidade que contemple e atenda as expectativas desses grupos. No entanto, nos deparamos com a realidade das famílias camponesas, que apresentam características diferentes, como a individualidade presente, por diversos motivos, como formação sociocultural, religiosidade, discussão de gênero, grau de instrução e escolaridade, interesses políticos e ideológicos, entre outros, e que posteriormente podem representar o fracasso na construção dessa aliança. Entretanto, podemos apontar também que a união da diversidade como geração, gênero, etnia, religião, etc., podem ser apontada como fatores que impulsionam a união das classes.

Para complementar o debate, Martins (2002) também aborda a proximidade de discussão existente entre os camponeses e proletariados. Através de um parâmetro de comparação entre as classes sociais: operários e camponeses, assinalando as diferenças entre estes sujeitos. No que diz respeito a sua condição de força de trabalho, o autor expõe que o vínculo do camponês com o capital não é o mesmo do operário, no sentido em que o trabalho do camponês é um trabalho exercido de maneira independente. O que o camponês vende não é sua força de trabalho e sim o fruto de seu trabalho, que nasce como sua propriedade, diferentemente da condição do operário.

Outra abordagem comparativa diz respeito à forma de trabalho, diferente do operário, o camponês não trabalha sozinho, este é realizado pela família camponesa, de maneira coletiva. Isso é reflexo da organização familiar, quando na maioria das vezes, os filhos ao constituírem suas próprias famílias, continuam residindo na propriedade dos pais, por questões de laços culturais e até mesmo, pela dificuldade em conseguir seu próprio local de moradia e trabalho, sua terra, “[...] o camponês é quase sempre a família extensa, constituída por várias gerações, que vivem muitas vezes próximas, no mesmo espaço” (MARTINS, 2002, p.72).

Notamos então que a essência do *ethos* camponês, do saber fazer perpassa muitos elementos, não somente os pertencentes ao sujeito, por herança, se assim podemos dizer, mas principalmente pelas relações estabelecidas entre eles, entre os

camponeses e as outras classes, como o proletariado e, com maior impacto, entre os camponeses e o Estado, através das políticas de incentivo a existência e reprodução camponesa.

Na sequência buscamos compreender o processo de relações políticas entre os diferentes grupos interessados na luta camponesa, e para tal, utilizamos a análise de dois paradigmas que contribuem para o debate camponês no Brasil.

1.3 Paradigmas em questão: a questão agrária e o capitalismo agrário

Para permitir a discussão sobre os paradigmas construídos pelos estudiosos do tema, utilizamos como um dos referenciais brasileiros de grande influência no debate sobre questão agrária as colaborações de Fernandes (2000, 2001, 2013, 2015), que analisa a questão camponesa através dos conflitos existentes entre agricultura capitalista e a forma de produção camponesa.

O debate paradigmático explicita a disputa de modelos que se utilizam do embate das ideias, dos campos de disputas, por meio de relações de poder, para defender e ou impor diferentes intenções que determinam seus modelos interpretativos. Dessa forma, os paradigmas representam interesses e ideologias, desejos e determinações, que se materializam por meio de políticas públicas nos territórios de acordo com as pretensões das classes sociais (FERNANDES, 2015), podendo ser combinados ou contraditórios.

Uma das questões mais afinadas no seu discurso diz respeito ao fim do campesinato, onde Fernandes (s/d, p.6) assinala em seu ensaio “Agricultura camponesa e/ou agricultura familiar”, que “Com relação ao campesinato, neste artigo defendemos o fim do fim do campesinato, para que possamos analisar com eficiência essas novas realidades que acontecem em escala mundial [...]”. Ou seja, precisamos avançar no discurso e superar as visionárias afirmações sobre “fim do campesinato” e “extinção do camponês”, para, a partir daí, conseguirmos ampliar o debate sobre a complexidade e a natureza do camponês e sua permanência na sociedade capitalista.

Nesse sentido, compreendemos que o autor expõe a luta política como principal forma de acesso a terra pelos camponeses. Segundo ele,

No Brasil, nos últimos vinte anos, não foi o mercado que possibilitou a recriação do campesinato, mas sim a luta política desenvolvida por meio das ocupações de terra, que se tornou a principal forma de acesso a terra. Mas, os teóricos da *agricultura familiar* não têm referencial para compreender esse

processo. Assim, ignoraram a parte essencial da formação dos camponeses brasileiros hoje: a luta pela terra (FERNANDES, s/d, p.4).

Tal crítica é direcionada aos pesquisadores que defendem o uso do termo *agricultura familiar* em detrimento do *campesinato*, como substituição não só do referencial escrito, mas principalmente, no que diz respeito às políticas e estratégias mercadológicas focadas no novo sujeito, integrado ao mercado e disposto a participar do banquete do capitalismo.

Fernandes (2015, p.384) reafirma que “tratamos agricultura camponesa/agricultura familiar como um modo de produção e classe social”, referindo-se às diversas leituras que apontam o campesinato e a agricultura familiar como sujeitos distintos. O que Fernandes busca apontar é a realidade do sujeito camponês, que possui poucas opções no cenário atual:

[...] a questão para o camponês é: ou ele se metamorfoseia em agricultor familiar e se integra ou se mantém como ele mesmo e se desintegra. Nestes referenciais não há futuro, porque não há perspectiva desse sujeito continuar sendo camponês (s/d, p.4-5).

Essa perspectiva não é própria da racionalidade camponesa, ela é externa, produzida pela racionalidade capitalista que impõe os caminhos: integra-se ou desintegra-se. Nessa linha de pensamento não há espaço para a autonomia camponesa. O paradigma capitalista não aceita a existência do campesinato, dessa maneira, os últimos resquícios dessa classe devem ser suprimidos pelo modelo dominante, não havendo outra opção. Visão essa que buscamos superar com o desenvolvimento da pesquisa, não apenas no discurso teórico, mas principalmente, através dos camponeses envolvidos nesse processo, nesse caso, os assentados.

O autor esclarece a maneira como o camponês é visto: como um estorvo para os que veem sua desintegração, considerando que do campesinato podem surgir o capitalista e o proletário, e ao mesmo tempo é visto como um estorvo para os que veem sua integração, porque o camponês desenvolve, também, a luta contra o capital, o que representa uma ameaça ao sistema (FERNANDES, s/d). Dessa forma, para os pensadores dessa corrente, extingui-lo seria o mais adequado perante a insatisfação da sua arcaica presença social.

Em outra obra de sua autoria, Fernandes (2000) explica que a destruição do camponês não se efetivou no capitalismo, conforme previsto, “porque sua recriação acontece na produção capitalista das relações não capitalistas de produção e por meio da

luta pela terra e pela reforma agrária” (p.279-280). Assim, ao não conseguir a destruição efetiva do camponês, tenta-se refutar o conceito, e suprimir seus significados (s/d, p.5).

O fato de grande parte dos trabalhos acadêmicos recentes utilizarem o conceito de *agricultura familiar* não significa que o conceito de camponês perdeu seu *status* teórico. Nesse sentido, o autor expressa seu posicionamento crítico em relação a um dos principais teóricos do campesinato brasileiro, José de Souza de Martins (*Impasses sociais e políticos em relação à reforma agrária e à agricultura familiar no Brasil*. www.nead.org.br, 2001), que adotou o termo *agricultura familiar* em seus últimos trabalhos e que mesmo assim, sua obra continua sendo uma das principais referências para o estudo do campesinato, “Uma coisa é a opção teórica e política dos cientistas frente aos paradigmas, o que é extremamente diferente da perda do *status* de um conceito” (FERNANDES, s/d, p.6). A mudança de perspectiva teórica não reduz a importância do conceito. Acreditamos que todos possuem a liberdade de expressar-se por aquilo que acredita, porém o que causa um certo desconforto é o fato de ao mudar de opinião, apontar como retrocesso aquilo que já foi base de suas próprias pesquisas.

As mudanças no uso do termo têm provocado diversos questionamentos acadêmicos, dividindo as linhas de pesquisa que compreendem o agricultor familiar de uma maneira e o camponês de outra. Nessa pesquisa, como já identificamos, o trabalhador rural, assentado é concebido como camponês.

Analisando sua própria obra, Fernandes (s/d, p.3) expõe que os teóricos da agricultura familiar defendem que o produtor familiar é conceituado como aquele que utiliza os recursos técnicos e está altamente integrado ao mercado, dessa forma, não se configurando como um camponês.

Desse modo, pode-se afirmar que a agricultura camponesa é familiar, mas nem toda a agricultura familiar é camponesa, ou que todo camponês é agricultor familiar, mas nem todo agricultor familiar é camponês. Criou-se assim um termo supérfluo, mas de reconhecida força teórico - política. E como eufemismo de agricultura capitalista, foi criada a expressão agricultura patronal (FERNANDES, 2001, p.29-30).

A adoção do termo agricultura familiar, acompanhada da construção teórica, tem influenciado a compreensão e percepção do sujeito camponês enquanto representante do velho, arcaico e atrasado modelo de vida e produção, enquanto o agricultor familiar representa o novo, o moderno, o progresso (FERNANDES, s/d), o integrado ao sistema e, portanto, assimila-se rapidamente através do paradigma do capitalismo agrário, como única possibilidade de sobrevivência.

Outro autor de referência nos estudos da questão agrária, Oliveira (1991, 2007, 2010), expõe em seus textos a presença do campesinato e a necessidade de compreender o processo de capitalismo agrário como desigual, contraditório e combinado. Em sua obra “Agricultura camponesa no Brasil” Oliveira (1991) explica que o desenvolvimento desigual do modo capitalista de produção é igualmente comparado à reprodução ampliada, pois esta somente será possível se for articulada com relações sociais não capitalistas de produção.

A contradição existente no modo capitalista de produção é o grande revelador do desenvolvimento desigual e combinado do campo brasileiro, pois segundo Oliveira (1991) este campo ao mesmo tempo em que abre espaço para o avanço do trabalho assalariado, igual e contraditoriamente, abre espaço ao avanço do trabalho familiar, permitindo dessa forma que se fortaleçam as relações não capitalistas de produção no seio do capitalismo agrário.

Sendo assim, “desenvolvimento capitalista contraditório e desigual significa que para seu desenvolvimento ser possível, ele tem que desenvolver aqueles aspectos aparentemente contraditórios a si mesmo” (OLIVEIRA, 1991, p.18), pois “o próprio capital pode lançar mão de relações de trabalho e de produção não capitalistas para produzir o capital” (1991, p.19), através do trabalho familiar camponês. Tal é a contradição no modo capitalista de produção, que:

[...] o capital não expande de forma absoluta o trabalho assalariado, sua relação de trabalho típica por todo canto e lugar, destruindo de forma total e absoluta o trabalho familiar camponês. Ao contrário, ele, o capital, o cria e recria para que sua produção seja possível, e com ela possa haver também a criação, de novos capitalistas (OLIVEIRA, 1991, p.20).

Sobre esses aspectos, é importante frisar que existem correntes teóricas que divergem sobre os paradigmas apontados. Na obra de Oliveira (1991), por exemplo, o autor expõe a presença de vertentes teóricas distintas, sendo que um grupo de autores observa o processo de desenvolvimento do modo capitalista de produção em sua etapa monopolista, através do processo de generalização das relações de produção especificamente capitalista no interior da produção agrícola. Para este grupo, o processo se daria por dois caminhos, primeiro a destruição do campesinato, que levaria a configuração de duas classes sociais distintas: os camponeses abastados (pequenos capitalistas rurais) e os camponeses empobrecidos (que se tornariam proletários). O segundo caminho, seria o da modernização do latifúndio, transformando-se em

empresas capitalistas. Segundo o autor, este grupo de teóricos entende a persistência de relações não capitalistas de produção no campo como resíduo em vias de extinção.

Outro grupo de autores compreende o processo de penetração de relações capitalistas de produção no campo através de um processo de separação em três etapas: a primeira seria dada pela separação do camponês das bases comunitárias tradicionais, ou como Oliveira explica, estaria destruída a economia natural e o produtor tornar-se-ia produtor individual. A segunda etapa seria gerada pela introdução da economia de mercado e a terceira etapa seria dada pela separação dos meios de produção do pequeno produtor mercantil e sua consequente proletarização.

Um terceiro grupo de teóricos entendem as relações não capitalistas de produção no campo hoje como criadas pelo próprio processo contraditório de desenvolvimento do modo capitalista de produção, ou seja, seria o próprio modo capitalista de produção dominante que geraria relações capitalistas de produção e relações não capitalistas de produção combinadas ou não, em função do processo contraditório intrínseco a esse movimento (desenvolvimento) (OLIVEIRA, 1991, p.46).

Na concepção de alguns autores, como Fernandes, existem duas correntes principais, uma que condiciona o campesinato ao fim e outra propõe a sua recriação. O paradigma da questão agrária e o paradigma do capitalismo agrário podem ser caracterizados, como descreve Fernandes (2015, p.390) da seguinte maneira: “o paradigma da questão agrária tem como ponto de partida as lutas de classes para explicar as disputas territoriais e suas conflitualidades na defesa de modelos de desenvolvimento que viabilizem a autonomia dos camponeses”. Assim, tal paradigma entende que os problemas agrários fazem parte da estrutura do capitalismo, e dessa maneira, a luta contra o capitalismo é a perspectiva de construção de outra sociedade (FERNANDES, 2008).

Sendo assim, o paradigma da questão agrária está disposto em duas tendências, conforme cita o autor: “a proletarista, que tem como ênfase as relações capital trabalho, entende o fim do campesinato como resultado da territorialização do capital no campo; a campesinista que tem como ênfase as relações sociais camponesas e seu enfrentamento com o capital” (2015, p.390). Nesse contexto, cabe esclarecer que concebemos como vertente nessa pesquisa a segunda tendência do paradigma da questão agrária, ao entendermos a necessidade do fortalecimento das relações sociais camponesas para que através do enfrentamento com o capital possam alcançar a autonomia camponesa.

Já o paradigma do capitalismo agrário, compreende as desigualdades geradas pelas relações capitalistas como um problema conjuntural e que pode ser superado por meio de políticas que possibilitem a “integração” do campesinato ou “agricultor de base familiar” ao mercado capitalista. A perspectiva dessa lógica aponta que campesinato e capital compõem um mesmo espaço político fazendo parte de uma totalidade (sociedade capitalista) que não os diferencia, porque a luta de classes não é elemento desse paradigma (ABRAMOVAY, 1992).

Nessa vertente observamos dois pontos que serão discutidas no desenrolar no texto, a primeira diz respeito a necessidade de políticas que possibilitem a “integração” do campesinato ao mercado capitalista e a segunda, onde os camponeses não são concebidos enquanto classe e, portanto, não possuem necessidades de reafirmação para algo que não se concebe nesse paradigma.

Em sua obra, Gonçalves Neto (1997) trabalha com duas tendências dentro de grandes linhas, sendo: as do que veem na agricultura um entrave ao desenvolvimento econômico brasileiro, e a linha que demonstra a funcionalidade da agricultura ao processo de desenvolvimento.

O argumento central da primeira linha de pensamento era que a arcaica estrutura agrária brasileira, centrada no latifúndio, não permitia à agricultura responder à demanda urbano/industrial [...]. Não respondendo à altura, a agricultura se colocava como um entrave ao processo de desenvolvimento econômico (p.53).

De acordo com o autor acima citado diversos aspectos podem ser elencados para exemplificar essa linha de pensamento, sendo eles: a) não oferecendo produção compatível com a demanda, os preços dos produtos agrícolas tenderiam a subir mais que os preços industriais, forçando uma transferência de rendimentos da indústria para o setor rural, o que de fato não sanaria o problema, uma vez que centrava recursos nas mãos dos latifundiários que poderiam utilizar os recursos de maneira incorreta, acarretando a não modernização da produção agrícola; b) a manutenção das formas arcaicas de produção, centradas na parceria, meação, etc., afastava a grande população rural do mercado. Pois o assalariamento, ainda incipiente no meio rural, diminuía as possibilidades de expansão do mercado interno de produtos industriais, além disso, retardava o processo de urbanização, uma vez que prendia grande contingente de mão de obra no campo; c) a manutenção destas mesmas formas de produção atrasadas não tornava viável, ainda, o desenvolvimento de um setor industrial voltado para a produção

de máquinas e equipamentos agrícolas, defensivos, adubos, insumos, enfim, uma agricultura moderna.

Mediante os pontos elencados, observa-se que a agricultura atrasada era um empecilho para o desenvolvimento econômico do país, sendo considerada a necessidade de pôr um fim a essa questão, pensamento esse defendido por muitos teóricos brasileiros que aguardavam ansiosos o fim do campesinato.

A segunda linha de pensamento aponta a funcionalidade da agricultura, e na perspectiva de Gonçalves Neto (1997) essa vertente defendia a tese de que a agricultura sempre cumpriu seu papel econômico, não apenas respondendo à demanda urbano/industrial, sem pressionar seus custos, mas contribuindo decisivamente para o processo ao cumprir as chamadas tarefas da agricultura em um processo de desenvolvimento econômico (1997, p.66).

Sobre essa questão Felício (2006) destaca que analisar esses paradigmas auxilia na busca por compreender o papel e o lugar dos camponeses na sociedade capitalista e como será o futuro do campesinato. Em sua obra, o autor interpreta os paradigmas através da existência dos “*think tanks*”, cabe mencionar que esse debate é promovido por Fernandes (2008) como veremos mais adiante. Os “*think tanks*” se definem por um conjunto de pensadores e de produções científicas necessárias para, com elas, dominarem a política.

O domínio político é a sua razão de ser e existir. Para atingirem esse objetivo, constroem referências teóricas a partir de suas leituras e interpretações da realidade e com elas, estabelecem paradigmas, sendo estes um conjunto de pensamentos, teorias e teses com os quais procuram explicar a realidade (FELÍCIO, 2006, p.208).

Dessa forma, constituem-se dois grupos com características e objetivos distintos entre si. O RIMISP (2016) – Centro Latinoamericano para el Desarrollo Rural⁵ -, mantém o pensamento consensual que defende a expansão do capitalismo de maneira única e homogênea, vinculado ao Banco Mundial, apresenta-se como:

RIMISP - Centro Latinoamericano para el Desarrollo Rural es una organización regional sin fines de lucro que, desde 1986, apoya procesos de cambio institucional, transformación productiva y fortalecimiento de las capacidades de los actores y grupos sociales en las sociedades rurales latinoamericanas. [...] Trabajamos para entender las causas de las brechas territoriales en América Latina, aportar en la elaboración de políticas públicas y en la articulación de actores para un desarrollo territorial más equitativo (RIMISP, 2016).

⁵ RIMISP. Disponível em <<http://www.rimisp.org>> Acesso em: 11 de janeiro de 2016.

Em contraponto, tem-se o pensamento crítico, que defende o aprofundamento e a ampliação da discussão numa perspectiva que confronte o pensamento consensual possibilitando a compreensão das realidades em suas complexidades e diversidades. Esses agrupam alguns de seus teóricos no âmbito do “*think tank*” denominado CLACSO (2016) – Centro Latino Americano de Ciências Sociais⁶, – espaço intelectual onde, por exemplo, temos a expressão da Via Campesina (FELÍCIO, 2006), definindo-se como:

El Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO) es una institución internacional no-gubernamental con status asociativo en la UNESCO, creada en 1967. Actualmente, reúne 481 centros de investigación y posgrado en el campo de las ciencias sociales y las humanidades en 37 países de América Latina, Estados Unidos, Canadá, Alemania, España, Francia y Portugal (CLACSO, 2016).

Portanto, destacam-se os dois paradigmas, contraditórios, como sendo um conjunto de pensamentos, teorias e teses que procuram explicar a realidade do campo.

Para Felício (2006, p.209) o paradigma do capitalismo agrário, defendido pelos teóricos do RIMISP, entende que o único futuro para o campesinato está na metamorfose do camponês em agricultor familiar, ou seja, como é inevitável a tendência ao desaparecimento do campesinato, a única possibilidade de sobrevivência do camponês consiste na transformação dele em agricultor familiar, através de sua inserção no mercado, racionalizando ao máximo sua produção, desprendendo-se de seus costumes e tradições, desfazendo-se de seu modo de produção e reprodução social. Essa interpretação corrobora com os questionamentos apontados por Fernandes em suas obras, anteriormente citadas, e que representam o pensamento de um grupo de pesquisadores.

No que diz respeito ao paradigma da questão agrária, defendido pelos teóricos da CLACSO, Felício (2006) entende que a luta pela terra e pela reforma agrária é a forma privilegiada da criação e recriação do camponês. O camponês é aquele que luta pela terra. Sem a luta o camponês deixa de existir, desfaz-se a classe camponesa, como afirma Shanin (2008, p.36), ao ser questionado se o campesinato é uma classe social, ele indaga:

[...] eu diria que para responder a pergunta sobre se os camponeses são uma classe, eu precisaria fazer outra pergunta: o que é que eles fazem? Não o que

⁶ CLACSO. Disponível em <<http://www.clacso.org>> Acesso em: 11 de janeiro de 2016.

eles são, mas o que eles fazem. Porque é no fazer que as classes são definidas.

Nesse sentido, se as classes são a expressão daquilo que se faz, a classe camponesa se constitui como uma classe social que luta pela permanência na terra diariamente. Somente através da luta camponesa é que se pode resistir e continuar existindo.

É justamente sobre esse aspecto que propomos a discussão a seguir, a fim de compreender a necessidade e os motivos da luta camponesa pela terra, como base e possibilidade de manutenção da reprodução social camponesa.

1.4 A permanência e luta camponesa pela terra

Refletindo sobre a condição do sujeito camponês, que, necessariamente, está imbricado na luta pela terra e no movimento de resistência camponesa, a autora Margarida Moura (1986) explica que “a luta camponesa no país tem sido frequentemente ignorada, o que torna muitos ativistas e pensadores políticos uma espécie de observadores envergonhados do campesinato brasileiro” (p.51).

Como a própria autora discorre em seu trabalho, é tão marcante a condição de exclusão conceitual e política do camponês que importantes acontecimentos históricos sobre a luta camponesa são ignorados das análises acadêmicas e partidárias, sendo revisados rapidamente apenas pelos livros didáticos que explanam questões superficiais. A partir dessa afirmação, percebe-se que existe certo preconceito ou rejeição sobre os que se dedicam a pesquisar essa temática, por aqueles que acreditam ser um tema superado e, que por isso, as pesquisas acadêmicas deveriam fortalecer outros interesses, como o debate sobre o desenvolvimento do agronegócio, por exemplo, induzidos pela falácia de um discurso sobre a manutenção da alimentação populacional no mundo.

Na obra de José de Souza Martins “Os camponeses e a política no Brasil” (1983) há um importante compilado de informações sobre as lutas camponesas desenroladas no Brasil, destacando alguns eventos principais, como a Revolta do Contestado que ocorreu na região Sul do país, em uma disputa de limites entre os estados de Santa Catarina e do Paraná, devido à construção da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande. Para que fosse possível desenvolver o programa de colonização, com a venda da terra a colonos estrangeiros, era preciso expulsar da terra os antigos posseiros, o que começou a ocorrer em 1911. Nesse momento, o clima de tensão já tomava conta da região, devido

o grande número de trabalhadores desempregados por conta do término da construção da ferrovia e que não foram recambiados aos seus locais de origem. Diante desse panorama, as condições culminaram na guerra, no período de 1912 a 1916, envolvendo mais de 20 mil camponeses.

Destaca-se também a Revolução de Canudos com os conflitos que ocorreram na Bahia, onde Antônio Maciel, mais conhecido como Conselheiro se estabeleceu numa fazenda abandonada no sertão baiano, à margem do rio Vaza-Barris, chamada de Canudos, onde fundou uma grande povoação de peregrinos, denominada Belo Monte, que chegou a ter mais de trinta mil habitantes. A Guerra de Canudos se desencadeou então, em 1896-1897, Antônio Conselheiro e seus adeptos foram combatidos e praticamente exterminados pelo Exército, com base na acusação de que eram monarquistas (MARTINS, 1983).

Trazemos nesse contexto a análise realizada por Martins (2002), sobre o processo das lutas camponesas. Para este autor, as lutas camponesas geralmente não são lutas pela transformação social, mas sim lutas contra o perecimento, pela preservação da condição camponesa, contra a conversão da terra em instrumento direto ou indireto do capital, pelo reconhecimento do caráter transformador da acumulação de capital.

Oliveira (2007) complementa afirmando que o processo de luta pela terra se renova com os movimentos sociais, e dessa forma, não se está diante de um processo de luta para não deixar a terra, mas sim, diante um processo de luta para entrar na terra e permanecer como camponeses autônomos, pois a “terra tem sido mantida improdutiva e apropriada privadamente para servir de reserva de valor e/ou reserva patrimonial às classes dominantes” (p.139).

Nota-se que o motivo direcionador dessas lutas é justamente manter a condição camponesa perante o capitalismo, que busca de diversas formas mina-la, principalmente através da proletarização do trabalho camponês, atingindo diretamente a unidade de produção familiar. Mais que tudo, são lutas pela permanência na terra e pela autonomia da família camponesa.

Cabe ressaltar o que é sinalizado sobre o processo de apropriação dos meios de produção do camponês, e conseqüentemente a perda de autonomia, mediante seu principal instrumento de trabalho e reprodução camponesa: a terra.

A terra, porém, que ainda é a base física da produção agrícola, é um instrumento não capitalista de produção, pois ela própria não é produto do capital, como ocorre com os outros meios de produção. [...] Para que a

agricultura entre no circuito capitalista de produção é necessário fazer investimentos de capital, não só o capital constante representado por máquinas e ferramentas, sementes e insumos, mas também em capital variável, o pagamento do trabalho de quem trabalha, o salário (MARTINS, 2002, p.87).

Como fica demonstrado pelo autor, o capital precisa investir dinheiro para fazer o empreendimento agrícola funcionar como empreendimento capitalista, tornando-se oneroso demais para o capital. Isso indica que,

Essa é a razão, também, pela qual o grande capital prefere, muitas vezes, assegurar que o camponês sobreviva, obrigando-o a modernizar-se, isto é, a tornar-se um capitalista pequeno ou um trabalhador que vive como trabalhador, mas que produz como pequeno capitalista para o capital (MARTINS, 2002, p.88).

Esse é justamente o movimento contraditório e combinado do capitalismo, como explica Oliveira (1991), uma vez que não é de interesse do capital acabar com os camponeses, pois estes representam a manutenção do próprio sistema capitalista.

Perante essa exposição, mantém-se o questionamento que embasa a presente pesquisa, qual a fundamentação em afirmar que o campesinato será extinto, tendo como base a explicação do autor acima, onde o próprio capital necessita dele para sobreviver?

Questões como essa fortalecem o sentido de continuar, ampliar e incentivar pesquisas que reforçam a emergência em abordar o camponês como um sujeito presente na sociedade e participante ativo do processo de manipulação do capital, assim como o operário. Embora essa condição tenha apresentado alguns avanços, como observado em estudos sobre a resistência camponesa e a luta pela terra, muitos são os desafios impostos pelo modelo capitalista.

Sendo assim, é importante destacar o que Martins aponta como os principais motivos que desencadeiam as lutas camponesas.

É nesse sentido que a luta pela terra questiona o sistema em seu conjunto e propõe, no fundo, que o sistema seja reinventado. [...] É nesse sentido que a luta pela terra questiona o capitalismo, questionando uma forma de capitalismo. É nesse sentido que ela, querendo ou não, propõe uma visão totalizadora e crítica do que é o capital, de seus efeitos socialmente desagregadores (2002, p.90).

Refletindo a partir dessa ótica, observamos que os movimentos de luta e resistência camponesa buscam, além do simples ideário de conseguir a terra, uma superação do atual modelo capitalista e, o fim da subordinação do camponês ao capital,

como explica Oliveira (2007, p.67), “a luta pela terra não se pode restringir apenas e especificamente, à luta pelo direito do acesso à terra; deve, isto sim, ser a luta contra quem está por trás da propriedade capitalista da terra, ou seja, o capital”.

Os movimentos sociais mudaram seus lemas ao longo do tempo, buscando justamente manifestar as lutas travadas em cada período. Sobre isso, os autores Laureano e Moreira (2009) descrevem em sua obra “MST: 25 anos de luta por reforma agrária”, os lemas adotados nos cinco congressos realizados pelo MST no período de análise: o 1º, em 1985: “Terra para quem nela trabalha”; o 2º, em 1990: “Ocupar, resistir e produzir”; o 3º, em 1995: “Reforma agrária, uma luta de todos”; o 4º, em 2000: “Reforma agrária, por um Brasil sem latifúndio” e, em 2007, o 5º: “Reforma Agrária: por Justiça Social e Soberania Popular”. Acrescenta-se o 6º congresso realizado em 2014, cujo lema foi “Lutar! Construir Reforma Agrária Popular!”.

Na análise de Oliveira (2007, p.140) há uma maneira para entender a importância dos movimentos sociais de luta pela terra, que é através de suas palavras de ordem, que foram se transformando ao longo da história política do país e dos direcionamentos que a política de reforma agrária ia construindo, vejamos:

a) Entre 1979/1983 o lema era “Terra para quem nela trabalha”, representando a formação do MST;

b) Em 1984 o novo lema foi “Terra não se ganha, terra se conquista”, quando o movimento começou a enfrentar resistência ao acesso à terra;

c) Em 1985/1986 o lema “Sem Reforma Agrária não há democracia” e “Reforma Agrária já” fazia alusão à resistência durante o Governo Sarney, quando o movimento percebeu que o I PNRA não estava sendo implantado;

d) Em 1986/1987 as palavras de ordem “Ocupação é a única solução” e “Enquanto o latifúndio quer guerra, nós queremos terra” representavam o aumento da violência que atingiu os trabalhadores, as lideranças, advogados, políticos e religiosos;

e) Em 1988 o lema “Reforma Agrária: na lei ou na marra” estava direcionado ao processo de construção da Constituinte de 88;

f) Em 1989 “Ocupar, Resistir, Produzir” era o lema do período onde os assentamentos começaram a ser conquistados;

g) Já em 1990/1991, durante o Governo Collor, o lema “Reforma Agrária: essa luta é nossa” referenciava novos rumos da luta pela terra;

h) Em 1992/1993 o lema “MST, agora é pra valer” reforçava o movimento e as conquistas atingidas até o momento;

i) Em 1995 a palavra de ordem “Reforma Agrária: uma luta de todos” passou a ser utilizada com a eleição de Fernando Henrique Cardoso, com um significado político muito importante: a consciência da necessidade de envolvimento do movimento articulado com a sociedade como um todo;

j) E no ano 2000 o lema passou a ser “Reforma Agrária: por um Brasil sem latifúndio”, numa clara alusão à necessidade histórica do fim das terras improdutivas e o cumprimento ao legado constitucional de que a terra tem que cumprir sua função social.

Percebe-se então que a luta pela terra é o cerne dos movimentos camponeses e suas palavras de ordem são alteradas de acordo com o momento político enfrentado. Além da posse da terra, as necessidades posteriores à conquista da terra, como: trabalho, produção, reprodução social, envolvimento de toda sociedade rural e urbana na luta pela terra, a questão do latifúndio, a justiça social e a soberania dos povos e a luta por uma reforma agrária popular, tomam lugar nos discursos políticos dos movimentos.

Para os camponeses não basta estar na terra, é preciso ter condições de permanecer nela, o que aponta que outras lutas são travadas no meio rural após a conquista da terra. A luta pela resistência, pela permanência, pela autonomia de produção e comercialização são lutas diárias que, raramente, são apresentadas pela mídia à sociedade.

[...] as lutas camponesas tendem a ser típicas lutas de resistência à expansão capitalista e resistência à sua destruição pelo capital. [...] embora o conservadorismo camponês não deixe de carregar consigo, [...] as contradições de uma oposição ao capital e àquilo que o capital representa como destruição de um modo de vida (MARTINS, 2002, p.101).

Esse panorama de lutas reflete a forma como a sociedade percebe os camponeses e o modo como estes estão subordinados ao capitalismo e as suas contradições e mazelas. Mas quem são esses camponeses expropriados e subordinados ao capital? Essa é uma indagação comumente levantada pelos pesquisadores e estudiosos do assunto, pois remetem a outras questões: os camponeses foram extintos? Os camponeses serão extintos? Para que servem os camponeses?

Para Carvalho (2010) existem fatores secundários que induzem a expropriação camponesa, mas indica que a contradição principal entre o campesinato e a burguesia agrária reside na possibilidade efetiva da perda da terra pelos camponeses devido à pressão econômica, política e ideológica exercida pelas grandes empresas capitalistas no campo sobre a terra e territórios camponeses.

Cabe destacar o que concebemos por território camponês que, conforme explica Fernandes (2012) é o espaço de vida do camponês, configura-se como o lugar de existência da diversidade de culturas camponesas, “uma unidade de produção familiar e local de residência da família, que muitas vezes pode ser constituída de mais de uma família” (FERNANDES, 2012, p.746). Abordaremos sobre isso mais adiante.

A pressão econômica, política e ideológica descrita acima por Carvalho (2010) pode ser compreendida através da análise de diferentes ramos do agronegócio, como agroindústrias de aves, suínos, bovinos, cultivo de uva e fumo, mais presente na região sul do país, entre outros exemplos. Nesse processo, instala-se a pressão e ameaça aos camponeses, fragilizando a luta e a condição de sobrevivência, frente às ameaças da burguesia agrária, “a ameaça e a prática objetiva de usurpação das terras camponesas pelas empresas capitalistas é o fator que provoca a maior parte dos conflitos sociais na terra e pela terra” (p.6). Essa situação influencia diretamente o movimento camponês e àqueles que lutam para permanecer na terra, pois “a perda da terra significa para os camponeses, portanto, a extinção da própria condição de ser camponês” (p.6).

O autor sugere que a superação da contradição principal só será possível com a negação da racionalidade capitalista no campo pelos camponeses com o apoio do proletariado, como apresentado anteriormente, mesmo que essa classe possua interesses diferentes dos camponeses na luta social, sinalizando que a luta pela terra deve ser uma luta de todos, não somente daqueles de vivem no campo, mas daqueles que diretamente dependem deste para a manutenção de suas famílias, através da relação existente entre produção e comercialização de alimentos básicos para o consumo.

Nesse contexto, buscamos através da reflexão de Marques (2008b) assimilar que a luta pela terra existente no país atualmente, constitui, de um modo geral, mais um capítulo da história do campesinato brasileiro, movido pelo conflito entre a territorialidade capitalista e a territorialidade camponesa inaugurado com a criação do mercado de terras no Brasil na segunda metade do século XIX. A autora reforça que as novidades dessa luta na atualidade são muitas, a começar pelo processo de “recampesinização” da família sem-terra que se dá com o assentamento destas.

Esse processo representa um movimento em sentido oposto ao processo de proletarianização em curso no campo e que nega o poder incondicional e avassalador deste, demonstrando que a possibilidade de recriação camponesa não se esgota com a expropriação e migração destas pessoas para a cidade (2008b), pois muitas vezes

reafirma a luta camponesa pelo retorno a terra, assim como Shanin (2008) expõe que aconteceu na Rússia, com o retorno dos camponeses.

Tratar de campesinato remete a migração, pois o camponês brasileiro é um migrante e sua expropriação não tem representado uma ruptura total de seus vínculos com a terra. A maioria deles mantém alguma relação com o campo, seja ela mais próxima ou mais distante – relação direta de trabalho, vínculos familiares, relação de origem etc. (MARQUES, 2008b). A necessidade do retorno pode ser vista em inúmeros casos e exemplos de pessoas conhecidas e familiares que viveram parte de suas vidas no campo e almeja algum dia, ter a possibilidade de retornar, como se o retorno representasse a completa satisfação de vida pessoal do sujeito, o fechamento do ciclo da vida. Essa situação constatamos também no trabalho de campo com os assentados, quando ao contarem suas histórias de vida, o desejo de retorno à terra era uma constante em suas falas.

A emergência da luta pela reforma agrária é resultado de conflitos desencadeados no campo numa fase caracterizada pelo forte crescimento econômico do país, associado ao avanço da industrialização e da oferta de trabalho urbano, com mudanças significativas na cidade. Sua ampla disseminação se dá, porém, quando o país reafirma a sua opção por um modelo de agricultura extremamente excludente e as oportunidades de trabalho na cidade tornam-se mais restritas e exploratórias. Assim, a reforma agrária surge como alternativa de trabalho, morada e reprodução social para um número crescente de trabalhadores pobres que, dada a sua baixa qualificação em relação às atuais exigências do mercado, dificilmente encontrariam melhor forma de inserção produtiva, a não ser no campo (MARQUES, 2008).

Dessa forma, a autora aponta que a luta pela reforma agrária no Brasil passa pela afirmação de um projeto camponês e tem possibilitado a trabalhadores antes proletarizados ou não a experiência de um modo de vida camponês e sua conformação enquanto classe. Porém, é preciso questionar o modelo de reforma agrária, proposto e implantado no país, pois há indícios que apontam divergências no processo, e que consequentemente levam a um cenário contraditório de políticas públicas para o campo brasileiro.

A seguir abordamos a discussão sobre a relação entre Estado e campesinato, buscando compreender o papel do atual Estado no direcionamento de políticas públicas para tratar das questões camponesas.

2. O PAPEL DO ESTADO E OS CAMPONESES

Nesse capítulo, trazemos uma análise sobre as políticas públicas propostas pelo Estado brasileiro para o campesinato, levando em consideração a necessidade de discutir as diretrizes e processos de constituição de tais políticas, que em suma, devem priorizar a reprodução social do campesinato, mas que na prática, tem apresentado outros direcionamentos no território camponês.

2.1 O Estado, Território e as Políticas Públicas

Podemos afirmar que os camponeses do Brasil vivenciam momentos políticos instáveis quanto à permanência e o futuro do campesinato, situação esta diretamente relacionada às políticas públicas implantadas pelos últimos governos para atender as necessidades de um direcionamento mais abrangente: a hegemonia política neoliberal.

Iniciando a discussão trazemos a colaboração de Fernandes (2008) que explana sobre o avanço das políticas neoliberais e as consequências nos ajustes estruturais que provocam pelo menos duas mudanças significativas na sociedade: a minimização do papel do Estado e a maximização do capital na tomada de decisões, principalmente no que diz respeito às políticas de desenvolvimento e, por conseguinte, dos territórios.

O capital maximizado determina ainda mais os rumos das políticas de desenvolvimento, enquanto o Estado minimizado assiste, muitas vezes passivo a criação de leis e políticas que beneficiam muito mais os interesses das empresas capitalistas nacionais/transnacionais do que os interesses da sociedade (p.287).

Reforça que especialmente no campo, assistimos as tomadas de decisões para o desenvolvimento determinadas pelos interesses das empresas nacionais e transnacionais. O autor sinaliza que por meio dos “*think tanks*” são elaborados projetos de desenvolvimento e leis que viabilizam a sua execução, contando com apoio político e muitas vezes com o apoio econômico do Estado. Consequentemente, esta realidade tem gerado e intensificado as desigualdades sociais, por meio da exclusão, expropriação territorial e controle social da maior parte da população rural, com a precarização das

relações de trabalho, desemprego estrutural e destruição de territórios camponeses e indígenas (FERNANDES, 2008, p.287).

A instabilidade vivenciada pelos camponeses é um reflexo das mudanças econômicas e políticas de uma nova fase do modelo capitalista neoliberal e periférico no Brasil. Essa nova fase é muito desfavorável para a luta dos trabalhadores, pois está permitindo um fortalecimento da unidade da burguesia e está agravando as divisões no seio do movimento popular (BOITO JR, 2006).

Contextualizando as relações e processos que levaram a essa situação, vamos abordar as concepções de Estado que permitirão nos aproximar da construção desses processos. De acordo com Mattos (2006), a existência de um modelo de Estado regulador, planejador ou desenvolvimentista, como alguns preferem classificá-lo, não é novidade no Brasil, uma vez que este surge nos países periféricos devido ao processo de desenvolvimento do sistema capitalista, pois decorrente da industrialização tardia desses países, como o exemplo do Brasil, há a necessidade de uma organização política e uma atuação da classe empresarial nacional, de uma poupança interna, para o desenvolvimento da economia, e esse processo torna-se difícil sem a presença do capital externo, promovendo assim, a dependência.

Tal dependência se reflete nas formas adotadas pelo Estado para o atendimento das necessidades da sociedade civil. Temos assistido a diversos acontecimentos que direcionam os camponeses para um processo de subordinação ao capitalismo, mediante as “orientações” apontadas por organizações mundiais que “priorizam” o desenvolvimento dos países, como aponta Johnson (2013, p.151),

A ingerência que o FMI, o BM e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) desempenham nos assuntos internos e na perda de autonomia – através das ‘sugestões’ ou ‘recomendações’ oferecidas por essas instituições – determina com muita frequência a agenda pública.

E dentro dessa perspectiva, são direcionadas também as políticas públicas econômicas e sociais, necessárias para o avanço de questões como a reforma agrária. Dessa forma, observamos no Brasil a existência e participação de uma classe agrária, representada por políticos e empresários do agronegócio, assumindo o controle das políticas públicas orientadas para o campo, que através do poder econômico e político pressionam o Estado, minimizando e marginalizando as políticas voltadas ao

campesinato, em detrimento da promoção de políticas de incentivo ao agronegócio, “sugeridas” e “recomendadas” pelas instituições internacionais.

Para compreendermos a situação dos camponeses frente às políticas públicas e a atuação do Estado, enquanto arranjo institucional que as direciona, trazemos algumas concepções para análise. De início, fazemos menção ao texto de Steinberger (2013) no sentido de expor as breves referências a alguns teóricos clássicos sobre o histórico do Estado que a autora traz sem eu estudo.

Nesse sentido, seguimos a descrição da autora (2013, p.33), iniciando por Platão, que ao propor um modelo de ‘Estado Ideal’, separa o público do privado para dizer que o Estado é o único responsável por zelar pelo público. Já Hobbes advoga a supremacia do Estado como poder diante do qual os homens abdicaram de seus direitos. Espinoza trata o Estado como instância de poder reguladora das individualidades e voltada para a coletividade dos homens que residem em um mesmo território. Locke concebe o ‘Estado Liberal’ como juiz dos conflitos sociais e garantidor da liberdade e dos direitos individuais. Rousseau, ao entender que os anseios coletivos ultrapassam os individuais, define o ‘Estado Contratualista’ como a base legítima para a qual o indivíduo não aliena a sua liberdade natural, apenas a delega ao Estado por meio de um contrato social. Marx introduz o ‘Estado Classista’ afirmando que ele não é um poder criado fora da sociedade de classes antagônicas, mas um produto dela que assume certa independência para garantir o interesse comum e mantê-la dentro dos limites da ordem. Weber considera o Estado como resultado do processo histórico-sociológico da concentração de poder de um agrupamento político que reivindica o monopólio da coação física em um determinado território geográfico.

Mediante esses clássicos, a autora cita alguns dos mais relevantes pensadores que buscam combater o neoliberalismo por caminhos que, apesar de distintos, passam sempre pela discussão da categoria Estado sob a perspectiva mundial: Eric Hobsbawn, reconhece que a acelerada globalização e o aumento da capacidade humana de gerar riqueza diminuem o poder de atuação econômica e social dos Estados-nações e dos governos nacionais, mas ocorre mediante o beneplácito do Estado, ao rejeitar o intervencionismo keynesiano e deixar-se seduzir pelo liberalismo (Idem, p.35); nesse sentido, também Jürgen Habermas: discute em muitos de seus escritos sobre o solapamento do Estado ante a globalização neoliberal. A globalização neoliberal afeta o Estado nacional na segurança jurídica e administrativa, na soberania territorial, na identidade coletiva e na legitimidade democrática. Porém, alerta que as bases

infraestruturais da vida pública e privada, caso abandonadas à regulação do mercado, estarão ameaçadas de decadência e destruição, pois a globalização, ao prejudicar a autonomia e a capacidade de ação político-econômica dos atores estatais, gera um deslocamento do poder para as corporações multinacionais (p.35-36); Boaventura de Sousa Santos defende a descentração do Estado, que significa não o seu enfraquecimento, mas a mudança da qualidade da sua força. Admite que o Estado perde o controle da regulação social, mas ganha o controle da meta-regulação, ou seja, a regulação dos agentes não estatais que adquirem concessões estatais. Para ele, esse controle é o objeto principal da luta política que ocorre num espaço público não estatal no qual o Estado é apenas um componente (p.37); por sua parte, David Harvey desmistifica o papel do Estado na globalização neoliberal e desmascara a crise do capitalismo. Em seu livro, Harvey (2013, p.111-112) afirma que,

O Estado constitui a entidade política, o corpo político, mais capaz de orquestrar arranjos institucionais e manipular as forças moleculares de acumulação do capital para preservar o padrão de assimetrias nas trocas mais vantajosas para os interesses capitalistas dominantes [...]. Isso é típico de práticas imperiais.

De encontro com o pensamento de Harvey encontram-se as elaborações de István Mészáros, o qual não analisa o Estado propriamente, mas o Estado (do capital), isto é, mostra a serviço de quem está. Em dado momento, o autor defende a importância do Estado, como parte de sua discussão sobre a impossibilidade do desaparecimento do Estado no âmbito sistema capitalista.

A formação do Estado moderno é uma exigência absoluta para assegurar e proteger permanentemente a produtividade do sistema. O capital chegou à dominância no reino da produção material paralelamente ao desenvolvimento das práticas políticas totalizadoras que dão forma ao Estado moderno. Portanto, não é acidental que o encerramento da ascensão histórica do capital no século XX coincida com a crise do Estado moderno em todas as suas formas [...]. A atual crise estrutural do capital afeta em profundidade todas as instituições do Estado e os métodos organizacionais correspondentes [...] O Estado moderno constitui a única estrutura corretiva compatível com os parâmetros estruturais do capital como modo de controle sociometabólico (MÉSZÁROS, 2011, p.106-107).

Assim, a necessidade de permanência do Estado frente ao sistema capitalista se torna indispensável, pois mantém a função de protetor dos interesses dominantes. O papel do Estado altera-se de acordo com as transformações econômicas e sociais de cada período histórico.

Outro autor que traz contribuições para o debate sobre Estado é Osório (2014), que aponta para a existência de um Estado complexo, permeado de relações e projetos ora coesos, ora contraditórios, com a presença de um elemento específico e essencial: o poder e a dominação de classes. Assinala que o Estado é muito mais que simplesmente a dominação de classes.

Mas é essencialmente dominação de classes. O Estado é muito mais do que a condensação de relações de poder, mas é fundamentalmente a principal condensação das relações de poder. O Estado é muito mais do que as relações que conformam uma comunidade, mas é essencialmente uma comunidade, porém ilusória. Enfim, o Estado é muito mais do que coerção. Mas é principalmente violência concentrada (2014, p.17).

Nessa perspectiva Osório (2014) aproxima-se do estudo desenvolvido por Poulantzas (2000, p.131) sobre o Estado e o poder das classes dominantes, em que afirma que o “O Estado não é pura e simplesmente uma relação, ou a condensação de uma relação; é a condensação material e específica de uma relação de forças entre classes e frações de classe”.

Desse modo, Poulantzas coloca o Estado como aquele que representa e organiza a ou as classes dominantes.

Em suma representa, organiza o interesse político a longo prazo do bloco do poder, composto de várias frações de classes burguesas (pois a burguesia é dividida em frações de classe), do qual participam em certas circunstâncias as classes dominantes provenientes de outros modos de produção, presentes na formação social capitalista: caso clássico ainda hoje em dia, nos países dominados e dependentes, dos grandes proprietários de terra (2000, p.128-129).

A colocação de Poulantzas nos aproxima da temática do trabalho ao analisar que ainda se pode observar na estrutura do Estado e na condensação das relações de poder a presença dos proprietários de terra articulando-se no interior das classes dominantes. E dessa relação podemos compreender os desafios pelos quais os camponeses enfrentam na elaboração de políticas públicas de incentivo a produção.

Osório (2014) destaca que a principal particularidade do Estado na sociedade moderna capitalista é ser a única instituição que tem a capacidade de fazer com que interesses sociais particulares possam aparecer como interesses de toda a sociedade, característica essa que não pode ser desfrutada por outras instituições importantes dentro da organização societária moderna como as igrejas, os meios de comunicação, as

corporações empresariais, os partidos políticos, os sindicatos ou qualquer outra que não seja o Estado.

Na perspectiva de Osório, o Estado sintetiza interesses particulares e expressa o poder de determinados grupos sociais – o das classes dominantes – sobre os interesses das classes dominadas. O Estado capitalista é sempre um Estado de classes, claramente posicionado.

Esclarece que o “Estado tende a se apresentar de forma distorcida, invertido em relação ao que é; aparece como Estado de todos, como comunidade, como árbitro, mas não como síntese relacional do poder e da dominação de classe”. Isso torna-se possível pois as relações sociais se manifestam como relações entre coisas, ocultando-se e, assim, distorcendo-se. Segundo o autor, esse processo recebe o nome de fetichização, ou seja, outorgar a coisas processos que são resultados de relações entre homens, como por exemplo, atribuir a um boneco a propriedade de fazer mal a uma pessoa ou à pata de um coelho a propriedade de trazer boa sorte, cita (OSÓRIO, 2014, p.28). Dessa maneira, a coisificação do Estado permite analisá-lo como uma comunidade ilusória.

Segundo nesse entendimento, Höfling (2001) ressalta a importância em se diferenciar Estado e governo. Para a autora, é possível considerar Estado como “o conjunto de instituições permanentes – como órgãos legislativos, tribunais, exército e outras que não formam um bloco monolítico necessariamente – que possibilitam a ação do governo” e por Governo, compreende,

[...] o conjunto de programas e projetos que parte da sociedade (políticos, técnicos, organismos da sociedade civil e outros) propõe para a sociedade como um todo, configurando-se a orientação política de um determinado governo que assume e desempenha as funções de Estado por um determinado período (2001, p.31).

A partir dos dois autores, Osório e Höfling, podemos afirmar que há uma concordância com a existência de projetos que são criados e formulados por parte da sociedade, ou seja, a classe dominante, e são direcionados para toda a sociedade, como um projeto social que atenda as necessidades de todos. Ou seja, as políticas públicas direcionadas ao atendimento das necessidades da sociedade não são, necessariamente, elaboradas pelas classes mais necessitadas ou requerentes de tais políticas. E, portanto tornam-se apenas receptoras dos planos de ação traçados em esferas externas, ou classes dominantes antagônicas, que em muitas vezes, não apresentam preocupação com o direcionamento de tais políticas.

Entretanto, para a autora Pereira (2008a, p.146), o “Estado mantém uma relação dialética com a sociedade, abrangendo todas as dimensões da vida social, todos os indivíduos e classes, assumindo diferentes responsabilidades, inclusive as de atender demandas e reivindicações discordantes”. Isso indica, que apesar de ele ser dotado de poder coercitivo e estar predominantemente a serviço das classes dominantes, como defendem os autores acima, também pode realizar ações protetoras, visando às classes subalternas, desde que pressionado para tanto, e no interesse de sua legitimação.

Temos assistido os encaminhamentos no país, observando com nitidez projetos políticos de interesses de classes antagônicas disputando espaço no aparato do Estado, como cita Pereira (2008b, p.91-92),

[...] a política é, em si, uma arena de conflitos de interesses. É justamente por ser conflituosa (e contraditória) que a política permite a formação de contra poderes em busca de ganhos para a comunidade e de ampliação da cidadania. É por meio da luta política que a cidadania se amplia e amadurece.

Nesse sentido, cabe assinalar que existe a necessidade dos camponeses em participar do processo de luta política, buscando reivindicar seus direitos, previsto na Constituição, mas que nem sempre são atendidos pelo Estado. É no processo de disputas políticas de classes antagônicas que podemos observar o direcionamento do Estado para atender os interesses daqueles que lhe apresentam “vantagens” compensatórias, especialmente no quesito econômico. Assim como Luís Sá (1986, p.14) nos aponta:

[...] todos vemos os governantes apresentarem-se invariavelmente como estando ao serviço do povo e do interesse público, dedicados ao interesse nacional, mesmo quando o estudo mais atento dos factos revela que, no fundo, estão ao serviço de uma pequena minoria e de interesses estrangeiros.

Quando expressamos a ideia de classe dominante, estamos concordando com a exposição de Osório quando se trata da definição dessa classe utilizada aqui:

Quando tratamos de classes dominantes, estamos no referindo a um conglomerado social profundamente heterogêneo. Nele se agrupam classes sociais (burguesia e proprietário fundiário), frações (por exemplo, no caso da burguesia: industrial, comercial, agrária, mineradora e financeira) e setores (grande, mediano ou pequeno capital) (2014, p.46).

Mesmo dentro da classe social existem divergências e conflitos relacionados aos interesses das frações e setores que a compõe. Portanto, para Sader (2014), o Estado representa a relação dos interesses das classes dominantes com os das outras classes

sociais. Dessa relação se extrai sua forma de existência, em essência, a disputa entre as classes sociais e o poder que emana sobre os direcionamentos das políticas.

O Estado existe por causa da divisão da sociedade, e as formas de existência pelas quais passa, ganham daí também sua justificação, relacionando-se com o grau de desenvolvimento das contradições de classes na sociedade. Assim, quando Marx diz que o Estado é instrumento das classes dominantes, não está afirmando que é a posse do Estado que lhe dá esse caráter, mas sim que, porque são classes dominantes, o Estado, enquanto preserva as relações sociais que lhes favorecem, funciona como instrumento seu (SADER, 2014, p.110-111).

Nessa percepção, podemos assinalar a presença de classes sociais antagônicas agindo dentro da estrutura de Estado, orientando a concepção de políticas públicas, aqui direcionadas aos camponeses e seus territórios. Sinalizamos anteriormente a compreensão de território camponês a partir da perspectiva de Fernandes (2012) como sendo o território de vida e reprodução do campesinato. Pontua ainda que,

Pode-se dizer, então, que o *território camponês* é uma unidade espacial, mas também é o desdobramento dessa unidade, caracterizada pelo modo de uso desse *espaço* que chamamos de *território*, por causa de uma questão essencial que é a razão de sua existência. A *unidade espacial* se transforma em *território camponês* quando compreendemos que a *relação social* que constrói esse *espaço* é o trabalho familiar, associativo, comunitário, cooperativo, para o qual a *reprodução da família* e da *comunidade* é fundamental. A prática dessa relação social assegura a existência do território camponês, que, por sua vez, promove a reprodução dessa relação social. Essas relações sociais e seus territórios são construídos e produzidos, mediante a resistência, por uma infinidade de culturas camponesas em todo o mundo, num processo de enfrentamento permanente com as relações capitalistas (p.746).

Dentro da perspectiva do autor, temos o trabalho familiar e as relações sociais camponesas como construtoras do território camponês ao mesmo tempo em que o território promove tais relações, tornando-se então, um processo auto construtivo, onde um elemento depende da existência do outro.

Discutir território se torna um desafio frente às diferentes linhas de pensamento que existem sobre o termo. No entanto, faremos uma breve abordagem voltada à relação existente entre território e políticas públicas e, para isso, iniciamos com as contribuições de Gottmann sobre o conceito de território, que aparecem já na primeira página de seu artigo.

Os componentes naturais de qualquer território dado foram delimitados pela ação humana e são usados por um certo número de pessoas por razões específicas, sendo tais usos e intenções determinados por e pertencentes a um

processo político. Território é um conceito gerado por indivíduos organizando o espaço segundo seus próprios objetivos (2012, p.523).

Nessa pesquisa podemos identificar como território o assentamento rural Itamarati, constituído através do processo político de luta pela terra e composto pelos elementos naturais relacionados à produção agropecuária, pertencente aos camponeses.

Nesse contexto, o território é um conceito político e geográfico, porque o espaço geográfico é tanto compartimentado quanto organizado através de processos políticos. Uma teoria política que ignora as características e a diferenciação do espaço geográfico opera no vácuo, cita o autor (GOTMANN, 2012, p.526).

Destaca-se, que para Santos o território não é unicamente ligado a dimensão política, ou seja, organizado somente para atender as ações do Estado e as relações de poder. O território é usado e apropriado por outros agentes, como: as relações de poder, as relações econômicas e simbólicas. Esclarece ainda que,

O território são formas, mas o território usado são objetos e ações, sinônimo de espaço humano, espaço habitado. Mesmo a análise da fluidez posta ao serviço da competitividade, que hoje rege as relações econômicas, passa por aí. De um lado, temos uma fluidez virtual, oferecida por objetos criados para facilitar essa fluidez e que são cada vez mais, objetos técnicos. Mas os objetos não nos dão senão uma fluidez virtual, porque a real vem das ações humanas, que são cada vez mais ações informadas, ações normatizadas. (2005, p.255-256).

Nota-se que a centralidade dessa descrição está pautada na condição do território enquanto espaço humano, habitado, usado, apropriado pelas ações humanas que se materializam pelos objetos e ações. Dessa maneira, o território é construído socialmente, pelas diversas relações que se estabelecem nele. Relações essas que são determinadas também pela fluidez do território, principalmente da fluidez real que vem das ações humanas no território, e que segundo o autor, são cada vez mais ações normatizadas. Tais normatizações, dentro do contexto, podem ser assimiladas as políticas públicas que delimitam e determinam o uso do território.

Ampliando o debate, utilizamos a explicação de Queiroz (2014) que expõe o território usado como sendo constituído pelo território forma e seu uso. O território forma constitui a partir do espaço geográfico do Estado e, o seu uso dá-se por meio da apropriação, produção, ordenamento e organização pelos diversos agentes que o compõem, como as firmas, as instituições – incluindo o próprio Estado – e as pessoas.

A partir da ideia do autor podemos compreender que o território e o Estado são interligados por meio das relações estabelecidas, onde o Estado age para produzir políticas públicas que atendam as necessidades da sociedade em determinado território. E que tais políticas devem estar acordadas com os interesses da sociedade, e não em atendimento a determinada classe, em detrimento de outra.

Com a contribuição de Ramos Filho (2015) busca-se compreender como são materializadas as ações no território a partir da influência da imaterialidade e das decisões tomadas nessa esfera.

Compreendo o território como um espaço geográfico delimitado, contornado a partir do exercício de poder por dada classe que projeta suas intencionalidades, desencadeando conflitualidades. A delimitação do território pode se dar no plano material e imaterial. O território imaterial se dá a partir do momento em que o controle no espaço mental de determinadas formas de pensar a realidade, formulações teóricas, leis ou políticas desencadeiam ações materializando-se na realidade. Nesta perspectiva, a política pública é um território ao derivar da luta entre as diferentes classes em determinada sociedade e em determinado tempo histórico (p.53).

Nesse contexto, abordamos como as políticas públicas têm sido tratadas no âmbito do Estado e dos últimos governos brasileiros, quando o assunto é reforma agrária e campesinato, levando em consideração todo o processo de disputas de classes e interesses políticos.

Para pensar política pública a partir do debate paradigmático, como propõe Fernandes (2015), é necessário compreender que estas são construídas por meio de disputas políticas, dependendo da correlação de forças existentes, “são as partes interessadas que em suas proposições de políticas, defendem seus respectivos modelos de desenvolvimento” (p.382). De modo que são elaboradas políticas públicas de subordinação ou políticas públicas emancipatórias.

Aqui o Estado desempenha um papel fundamental no direcionamento dessas políticas, pois os territórios do agronegócio tem se valido de políticas públicas e privadas para se desenvolverem a partir da lógica do trabalho assalariado e da produção de *commodities* para exportação. Enquanto os territórios camponeses necessitam de políticas de desenvolvimento a partir da lógica do trabalho familiar, cooperativo ou associado, para a produção de diversas culturas para os mercados locais, regionais e nacional e para exportação (FERNANDES, 2015).

Sendo assim, cada paradigma deve ter sua linha de elaboração de políticas atendendo suas próprias necessidades e seu modo de produção, pois a ação do

agronegócio em territórios camponeses rompe a territorialidade camponesa e cria a subordinação, expressa pela territorialidade do agronegócio (FERNANDES, 2015), desse modo, como cita o autor as políticas voltadas para atender os territórios camponeses não podem, portanto, ser elaboradas a partir da lógica do agronegócio, pois os interesses distintos influenciam a tomada de decisões. Sendo assim, “As políticas públicas com esses princípios devem ser elaboradas preferencialmente pelos movimentos camponeses, sindicatos e suas confederações” (p.392).

Na explicação do autor, podemos perceber a existência de dois tipos de políticas para o desenvolvimento territorial rural: as políticas emancipatórias e as políticas de subordinação. Segundo ele, as políticas emancipatórias são àquelas formuladas pelo protagonismo e pela participação popular, através da coerência entre as relações sociais e a produção territorial. Já as políticas de subordinação, são elaboradas por representantes ou ideólogos de uma classe para a outra classe, sem a participação e opinião de uma das partes; como forma de manter o controle, de possibilitar a manutenção de uma condição de existência. Dessa forma, conclui que “Isso não significa que políticas de subordinação não contribuam para o desenvolvimento, sim contribui para o desenvolvimento desigual” (p.393), ou seja, tais políticas perpetuam o sistema de subordinação de determinada classe à outra, nesse caso, dos camponeses ao agronegócio, relacionado a hegemonia da classe dominante no campo, ao passo que concentra os meios de produção e o acesso aos mercados.

Quando se refere a formulação de políticas públicas, o autor acentua a necessidade de observar os diferentes interesses das políticas, respeitando assim, as condições de cada classe.

Quando utilizamos a expressão política pública, estamos nos referindo a um programa, projeto ou plano de desenvolvimento elaborado pelos governos ou por estes com organizações da sociedade civil que transformam espaços e territórios. A partir deste pensamento, as políticas públicas são elaboradas em determinados espaços e territórios por instituições públicas e privadas que defendem diferentes modelos de desenvolvimento do país (FERNANDES, 2015, p.393).

Na perspectiva de Fernandes (2015) a elaboração de políticas públicas é resultado da correlação de forças entre instituições que são ou representam interesses de classes – aqui podemos destacar os dois paradigmas da questão agrária como sendo as classes antagônicas. São as partes interessadas que em suas proposições de políticas, defendem seus respectivos modelos de desenvolvimento (agronegócio ou campesinato).

A influência de instituições e organizações da sociedade determinam os rumos das políticas de governos e das políticas de Estado.

Nessa lógica, Fernandes analisa que na última década os movimentos camponeses têm conseguido influenciar mais a elaboração de políticas de desenvolvimento para diferentes setores, como agricultura, pecuária, mercado, indústria, educação, saúde, habitação, etc., ou seja, este conjunto forma as políticas de desenvolvimento territorial, disputando com as corporações capitalistas, denominadas de agronegócio. Essas políticas aconteceram devido a pressão exercida pelos movimentos sociais de luta pela terra, que pressionam o governo. Historicamente, os planos de desenvolvimento para a agricultura foram elaborados a partir dos interesses das corporações e do latifúndio, nos governos militares de 1964 a 1984, como afirma Fernandes (2015).

Já nos governos neoliberais da década de 1990, “as corporações revigoraram-se em *lobbies* e mantiveram forte influência na determinação das políticas e dos modelos de desenvolvimento”, mas, contraditoriamente, ao defender o Estado mínimo, a ideologia neoliberal criou – ao mesmo tempo – tanto políticas de precarização quanto condições políticas para os movimentos camponeses se manifestarem, propondo outras políticas de desenvolvimento (p.383).

O autor nos coloca a situação da elaboração dos planos de políticas públicas, citando que “as disputas por modelos de desenvolvimento não são componentes dos planos e das políticas, porque estes são determinados pelos princípios do paradigma do capitalismo agrário” (p.383) e, dessa forma, não atendem as expectativas das políticas camponesas.

As políticas que foram elaboradas para o paradigma da questão agrária são consequências da luta dos movimentos camponeses e geraram as condições que levaram a criação dos Planos Safra da agricultura familiar a partir de 2001, influenciando a realização do Censo Agropecuário de 2006, quando o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) separou a produção da agricultura familiar ou camponesa da produção da agricultura patronal ou capitalista ou agronegócio e publicou em cadernos distintos (FERNANDES, 2015).

Nesse contexto, percebemos que a política de desenvolvimento territorial rural do país tem uma forte tendência ao agronegócio, o que não nos surpreende, porém, a não discussão e levantamento de propostas sérias pelos estudiosos, essas sim, nos alerta sobre os obstáculos enfrentados pelos camponeses.

A elaboração de dois censos agropecuários e o fato do Brasil possuir dois ministérios de desenvolvimento da agricultura demonstram – ainda mais – que pensar os modelos de desenvolvimento não é uma questão simples, embora esta questão tenha sido evitada pela maior parte dos estudiosos dos paradigmas do capitalismo agrário e da questão agrária (FERNANDES, 2015, p.384).

Podemos refletir esse contexto a partir da existência de dois ministérios que atuam na produção e no desenvolvimento da agricultura, como explica o autor:

O Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento é o mais antigo, criado na época do Brasil Império (1860), é o ministério do agronegócio e, portanto, sempre defendeu os interesses do latifúndio e das corporações. Definiu sozinho as políticas agrárias por mais de um século. O Ministério do Desenvolvimento Agrário foi criado após o massacre de Eldorado dos Carajás (1996) e tornou-se importante para o desenvolvimento da agricultura camponesa/familiar. Sua criação foi resultado da luta camponesa pela terra e por um modelo de desenvolvimento emancipatório, contra o estado de sujeição as políticas de interesse capitalista elaboradas pelo ministério do agronegócio (FERNANDES, 2015, p.385).

A explicação desses fatos expressam os desafios existentes no debate paradigmático, assim como nas disputas territoriais e nos diferentes modelos de desenvolvimento defendidos pelas classes capitalista e camponesa, mediante o aval do Estado. Notoriamente assistimos a tendenciosa direção que o Estado toma em relação ao desenvolvimento do capitalismo agrário em detrimento da agricultura camponesa.

As políticas públicas são criadas para atender os interesses da sociedade, buscando formas de sanar os problemas existentes e prevendo problemas futuros. Devido ao modelo de desenvolvimento adotado observamos que as políticas sociais, para atender uma classe marginalizada da sociedade, tem se apresentado como políticas governamentais, aplaudidas por uns, e criticadas por outros. Mas essas políticas só foram implantadas devido a pressão exercida pelos movimentos sociais que exigem do Estado atitudes para amenizar as desigualdades sociais provocadas pelo sistema capitalista no campo e na cidade.

Segundo Martins (2002), o capitalismo que se expande à custa da redução sem limites dos custos do trabalho, debitando na conta do trabalhador e dos pobres o preço do progresso sem ética nem princípios, privatiza ganhos, nesse caso injustos, e socializa perdas, crises e problemas sociais.

A alternativa encontrada para resolver a questão da distribuição de renda tem sido as políticas sociais compensatórias, sem dúvida necessária nessa circunstância, pois procura atenuar os efeitos danosos do modelo econômico vigente (MARTINS, 2002).

Porém, as políticas compensatórias refletem e legitimam a exclusão por meio de benefícios que não constituem legítima apropriação social dos resultados da economia. Ou seja, os pobres apropriam-se daquilo que é “distribuído” como resultado de sua contribuição participativa no desenvolvimento da economia.

Na explicação de Höfling (2001) as políticas sociais se referem a ações que determinam o padrão de proteção social implementado pelo Estado, voltadas, em princípio, para a redistribuição dos benefícios sociais visando a diminuição das desigualdades estruturais produzidas pelo desenvolvimento socioeconômico. Sobre isso, Carvalho (2014) explica como são compreendidas essas políticas compensatórias:

As políticas públicas ditas compensatórias, mais apropriadamente políticas sociais para os pobres, nada mais fazem do que consolidar essa subalternidade na medida em que constituem como instrumento de facilitação da reprodução social camponesa sob a dominação do capital (p.2).

Para fortalecer a luta camponesa são necessárias mais que políticas compensatórias, é preciso avançar com políticas públicas voltadas para a permanência do camponês na terra, permitindo sua reprodução social através dos incentivos financeiros, desenvolvimento de técnicas e assistência nos modos de cultivo que possam aumentar a produção em articulação com a conservação dos recursos naturais essenciais à sua sobrevivência, proporcionando assim, a autonomia camponesa, e não sua subordinação ao sistema capitalista.

Referente à autonomia camponesa, esta se dá desde a escolha do que produzir à forma adotada de trabalho, como explica Shanin (2008, p.38),

Eles [*camponeses*] são, também, donos de seu próprio trabalho e assim são capazes de escolher sua própria maneira de descansar, o que é importante. Se olharmos para o camponês real, não o camponês abstrato, quando ele está trabalhando, veremos que ele é capaz de sentar-se à sombra de uma árvore numa hora quente do dia e comer um pouco da comida que trouxe de casa, saboreá-la ou até tirar uma soneca. Então, quando o calor diminui, ele retoma o trabalho, e aí ele trabalha realmente pra valer e termina o que tem que ser feito, só Deus sabe quando.

Mesmo não representando a totalidade e, assim não podendo ser generalizado, temos assistido o direcionamento de políticas públicas que mantém o camponês numa relação de dependência do capital, induzindo-o a práticas produtivas que não condizem com sua condição e modo de vida, muitas vezes passando por cima dos seus próprios costumes e hábitos alimentares, introduzindo-os na lógica de produção capitalista.

Para o camponês, é fundamental, ser livre, possuidor dos meios de produção, seus instrumentos, ou pelo menos, “dono de sua vontade quanto ao que produzir, como produzir e para quem vender” (MARTINS, 2002, p.64). Isso indica a discussão sobre o que o camponês deve produzir: aquilo que alimenta a sua família ou os produtos que estão na esteira da balança comercial internacional e que servirão de base para as exportações de *commodities*? Sobre isso, traremos alguns elementos para a discussão através das entrevistas concedidas pelos camponeses assentados.

A imposição de novas relações pelo mercado capitalista, por aqueles que, supostamente, estariam preocupados em incluir os “excluídos” no sistema, pode ser observada na luta e resistência camponesa a este modelo. A resistência pauta-se na discordância daquilo que é amplamente proposto como única forma viável de se inserir na sociedade: o agronegócio.

Conforme aponta Martins (2002), os camponeses precisam comercializar os produtos frutos do seu trabalho, mesmo que o seu trabalho seja independente, “sua vida está residualmente articulada com a trama de relações do mercado” (p.65). Dessa forma, o autor expõe que para que os camponeses consigam comercializar seus produtos precisam estar dependentes e articulados com os setores comerciais intermediários e dos setores financeiros apropriados pelo capital, como uma forma de sobrevivência.

Uma opção para os camponeses são as agroindústrias camponesas, que podem tornar-se um meio viável para integrar e consolidar os produtos da família camponesa no mercado, mantendo todo o processo produtivo nas mãos destes. Mas esse é um assunto que veremos adiante.

As políticas públicas se apresentam na sociedade de classes como favoráveis e orgânicas aos interesses da classe dominante, e assim, aquelas que são direcionadas à denominada 'agricultura familiar', ao serem orgânicas aos interesses das classes dominantes no campo, induzem e submetem a reprodução social da agricultura camponesa à racionalidade capitalista, que como já mencionamos anteriormente, as políticas públicas para a classe camponesa deve partir do seu próprio seio. Não somente pela emulação para a adoção do modelo de produção e tecnológico dominante e pela aceitação passiva da perda do controle familiar sobre os processos de trabalho da unidade de produção, mas, sobretudo, por intencionalmente negarem a presença efetiva de outra lógica de produção como a camponesa contemporânea, afirma Carvalho (2010).

Nesse sentido é possível apontar uma crítica aos movimentos e organizações sociais e sindicais camponeses por aceitarem as políticas públicas de integração ao modelo hegemônico capitalista, contrariando as propostas de superação do mesmo, como aponta o autor.

Os movimentos e organizações sociais e sindicais camponeses, por distintos motivos históricos e políticos, ao se tornarem dependentes dos recursos governamentais para a manutenção e reprodução burocráticas das suas organizações se identificam, quiçá por comodidade, com a lógica produtivista do capital, e aceitam as políticas públicas de integração dependente do campesinato ao capital como seu que-fazer político, na maior parte das vezes sem uma perspectiva estratégica de negação do modo capitalista de produção. Tais movimentos e organizações sociais e sindicais camponeses ao objetivarem a melhoria da renda líquida familiar – por vezes numa tática política similar à de ‘ajuda aos pobres do campo’, reproduzem contraditoriamente a ideologia dominante de superação da economia camponesa a partir da aceitação da tendência histórica do desenvolvimento das forças produtivas pela expansão e consolidação das empresas capitalistas no campo (CARVALHO, 2010, p.4).

Os movimentos sociais de luta pela terra são a base ideológica do camponês e assim, quando se consolida o processo de integração do campesinato ao capitalismo por meio dos movimentos, a consciência do camponês sobre o movimento altera-se. Isso pode gerar uma “descrença” dos camponeses em relação às práticas dos movimentos sociais.

Nesse sentido, para Oliveira (1991, p.13-14) “hoje a articulação entre o capital industrial, o capital comercial e o grande proprietário de terras, tem no Estado a mediação da sua reprodução e regulação”. Essa mediação e regulação que o Estado provê, têm garantido todas as condições para o processo de desenvolvimento do capital, em detrimento da reprodução social camponesa.

As políticas implantadas nos últimos anos do governo não tem incentivado de maneira significativa a autonomia camponesa, pelo contrário, os camponeses têm passado por um período de indução a novas práticas produtivas, e todas, direcionando-os para a subalternidade camponesa, principalmente através das agroindústrias capitalistas, como demonstraremos mais adiante.

Mediante esse contexto, a seguir abordaremos como a política do agronegócio nega o modelo de produção pautado no campesinato de modo a torna-lo invisível perante a sociedade.

2.2 A política do agronegócio e a invisibilidade camponesa

Consideramos importante debater as políticas públicas de incentivo a produção no campo, analisando as ações voltadas para atender o modelo agropecuário de exportação, agronegócio, em detrimento das políticas de incentivo a reforma agrária e ao campesinato, assim como, compreender as transformações ocorridas no território.

Contudo, estamos assistindo a consolidação do poder da classe dominante, através da bancada ruralista, que manifesta seu autoritarismo ao colocar no seio do debate agrícola brasileiro uma representante do agronegócio⁷, para discutir os rumos do desenvolvimento rural no país. Conforme explica Fernandes (2018) esse caminho foi necessário devido o ajuste político definido pela correlação de forças, sendo assim “Em seu segundo governo, Dilma nomeou para o Ministério da Agricultura uma severa defensora do latifúndio e do agronegócio: a senadora Kátia Abreu. Este foi um indicador que os ruralistas ameaçavam cada vez mais a reforma agrária” (p.76).

A manutenção do sistema capitalista de produção no campo tende a ser estimulada e promovida através de políticas públicas criadas e institucionalizadas por essa mesma bancada ruralista que mantém seus representantes no poder, definindo os rumos da produção agrícola no Brasil, e conseqüentemente, o incerto futuro das políticas públicas voltadas aos camponeses.

Mediante a situação atual do país, observa-se o surgimento de políticas públicas que apontam para perspectivas que não condizem com as propostas lançadas pelos camponeses. Estas se comportam mais como “Políticas anticamponesas” (PETERSEN, 2013, p.86), que não buscam incentivar e sustentar as necessidades da reprodução campesina, através de incentivos a produção e comercialização. Há sim, políticas que sinalizam a perpetuação dos camponeses como subalternos ao mercado capitalista, inserindo-os e mantendo-os sob a tutela do mercado.

Sobre isso, partimos da análise sobre a própria expressão de agronegócio, derivada do conceito de *agribusiness*, que avançou sobre o campesinato, desconsiderando suas raízes históricas e o modo de vida camponês. Considerado como uma prática de incentivo e promoção do monocultivo de exportação, essa expressão:

⁷ A Ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento indicada pelo governo federal em janeiro de 2015 foi a senadora Kátia Abreu (PMDB). Sobre isso, ler: <http://www.cartacapital.com.br/politica/katia-abreu-aprofunda-o-fosso-entre-agronegocio-e-movimentos-sociais-8807.html>; Acesso em 05/05/15. <http://cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/Movimentos-sociais-reagem-as-declaracoes-de-Katia-Abreu/4/32565>; Acesso em 05/05/15. http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2014/12/141215_katia_abreu_nomeacao_rm; Acesso em 05/05/15.

[...] tratava-se de distinguir entre a atividade econômica milenar de produção dos alimentos necessários e fundamentais à existência da humanidade, e, a atividade econômica da produção de *commodities* (mercadorias) para o mercado mundial (OLIVEIRA, 2007, p.147).

Dessa forma, constituíam-se modelos de produção agrícola distintos: a agricultura capitalista e a agricultura camponesa. A expressão agronegócio explica a fusão existente entre agricultura e indústria.

Conforme a denominação de Teubal (2008) o agronegócio é um modelo com características de funcionamento global, destacando o predomínio de capital financeiro, orientando-se, em grande parte, a uma especialização crescente em determinadas *commodities* orientadas para atender o mercado externo e com uma tendência à concentração em grandes unidades de exploração.

Ramos Filho (2015) esclarece que não se deve confundir agronegócio com a grande propriedade ou com o latifúndio improdutivo, apesar de que ele pode ser isto e é também mais amplo que isto. Assim, compreende o agronegócio da seguinte maneira:

Como um complexo de sistemas de produção capitalista que envolve a agropecuária de larga escala, a indústria (alimentos, fertilizantes, implementos, venenos e remédios), finanças (bancos, papéis, empréstimos e financiamentos), centros de pesquisa (engenharia genética, biotecnologia, nanotecnologia), transporte, comunicação, *marketing* e propaganda, ideologia e conhecimento (p.49).

De modo similar, Welch e Fernandes (2008, p.196-197) enfatiza o agronegócio como “um marco conceitual que delimita os sistemas integrados de produção de alimentos, fibras e biomassa, operando desde o melhoramento genético até o produto final”. Nesse sistema todos os agentes que se propõem a produzir matérias primas agropecuárias devem fatalmente se inserir, sinalizam os autores, independente de serem eles pequenos ou grandes produtores, camponeses ou pequenos capitalistas, fazendeiros ou assentados.

Notamos então, que a proposta do agronegócio é inserir todos os produtores num único modelo de produção, voltado essencialmente para o mercado externo de *commodities*. Nessa proposta, as determinações “do que” e “como produzir” é direcionado pelo mercado capitalista mundial, pouco importando as condições pelas quais essa produção será viabilizada.

O modelo de produção agrícola capitalista imposto através do agronegócio passa a ser idolatrado pela mídia como o grande propulsor do desenvolvimento econômico agrícola e, produtor de grãos que alimenta o mundo. Segundo Oliveira (2007, p.148), a

mídia idolatra também as empresas multinacionais e nacionais dos grãos e de outros setores, tais como: “ADM, Cargill, Bunge, Louis Dreyfus, Amaggi, Caramuru, Cutrale, Citrosuco, Votorantim, Nestlé⁸, Danone, Aracruz, Friboi, Bertin, etc.”. Essas empresas desempenham o importante papel de representar a produção de monoculturas no mundo como essenciais à vida humana, reproduzindo discursos falhos e equivocados.

Diante desse cenário, a única opção consideravelmente adequada aos resistentes camponeses, é de uma vez por todas, “integrarem-se às cadeias produtivas do agronegócio, tornarem-se empreendedores, fazendo de sua produção agropecuária um ‘agronegocinho’” (*Idem*, p.149).

A política do agronegócio nada mais é que um retorno às origens do desenvolvimento econômico agrícola no Brasil, quando no passado, produzia-se monoculturas com um único fim: exportar para as coroas portuguesas. Alteraram-se algumas formas produtivas, ampliou-se o mercado, mas o objetivo continua o mesmo, assim como a estrutura fundiária do país, consolidada através desse modelo de produção.

No trabalho de Mendonça (2013) é exposta a forma como os autores Davis e Goldberg (1957) explicam a importância do agronegócio, argumentando que a industrialização da agricultura teria proporcionado uma melhora na ‘qualidade, variedade e nutrição’ da comida para a população urbana, pois através das técnicas de desidratação, salinização, enlatados, preservação, concentração, congelamento e pré cozimento de alimentos a população teria melhores condições de se alimentar.

O papel da mídia nesse processo é fundamental, uma vez que as propagandas de massa passam a divulgar que o “progresso” da sociedade está atrelado à forma como esta se alimenta, para isso, a mídia difundiu, e ainda difunde, a aceitação da substituição de alimentos frescos por produtos industrializados.

Durante a inserção da expressão agronegócio, diversos processos visando a aceitação do conceito, foram impostos pelo mercado. Conforme cita Oliveira (1991) a mundialização da economia brasileira está relacionada a dívida externa, que foi contraída justamente para criar condições ou para ampliar a produção interna para exportação, como já assinalamos anteriormente.

⁸ Em relação à Nestlé, no dia 20 de março de 2018, a sede da empresa em São Lourenço/MG foi ocupada por um movimento de mulheres que denunciam a entrega das águas às corporações internacionais, conduzida pelo então presidente Michel Temer. O movimento alerta para as negociações que estariam ocorrendo no Fórum Internacional das Águas, em Brasília, entre os dias 19 e 23 de março de 2018. Essa notícia pode ser acessada através do link: <https://www.brasildefato.com.br/2018/03/20/mulheres-ocupam-nestle-contra-a-privatizacao-das-aguas/> Acesso em 20/03/2018.

Assim, para pagar a dívida é preciso produzir com mais intensidade e modificar os modos de produção e consumo da sociedade, como por exemplo, expandir as culturas de produtos para exportação, principalmente grão e carnes (bovina, suínas e aves), além de promover a alteração rápida dos hábitos alimentares da população em decorrência da expansão desses produtos, como a substituição do suco natural de laranja pelo suco industrializado, de “caixinha”.

Sobre esse processo de disseminação do modelo produtivo baseado no agronegócio, a autora Mendonça faz referência ao texto de Roy (1967) que distribui flores sobre tal modelo:

O complexo do agronegócio na economia dos Estados Unidos é uma maravilha para o mundo. Provavelmente nenhuma nação, no passado ou no presente, tenha se alimentado tão bem e contribuído imensamente para o suprimento mundial de comida. [...] o complexo do agronegócio nos Estados Unidos é tão eficiente e produtivo que o governo federal teve que instituir vários tipos de controle para evitar a superprodução! (1967, p.7 *apud* MENDONÇA, 2013, p.56).

Importante destacar aqui de qual alimentação o autor se refere, pois os números da produção do agronegócio impressionam, mas não convencem. Uma vez que esse modelo é pautado em *commodities*, como grãos e carne bovina, principalmente. E sabemos que não são esses produtos que abastece a mesa das pessoas, no Brasil, alimentos básicos, levando em consideração as regiões e hábitos alimentares, temos a mandioca, o feijão, o arroz, o milho, as batatas, variações de legumes, frutas e hortaliças, o leite, entre outros. Portanto, discurso falho ao analisarmos o que se produz, por quem se produz e para quem se produz.

Para Cubas (2017, p.143) “É imprescindível a compreensão de que a produção camponesa é em grande parte maior, e muito, mais eficiente, operando com menos recursos, do que a produção do latifúndio”. Em relação a isso, trazemos sua colaboração no sentido de expor os dados que fortalecem tal afirmação sobre quem produz o que no cenário brasileiro, e assim, questionar os dados expostos de maneira tendenciosa pela mídia para promover o agronegócio.

Na compreensão de Cubas,

O controle das terras e o controle da indústria (grande capital nacional e internacional) pelos latifundiários expressam o monopólio da circulação, pois captam a renda da terra pelo setor secundário. A produção é deixada em segundo plano e assim a produtividade esvazia a discussão da questão de quem produz e como se produz. A terra no latifúndio em grande parte é ociosa, é pasto ou ineficiente quando comparada aos territórios camponeses [...] (2017, p.144).

A seguir visualizaremos a construção de um estudo comparativo, organizado pelo autor, que apresenta a produção camponesa e a produção do agronegócio no país.

Quadro 1 – Brasil: produção camponesa versus produção latifundiária (2006)

Tipo		Tamanho da área	
<i>Produção</i>	<i>Pequena (%)</i>	<i>Média (%)</i>	<i>Grande (%)</i>
Soja	24,52	13,67	61,81
Cana	19,39	21,65	58,96
Milho	55,1	11,01	33,89
Arroz	50,9	15,21	33,89
Feijão	89,48	4,34	6,18
Mandioca	92,29	1,88	5,83
Laranja	50,06	17,1	32,84
Banana	87,88	6,56	5,56
<i>Criação</i>	<i>Pequena (%)</i>	<i>Média (%)</i>	<i>Grande (%)</i>
Gado Bovino	39,08	15,12	45,8
Avicultura	87,73	7,83	4,44
Suinocultura	86,2	5,5	8,3

Fonte: Censo Agropecuário de 2006.

Organização: Tiago Cubas, 2017, p.144.

Em destaque no Quadro 1, podemos observamos que o agronegócio produz soja (61,81%), cana (58,96%) e gado bovino (45,8%). De acordo com o autor (2017, p.144) “o gado bovino tem maior destaque no latifúndio, mas mesmo assim, mais de 50% do gado está nas pequenas e médias propriedades”. Ou seja, tais dados nos permitem afirmar a expressão produtiva oriunda da pequena e média propriedade familiar, onde “Os camponeses produzem mais de 50% da produção brasileira para o milho, arroz, e laranja, e mais de 80% para feijão, mandioca e banana, na criação da avicultura e da suinocultura mais de 85% da criação está localizada nas áreas camponesas” (p.144).

Outro ponto que nos leva a refletir são as ações propostas pelos governos no que diz respeito ao desenvolvimento rural e as políticas de expansão do agronegócio na América Latina, caracterizado principalmente pela concentração de capitais transnacionais, especificamente no setor de maquinário, insumos químicos e processamento de alimentos, como alerta Mendonça (2013).

Mediante o cenário internacional e nacional de direcionamento do agronegócio como única e principal possibilidade de desenvolvimento rural agrícola, podemos observar os resultados desse processo de maneira arrasadora para o campesinato brasileiro, pois com a expansão do agronegócio acentuou-se a expropriação dos camponeses de suas propriedades, causando a migração massiva para centros urbanos,

em busca de trabalho, reforçando o que alguns estudiosos chamam de “exército de reserva”, os proletariados rurais.

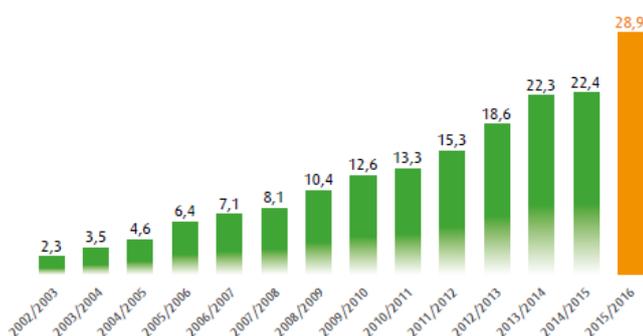
Mesmo diante dessas condições impostas pelo mercado e pelas políticas de incentivo à produção do agronegócio, os camponeses continuam sendo os principais responsáveis pela produção e abastecimento de alimentos para os mercados locais e regionais, colocando em questão o quanto o agronegócio realmente “alimenta o mundo”.

Sobre as políticas de incentivo ao agronegócio em detrimento do campesinato podemos assinalar que os últimos financiamentos refletem o dimensionamento do papel do Estado, para isso basta analisar os dados do Plano Safra 2015/2016, em comemoração aos 20 anos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf)⁹, a data ficará marcada pelo investimento de R\$ 28,9 bilhões para a produção agrícola familiar¹⁰, o maior valor já destinado a esse programa, conforme podemos visualizar na Figura 1 a seguir, para financiamento da produção, entre custeio e investimento, com taxas de juros de 2% a 5,5% ao ano para o agricultor familiar e juros menores para o Semiárido, de 2% a 4,5%.

Figura 1 – Gráfico sobre os investimentos na Agricultura Familiar pelo Plano Safra (2015/2016)

20 anos do Crédito Pronaf com Mais Recursos

Maior volume de dinheiro aplicado na agricultura familiar.
Compromisso com o crescimento



Fonte: Plano Safra 2015/2016.

⁹ “O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) financia projetos individuais ou coletivos, que gerem renda aos agricultores familiares e assentados da reforma agrária. O programa possui as mais baixas taxas de juros dos financiamentos rurais, além das menores taxas de inadimplência entre os sistemas de crédito do País”. Informação disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-creditorural/sobre-o-programa>

¹⁰ Notícia disponível em: <http://g1.globo.com/economia/agronegocios/noticia/2015/06/governo-anuncia-liberacao-de-r-289-bilhoes-para-agricultura-familiar.html> Acesso em 16/04/2016.

Apesar de a informação apresentar o maior volume de dinheiro aplicado na agricultura familiar ter sido realizado no período em questão, podemos observar o impacto das políticas públicas no cotidiano dos assentados a partir da fala do entrevistado IV, sobre a redução da linha de crédito do PAA (Programa de Aquisição de Alimentos):

Eu plantei para o PAA um metro quadrado de salsinha, me rende 70 reais, aí tu vai plantar outra planta não rende o que rende a salsinha, o único problema é que no PAA tu entrega pra 8 mil por ano, agora com esse governo (atual) baixou pra 4 e meio, então pra mim, que sou agricultor, vou plantar os 4 mil e meio, vou, porque não tem outra alternativa mas teria que plantar pra 15, 16 mil, eu tinha que ter uma renda mensal de mil e pouco por mês, só que tu não consegue por causa do governo que te bloqueia em muitos lugares. E daí vamos supor assim, nós tinha 8 mil, nós podia aumentar, nós tinha a expectativa de aumentar, e cortaram e diminuiu. Nós ganhava 8 mil por ano, eu mesmo entregava todo ano 8 mil, entregava maracujá, salsinha, cebolinha verde, beterraba, cenoura, cabotiã, abobrinha, [...]. Hoje diminuiu 3.500 então a minha produção vou ter que diminuir, não posso diminuir porque eu tenho que sobreviver, vou ter que achar um meio pra vender, mas o governo quebrou nossas pernas nessa subsistência que nós tinha (Entrevista A4).

Como já mencionamos anteriormente, o Estado ao promover e incentivar as políticas públicas para o campo brasileiro tem se posicionado favorável a determinados segmentos e classes, comprovado na fala acima. Quando o novo governo assumiu em agosto de 2016 ocorreram mudanças no país, inclusive na redução de incentivos financeiros a algumas linhas de crédito, como Programa de Aquisição de Alimentos – PAA e Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE.

O entrevistado A1 discorre sobre essa redução de crédito a nível estadual: “O Programa diminuiu, a quantia que veio para o estado foi coisa de 600 mil reais, é irrisório. Você põe 300 produtores aqui, dá 2 mil reais para cada um, não dá. A média era o pessoal vender 8 mil por ano de hortaliças só nesses programas”. O descaso com a agricultura familiar é perceptível, uma vez que para o agronegócio os investimentos são galopantes.

Cabe ressaltar a colocação dos autores Grisa e Schneider (2015) sobre os Programas de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Segundo os autores, o PAA, criado em 2003, visando “articular a compra de produtos da agricultura familiar com ações de segurança alimentar (distribuição de alimentos) para a população em vulnerabilidade social” (p.39). Ainda que tenha sido concebido como uma ação estruturante no Programa Fome Zero, o PAA

apresentou certa “timidez” em seus anos iniciais, como explica os autores, mas com a “expansão do Programa, ganhou importante projeção nacional e internacional, servindo de exemplo a ser ‘replicado’ ou ‘exportado’ para outros países” (2015, p.39).

Houve um importante avanço na disseminação do Programa atrelado a “mudança no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) em 2009 e a criação da Lei nº 11.947, que determinou que, no mínimo, 30% dos recursos federais para a alimentação escolar sejam destinados para a aquisição de alimentos da categoria social” (GRISA; SCHNEIDER, 2015, p.39). Além disso, outra mudança na modalidade do PAA alterou as possibilidades de ampliação de mercados para os produtores, conforme citam:

Mais recentemente, em 2012, foi estabelecida mais uma modalidade ao PAA que amplia as possibilidades de mercados. Trata-se da Compra Institucional que permite aos estados, municípios e órgãos federais da administração direta e indireta adquirir alimentos da agricultura familiar por meio de chamadas públicas, com seus próprios recursos financeiros, com dispensa de licitação. Em termos práticos, isto significa o acesso a mercados alimentares demandados por hospitais, quartéis, presídios, restaurantes universitários, refeitórios de creches e escolas filantrópicas, entre outros (*Idem*).

Destacam ainda que as ações do PAA e PNAE têm contribuído para a valorização da produção local/regional, ecológica/orgânica, além de ressignificar os produtos da agricultura familiar, incentivando à justiça social, equidade, artesanidade, cultura, tradição, trabalho familiar, etc.

Entretanto, devemos analisar tais políticas a partir do pressuposto do desdobramento das suas ações no território camponês, tendo em vista que podem se desdobrar em políticas emancipatórias ou de subalternidade. Retomando a discussão dos paradigmas pontuamos que tais políticas estão atreladas ao paradigma do capitalismo agrário que compreende as desigualdades geradas pelas relações capitalistas no campo como um problema conjuntural e, dessa forma, pode ser superado através de políticas que possibilitem a “integração” do campesinato ao mercado capitalista. Por esse caminho, evidenciamos o papel do Estado que, por meio da classe dominante, elabora políticas que reafirmam o paradigma do capitalista agrário, não promovendo a emancipação dos camponeses, mas sim, a sua “integração” por meio da subalternidade ao sistema.

Podemos exemplificar essa condição posta pelo Estado da seguinte maneira, a começar pela linha de crédito do Pronaf, que segundo informações da Secretaria Especial da Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário – SEAD, o acesso ao

programa se dá quando o agricultor familiar possui um projeto daquilo que pretende desenvolver. Os projetos devem ser direcionados para o custeio da safra, atividade agroindustrial, seja para investimento em máquinas, equipamentos ou infraestrutura. Após a definição do que será desenvolvido, o projeto deve ser encaminhado para análise de crédito e aprovação pelo agente financeiro, que no caso da região de Ponta Porã/ MS, é o Banco do Brasil. O agricultor deve negociar o financiamento junto ao agente financeiro, conforme cita SEAD. Dessa forma, o Estado se abstém de qualquer participação na negociação do valor a ser financiado assim como o projeto a ser desenvolvido. Porém, o Estado age através de outros elementos para o direcionamento dos projetos que serão executados no campo, como por exemplo, através do mercado – direcionando a produção para *commodities* – e, das taxas de juros sobre determinados tipos de produção. Discorreremos mais adiante sobre essa questão.

Então, podemos afirmar que as políticas serão consolidadas como emancipatórias ou subalternas a partir do envolvimento e da participação do Estado na execução de tais políticas e programas, uma vez que não está identificado pela SEAD qual projeto o agricultor deverá desenvolver, mas essa definição será estipulada pelas agências financiadoras – que negam a linha de crédito/ financiamento para determinados projetos que na sua perspectiva não será rentável – assim como o Estado, ao direcionar as produções agrícolas ao mercado externo, desfavorecendo a produção de alimentos para abastecimento interno.

Retornando a discussão referente ao repasse das linhas de crédito, temos do outro lado, a ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento¹¹, anunciou a liberação de R\$ 187,7 bilhões para o Plano Agrícola e Pecuário do período 2015/2016 - PAP. O valor é cerca de 20% superior ao da safra passada, que contou com um montante de R\$ 156,1 bilhões disponíveis para o financiamento da agricultura empresarial para viabilizar ao produtor rural e às suas cooperativas de produção os recursos necessários à comercialização de seus produtos no mercado. O valor representa um aumento de 14,8% em relação ao que foi disponibilizado na safra passada 2013/2014, sendo que R\$ 112 bilhões foram destinados para operações de custeio e de comercialização (PAP 2014/2015 e 2015/2016).

¹¹ Notícia disponível em: <http://g1.globo.com/economia/agronegocios/noticia/2015/06/governo-anuncia-r-1877-bilhoes-para-plano-agricola-2015-2016.html> Acesso em 16/04/2016.

Para melhor compreensão, elaboramos um quadro com essas informações assim provavelmente fique mais objetiva a explicação daquilo que gostaríamos de ressaltar: a disparidade entre os quantitativos de crédito ofertado pelo governo.

Quadro 2 – Valores referentes aos investimentos em linhas de crédito para o Plano Safra e o Plano Agrícola e Pecuário – PAP.

	Planos	Plano Safra – Agricultura Familiar (em bilhões)	Plano Agrícola e Pecuário (em bilhões)
	<i>Ministério responsável</i>	<i>Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA</i>	<i>Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA</i>
Períodos	2014/2015	R\$ 24,1	R\$ 156,1
	2015/2016	R\$ 28,9	R\$ 187,7
	2016/2017	R\$ 30	R\$ 183,8
	2017/2018	R\$ 30	R\$ 190,25

Fonte: Planos Safra e PAP.

Organização dos dados: SILVA, 2018.

É importante frisar que houve alteração no Plano Safra 2017/2018, sendo substituído pelo Plano Safra Plurianual 2017/2020, dessa forma, cabe uma interpretação dos números, pois os R\$ 30 bilhões designados para esse Plano deve ser dividido entre as safras 2017/2018, 2018/2019 e 2019/2020, contabilizando em R\$ 10 bilhões por ano/safra.

Cabe ressaltar a alteração que houve com o Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, quando ocorreu o “‘Golpe de 2016’, em que a presidente Dilma sofreu *impeachment* parlamentar” (FERNANDES, 2018, p.75) assumindo o seu lugar o vice-presidente Michel Temer. Ainda segundo o autor, “Um dos primeiros atos do governo golpista, que inaugura a segunda fase neoliberal, foi fechar o Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, o que afetou ou eliminou um conjunto de políticas públicas para o campesinato” (2018, p.77).

Dessa forma, o Decreto N° 8.865, de 29 de setembro de 2016, transfere a Secretaria de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário para a Casa Civil da Presidência da República e dispõe sobre a vinculação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA. No 2° e 3° artigo podemos observar as mudanças:

Art. 2º Fica transferida a estrutura do extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário, prevista no Decreto nº 7.255, de 4 de agosto de 2010, para a Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário da Casa Civil da Presidência da República.

Art. 3º Ficam transferidas, do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário para a Casa Civil da Presidência da República, as competências:

- I - de reforma agrária;
- II - de promoção do desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído pelos agricultores familiares; e,
- III - de delimitação das terras dos remanescentes das comunidades dos quilombos e determinação de suas demarcações, a serem homologadas por decreto.

Sendo assim, na cartilha, a Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD) apresenta a agricultura familiar como um importante segmento para o desenvolvimento do Brasil, citando “São aproximadamente 4,4 milhões de famílias agricultoras, o que representa 84% dos estabelecimentos rurais brasileiros”, sinalizando-a como uma atividade econômica expressiva, principalmente no que diz respeito aos postos de trabalhos gerados no campo e, ainda na questão produtiva, “vem dela 38% do valor bruto da produção agropecuária e o setor responde por sete em cada dez postos de trabalho no campo”, complementa “[...] é responsável pela produção de mais de 50% dos alimentos da cesta básica brasileira, sendo um importante instrumento de controle da inflação” (Plano Safra Plurianual 2017/2020, p.3).

A cartilha reafirma a “importância” dada pelo Governo Federal a esse modo de produção: “O Plano Safra 2017/2020, agora plurianual, reafirma o compromisso do Governo Federal na ampliação da produção de alimentos e na garantia de crédito mais barato para aqueles que produzem a comida que chega à mesa dos brasileiros”. Assim, “Os R\$30 bilhões disponibilizados para o crédito são suficientes para atender as demandas do setor, pois oferecem as condições necessárias para os agricultores familiares investirem na produção” (Plano Safra Plurianual 2017/2020, p.5).

Ora, se a agricultura familiar é tão importante para o desenvolvimento do país, afinal de contas é responsável por mais de 50% dos alimentos da cesta básica brasileira, qual o compromisso do Governo Federal com tal classe, uma vez que disponibiliza para a “ampliação na produção de alimentos” R\$30 bilhões?

As reduções também foram sentidas no PAP 2016/2017 conforme explica na cartilha:

A disponibilidade de recursos para investimento teve redução de 11%, justificada pela expectativa de menor demanda para essa finalidade, ainda que em menor grau ao observado na safra 2015/16, cujas contratações foram acentuadamente inferiores às da safra precedente, devido ao nível de retração da economia brasileira (PAP 2016/2017, p.9).

Obviamente que não há parâmetros de comparação entre a redução de uma linha de crédito e de outra, os valores são dispares demais para que isso seja possível. Ao

analisar o conteúdo das cartilhas podemos observar outra disparidade no modo de divulgar as informações referentes a cada conteúdo. As cartilhas do Plano Safra possuem ilustrações simplórias e de fácil compreensão, além da forma escrita ser mais “acessível”, não possui informações complexas em seu contexto, como observamos nas Figuras 2, 3, 4 e 5.

Entretanto, nas cartilhas do PAP, desde o início percebemos uma *cientifização* dos dados, acompanhados por introduções que analisam e explicam o contexto atual da produção, seguindo com demonstrativos de gráficos e informações elaboradas, mantendo um formato mais “profissional e científico”. As ilustrações se fazem presentes, mas no patamar do agronegócio, “sério e comprometido com a produção agrícola mundial”. Para melhor elucidar essa questão, veja as Figuras 6, 7, 8 e 9 abaixo.

Figura 2. Plano Safra 2014/2015.



Fonte: MDA, 2018.

Figura 3. Plano Safra 2015/2016.



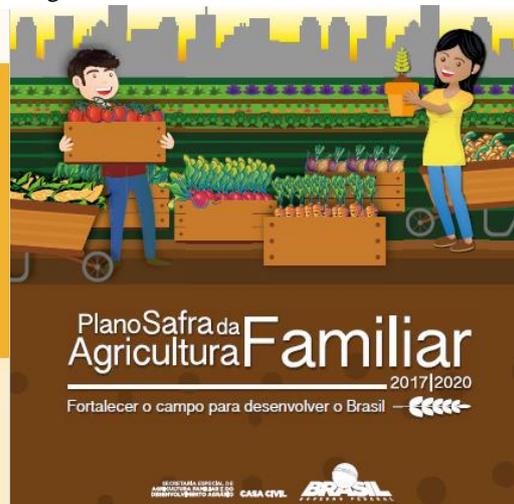
Fonte: MDA, 2018.

Figura 4. Plano Safra 2016/2017.



Fonte: MDA, 2018.

Figura 5. Plano Safra Plurianual 2017/2020.



Fonte: MDA, 2018.

Figura 6. PAP 2014/2015.



Fonte: MAPA, 2018.

Figura 7. PAP 2015/2016.



Fonte: MAPA, 2018.

Figura 8. PAP 2016/2017.



Fonte: MAPA, 2018.

Figura 9. PAP 2017/2018.



Fonte: MAPA, 2018.

Referente a isso, Fernandes (2015) elucida que as disputas por modelos de desenvolvimento não são componentes dos planos e das políticas, porque estes são determinados pelos princípios do paradigma do capitalismo agrário, dessa forma, servem a um princípio: a manutenção do campesinato subalterno ao sistema capitalista.

Durante o discurso, a ministra da Agricultura afirmou que, nos próximos dez anos, o Brasil aumentará em 50 milhões de toneladas a produção agrícola e em oito milhões de toneladas a produção de carnes (bovina, suína e aves) “sem qualquer pressão sobre recursos naturais como terra e água”. Promessa contraditória e duvidosa! Utilizando apenas um ponto de análise para contradizer a afirmação da ministra,

recordamos um discurso realizado em dezembro de 2015, onde a mesma afirmou que para produzir é preciso avançar sobre áreas de florestamento, pois o desmatamento no país foi para criar “uma das melhores e mais produtivas agropecuárias do mundo”¹².

Alguns discursos descomplicando a realidade camponesa no Brasil têm sido constantes nos últimos governos, como forma de “acalmar os ânimos” dos movimentos sociais e dos camponeses, perante as ações realizadas. Enquanto contornam a situação de um lado, com políticas de subalternidade, por outro, avançam com medidas devastadoras e investimentos exorbitantes.

Para Mafort (2015) o fortalecimento do agronegócio promove no país um processo de reorganização do estado brasileiro, tanto no que diz respeito ao investimento, principalmente em termos de logística, como também de abertura de linhas de financiamento e aporte de recursos financeiros através do BNDES.

O BNDES tem representado um forte braço do Estado como indutor do crescimento econômico de várias empresas privadas, causando diversos impactos socioambientais. Isso evidencia que o agronegócio é de fato, o projeto prioritário do Estado e do governo brasileiro (MAFORT, 2015, p.89-90).

Nessa condição, deparamo-nos com a realidade imposta ao campesinato e a consequente exclusão e invisibilidade dessa classe, perante o processo de desenvolvimento rural brasileiro.

No que diz respeito à exclusão, utilizamos como referencial a obra de Martins (2002), que busca explicar as formas como os sujeitos “excluídos” são observados e analisados pela sociedade. Para ele, as pesquisas indicam um desencontro entre o modo como as vítimas da adversidade se situam no mundo e o modo como os acadêmicos, os militantes, os religiosos veem essa situação de adversidade e suas vítimas. Tal fato, não raro de encontrar durante as pesquisas, quando os pesquisadores debruçam-se em busca de possíveis explicações sobre o “por que” e o “como” aquelas pessoas, ou os “excluídos”, chegaram a essas condições.

Portanto, mais do que o real problema social que se oculta por trás da concepção de exclusão, e que já teve outros nomes, é necessário compreender essa interferência ‘de fora’, dos que não tem esse problema, no caso, o da exclusão social (MARTINS, 2002, p.27).

Nesse contexto, o autor expõe um questionamento e levanta a interrogativa:

¹² Notícia disponível em: http://www.biomassabioenergia.com.br/noticia/katia-abreu-fala-sobre-agronegocio-e-desmatamento/20151216092650_S_282 Acesso em 16/04/2016.

[...] por que, os agentes de pastoral, os religiosos, os militantes das causas humanitárias e das causas partidárias oscilam, ao longo do tempo, nessa busca imprecisa de uma palavra que diga o que os pobres são ao invés de uma busca precisa que diga o que os pobres querem? (2002, p.27).

Esse questionamento coloca em alerta como as pesquisas acadêmicas têm procedido ao analisar o sujeito “excluído” do processo e como esses resultados científicos têm demonstrado as informações irrelevantes, do ponto de vista da real condição e consciência do sujeito, pois este é visto apenas sob a ótica do pesquisador, da sua própria interpretação.

A mesma interpretação que gera resultados e discursos sobre um determinado ponto de vista, é criticamente analisada por Martins, pois “Esse discurso sobre a exclusão é o discurso dos integrados, dos que aderiram ao sistema, tanto à economia quanto aos valores que lhe correspondem” (2002, p.31), dessa forma, não são os próprios “excluídos” que se observam nesse processo, mas principalmente, os que estão externos a essa condição.

Martins esclarece que a categoria “excluído” não é verificável na prática, na vivência dos chamados “excluídos”, isso é posto porque os “excluídos” não se sentem dessa maneira. Sobre isso, esclarece que,

A preocupação com o “que fazer com os excluídos” sempre sugere que os próprios “excluídos” não sabem o que fazer consigo mesmos. Precisam, por isso, da ajuda, da orientação e da intervenção daqueles que se incomodam com a situação em que eles se encontram. Porque os pobres são excluídos do ponto de vista de certas categorias sociais que, de fato, não vivem a experiência social da exclusão com a qual se preocupam. A designação “exclusão” não conecta o destino de quem a usa ao destino de quem ela designa. Ao contrário, separa-os (2002, p.40).

Dentro desse conflito, em impor as vontades e arbitrariedades do *eu* para com o *outro*, revela-se o significado da suposta preocupação, nas palavras de Martins (2002).

É preciso, sobretudo, compreender a nossa incompreensão, a nossa resistência em compreender o outro como agente de reprodução da iniquidade que o vitima e ao vitimá-lo nos vitima também. Porque no fim, na prepotência de querer libertá-lo, o que queremos é nos libertar, num certo sentido, nos libertar dele, nos livrar dele. Porque não estamos propondo a construção do novo – apenas a extensão a ele do que já é velho, dos mecanismos de reprodução das relações sociais e não de produção de novas relações (p.45).

Buscando não cair nesse abismo ou armadilha, priorizamos a fala do colaborador entrevistado, e não a interrogativa a este, pois Martins (2002, p.44) alerta que “falar de

exclusão ao ‘excluído’ é humilhá-lo, um gesto de prepotência interpretativa próprio de quem pertence ao mundo do mando e não ao mundo do nós e da partilha”.

Dessa forma, explica que é necessário nos deixarmos capturar pelo outro, ao invés de tentar capturá-lo na armadilha de refutações e dilemas que são nossos e não dele. Assim, a maneira mais integradora de se realizar essa abordagem é por meio da constatação, e não através de uma imposição construída a partir de uma impressão anterior.

Durante a pesquisa buscamos agir dentro dessa proposta de construção integradora do discurso camponês, pois mesmo não aceitando a utilização do termo exclusão ou “excluídos” para designá-los, sabemos da presença dessa forma de leitura por diversos setores acadêmicos, sociais e políticos, que buscam minimizar a participação dos camponeses na sociedade ao considerá-los “excluídos” do processo de “progresso” e “desenvolvimento” do país. Portanto, buscamos dialogar e deixar o entrevistado direcionar a conversa, norteando apenas quando necessário ou esgotado o assunto. Estar presente no assentamento permitiu um contato mais próximo com as famílias, houve um sentimento de confiança por parte dos camponeses entrevistados proporcionado por uma pessoa de dentro do assentamento, que nos direcionou e aproximou das famílias que foram entrevistadas. “Você não é do INCRA, né?” seguido de risos abria espaços para diálogos mais próximos.

Nota-se que a exclusão e a invisibilidade camponesa se dão, principalmente, quando o capitalismo expropria os camponeses, reduzindo o rendimento deste ao mínimo necessário à sua reprodução física. Essa condição é imposta através das agroindústrias capitalistas que se inserem no campo, como exemplo, Oliveira (1991) cita a agroindústria açucareira, os produtores de uva e vinho, que ficam subordinados às multinacionais de vinho, os produtores de ervilha, tomate, figo, etc., que submetem aos mandos e desmandos das agroindústrias como Cica, Paoletti, Peixe, entre tantas outras. Isso sem comentar as agroindústrias de produção de carnes, como aves e suínos, que mantêm os camponeses submissos ao sistema e invisíveis perante a sociedade, como se não fizessem parte da produção da riqueza no país.

Essa discussão nos encaminha para o próximo capítulo, pois as políticas públicas têm incentivado determinados projetos de desenvolvimento para o meio rural em detrimento de outros, como o projeto camponês e a reforma agrária. Dessa maneira, nossa proposta será analisar os encaminhamentos das políticas públicas para o campesinato ou para a reforma agrária de mercado.

3. REFORMA E CONTRARREFORMA AGRÁRIA

Nesse momento, nossa reflexão pauta-se em considerar dois processos contraditórios sobre os rumos da reforma agrária no país: de um lado a reforma agrária, que daria bases para a reprodução camponesa e, de outro, a chamada contrarreforma agrária, ou reforma agrária de mercado, orientada por ações estratégicas internacionais para consolidar o modelo hegemônico de produção capitalista.

3.1 Política de Reforma Agrária ou Política de Reforma Agrária de Mercado (RAM)?

Para debater a reforma agrária é possível seguir por diferentes linhas de pensamento, há aquelas que defendem que tal questão já foi superada (Paradigma do Capitalismo Agrário) e, contraditoriamente, àquelas que expõem fatos indicativos de que é preciso reformular as bases da luta pela terra e, conseqüentemente limitar a grande propriedade que não exerce sua função social¹³ e, assim promover a reforma agrária (Paradigma da Questão Agrária). Nesse contexto, caminharemos pela linha teórica que compreende a necessidade da reforma agrária como possibilidade de manutenção do campesinato e das relações sociais e produtivas da família camponesa.

Mas para isso, precisamos compreender quem são os camponeses que estão no processo de luta e permanência pela terra, pois são os próprios camponeses que promovem e integram os movimentos e podem direcionar os encaminhamentos para a consolidação de uma reforma agrária completa, justa e equilibrada. Pois como nos alerta Fernandes (2018) “Tem sido sempre uma reforma agrária inacabada, feita aos pedaços, em pequenas frações, que as lutas populares possibilitaram conquistar” (p.76).

Pensando o sujeito camponês, durante uma exposição sobre o colapso agrícola ocorrido na Rússia, após a extinção das fazendas coletivas, Shanin (2008) afirma que não basta se designar camponês para permanecer na terra, é preciso conhecer o modo de vida camponês.

¹³ **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988, CAPÍTULO III - DA POLÍTICA AGRÍCOLA E FUNDIÁRIA E DA REFORMA AGRÁRIA. Art. 186. A função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos:**

I - aproveitamento racional e adequado;

II - utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente;

III - observância das disposições que regulam as relações de trabalho;

IV - exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores.

Ser camponês é saber como combinar muitas ocupações como trabalhar a terra, cortar madeira, cuidar de animais, cultivar alimentos, consertar máquinas. A verdadeira característica e definição dos camponeses têm como um de seus fundamentos essa natureza especial do campesinato, que nunca é uma coisa só, é sempre uma combinação (2008, p.41).

Essa combinação de elementos do *ethos* camponês é importante no processo de permanência no campo e resiliência para superar os desafios e obstáculos presentes no cotidiano do assentamento, entretanto, não é condição determinante para a permanência do homem no campo, até mesmo porque devemos levar em consideração que existem, nos movimentos de luta pela terra, a presença de trabalhadores urbanos.

O autor aponta que essa prática cotidiana do campesinato não é algo que se aprende na universidade, são ensinamentos passados no interior da família camponesa, o menino aprende com o pai e a menina com a mãe. As tarefas diárias de como lidar com a terra, com os animais, com os produtos colhidos, etc., é que ajudaram a constituir o universo camponês familiar. E somente dessa forma os camponeses estão aptos a sobreviver na terra.

Agora, é uma técnica, uma ocupação ou, se quiser, uma profissão, que as pessoas aprendem desde criança e, sem isso, o campesinato não consegue administrar sua própria casa. Não dá certo simplesmente distribuir terras para as pessoas se elas não possuem essa convivência com o modo de vida camponês desde nascido (SHANIN, 2008, p.41).

Observamos na fala do autor certa preocupação sobre o processo de distribuição de terras, isso porque o despreparo das pessoas assentadas pode significar maior dificuldade em trabalhar com a unidade produtiva familiar camponesa.

[...] está havendo a distribuição de terras para pessoas que não têm todo esse preparo. Algumas pessoas, quando são assentadas, não têm essa habilidade para fazer tantas coisas distintas, e não é nada fácil ensiná-los como fazer. O trabalho é muito complexo, muito profissional, e, sem esta perspectiva, ele não funciona (SHANIN, 2008, p.41).

Ressalta-se a importância do *ethos* camponês para consolidação da reprodução familiar camponesa, entretanto, compreendemos que os elementos constituintes do saber-fazer camponês não está presente somente nos nascidos nesse contexto, trabalhadores urbanos também estão inseridos no processo de luta pela terra e conseguem se manter no campo. No que diz respeito a essa condição de sobreviver na terra sem o *ethos* camponês, seguindo apenas a lógica da distribuição de terras, como

assinalado por Shanin (2008), para o entrevistado A1 existe duas formas de conceber essa situação, primeiro pelo viés social e depois, pelo viés econômico, da produção.

[...] na reforma agrária você tem pessoas pobres que não tem opção, que estão lá para pegar um lote. [...] Aí essa pessoa não sabe fazer coisa nenhuma de agricultura. Você vai deixá-la de fora para fazer o quê hoje? A pessoa praticamente analfabeta já com certa idade, sem profissão? É um viés né, social esse aí. Você teria que colocar essa pessoa para participar. Mas aí entra o outro lado, a produção, ele não vai produzir porque ele não tem perfil, ele só vai produzir se alguém tiver todo dia ali falando para ele: “você faz isso, faz isso, faz aquilo”, ele não tem capacidade de gerenciar, de administração, ele não vai conseguir sozinho. Eu acho que a grande falha está na assistência técnica, não tem. A gente está dando assistência, você vê, só que nós somos 4 (técnicos) para 3 mil famílias, não damos conta (Entrevista A1).

De acordo com Fabrini (2008, p.263) podemos compreender o *ethos* camponês através da organização da produção que é centrada na intensidade do trabalho familiar e não na utilização de máquinas, exigindo do camponês um conjunto de conhecimentos das atividades no campo que possibilita um saber fazer. “Este saber fazer, muitas vezes milenarmente acumulado, coloca a produção camponesa numa condição diferenciada e não deve ser desprezado em nome da modernidade, progresso e conhecimento científico”, assinala.

Para ele, a resistência pode ser percebida pela natureza dos vínculos que os camponeses estabelecem com a terra, “o cultivo de uma determinada planta não é apenas um produto agrícola comercial, mas também parte do mundo camponês vinculado diretamente à natureza” (*Idem*).

Dessa maneira, de acordo com Shanin, precisamos promover a reforma agrária para os trabalhadores que conseguirão sobreviver no campo, o que nos leva a outro ponto relevante de análise, o que é reforma agrária?

Na leitura do INCRA reforma agrária é um conjunto de medidas que visa promover a melhor distribuição da terra, mediante modificação no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios da justiça social e ao aumento de produtividade. Oliveira (2007) esclarece sobre isso, apontando um processo mais complexo:

[...] um conjunto de ações governamentais realizadas pelos países capitalistas visando modificar a estrutura fundiária de uma região ou de um país todo. Ela é feita através de mudanças na distribuição da propriedade e ou posse da terra e da renda com vista a assegurar melhorias nos ganhos sociais, políticos, culturais, técnicos, econômicos (crescimento da produção agrícola) e de reordenação do território. Este conjunto de atos de governo deriva de ações coordenadas, resultantes de um programa mais ou menos elaborado e que geralmente, exprime um conjunto de decisões governamentais ou a doutrina de um texto legal (p.68).

A partir dessa citação, podemos concluir de antemão que as “mudanças na distribuição da propriedade e ou posse da terra e da renda etc.” não condizem com a realidade brasileira. Assistimos ao longo dos anos o país realizar outro tipo de reforma agrária, fora do que seria ideal para as classes minoritárias, mas dentro do exigido pelas classes dominantes. Este autor interpreta e expõe o estabelecimento de uma diferença conceitual entre reforma e revolução agrária.

A reforma agrária provoca alterações na estrutura fundiária sem alterar o modo capitalista de produção existente em diferentes sociedades. A revolução agrária implica necessariamente, na transformação da estrutura fundiária realizada de forma simultânea com toda a estrutura social existente, visando à construção de outra sociedade (OLIVEIRA, 2007, p.68).

Então, podemos assimilar que de fato no Brasil há uma busca pela reforma agrária, porém nos moldes do sistema capitalista, pois estamos longe de atingir uma revolução agrária, principalmente porque se trata de um conjunto de relações que envolvem as condições econômicas, políticas e ideológicas, de maneira conjunta e não fragmentada. Assim, esse debate será sempre permeado por conflitos e exigências de todos os lados. Além disso, podemos observar que caminhando para uma reforma agrária de mercado, como veremos mais adiante, os ânimos sociais tendem a se acalmar e, nesse sentido, a revolução agrária fica cada vez mais distante de sair do campo utópico para o campo real.

Nesse contexto, quando pensamos sobre reforma agrária é importante fazer distinção entre uma política de assentamentos e a realização de uma ampla reforma agrária. Para Mafort (2015), se analisarmos o quadro de decretos de desapropriação de terra, a partir de 1985 até 2012, podemos observar uma política de criação de assentamentos oscilante, mas existente. Entretanto, sabemos que o processo de reforma agrária prevê medidas mais estruturantes que vão além da criação de novos assentamentos, outros elementos são necessários para se concretizar enquanto tal.

Uma política de reforma agrária não é apenas a simples distribuição de terras, que até pode ser feita para amenizar problemas sociais pontuais. A reforma agrária é mais ampla, passa pela democratização da propriedade de terra e por uma mudança na estrutura agrária fundiária, criando as condições para o pleno desenvolvimento da pequena produção tanto do ponto de vista tecnológico, oferta de crédito e subsídio e garantia de comercialização, priorizando a produção diversificada de alimentos para satisfazer as necessidades da população e assegurar a soberania alimentar (2015, p.90).

Presume-se então, que a questão agrária brasileira não está superada, nem no campo prático nem teórico, uma vez que os debates ainda acontecem com efervescência no campo acadêmico, político e ideológico. As perspectivas existentes dependem não só das propostas teóricas, das pesquisas acadêmicas, mas essencialmente, das políticas que são criadas e direcionadas a essa questão.

Buscando ampliar o leque sobre definições de reforma agrária recorreremos ao Dicionário da Educação do Campo, onde Stédile (2012, p.659), aponta que reforma agrária “é um programa de governo que busca democratizar a propriedade da terra na sociedade e garantir o seu acesso, distribuindo-a a todos que a quiserem fazer produzir e dela usufruir”. Nesse modelo, explica o autor que “para alcançar esse objetivo, o principal instrumento jurídico utilizado em praticamente todas as experiências existentes é a desapropriação, pelo Estado, das grandes fazendas [...]” (p.659). Através da desapropriação, ou outras formas utilizadas como expropriação ou confisco e compra negociada, por exemplo, as terras “são redistribuídas entre camponeses sem-terra, pequenos agricultores com pouca terra e assalariados rurais em geral” (p.659).

Cabe destacar ainda a contribuição do livro Brava Gente (2005) em formato de entrevista dirigida por Bernardo Mançano Fernandes com João Pedro Stédile, que descreve a história do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no Brasil, de 1979 a 1997, e traz muitos elementos que podem ser absorvidos nessa discussão.

Referente a promoção da reforma agrária, Stédile aponta que alguns confundem a defesa que o Movimento faz de reforma agrária com uma espécie de volta ao passado, identificando a luta com o atraso. Segundo ele a defesa pelo desenvolvimento rural como uma via para melhorar a vida das pessoas não significa ser contrário a práticas como aglomeração social e indústria, por exemplo, “Somos a favor da formação de agrovilas. Da mesma forma, não somos contra a indústria. Ela é resultante do desenvolvimento da humanidade e pode trazer inúmeros benefícios à população”.

A proposta é levar a indústria para o interior. Em primeiro lugar, a agroindústria, por estar mais vinculada ao dia a dia da produção de alimentos, do meio rural. Podemos igualmente levar outros tipos de indústria que usam matéria prima da agricultura, da natureza. As experiências de Israel e da China são reveladoras de que é possível desenvolver o meio rural de uma forma homogênea e levar o desenvolvimento para as populações mais pobres. São dois exemplos de dois sistemas econômicos diferentes que servem para mostrar que é possível pensar num modelo de desenvolvimento diferente daquele que o neoliberalismo tenta impor no Brasil (STÉDILE, 2005, p.126-127).

No que tange às agroindústrias, como veremos nas discussões a seguir, é importante mencionar que esse modelo de industrialização dentro dos assentamentos é válido desde que os camponeses mantenham a autonomia do processo produtivo, pois agroindústrias capitalistas inseridas nos assentamentos, tornando-os subalternos ao sistema já existem e não contribuem para sua autonomia relativa.

No livro, Stédile analisa a reforma agrária a partir de três conceitos distintos, descritos como sendo o primeiro conceito caracterizado como *reforma agrária do tipo clássico* que,

[...] foi feita pelas burguesias industriais no final do século passado e até depois da Segunda Guerra Mundial. É a reforma agrária clássica, capitalista. Qual era seu principal objetivo: democratizar a propriedade da terra, distribuindo a terra para os camponeses e os transformando em pequenos produtores autônomos. Com isso se gera um enorme mercado interno produtor de mercadorias agrícolas para o mercado e ao mesmo tempo um enorme mercado consumidor por parte dos camponeses, que agora com renda monetária compram bens de origem industrial (2005, p.157).

Esclarece que essas reformas agrárias capitalistas clássicas tiveram três características fundamentais no seu bojo, sendo: a) foram feitas de forma massiva, ou seja, atingiram a todas as grandes propriedades do país; b) em alguns lugares impuseram inclusive tamanho máximo da propriedade (caso da França, dos Estados Unidos, na lei de colonização e no Japão); c) foram rápidas, em um ou dois anos se realizaram (STÉDILE, 2005).

O segundo conceito, de acordo com o autor, se refere à confusão entre reforma agrária e *política de assentamentos*, muitas vezes existente dentro dos centros universitários e de pesquisa. Para ele, fazer assentamentos de famílias sem terra não significa necessariamente fazer reforma agrária. Dessa maneira, analisa que no Brasil existe atualmente uma política de assentamentos sociais, onde os governos para evitar que os conflitos de terra se transformem em conflitos políticos, resolvem assentar as famílias, seja em áreas de terras públicas, negociadas ou desapropriadas.

Essa é uma política de assistência social, apenas para se livrar do problema dos sem-terra e não para resolver o problema da concentração da propriedade da terra no Brasil. Essa é a política adotada pelos governos federais no Brasil, em menor ou maior intensidade, desde os governos militares até hoje. É por isso que, apesar dos movimentos terem conquistado o assentamento de mais de 300 mil famílias, o processo de concentração da propriedade da terra, conforme revelou o Censo agropecuário de 1995-96, continua aumentando (STÉDILE, 2005, p.159-160).

Em outro trabalho de sua autoria, Stédile (2012) é mais enfático ao apontar a política de assentamentos rurais são “políticas parciais, que atendem aos camponeses,

mas não são massivas, e por isso funcionam mais para resolver problemas sociais localizados ou atender populações mobilizadas que pressionam politicamente o governo” (p.665).

Referente ao terceiro conceito de reforma agrária utilizado no Brasil, Stédile afirma que o esperado pelos movimentos sociais e todas as entidades nacionais que possuem algum vínculo com a questão agrária seria considerar que o Brasil enfrenta um grave problema agrário que é a concentração da propriedade da terra e que, portanto, para resolver esse problema, é necessário realizar um amplo *programa de desapropriações de terra*, de forma rápida, regionalizada, e distribuí-la a todas as famílias sem terra, que são 4,5 milhões em todo o Brasil (2005, p.160).

Assim, resumidamente, dizemos que nossa reforma agrária é na verdade uma luta contra três cercas. A cerca do latifúndio, que é a mais fácil de derrubar, é só ocupar. A cerca do capital, já mais difícil, ter acesso, construir nossas agroindústrias; e a cerca da ignorância (STÉDILE, 2005, p.162).

A ignorância que o autor identifica está relacionada à democratização da educação, que precisa caminhar junto com a reforma agrária, “Não é possível viabilizar a democratização da terra e do capital com uma multidão de analfabetos”, explica.

Ao finalizar o que seria os três conceitos de reforma agrária, Fernandes questiona “O governo brasileiro defende essa reforma agrária?” Stédile responde que de jeito nenhum, justificando que mesmo estritamente nos moldes capitalistas, as elites brasileiras nunca quiseram realizar esse tipo de reforma agrária, por uma razão óbvia, no seu ponto de vista: a implantação, desde a colonização, de um capitalismo dependente, baseado na agricultura de exportação que se constituiu sobre a base da grande propriedade no Brasil não precisa fazer reforma agrária, dividir a terra para haver crescimento econômico. Nessa perspectiva ele aponta dois personagens da história política brasileira que compartilhavam desse ideário: Celso Furtado (durante o governo de Goulart) e José Gomes da Silva.

Celso Furtado defendia a necessidade de se fazer uma reforma agrária clássica, massiva e rápida, sobretudo no Nordeste, casada com a industrialização, para tirar o país do subdesenvolvimento. E chegou a fundar a Sudene para levar adiante esse objetivo, mas foi derrotado, e o latifúndio e o atraso continuam no Nordeste. José Gomes da Silva, fundador da Abra e um dos maiores especialistas e pedagogos sobre a reforma agrária, defendia uma reforma agrária desse tipo. O Plano Nacional de Reforma Agrária

(PNRA)¹⁴, que ele elaborou durante o primeiro ano do governo da Nova República, que previa o assentamento de 1,4 milhão de famílias em apenas quatro anos, de certa forma reproduz essa visão clássica, de que era possível fazer uma grande reforma na estrutura da propriedade da terra, dentro do capitalismo, e desenvolver as forças produtivas do país (2005, p.158-159).

Abordaremos mais adiante sobre os PNRA, demonstrando justamente essa ineficácia das propostas de ação, os números almejados ficaram no papel. Aquilo que foi prometido, não somente nos PNRA, mas também nos projetos dos últimos governos tiveram pouco resultado na prática, deixando os camponeses e os movimentos na espreita por melhorias para a promoção da reforma agrária.

Tendo destacado o que é reforma agrária a partir do pressuposto teórico de alguns autores e entidade como o INCRA, acreditamos que no Brasil a reforma agrária camponesa, que atende aos interesses dessa classe, realmente não ocorreu de maneira satisfatória para atender as necessidades dos assentamentos rurais e das famílias assentadas. A política de assentamentos rurais tem sido uma possibilidade de permitir o acesso a terra às famílias, porém não representa uma política de reforma agrária, que demandaria outros elementos para que esta ocorresse.

Em relação à emergência do debate sobre campesinato e diretamente atrelada à própria questão agrária, Malagodi (2007) apresenta a existência da questão agrária no Brasil afirmando que esta passou a ser negada por “ícones da *intelligentsia* brasileira” que não apenas nega-a, como também desconsidera “a importância do que seria a sua solução, a reforma agrária” (p.46). Essa corrente mantém o mesmo alinhamento discursivo, de que já não há mais sentido defender e lutar pela reforma agrária, uma vez que essa questão está totalmente superada pelo desempenho da agricultura brasileira.

Referente à negação imposta sobre a necessidade do debate de reforma agrária, Malagodi (2007) esclarece que,

O argumento para a negação da existência de uma questão agrária brasileira provém geralmente da afirmação de que o desempenho da agropecuária brasileira teria colocado uma pá de cal nas aspirações reformistas de uns e outros. [...] Assim, os questionamentos da estrutura agrária, a denúncia do problema social no campo, etc., seriam problemas de outrora, que hoje estariam totalmente superados pelo *boom* do agronegócio (p.48-49).

Com isso, a decisão de por um fim no debate permanece entre esse grupo, pois o campesinato teria sido superado pela modernização agrícola do país e assim, a própria

¹⁴ Conforme nota dos autores, infelizmente, o PNRA ficou apenas no papel. Previa o assentamento de 1,4 milhão de famílias no período de um governo (quatro anos). Estima-se que nesse período, durante o governo Sarney, tenham sido assentadas em torno de 80 mil famílias.

questão agrária deixa de existir. Discurso fortalecido pela mídia, pelo próprio Estado e pelas políticas públicas encabeçadas pelos governantes.

Divergindo de tal postura, adotada por interesses específicos e estratégicos, o autor afirma que dessa maneira estamos sendo conduzidos a enxergar a questão agrária como fragmentada, pois, segundo este, entender a questão agrária como superada pelo simples fato do setor agropecuário estar integrado aos fluxos de capitais industriais, comerciais e financeiros é desvincular as relações humanas no campo de todo seu contexto socioeconômico e político (MALAGODI, 2007) e posteriormente, afirmar que não há espaço para os camponeses.

Na sequência de sua análise, revela que é inconsistente e superficial a ideia de que a questão agrária brasileira teria se esgotado, reafirmando nossa tese, pelo simples fato da produção agrícola ter sido supostamente resolvida. E sobre isso, descreve:

Em primeiro lugar, a questão agrícola em nenhum país se resume ao fato do setor da agropecuária ter se integrado aos circuitos do capital. Ademais, em todo mundo a questão agrícola se acopla a duas políticas fundamentais: a segurança e a soberania alimentar (MALAGODI, 2007, p.53).

Verifica-se com isso, que o debate travado entre as formas de pensar e considerar a questão agrária e questão agrícola no país, e conseqüentemente, o campesinato, estão sendo realizadas de maneira distorcida e pouco sólida, uma vez que aspectos reais desse entrave não estão sendo profundamente analisados, contraditoriamente, tem se apontado “soluções” que descomplexificam a racionalidade camponesa, o que leva a simplificação de questões que merecem um debate mais profundo.

Na sua abordagem, o autor questiona os leitores, e acredito que, a si mesmo, sobre o porquê de levantar a questão agrária como uma questão específica e de dimensão nacional, e a resposta parte do mesmo pressuposto que se compartilha nesse trabalho: a emergência de políticas públicas.

[...] as políticas públicas feitas no varejo, a política de assentamentos rurais espalhados pelo país não tem provocado os efeitos sociais e políticos esperados. [...] as políticas públicas tem tido o efeito de prorrogar e mitigar com soluções pontuais, às vezes até com ações espetaculares, que na verdade encobrem uma omissão muito mais ampla e profunda (MALAGODI, 2007, p.60-63).

Nesse sentido, entendemos que o campesinato precisa estar inserido no debate das políticas públicas, porém, o que vemos são políticas públicas frágeis e com pouco, ou nenhum, direcionamento para os trabalhadores camponeses. Estas têm fortalecido

outros setores, que pela agenda mundial, são de interesse relevante, como a produção de *commodities* para exportação. Assim, a produção de alimentos básicos, essenciais à mesa da população está sendo prejudicada pela completa ausência de incentivos à produção e comercialização.

Mas não podemos compreender tais condições analisando os processos de maneira pontual e isolada, ou seja, a reforma agrária no Brasil, por exemplo. Precisamos ampliar os horizontes de análise e observar que existem estratégias e processos complexos ocorrendo em todo o mundo, através do poder político e ideológico, incentivado e implantado por instituições como, por exemplo, o Banco Mundial.

O Banco Mundial tem investido em projetos que colocaram em ação a reforma agrária de mercado, ou como já foi (re) nomeada: “reforma agrária dirigida pelo mercado”; “reforma agrária assistida pelo mercado”; “reforma agrária negociada” ou “reforma agrária baseada na comunidade”, conforme cita Rosset (2004, p.21). Essas diversas nomenclaturas, com o mesmo conteúdo, serviram apenas para alterar a roupagem do conteúdo, adequando-se às exigências do mercado.

Para Pereira (2013) o modelo de reforma agrária de mercado (MRAM) foi concebido pelo Banco Mundial como uma alternativa às dificuldades e ineficiências atribuídas à chamada “reforma agrária conduzida pelo Estado”, baseada na desapropriação de propriedades improdutivas que não cumprem a sua função social (p.19).

Pode-se definir o MRAM como uma política estatal que combina transação patrimonial privada e políticas distributivas, segundo o autor,

Transação patrimonial por tratar-se de um financiamento concedido para a compra e venda voluntária entre agentes privados – ou seja, uma típica operação mercantil –, e pelo fato de que os proprietários são pagos em dinheiro e a preço de mercado, enquanto os compradores assumem integralmente os custos da aquisição da terra e os custos de transação. Política distributiva porque há transferência de recursos a fundo perdido, em proporção variável conforme o caso, para investimentos em infraestrutura e produção (PEREIRA, 2013, p.20).

Ou seja, é uma política de compra e venda de terras, financiada pelo Estado, que subsidia em maior ou menor valor, dependendo do caso. Essa proposta do Banco Mundial, segundo o autor, foi direcionada para países que apresentam grave problema agrário e tensões sociais no campo, como África do Sul, Guatemala, Colômbia e Filipinas.

Conforme Coelho,

A denominada reforma agrária de mercado foi uma política de governo, a qual contou com o apoio financeiro do Banco Mundial. Com essa política desenvolveram-se projetos nos quais a ênfase estava na integração dos pequenos trabalhadores rurais e na aquisição de terras via mercado, como por exemplo: o ‘Programa Cédula da Terra’, o ‘Programa Novo Mundo Rural’ e o ‘Programa de Acesso e Direito à Terra’(2018, p.165).

Tal modelo de reforma agrária contribuiria para a manutenção da “paz” no campo, uma vez que prioriza o acesso a terra por trabalhadores que poderiam escolher a terra e negociar direto com o proprietário, como afirma o autor. Segundo Sauer (2004, p.43) “A ‘pacificação’ do campo com os sem-terra negociando diretamente a compra e a venda das terras era outro importante argumento que justificava a implantação do Cédula”. Entretanto, o autor sinaliza que os interesses do Programa eram outros, pois “de acordo com as críticas formuladas pelas entidades e movimentos populares agrários, o Cédula foi implantado [...] como uma tentativa de ‘desideologizar’ a reforma agrária” (p.43).

Sobre as investidas do Banco Mundial e o direcionamento do Estado frente às políticas fundiárias, Domingos Neto (2004, p.35) contribui com o debate afirmando que “ao atribuir ao mercado a função de democratizar o acesso à propriedade, os governantes pretendem eximir o Estado de atribuições legais: a desapropriação dos latifúndios por interesse social é prevista na Constituição brasileira”.

Nesse contexto, Rosset (2004) discute as facetas da política fundiária promovida pelo Banco Mundial e expõe a maneira como se completaria o processo que vem sendo designado de “reforma agrária de mercado” e conseqüentemente, da construção de um “Novo Mundo Rural” (DOMINGOS NETO, 2004). Para ele, isso ocorreria, ou vem ocorrendo, através de um esquema de “escada” onde os países deveriam seguir todos os “degraus” para atingir o propósito.

Dessa forma, o Banco Mundial incentiva os países a iniciarem com os processos de cadastro, registro e demarcação de terras, pois assim é possível manter o controle das áreas fundiárias dos países. Em seguida, a privatização de terras públicas e comunais; a titulação com títulos alienáveis; conseqüentemente o estímulo ao mercado de terras e os Bancos de terra como forma de distribuição através do mercado e, finalmente, os créditos para os beneficiários, fecharia a proposta de mercantilização das terras, não sendo então, necessária a reforma agrária, afinal de contas, os ânimos dos que lutam pela terra seriam acalmados.

Este autor sinaliza que as propostas impostas pelo Banco Mundial geram um grave problema, pois estão ocorrendo no contexto das políticas neoliberais que solapam a lucratividade e a viabilidade da agricultura familiar, uma vez que a abertura do mercado nacional traz prejuízos para os produtores locais, quando se leva em consideração a baixa dos preços de seus produtos (ROSSET, 2004).

Para justificar sua atuação de promover a reforma agrária de mercado, o Banco Mundial apela para uma explicação baseada na solução de conflitos agrários, como cita Rosset (2004, p.22):

O Banco argumenta que o ‘velho’ estilo de reforma agrária, baseado na expropriação, tal como implementado por países independentes e/ou revolucionários, não é politicamente possível no contexto atual, porque as elites econômicas resistem e ocorrem muitos conflitos. Pagando a terra pelo preço de mercado – o Banco sugere – seria possível superar a resistência das elites e isso reduziria o conflito. [...] Nesse modelo, o objetivo é não incomodar as elites econômicas, confiscando suas propriedades, mas apenas comprar a terra daqueles que estão dispostos a vender, pelo preço que estão dispostos a pedir.

Verificamos que o argumento do Banco Mundial para justificar a reforma agrária de mercado é completamente distorcido da realidade, pois seu objetivo principal não é a preocupação com as centenas de pessoas desaparecidas ou mortas pelos conflitos agrários, mas sim, com a permanência do modelo de produção baseado no agronegócio, na grande produção voltada para o mercado externo, como a monocultura.

Na contextualização de Pereira (2016) o Banco Mundial é observado dentro de uma análise realizada sobre as políticas para agricultura e desenvolvimento rural praticada por esta instituição no período de 1944 a 2003. O autor analisa que a nova agenda de políticas agrárias promovida pelo Banco Mundial orientou-se para o duplo objetivo de promover a conversão plena da terra rural em mercadoria e o alívio da pobreza rural e para que isso fosse possível, a ação foi dividida em quatro objetivos, a saber: *a)* estimular relações comerciais de compra e venda e arrendamento de terras; *b)* acelerar a privatização de direitos de propriedade em terras públicas, comunais e coletivas; *c)* superar a informalidade nos mercados de terra, promovendo a titulação privada; *d)* assegurar o acesso a terra como mecanismo de alívio da pobreza em situações pontuais (2016, p.247).

O funcionamento dessas ações foi possível através da nova roupagem que a política de reforma agrária adquiriu nesse momento, estando de acordo com as políticas econômicas neoliberais, “tratava-se de proposta de reforma agrária assistida pelo mercado (RAAM)” e,

Dessa maneira, a RAAM foi entronizada como o modelo de ação fundiária mais adequada aos países do Sul global marcados por altos níveis de concentração fundiária, pobreza rural e tensões sociais no campo, em parte agudizados por políticas neoliberais patrocinadas pelo próprio BM (PEREIRA, 2016, p.249).

Conforme Pereira (2013) o primeiro projeto orientado pelo MRAM chamou-se São José, uma experiência muito pequena iniciada no Ceará em fevereiro de 1997. Na sua cronologia, a base para implantação do São José foi o Programa de Combate à Pobreza Rural (PCPR), que já correspondia a outros projetos financiados pelo Banco Mundial na região Nordeste do Brasil desde 1975. Assim,

O MRAM foi introduzido no Brasil como uma espécie de ‘braço agrário’ de políticas compensatórias já em curso no meio rural destinada a aliviar seletivamente a deterioração socioeconômica provocada pelas políticas de ajuste estrutural (PEREIRA, 2013, p.26).

O que vemos não é uma tentativa de alteração da estrutura existente, mas sim a amenização das consequências provocadas por essa estrutura agrária no país. De acordo com Sauer (2004) no mesmo ano do Projeto São José foi criada a Cédula da Terra, oficialmente denominado Projeto-Piloto de Reforma Agrária e Alívio à Pobreza, com recursos do Banco Mundial e a contrapartida dos governos federal e estaduais. Esse projeto “tinha como público-alvo agricultores sem terra (assalariados, arrendatários parceiros) ou com terras insuficientes para a subsistência (minifundistas) e previa atender cerca de quinze mil famílias no período de três anos” (p.41).

O autor esclarece ainda que “de acordo com a proposta oficial do Cédula, as famílias beneficiárias deveriam ter autonomia para selecionar as áreas e negociar seus preços com os proprietários” (SAUER, 2004, p.42). No entanto, como a própria pesquisa do autor demonstra a autonomia não é real, devido às “influências externas” que são determinantes no processo de negociação, pontua Sauer.

Na explicação de Pereira (2013) o principal objetivo do governo federal e do Banco Mundial era político, uma vez que almejavam diminuir a pressão provocada pelas ocupações de terra e a ascensão política dos movimentos sociais, acalmando os ânimos da luta pela terra, introduzindo um mecanismo de mercado que pudesse disputar, pela base, a adesão de trabalhadores sem-terra. Dessa forma, a ação governamental deixaria de lado sua atuação enquanto interventor da situação fundiária e passaria a se limitar somente a intermediar as relações de compra e venda de terra, entre os proprietários e trabalhadores.

Pesquisas sobre as experiências da reforma agrária de mercado realizadas na América Latina, como cita Pereira (2016), permitem concluir que tais iniciativas não contribuíram para democratizar a estrutura agrária, nem era esse o seu objetivo, uma vez que foram criados para aliviar de maneira paliativa e focalizada os efeitos socialmente regressivos das políticas neoliberais, opinião essa, exposta também por outros autores, como Resende e Mendonça (2004, p.79) quando sinalizam que as políticas promovidas pelo Banco Mundial “[...] já utilizaram em torno de 1,5 bilhão de reais em recursos financeiros, atingiram cerca de 70 mil famílias e têm perpassado governos”, porém questionam a eficácia dos projetos desenvolvidos pela instituição:

[...] os projetos do Banco Mundial têm apresentado problemas econômicos, sociais e ambientais. Entretanto, eles permanecem como parte estratégica de um projeto maior de garantir as bases para a expansão do neoliberalismo (RESENDE, MENDONÇA, 2004, p.79).

Além disso, a implementação da reforma agrária de mercado é acompanhada de várias iniciativas que desestimulam o movimento dos trabalhadores sem-terra que exige a desapropriação de latifúndios. Esse modelo de “reforma agrária” nega aos trabalhadores sem-terra ou com pouca terra o acesso à propriedade fundiária (DOMINGOS NETO, 2004, p.36).

Nesse sentido, para Domingos Neto (2004) estaríamos caminhando em direção a um “Novo Mundo Rural”, uma expressão utilizada para designar tanto as transformações em curso na realidade agrária brasileira quanto um paradigma a ser perseguido. Assim, “as mudanças teriam como fundamento a introdução de tecnologia, a emergência de novas atividades no meio rural e o surgimento de novas configurações sociais” (p.29). Aqui podemos apontar as residências de veraneio, as pousadas rurais e as atividades turísticas que têm se expandido no Brasil desde a década de 20, do século passado.

Além disso, quando questionamos o modelo de reforma agrária constituído no país, precisamos levar em consideração o cenário fundiário instituído. Martins (2002) aponta-nos que o latifúndio brasileiro contemporâneo, enquanto latifúndio no sentido sociológico e político é produto da questão agrária que se institucionaliza na segunda metade do século XIX. Explica ainda, que essa institucionalização do latifúndio se dá quando a cessação do cativo impõe um direito fundiário novo, que faz da terra equivalente de mercadoria e instrumento de desigualdade social, pois só a possui quem tem condições de compra-la.

Buscando melhor esclarece-la Oliveira (2010) descreve que a formação territorial brasileira “deriva da forma através da qual o capital submeteu a terra à sua lógica econômica de exploração” (2010, p.291). O autor reporta-se a análise desde a extinção do regime de sesmarias, em 1822, onde a concessão real era o meio reconhecidamente legítimo de ocupação do território.

A legislação das sesmarias deixou de incidir sobre as terras brasileiras, e uma espécie de vácuo jurídico existiu até 1850, quando a Lei N°601, de 18/09/1850, conhecida como Lei de Terras, atuou como marco jurídico de constituição da propriedade capitalista da terra no Brasil e, é óbvio, da transformação da terra em mercadoria, que a partir de então somente pode ser obtida por compra e venda, configurando-se em uma nova relação entre sociedade, terra e mercado. Identificando-se assim, a origem da subalternidade do campesinato aos modos de produção capitalista.

Devido a Lei de Terras de 1850, a reforma agrária no Brasil já nasce desqualificada na própria origem e na prática de uma política agrária que tinha por objetivo “assegurar a expansão da grande lavoura e não a redistribuição de terras” (MARTINS, 2002, p.168).

A questão agrária manifesta-se através das irracionalidades contidas em seu bojo, que gera problema de emprego, trabalho e sobrevivência para as populações pobres, criadas pelo próprio caráter capitalista da propriedade, ao se modernizar. Os pobres de agora, são os ex-proprietários de terra expropriados pela modernização agrícola que os expulsou do campo.

Modernização patológica porque, aliás, subsidiada pelo Estado, se dá mais rapidamente do que a capacidade da sociedade, no seu conjunto, criar alternativas de trabalho e de adaptações para os trabalhadores que esse modelo de desenvolvimento descarta e exclui (MARTINS, 2002, p.171).

Ressalta-se, que o modelo de desenvolvimento adotado, onde os trabalhadores são descartados e excluídos do processo, principalmente das áreas rurais do país, tem ocasionado os “excluídos” e mesmo diante de tantas evidências, alguns estudiosos ainda debruçam-se a escrever que não há mais com o que se preocupar, que os “excluídos” serão “incluídos” no sistema. Porém, a inclusão não é a solução mágica para resolver os problemas dos camponeses, é preciso possibilitar-lhes autonomia para realizar suas próprias escolhas e não serem “empurrados” por políticas subalternas.

O autor explica que nos anos cinquenta o modelo econômico funcionou muito bem, pois excluía no campo e incluía na cidade, impedindo que a questão agrária se

tornasse evidente como problema social (MARTINS, 2002) e causasse comoção social e econômica na sociedade. Assim, a maneira como se inicia a luta pela reforma agrária nos anos cinquenta apenas indica a latência da questão agrária, mas não a sua consistência.

Nesse ínterim, destaca-se um período onde as políticas públicas voltadas para o campo brasileiro, especialmente aquelas ligadas à reforma agrária, não atenderam as expectativas criadas pela sociedade, principalmente pelos camponeses. No entender de Fernandes (2013), essa questão ficou fora do debate e aquém da proposta de planejamento adotada no governo do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva.

Os governos neoliberais retiraram a questão agrária da pauta política e o governo Lula, por meio do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), tratou-a com excessiva timidez, o que impediu que realizasse uma reforma agrária plena e criasse mais políticas públicas para o desenvolvimento da agricultura camponesa (p.193).

Acrescenta ainda que,

Nos governos neoliberais, principalmente na segunda gestão de Fernando Henrique Cardoso, o campesinato foi desqualificado como um sujeito atrasado, que não consegue se desenvolver e cuja única alternativa é se transformar num agricultor familiar “integrado” ao capital, considerado como moderno (2013, p.193).

Dessa forma, pressupõe-se que o governo Lula estabeleceu políticas que não supriram as necessidades do país no âmbito da reforma agrária. As ações implantadas foram direcionadas para outros grupos sociais, e não para os camponeses, como se esperava, afirma Barreira (2014).

Para Oliveira (2007) a vitória de Lula e a chegada do PT (Partido dos Trabalhadores) ao governo da República significa um avanço para as questões voltadas a reforma agrária. “Muitas foram as composições e concessões para que fosse garantida a tal da ‘governabilidade’. Mas a expectativa entre os movimentos sociais era que finalmente a reforma agrária começaria a ser implementada pelo governo federal” (p.146). O que não ocorreu. “Os movimentos sociais foram derrotados, pois saíram enganados nas reuniões de acompanhamento onde sempre ouviram o discurso de que a reforma agrária seria feita” (p.172).

As esparsas políticas visando a reforma agrária só aconteceram devido uma pressão exercida pelas organizações camponesas, “como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e a Confederação Nacional dos Trabalhadores

na Agricultura (CONTAG)” (FERNANDES, 2013, p.192). Somente através da pressão dos movimentos sociais houve algum avanço, mas insuficiente para mudar os rumos da discussão e das políticas públicas de incentivo à reforma agrária verdadeira e necessária.

Deve-se considerar o que o autor levanta como sendo duas importantes questões estruturais que não foram superadas no governo Lula frente à reforma a agrária,

[...] a manutenção do campesinato em estado permanente de subalternidade ao capitalismo, por meio da renda capitalizada da terra, e a insuficiência das políticas de desenvolvimento para a agricultura camponesa (FERNANDES, 2013, p.191).

Cabe ressaltar que havia muita expectativa, principalmente por parte dos camponeses e dos movimentos sociais, depositada no governo Lula no que diz respeito às políticas de desenvolvimento para agricultura camponesa. Mas os resultados não foram nem de perto aqueles esperados.

Isso nos direciona a analisar a questão agrária através da reflexão realizada por Oliveira (2010) ressaltando que o estudo da propriedade da terra deve ser pautado numa análise que contemple o processo contraditório e combinado do desenvolvimento do modo de produção capitalista no território nacional. Pode-se observar que Oliveira destaca a importância da análise através desse viés,

[...] ao mesmo tempo em que este desenvolvimento avança reproduzindo relações especificamente capitalistas, implantando o trabalho assalariado, produz também, igual e contraditoriamente, relações camponesas de produção, a peonagem e suas diferentes formas de ‘escravidão pela dívida’ etc., todas necessárias à sua lógica de desenvolvimento (2010, p.289).

Conforme descrevemos acima, esse processo contraditório, combinado e desigual do capitalismo, deve ser compreendido como “a contradição que move a lógica do capital”, pois cria e recria o trabalho camponês como forma inerente do desenvolvimento do próprio sistema capitalista.

O que podemos observar desse processo inerente ao capitalismo é a forma como este subordina o camponês, em diferentes escalas ou de maneira combinada, apropriando-se dos meios de produção do camponês, da sua principal e única fonte de reprodução, a terra, e impondo a sujeição da renda da terra, cerceando o camponês de todas as maneiras possíveis.

Essa lógica de desenvolvimento é adotada como moderna e necessária, influenciando a sociedade e disseminando a ideia de que somente nos moldes do

sistema de produção capitalista é capaz de promover o progresso do país, para isso, basta observar as tendenciosas propagandas comerciais das mídias televisivas de massa, enaltecendo o agronegócio e menosprezando os movimentos sociais em prol da reforma agrária.

Ao mesmo tempo em que são noticiadas as ações dos movimentos sociais em defesa da terra, o agronegócio dissemina sua importância para o avanço do país, através da mesma mídia que manipula as informações sobre a reforma agrária, deturpando a imagem dos movimentos e suas ações.

Pela ótica de Fernandes (2013) os empresários rurais capitalistas do agronegócio mantêm o domínio sobre os meios de comunicação:

Atualmente, o agronegócio tornou-se um complexo que reúne também os sistemas financeiro e tecnológico, além do sistema ideológico que produz a propaganda necessária para convencer o mundo de que é o único modelo de desenvolvimento para a produção de alimentos, fibras e agroenergia (p.191).

Para Silva (2000, p.564) esses empresários do agronegócio dificultam inclusive o cumprimento da legislação nos termos na função social da propriedade pelo Estado, pois segundo o autor, os grandes latifundiários são, comumente, lideranças políticas locais poderosas, de famílias tradicionais, muito semelhantes aos adormecidos coronéis, que fazem uso deste poder para impor sua vontade e manterem suas propriedades, mesmo que em desconformidade com a lei.

Além da problemática das relações ideológicas e de produção, para concretizar a reforma agrária, é preciso enfrentar no cenário político os capitalistas/ruralistas, presentes na bancada do governo que influenciam as decisões deste para beneficiar determinado modo de produção, o agronegócio.

O governo Lula não obteve êxito no enfrentamento com os agentes políticos representantes dessa bancada. Fernandes (2013) aponta que essa ineficiência repercutiu em uma reforma agrária que não está vinculada à desapropriação dos latifúndios, mas sim em uma política de regularização fundiária de terras da União.

Sobre isso, Barreira (2014, p.65-66) acrescenta que “desde o início do governo Lula, agravou-se a concentração de terras, de renda e de poder no campo brasileiro. Isso significa que o modelo agrário continua a produzir trabalhadores ‘sem-terra’”. Temos então, um processo que não avançou durante esse governo, mas sim estancou e, em alguns aspectos, até retrocedeu.

A dependência do governo junto à bancada de capitalista/ruralista permite que a agricultura camponesa fique subordinada ao capitalismo, a mercê das regras impostas pelo mercado consumidor, exigente e alienado pela “globalização perversa”. Para Milton Santos a globalização está se impondo a grande parte da humanidade, como uma fábrica de perversidades, onde desemprego, pobreza, salário, fome, desabrigo, enfermidades, mortalidade infantil, educação e males espirituais e morais tem afetado drasticamente a maior parte da população mundial que não está inserida no mundo dito “globalizado”. Dessa forma, segundo o autor, a perversidade sistêmica que está na raiz dessa evolução negativa da humanidade está relacionada à adesão desenfreada aos comportamentos competitivos que atualmente caracterizam as ações hegemônicas, assim “Todas essas mazelas são direta ou indiretamente imputáveis ao presente processo de globalização” (2008, p.19-20).

Esta condição política é um entrave para ampliar o debate sobre o campesinato. Considera-se que há a possibilidade de alterar as regras impostas através de mudanças políticas que podem dissolver essas dependências existentes entre a bancada capitalista/ruralista e as políticas de governo. No entanto, essa almejada realidade torna-se distante ao percebermos como se desenvolvem as decisões políticas e a qual classe elas interessam. O cerne da questão agrária, para Fernandes (2013), constitui-se na submissão do camponês ao capital, sendo tanto um problema de economia política quanto de política econômica, sem deixar de considerar que esse processo é resultado de decisão política.

Tal inferência fica evidente quando se percebe a decisão política assumida pelo governo em análise, que se pautou em iniciativas de regularização fundiária de terras da União, para efetivar a pretensa reforma agrária na região norte do país, sob a coordenação dos órgãos responsáveis pela regulação de tais práticas.

Essa regularização fundiária na região norte do Brasil é uma questão emblemática para discussão, pois foi realizada para atender aos interesses dos latifundiários, contando com o apoio legal das organizações, como o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), órgãos estes, que deveriam fiscalizar as condições dos assentamentos no país, no entanto, estavam beneficiando sujeitos que não possuíam os critérios para receber a terra, ou a recebendo de forma ilegal, através da grilagem legalizada, então, conclui-se que “a reforma agrária passava a ser oficialmente usada no Pará para favorecer o *agrobandidismo*” (OLIVEIRA, 2010, p.311).

O *agrobandidismo* é um termo utilizado por Oliveira (2010) em seu ensaio “A questão agrária no Brasil: não reforma e contrarreforma agrária no governo Lula”, onde o autor apresenta e questiona a situação dos assentamentos criados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, na região amazônica, para atender a demanda de madeireiros por terra e matéria prima nessa região, contando com a colaboração do governo brasileiro ao permitir e institucionalizar tais práticas.

De acordo com Barreira (2014), enquanto o governo Lula concentrava sua política de distribuição de terras na Amazônia Legal – para não realizar desapropriações nas áreas de concentração do agronegócio –, e dessa forma não descontentar a bancada ruralista, o governo liberava áreas de propriedade do INCRA para a produção intensiva de soja em várias cidades do Mato Grosso e Rondônia. Portanto, a questão da grilagem de terras na região norte do país, que possibilitou a expansão do agronegócio e do *agrobandidismo*, faz parte da atual configuração política da reforma agrária em curso no país. Daí pode-se deduzir o nível de participação dos funcionários do INCRA e do governo no processo de liberação de áreas para o agronegócio.

Referente a isso, Elmore (1978) assinala que para compreender como funcionam as políticas públicas é preciso entender como funcionam as organizações públicas, pois são estas que executam e coordenam as políticas públicas.

[...] como praticamente todas as políticas públicas são executadas por grandes organizações públicas, somente entendendo como as organizações funcionam é que podemos entender como as políticas são modeladas no processo de implementação (ELMORE, 1978 *apud* SARAIVA, 2006, p.37).

A sociedade assiste, constantemente, aos acontecimentos ligados às organizações públicas que deveriam desempenhar o papel de fiscalizadoras e reguladoras, porém, muitas vezes, agem contraditoriamente, a exemplo do INCRA. Constata-se a incapacidade de gerenciamento e planejamento sério e comprometido desse órgão quando o assunto é demarcação de áreas para reforma agrária, distribuição de lotes, favorecimento de terceiros que não atendem aos critérios de participação no sorteio dos lotes, entre outros fatos desfavoráveis à instituição.

Referente a isso, Osório (2014) explica o funcionamento do aparato do Estado, que constitui o Estado visível, composto por um conjunto de instituições, por um corpo de funcionários que administra e trabalha nessas instituições, e por leis, normas e regulamentos. O Estado visível encontra-se articulado e unificado pelos interesses e projetos das classes que detêm o poder político e, dessa forma, o autor alerta:

O que não se pode perder de vista é que as funções administrativas – que em muitas ocasiões tendem a se apresentar como tarefas neutras do ponto de vista social – estão atravessadas pelo aspecto do poder do Estado, que significa assegurar a reprodução da sociedade sob a orientação de interesses sociais específicos (2014, p.37).

Com isso, é possível entender porque o INCRA tem atuado como um conjunto institucional orientado por interesses particulares de uma classe: os empresários rurais. Como abordado por Oliveira “A banda podre dos funcionários do INCRA passou a ‘oferecer’ e ‘reservar’ as terras públicas para os grileiros e a indicar o caminho ‘legal’ para obtê-las” (2010, p.303). Isso indica a presença de ilegalidade dentro de um órgão governamental que deveria manter o compromisso de responsabilidade sobre práticas ilícitas de negociação, direcionando-se na contramão, favorecendo e permitindo “legalmente” a posse de terras inicialmente destinadas a atender a reforma agrária no país.

Oliveira (2010) avança na questão, e denomina o que seria a *contrarreforma* agrária no governo Lula, expondo que as terras que estão no poder dos grileiros madeireiros, pecuaristas, sojeiros etc., foram comercializadas ilegalmente pelos funcionários do INCRA, que “venderam” quase todos os patrimônios públicos e, que então, precisavam de uma “solução jurídica” para solucionar o problema gerado e legalizar o crime cometido. Para isso, dois caminhos foram utilizados como alternativas de legalização, o primeiro, o uso da reforma agrária como procedimento necessário para acalmar os ânimos dos movimentos sociais e, segundo, a regularização fundiária. Tais procedimentos chamou-se de “contrarreforma agrária do governo Lula” (2010, p.304).

Diante de tais evidências, é possível indicar que as falhas no processo ocorreram com a permissão do governo através das “parcerias” estabelecidas entre este e as organizações, e destes com os interessados na contrarreforma agrária, os madeireiros e empresários rurais capitalistas.

Sobre a reforma agrária, Oliveira (2010) ressalta que o governo PT (Partido dos Trabalhadores) está marcado por dois princípios: “não fazê-la nas áreas de domínio do agronegócio e fazê-la apenas nas áreas onde ela possa ‘ajudar’ o agronegócio” (p.308), portanto a reforma agrária está diretamente associada à expansão do agronegócio no Brasil, principalmente na região norte, dando continuidade ao processo de exploração por madeiras e produtores de grãos, como milho e soja.

Nestes termos, o agronegócio foi o setor mais beneficiado quando se discute reforma agrária no governo Lula. É importante ressaltar a fundamental participação das organizações nesses resultados, a exemplos do INCRA e MDA, que permitiram falhas e beneficiamentos irregulares nesse processo de regularização fundiária, mesmo antes do governo do PT assumir o poder político.

Tais irregularidades foram realizadas de forma tão “amadora” que nos fazem questionar como é possível registrar fazendas particulares com áreas maiores do que o território político do próprio país? Para exemplificar essas práticas, que além de ilegais, são obtusas, Oliveira (2010) apresenta-nos as informações do relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito no Amazonas, realizado em 2001, ainda no governo de Fernando Henrique Cardoso, demonstrando que independente das decisões políticas partidárias, as organizações governamentais parecem com o problema da corrupção e má gestão pública.

Em 2001, o relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a ocupação de terras públicas na região amazônica registrou uma verdadeira pérola da grilagem naquela região: ‘duas áreas registradas no Cartório de Canutama (AM), a Fazenda Eldorado e Santa Maria, com uma área de um bilhão e quinhentos milhões de hectares; e a outra, a Fazenda Boca do Pamafari, com uma área de doze bilhões de hectares’. É bom lembrar que o Brasil tem somente 850 milhões de hectares (2010, p.303).

O desenrolar dos fatos comprovam que houve participação e favorecimento desses órgãos governamentais para com os latifundiários e madeireiros da região norte. A própria Superintendência de Santarém – SR 30 de Santarém – participou do processo, quando entre os anos de 2005 e 2006 emitiu 99 portarias de criação de assentamentos da reforma agrária sem licença ambiental. Após assumir o erro cometido, “a SR 30 de Santarém cancelou as portarias que haviam criado cinco assentamentos sobrepostos ao Parque Nacional da Amazônia em áreas griladas por madeireiros” (OLIVEIRA, 2010, p. 312). Tamanho é o descaso dos órgãos públicos, que mesmo sem licenciamento ambiental e com sobreposição de territórios, permitiram a criação de assentamentos para reforma agrária que na verdade estaria servindo de base para extração da matéria prima pelos madeireiros, e conseqüentemente, alimentando o sistema produtivo capitalista.

As irregularidades contidas nos critérios de reforma agrária no país são muitas, não me refiro aos critérios de implantação da reforma agrária de forma institucionalmente legalizada, mas sim, às irregularidades do processo de contrarreforma agrária que desconsideram as legislações, as necessidades e os próprios movimentos sociais de luta pela terra.

Referente a esse contexto, Marques (2008) aponta que no campo político, faz-se necessária a luta por recursos financeiros e institucionais para a realização de pesquisas e pela produção e disponibilização de dados estatísticos, que atendam as necessidades básicas de informação, como qualidade, confiabilidade e periodicidade mínima adequada para captar a evolução de tendências em curso, bem como o impacto de políticas específicas. O trabalho de levantamento e disponibilização de dados estatísticos deve ser atributo do Estado nos seus diferentes níveis, porém, isso não tem funcionado.

A constante denúncia de manipulação de estatísticas da reforma agrária pelo INCRA entra governo e sai governo, é uma triste realidade que só vem confirmar a carência que temos de bancos de dados confiáveis e abertos ao amplo acesso público (2008, p.53).

Retomando a questão referente às políticas públicas, nota-se que a política de incentivo ao agronegócio assume uma parcela cada vez maior dos interesses políticos, econômicos e financeiros dos governos. Uma vez que esse modelo é imposto como um fator imprescindível para o desenvolvimento e progresso do país.

Nesta perspectiva, Fernandes (2013) aponta para a influência desse modo de produção nas agriculturas camponesas, questionando se a agricultura capitalista e a camponesa são parte de um mesmo modelo de desenvolvimento ou se estas se distinguem e permanecem em conflito, de forma que considerar e aceitar a ideologia do agronegócio como único modelo viável de produção coloca em risco a viabilidade da reforma agrária e todo o processo de desenvolvimento da autonomia camponesa.

Do ponto de vista do paradigma do capitalismo agrário, como considerado anteriormente, o agronegócio não enxerga a possibilidade de produção além do próprio agronegócio. Já do ponto de análise do paradigma da questão agrária, o agronegócio é apenas um modelo de desenvolvimento da agricultura, dentre tantas outras possibilidades de produção. Dessa forma, o que percebemos é a imposição do agronegócio como única maneira possível de alimentar a população mundial, seguindo por esta ótica, descartamos todas as possibilidades existentes e possíveis de superar essa questão.

O campesinato é, por natureza, constituído por agricultores familiares, mas a intensa diferenciação econômica entre os pequenos agricultores foi usada como causa do problema, criando-se a ideia de que existe um campesinato atrasado e um agricultor familiar moderno (FERNANDES, 2013). Assim, àqueles não inseridos na lógica do

mercado capitalista automaticamente estão aquém do processo de desenvolvimento do país, sendo por isso excluído dos benefícios advindos com essa prática.

Observa-se em algumas regiões do país a busca pela utilização de sementes crioulas para o plantio¹⁵ como forma de resistência a essa imposição, porém, muitas vezes, conta-se apenas com o apoio dos próprios agricultores, uma vez que, na maioria dos casos, os estados e seus governantes não estimulam essas práticas produtivas em larga escala, principalmente por oferecer riscos à produção de sementes transgênicas das corporações multinacionais.

De acordo com Fabrini (2008) o cultivo de sementes crioulas, como a de milho, denominado de “variedade crioula”, resultante de experiências feitas, geralmente, em grupos dos pequenos agricultores, demonstra uma relação particular dos camponeses com a natureza, onde o conhecimento que possuem sobre o clima, calendário agrícola para planejar a produção, manejos e semeadura é feito levando em consideração o calendário lunar. “Isso indica relações diferenciadas da produção agrícola empresarial em que a agricultura é praticamente dominada pela técnica” (p.263).

A ideologia de que o camponês é o sujeito atrasado, não inserido no mercado e que por isso não faz parte do processo de desenvolvimento do país está sendo superada pelas organizações camponesas, ao afirmarem que as diferenças são criadas pelos distintos níveis de subalternidade ao capital e não pela “oposição camponês-agricultor familiar” (FERNANDES, 2013 p.193).

O autor sinaliza que o capitalismo enxerga a reforma agrária como uma ajuda humanitária para os pobres sem terra, ou seja, esse modo de pensar “procura convencer a sociedade de que o agronegócio é o modelo moderno de desenvolvimento e o campesinato é uma forma residual, cuja sobrevivência está em questão” (FERNANDES, 2013, p.193), mas como observamos na discussão realizada acima, essa condição de subalternidade precisa ser minada e superada, as resistências estão acontecendo em todo o mundo, de maneira ainda fragmentada, mas constante.

Para o capitalismo, todos os camponeses devem se integrar nas relações capitalistas, por estas se apresentarem como a única via possível de desenvolvimento econômico, facilitando as relações produtivas e comerciais dos produtos camponeses. Essa visão linear, além de extremamente limitada, é uma falácia (FERNANDES, 2013)

¹⁵ Ler notícia sobre “Produtores de Juti, em MS, lutam para preservar as sementes crioulas”. Disponível em: <http://g1.globo.com/economia/agronegocios/noticia/2012/07/produtores-de-juti-em-ms-lutam-para-preservar-sementes-crioulas.html> Acesso em 07/08/14.

imposta abusivamente como tentativa de convencer a sociedade, sobre tal fato, principalmente através dos meios de comunicação de massa, que distorcem os valores da luta pela reforma agrária.

Para contrapor a falácia imposta e responder os capitalistas que acreditam na reforma agrária como política humanitária ou residual, o autor acima destaca que a reforma agrária não pode ser denominada como uma política social redistributiva, porque a propriedade fundiária no Brasil sempre esteve concentrada, além disso, não pode ser também considerada uma política de assistência social, mas deve ser implantada como uma política de desenvolvimento territorial, inserindo os camponeses de volta a terra e permitindo a sua permanência enquanto modo de vida.

Nesta perspectiva, a reforma agrária deveria servir para redirecionar os fluxos de produção do país, com a distribuição de terras em áreas que não cumprem a função social da propriedade, permitindo além do acesso à terra a milhões de camponeses brasileiros, a dinamização da produção de alimentos básicos, que não são produzidos nas grandes áreas latifundiárias.

No ponto de vista de Fernandes (2013), o governo Lula perdeu uma enorme oportunidade de distribuir terra e ampliar a participação do campesinato no desenvolvimento da agricultura brasileira:

A parcialidade da reforma agrária do governo Lula está relacionada com o não tratamento da questão agrária de forma mais arrojada. [...] Embora o governo Lula tenha praticado diversas políticas de desenvolvimento da agricultura camponesa, estas não foram suficientes para diminuir os níveis de subalternidade do campesinato ao agronegócio e tampouco para realizar uma reforma agrária plena (p.193).

E ao observamos atentamente, as políticas de desenvolvimento da agricultura camponesa do governo Lula somente retardaram avanços importantes para a classe camponesa, como adquirir autonomia, pois continuaram a mercê de políticas que integram o camponês ao mercado de maneira subordinada.

Embora a análise da pesquisa centre-se nas políticas realizadas pelos últimos governos, Lula e Dilma, precisamos retroceder na história social do país, para observar os elementos constituintes do Plano Nacional de Reforma Agrária. Oliveira (2007) resgata as orientações contidas na elaboração do I Plano Nacional de Reforma Agrária.

Na contribuição do autor, o I PNRA já trazia retrocessos em relação ao Estatuto da Terra, como explica, por exemplo, no artigo (artigo 2º, § 29, do Decreto Nº 91.766) onde está expresso que se evitará, sempre que possível, a desapropriação de latifúndios.

Outro ponto foram os imóveis que tivessem grande presença de arrendatários e/ou parceiros, onde as disposições legais fossem respeitadas. Dessa forma, o I PNRA já apareceu trazendo distorções em relação ao Estatuto da Terra (2007, p.126), e obviamente, os resultados preliminares não poderia ser diferentes, depois de dois anos, menos de 10% das metas do I PNRA tinham sido implantadas, demonstrando a falta de vontade política e a prevalência da defesa dos interesses dos latifundiários organizados na União Democrática Ruralista (UDR) sobre os rumos da reforma agrária (p.127).

Os resultados insatisfatórios do I PNRA, de acordo com Oliveira (2007), mostraram que haviam sido assentadas apenas 89.950 famílias (6,4% da meta) em uma área desapropriada de 4,8 milhões de hectares, ou seja, 1,5% da previsão, o que significa que menos de um décimo da meta prevista para o número de famílias a serem assentadas pelo I PNRA chegaram a terra. Dessa forma ficava provada, portanto, a demagogia populista do governo Sarney com relação à Reforma Agrária e, mais uma vez, consolidava-se na estrutura do poder do Brasil, a política agrária dos latifundiários (p.129).

A proposta contida no Plano Nacional de Reforma Agrária, apresentada em 2003, pela equipe coordenada por Plínio de Arruda Sampaio, considerava todas as formas de obtenção de terras, desapropriação, regularização, permuta, compra e venda, e tinha como meta assentar um milhão de famílias entre 2004 e 2007, mas essa meta não foi alcançada:

A proposta contava com a disponibilidade de 120 milhões de hectares de terras suscetíveis a reforma agrária, segundo as estatísticas cadastrais do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), embora fossem necessários apenas 35 milhões de hectares para assentar 1 milhão de famílias. Considerando que em média a agricultura capitalista controla 70% das propriedades agropecuárias, que representam 300 milhões de hectares, o montante de 35 milhões representava menos de 12% do território capitalista. Não era de fato uma proposta que abalasse tanto as estruturas do poder hegemônico. Mesmo assim, ela não foi aceita pelo governo Lula (FERNANDES, 2013, p.194-195).

Verifica-se que o impacto da distribuição de terras para a reforma agrária não interferiria drasticamente nos percentuais de produção do agronegócio, mas por decisões políticas influenciadas pela bancada capitalista/ruralista essa proposta do PNRA não foi desenvolvida e tão pouco efetivada.

O II PNRA, continuação do primeiro, não influenciou de forma significativa a reforma agrária no país, uma vez que a concentração fundiária e a subalternidade do campesinato ao capitalismo ainda permanece, contudo, foram assentadas 1 milhão e 30

mil famílias, por meio da desapropriação da propriedade capitalista, da compra ou da regularização fundiária.

Apesar de tímido, o II PNRA tentou seguir as metas da proposta elaborada pela equipe de Plínio de Arruda Sampaio, mas indicava que não enfrentaria o problema da concentração fundiária e da subalternidade do campesinato, pois priorizava a regularização e a “integração” do campesinato no capitalismo (FERNANDES, 2013, p.195).

Mesmo com a continuidade do II PNRA, o plano de reforma agrária não foi contemplado de acordo com as necessidades reais do país, o que se pode perceber são políticas públicas mitigadoras da realidade e com características falhas e destoantes, no sentido daquilo que foi proposto pelos planos.

Além disso, tem outro fator importante nessa discussão, a pressão exercida pelos produtores capitalistas junto ao governo, exigindo ações que fomentem as produções e exportações do setor, formando alianças que contribuem para que o campesinato permaneça em estado de subalternidade ao sistema dominante.

É necessário levar em consideração a questão estrutural dos assentamentos e a baixa renda dos camponeses assentados, que na maioria das vezes está associada à subalternidade ao mercado capitalista (FERNANDES, 2013). São vários os exemplos conhecidos durante as jornadas de pesquisa a campo, que identificam essa condição de perda de autonomia dos camponeses perante o mercado capitalista.

Este é um tema que não se esgota no cenário nacional, a reforma agrária continuará levantando debates e perspectivas diferentes, dependendo das políticas adotadas pelos governantes e pela forma de governar. Para superar essas condições impostas no atual sistema, somente um governo que compreenda e compartilhe dos ideais dessa causa poderá construir políticas de desenvolvimento que contribuam efetivamente para a reforma agrária que se espera acontecer.

Ao ministrar uma palestra¹⁶, Fernandes aponta que o capitalismo produz a questão agrária, continuamente, sendo de sua natureza subordinar o campesinato, e que, portanto não conseguiremos superar a questão agrária no bojo do sistema capitalista. Afirma ainda, que somente quando criarmos um Ministério de Agricultura Campesino é que será possível avançar nas ações de políticas públicas para o camponês, pois com o

¹⁶ Palestra proferida pelo docente Bernardo Mançano Fernandes durante a **IX Jornadas Interdisciplinarias de Estudios Agrarios y Agroindustriales Argentinos y Latinoamericanos**, realizada entre 3 a 6 de novembro de 2015, na Facultad de Ciencias Económicas, Universidad de Buenos Aires – Argentina.

modelo de ministério que temos no país não haverá desenvolvimento rural para o campesinato. Sobre isso, os autores Mello e Gualda (2013) dizem que,

O Brasil possui dois ministérios que atuam sobre o meio rural: o MAPA e o MDA. Enquanto o primeiro trata, predominantemente, dos assuntos de política agrícola e pecuária dos agentes-atores do agronegócio, o segundo se detém nas questões fundiárias e na relação com movimentos e entidades que reivindicam mudanças no ordenamento agrário (p.204).

Percebemos a existência de dois grupos de agente-atores antagônicos que atuam de maneira contraditória no que diz respeito a uma política nacional rural, assim, “o mais sério é a inexistência de uma política rural oficial que considere os múltiplos aspectos do meio rural e equacione a relação entre produção e ocupação desse meio” (MELLO; GUALDA, 2013, p.204).

Nessa orientação, podemos identificar um conflito agrário histórico entre setores e segmentos de produtores rurais voltados para a agropecuária de exportação e a interna que se materializa no meio rural através do MAPA e do MDA.

Essa divisão representa os interesses desses segmentos do universo rural que, conflitantes na prática, também o são na demanda por políticas públicas. Assim, é justificável o porquê da administração pública federal estar dividida. Cada ministério atende as demandas que o segmento equivalente à sua concepção de desenvolvimento rural anseia (MELLO; GUALDA, 2013, p.215).

A reforma agrária precisa ser pensada, construída e implantada almejando minimizar a subalternidade do campesinato ao sistema capitalista, buscando melhorar a renda e a qualidade de vida dos camponeses, desenvolvendo o mercado local/ regional e ampliando a produção de alimentos saudáveis.

Não basta distribuir terra, o que é essencial para efetivar o processo, mas é preciso evoluir em outras questões. A democratização do acesso a terra deve ser possibilitada, contudo permanecer na terra e conseguir resistir ao modelo dominante estabelecendo outras formas de produção também precisa ser colocado em prática, de nada adianta possuir alguns hectares de terra se não houver incentivos para produção e comercialização, de forma justa, equilibrada e sustentável.

Mesmo aquém das discussões institucionais que elaboram e definem os rumos da reforma agrária, os camponeses possuem conhecimento de suas necessidades e manifestam-se demonstrando a insatisfação em relação aos rumos da reforma agrária promovida no país. Exemplo disso é o que ocorreu em agosto de 2016 quando o ex-presidente Lula visitou o assentamento Itamarati juntamente com outros representantes

políticos e, os camponeses articulados com os movimentos sociais expuseram faixas de reivindicação a reforma agrária popular e democrática, como se vê nas fotos 1 e 2 abaixo:

Foto 1. Faixa do MST reivindicando reforma agrária na visita do Lula ao assentamento Itamarati.



Fonte: Autora, 2016.

Foto 2. Faixa do MST/ MS reivindicando reforma agrária popular durante a visita do Lula ao assentamento Itamarati.



Fonte: Autora, 2016.

Acreditamos que a organização dos camponeses em movimentos sociais de luta pela terra é essencial para alteração da realidade imposta pelo Estado e mercado. Nesse sentido, analisaremos a seguir, o contexto dos complexos agroindustriais no campo e a relação existente entre a produção camponesa e a integração aos complexos, e como é possível realizar mudanças através da organização camponesa, nesse caso, nas agroindústrias.

3.2 Reforma Agrária ou integração aos Complexos Agroindustriais?

Mediante a problemática apresentada até este ponto, percebemos que as políticas públicas dependem de um intenso processo de elaboração, num emaranhado jogo de relações de classes antagônicas que exercem pressão sobre o Estado para atender seus paradigmas. Nesse processo conflituoso assistimos a territorialização do capital monopolista no território camponês, através da inserção dos complexos agroindustriais, que reforçam as relações mercadológicas em detrimento das relações de produção familiar, associativa e cooperativa camponesa.

É preciso observar e analisar como essas relações de produção interferem na reprodução camponesa, uma vez que a lógica produtiva é alterada pela introdução de novos modelos produtivos. Refletir sobre essas relações diferenciadas torna-se necessário para a manutenção e reprodução do modo de vida camponês.

Sobre isso, corroboramos com a reflexão de Fernandes (2013) onde afirma que para implantar a reforma agrária é preciso muito mais do que a desconcentração fundiária, e imprescindível eliminar a hegemonia do agronegócio sobre as políticas de desenvolvimento da agropecuária e reconhecer a importância das diferentes relações de produção, como a familiar, a associativa e a cooperativa, pois é através dessas relações de produção que a família camponesa conseguirá atingir a autonomia perante o capitalismo e, assim, a permanência na terra.

Teubal (2008, p.139) analisa a expansão das agroindústrias a partir da realidade na América Latina. Em seu ponto de vista não há dúvidas de que a expansão e consolidação do agronegócio pelo mundo constituíram uma das manifestações mais importantes dos processos de globalização, “Trata-se de uma mudança significativa no que diz respeito ao que foi, em seu tempo, a ‘expansão agroindustrial’ na etapa de ‘industrialização por substituição das importações (ISI)’”.

O florescimento da agroindústria deve-se a propagação do argumento de que o problema da pequena agricultura latino-americana e, sobretudo, a camponesa, era a falta de valor agregado de sua produção, dessa forma, se deveria estimular a criação de agroindústrias para sair da pobreza, acentua Teubal.

Nesse sentido, “a intensificação do domínio do capital sobre o campo, num ambiente de processos crescentemente globalizados, tem levado à orientação progressiva da produção agropecuária para ‘o mercado’” (2008, p.142), especialmente direcionadas para os mercados externos, em detrimento da produção para o consumo próprio, local ou nacional, implicando diretamente nas condições de soberania alimentar dos camponeses.

Exemplificando a situação latino-americana, o autor expõe o caso da Argentina, onde “as grandes empresas se conectam com empresas pertencentes ao setor financeiro, formando os denominados *pools* de sementeira, que transformam o setor num negócio financeiro”, envolvendo nesse processo a compra ou arrendamento de terras, a disponibilização de maquinário, equipe e agroquímicos necessários para estimular a produção das *commodities*, essencialmente a soja, preferida e requerida pelo mercado externo. Dessa forma, “o campo se transforma cada vez mais em um produtor de *commodities*; cada vez menos um meio de vida para a maioria dos produtores agropecuários, e menos ainda para os produtores familiares” (TEUBAL, 2008, p. 146). Com isso, além da perda na condição de produtor de alimentos básicos, formam-se os complexos agroindustriais, orientados por grandes empresas que submetem os camponeses aos seus interesses.

Assistimos as investidas do Estado em promover políticas públicas que direcionam o camponês para as agroindústrias capitalistas, em diferentes áreas, como forma de integrá-lo ao mercado. Segundo Barreira (2014), o Ministério do Desenvolvimento Agrário criou linhas de financiamento para projetos agroflorestais de assentamentos rurais com eucaliptos, orientando a produção camponesa para atender a necessidade de matéria prima das transnacionais do ramo de celulose.

A integração aos complexos agroindustriais ocasiona na unidade familiar camponesa a distorção das perspectivas de cooperação comunitária, importantes no processo de retorno a terra e aos meios de produção e comercialização, além de impor valores competitivos e provocar danos ambientais às propriedades camponesas.

Esse tipo de política, que tem dividido o Movimento dos Sem Terra (MST), elimina as práticas de diversidade de culturas e constringe os assentados a se

tornarem fornecedores de matéria-prima para as fábricas e usinas, ou a ceder parcelas de seus lotes para as empresas encarregadas da produção (BARREIRA, 2014, p.67).

Essas políticas estão inseridas no território camponês como propostas de criação de territórios vocacionados, onde políticas governamentais são pensadas para suprir as desvantagens competitivas da região e elevar as potencialidades. Porém, essas “vocações” nem sempre representam na íntegra as necessidades dos camponeses.

Sobre isso, Fernandes (2015) aponta que existem dois tipos de políticas, as de subordinação e as políticas emancipatórias. As de subordinação, quase sempre, são elaboradas de cima para baixo com o objetivo de controle político das populações subalternas. E as políticas emancipatórias, quase sempre, são elaboradas de baixo para cima com o objetivo de construir autonomias relativas e formas de enfrentamento e resistência na perspectiva de superação da subalternidade. Nesse caso dos territórios vocacionados, podemos observar que se aproxima das políticas de subordinação, uma vez que a entrada desses complexos agroindustriais se apropria do território, da mão de obra camponesa e da exploração da terra. Outra lógica passa a exercer influência sobre o camponês, entretanto, acreditamos que mesmo diante das mudanças na estrutura da unidade familiar camponesa o modo de vida permanece.

De acordo com Vergés (2011) as associações e cooperativas de trabalho no campo desempenham um papel fundamental, pois se tornam um meio de assimilar a ânsia dos camponeses ao processo de inovações tecnológicas, através de “[...] projetos e aparatos econômicos geridos pelas organizações de produtores” (p.78).

Os camponeses não deixaram de ser os produtores familiares de sempre, mas hoje são também gestores coletivos de empresas e serviços agroindustriais; empregam sistemas de cultivo tradicionais, o que não lhes impede de se relacionar com a mais inovadora biotecnologia; podem plantar milho, feijão e abóbora para o autoconsumo e, ao mesmo tempo, abastecerem de café orgânico o mercado gourmet de Nova York (VERGÉS, 2011, p.79).

A sociedade assistiu nas últimas décadas recorrentes transformações no modo de vida e trabalho camponês, a partir da introdução da tecnologia no campo. Os maquinários estão presentes nos lotes dos assentamentos rurais, ajudando no trabalho diário das pequenas propriedades. Assim como a presença da agroindustrialização que fomenta o desenvolvimento rural no campo, seja a favor dos capitalistas seja dos camponeses, também se coloca como uma importante alteração no modo de produzir. Mas para diferenciar a atuação desse processo de industrialização da agricultura no campo, vamos discorrer a seguir a perspectiva de alguns autores sobre esse processo.

Oliveira destaca que é possível verificar no processo produtivo monopólio da produção através da circulação dos produtos e, dessa maneira, trata de agricultura e indústria de maneira separada, expondo que:

A industrialização da agricultura, que é uma evidência desse processo, gera a agroindústria. É, portanto, o capital que solda novamente o que ele mesmo separou: agricultura e indústria, cidade e campo. Aqui, o capital sujeita o trabalho que se dá no campo (OLIVEIRA, 2007, p.32).

O autor explica que “quando submete o camponês aos seus ditames, está sujeitando a renda da terra ao capital. Está convertendo a renda da terra embutida no produto produzido pelo camponês e sua família em capital. Está se apropriando da renda sem ser o proprietário da terra” (OLIVEIRA, 2007, p.32), dessa forma afirma que o capital atua de maneira contraditória, “[...] no sentido de criar e recriar as condições para o desenvolvimento da agricultura camponesa, sujeitando, portanto, a renda da terra ao capital” (p.32) ao mesmo tempo em que há a exploração pelo capital o camponês se reproduz, nesse processo contraditório.

Mizusaki (2009, p.285) citando Oliveira (1981) esclarece que o autor considera uma distinção entre indústria e agroindústria, pertinente de ser apresentada nesse contexto a fim de possibilitar uma visão mais aprofundada sobre a distinção entre elas e sua manifestação no campo.

[...] considera agroindústria quando o proprietário de terra e proprietário de indústria estão unificados em uma só pessoa, auferindo em sua propriedade, o lucro e a renda. Já na segunda situação, quando o proprietário da indústria se apropria da renda da terra subordinando a produção à circulação, estando, portanto, separadas as figuras do proprietário da terra e da indústria, o que se tem é o capital industrial, que se apropria do lucro de sua indústria e da renda da terra. Entretanto, a apropriação da renda da terra não se dá através de sua produção, mas da sujeição dela ao capital. Nessa situação não temos uma agroindústria, porque não é o proprietário da indústria quem produz e possui a propriedade da terra e, dessa forma, a capacidade de auferir renda. Assim, o que temos nesse caso é a relação agricultura e indústria.

A sujeição da renda da terra ao capital pode ocorrer de várias maneiras, como explica Mizusaki (2009).

[...] através do sistema de ‘integração’, em que o produtor deve entregar toda a sua produção à empresa; através da sua dependência em relação ao banco, quando realizada o financiamento para a construção de barracões; através da dependência em relação aos equipamentos e medicamentos necessários (p.104).

Nessa situação apresentada a autora refere-se especialmente a monopolização do território pelo capital industrial na avicultura, analisando que essa atividade era desenvolvida de uma forma pelos camponeses e com a inserção do capital industrial, ocorrem alterações:

[...] era desenvolvida exclusivamente em função da livre iniciativa do produtor e de forma independente do ponto de vista do processo de produção e abate, tem a sua atividade (e com ela, o avicultor e a propriedade), capturados pelo capital industrial e pelo capital financeiro, que passam a ditar a lógica de todo o processo produtivo (desde a produção de matrizes até o abate) (MIZUSAKI, 2009, p.104).

Ao inserir-se no campo, a agroindústria reorganiza-o em função da necessidade de produzir para o capital industrial, ressignificando o espaço geográfico, para atender uma demanda externa ao campesinato. Como consequência do processo de ressignificação, todos os atores envolvidos, membros da unidade familiar camponesa, têm suas funções alteradas pelas atividades impostas.

Na explicação de Paulino existem várias esferas em que a renda camponesa é apropriada, como “[...] na intermediação do capital comercial, na ação do capital financeiro, no mecanismo de preços estabelecidos pelas indústrias de insumos e máquinas, enfim, são diversas as situações em que essa transferência ocorre” (2006, p.112). Isso demonstra que não necessariamente a sujeição da renda da terra será transferida para o capital através da indústria no campo, mas também por outros meios que perpassam as relações econômicas e comerciais no processo de produção.

Sobre o sistema de integração, na perspectiva de Christoffoli (2012),

[...] consiste no estabelecimento de contratos de fornecimento entre indústria e agricultores no quais a empresa adianta capital (na forma de insumos e tecnologia) e assistência técnica, e os agricultores, em geral pequenos, produzem em suas unidades matéria-prima que será coletada, transportada e processada pelas unidades industriais (p.77).

De uma maneira geral, os principais tipos de integração envolvem a produção de fumo, avicultura de corte, suinocultura, criação de bicho-da-seda e produção de leite, conforme explica o autor. Nos assentamento do Mato Grosso do Sul percebemos a integração presentes especialmente na produção de aves, suínos e leite, envolvendo famílias camponesas no processo de produção de matérias primas para agroindústria.

Então, tendo em vista a sujeição da renda da terra ao capital e o sistema de integração promovido pelo capital industrial, questiona-se até que ponto as atividades propostas pela agroindústria capitalista interfere na sobrevivência, autonomia e

permanência do sujeito camponês na terra? Bem, a resposta a esse questionamento pode servir a diferentes interesses e pontos de análise, mas ao que corresponde a essa linha de pesquisa, entende-se que na maioria das vezes, as agroindústrias são a única maneira encontrada pelos camponeses para resistirem na propriedade. Em outros casos, observamos a saída de um ou mais membros da propriedade rural, que buscam nos centros urbanos a possibilidade de um trabalho assalariado. Nesses casos, parte do salário recebido pelo trabalho nas cidades é revertida para a manutenção da família no campo.

Em relação a isso, Christoffoli (2012, p.77) alerta para uma reação dos agricultores e movimentos sociais do campo contra o poder das agroindústrias, “buscando estabelecer estratégias de resistência, visando à agregação de valor à produção camponesa, por meio da criação de agroindústrias cooperativas e associativas, sob controle dos trabalhadores”. O papel dessas agroindústrias associativas é justamente estabelecer estratégias diferenciadas em relação às agroindústrias capitalistas, que segundo o autor, devem estimular a agroecologia e a produção em pequena escala, buscando através da organização social, fortalecer a luta por um novo modelo de desenvolvimento no campo através de políticas públicas emancipatórias.

As agroindústrias camponesas devem ser estabelecidas através dos próprios camponeses que se orientam a partir de seus interesses e objetivos, mantendo uma postura diferente e mais apropriada às suas necessidades. Essas agroindústrias visam fortalecer e ampliar a produção camponesa, utilizando daquilo que é produzido por eles e que precisa de algum tipo de processamento para ser comercializado, evitando perdas de produtos *in natura* e valorizando produtos como leite, mel, café, óleo, erva mate, cana de açúcar, alimentos embutidos e defumados etc. (Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA). Quanto mais se agrega ao produto *in natura*, processando-o, maior valor este terá durante a comercialização, tornando-se uma importante fonte de renda para a família camponesa.

Para Christoffoli (2012, p.78) “existe no meio rural uma situação em que as famílias camponesas organizam o trabalho de forma a executar a transformação das matérias-primas ainda dentro da unidade de produção, numa espécie de resgate da antiga tradição camponesa da indústria rural”, visando organizar a produção e o processamento dos produtos, assegurando dessa forma, a comercialização. Mas explica que mesmo sendo uma alternativa muito interessante para as famílias camponesas, isso “representa parcela muito pequena da produção nacional agroindustrial que tende, [...] a

ser absorvida pela concorrência ou continuar marginal e localizada, sem expressão econômica relevante”, pois segundo ele, “na maioria dos casos, essas microagroindústrias estão à margem da legalidade e não conseguem cumprir os padrões sanitários mínimos” (p.78).

Referente a isso, podemos afirmar que durante a realização do trabalho de campo no assentamento observamos essa realidade presente em algumas unidades de produção familiar camponesa, onde o que era processado pelas poucas agroindústrias presentes no local não tinha liberação para serem comercializados, pois o órgão sanitário responsável pela inspeção do produto e do local de industrialização não concedia o alvará sanitário.

Assim, o autor sinaliza que “mesmo diante dos limites e contradições trazidos pela implantação de agroindústrias rurais, autores e movimentos sociais em geral concordam que elas têm grande importância nas estratégias de desenvolvimento rural da perspectiva da inclusão social”, contribuindo com diversos fatores, elencados pelo autor:

a) elevação da renda familiar no meio rural; b) diversificação e fomento das economias locais; c) adequação da produção à estrutura fundiária existente (pequenas propriedades rurais diversificadas como fornecedoras da matéria-prima, visto que a estratégia de agregação de valor nas pequenas agroindústrias é obtida por meio da diferenciação, e não do volume); d) valorização e preservação dos hábitos culturais locais; e) descentralização das fontes de renda (por causa do aumento no número e da maior diversidade de agroindústrias no território); f) estímulo à proximidade social (organização comunitária, venda em feiras livres ou redução de intermediários); g) ocupação e geração de renda no meio rural; h) redução do êxodo rural; i) estímulo ao cooperativismo e associativismo; j) valorização das especificidades locais; k) preservação do meio ambiente e dos recursos naturais; e l) mudança nas relações de gênero e poder (WESZ JUNIOR, TRENTIN E FILIPPI, 2006 *apud* CHRISTOFFOLI, 2012, p.79).

Buscando fortalecer a prática de agroindústrias camponesas algumas políticas públicas de incentivo à produção, processamento e comercialização foram lançadas pelo governo federal. Dentre elas, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), que possui linhas de crédito específicas para determinadas atividades ou grupos de interesse, como: *Pronaf Custeio*: que se destina ao financiamento das atividades agropecuárias e de beneficiamento ou industrialização e comercialização de produção própria ou de terceiros enquadrados no Pronaf; *Pronaf Mais Alimentos – Investimento*: destinado ao financiamento da implantação, ampliação ou modernização da infraestrutura de produção e serviços, agropecuários ou não agropecuários, no estabelecimento rural ou em áreas comunitárias rurais próximas;

Pronaf Agroindústria: linha orientada para o financiamento de investimentos, inclusive em infraestrutura, que visam o beneficiamento, o processamento e a comercialização da produção agropecuária e não agropecuária de produtos florestais e do extrativismo, ou de produtos artesanais e a exploração de turismo rural; *Pronaf Agroecologia*: linha para o financiamento de investimentos dos sistemas de produção agroecológicos ou orgânicos, incluindo-se os custos relativos à implantação e manutenção do empreendimento; *Pronaf Eco* (Investimento em Energia Renovável e Sustentabilidade Ambiental): direciona-se para o financiamento de investimentos em técnicas que minimizam o impacto da atividade rural ao meio ambiente, bem como permitam ao agricultor melhor convívio com o bioma em que sua propriedade está inserida; *Pronaf Floresta*: linha de financiamento de investimentos em projetos para sistemas agroflorestais, exploração extrativista ecologicamente sustentável, plano de manejo florestal, recomposição e manutenção de áreas de preservação permanente e reserva legal e recuperação de áreas degradadas; *Pronaf Semiárido*: é uma linha para o financiamento de investimentos em projetos de convivência com o semiárido, focados na sustentabilidade dos agroecossistemas, priorizando infraestrutura hídrica e implantação, ampliação, recuperação ou modernização das demais infraestruturas, inclusive aquelas relacionadas com projetos de produção e serviços agropecuários e não agropecuários, de acordo com a realidade das famílias agricultoras da região Semiárida; *Pronaf Mulher*: linha para o financiamento de investimentos de propostas de crédito da mulher agricultora; *Pronaf Jovem*: financiamento de investimentos de propostas de crédito de jovens agricultores e agricultoras; *Pronaf Custeio e Comercialização de Agroindústrias Familiares*: destinada aos agricultores e suas cooperativas ou associações para que financiem as necessidades de custeio do beneficiamento e industrialização da produção própria e/ou de terceiros; *Pronaf Cota-Parte*: financiamento de investimentos para a integralização de cotas-partes dos agricultores familiares filiados a cooperativas de produção ou para aplicação em capital de giro, custeio ou investimento; *Microcrédito Rural*: destinado aos agricultores de mais baixa renda, permite o financiamento das atividades agropecuárias e não agropecuárias, podendo os créditos cobrirem qualquer demanda que possa gerar renda para a família atendida. Créditos para agricultores familiares enquadrados no Grupo B¹⁷ e agricultoras

¹⁷ Conforme consta, referem-se ao Grupo “B” os agricultores familiares com renda familiar anual de até R\$ 20 mil. Informação obtida em <http://www.mda.gov.br/sitemda/dap/modelos> Acesso em 10/04/18.

integrantes das unidades familiares de produção enquadradas nos Grupos A¹⁸ ou A/C¹⁹ (Secretaria Especial de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário).

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES (2015) define o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) como um projeto que financia tanto projetos individuais quanto coletivos, visando à geração de renda para os agricultores familiares e assentados da reforma agrária, permitindo o desenvolvimento da produção camponesa.

Para Marques (2008) o PRONAF representa uma importante conquista para a classe camponesa no país após anos de luta, na medida em que, pela primeira vez, é criado um programa de crédito dedicado à agricultura camponesa em nível nacional. Mas assinala:

Porém, contraditoriamente e evidenciando as sutilezas que perpassam o jogo político, o Governo Fernando Henrique Cardoso serviu-se do programa para aplacar o poder de pressão dos movimentos sociais envolvidos na luta pela terra e extinguiu o programa especial de crédito para a reforma agrária, substituindo-o pelo Pronaf e submetendo o público assentado precocemente a parâmetros semelhantes aos dos produtores já consolidados (p.64).

Essa afirmação coloca em questão, novamente, as acirradas disputas no jogo político. Influenciada por interesses específicos de uma classe, as orientações e direcionamentos das políticas públicas são alteradas, independentemente de quem serão os prejudicados. Nesse caso, os camponeses assentados são inseridos no mesmo parâmetro de outros produtores que já conhecem e se utilizam de programas e linhas de crédito. Ao impor regras iguais a sujeitos diferentes, em condições diferenciadas, no que diz respeito aos programas de linhas de crédito, a probabilidade de fracasso aumenta consideravelmente entre os camponeses recém-assentados.

Sobre isso, Fernandes (2013, p.200) alerta-nos que “definir todos tão somente como agricultores esconde as diferenças constituídas pelas relações de poder que produzem as desigualdades e mascara, fundamentalmente, as classes sociais”.

¹⁸ Conforme consta, o Grupo “A” é composto por agricultores familiares assentados pelo Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) ou beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) que não contrataram operação de investimento do Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária (Procera) ou que ainda não contrataram o limite de operações ou de valor de crédito de investimento para estruturação no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Informação obtida em <http://www.mda.gov.br/sitemda/dap/modelos> Acesso em 10/04/18.

¹⁹ No Grupo “A/C” constam os agricultores familiares assentados pelo PNRA ou beneficiários do PNCF que (1) tenham contratado a primeira operação no Grupo “A” e (2) não tenham contratado financiamento de custeio, exceto no próprio Grupo “A/C”. Informação obtida em <http://www.mda.gov.br/sitemda/dap/modelos> Acesso em 10/04/18.

A partir da discussão realizada por Fernandes (2013) sobre disputas paradigmáticas e políticas de desenvolvimento territorial buscamos aproxima-la no sentido de compreender e analisar como as políticas públicas de incentivo a produção tem atuado no campo, levando em consideração a questão paradigmática.

Para o autor, é fundamental conhecer o movimento paradigmático para interpretar a execução das políticas, pois “as leituras paradigmáticas tem influências na elaboração de políticas públicas, definindo a aplicação de recursos em determinadas regiões, territórios, setores, culturas, instituições etc.”. (FERNANDES, 2013, p.198-199).

Sendo assim, esclarece a diferença entre os paradigmas:

O paradigma da questão agrária parte das lutas de classes para explicar as disputas territoriais e suas conflitualidades na defesa de modelos de desenvolvimento que viabilizem a autonomia dos camponeses. Entende que os problemas agrários fazem parte da estrutura do capitalismo, de modo que a luta contra o capitalismo e a perspectiva de construção de outra sociedade (FERNANDES, 2013, p.199).

Enquanto para o paradigma do capitalismo agrário, o problema está no campesinato:

[...] as desigualdades geradas pelas relações capitalistas são um problema conjuntural e podem ser superadas por meio de políticas que possibilitem a “integração” do campesinato ou “agricultor de base familiar” ao mercado capitalista. Nessa lógica, campesinato e capital compõem um mesmo espaço político, fazendo parte de uma totalidade (sociedade capitalista) que não os diferencia, porque a luta de classes não é elemento desse paradigma (p.199).

Dessa forma, ao analisar o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) percebemos o direcionamento do paradigma do capitalismo agrário, pois “Os paradigmas representam interesses e ideologias, desejos e determinações, que se materializam por meio de políticas públicas nos territórios de acordo com as pretensões das classes sociais” (FERNANDES, 2013, p.198) e assim, são encaminhadas para os camponeses não como políticas de emancipação que deveriam promover a autonomia relativa do camponês, mas como políticas de subalternidade, que direcionam para produção de commodities, como já discutimos anteriormente e, veremos no capítulo 5.

Domingos Neto (2004) também assinala as complexidades desse benefício, que em tese, foi formulado para os produtores tidos como mais eficientes e aptos para

sobreviver numa agricultura crescentemente dedicada à competição mercantil e não para o atendimento das questões camponesas.

Sobre as condições para solicitar o Pronaf Agroindústria, do qual estamos tratando nesse momento, observamos as orientações presentes no site do BNDES, onde consta que o financiamento pode ser solicitado por pessoas físicas, enquadradas como agricultores familiares do Pronaf desde que, no mínimo, 80% da produção a ser beneficiada, processada ou comercializada seja própria; também podem solicitar os empreendimentos familiares rurais definidos no Manual de Crédito Rural (MCR) 10-6-2 que apresentem Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) pessoa jurídica ativa para a agroindústria familiar e que, no mínimo, 70% da produção a ser beneficiada, processada ou comercializada seja produzida por seus membros; e também cooperativas, singulares ou centrais, de que trata o § 4º do art. 3º da Lei Nº 11.326, de 24.07.2006, que comprovem atributos como: no mínimo, 60% de seus participantes ativos são beneficiários do Pronaf, comprovado pela apresentação de relação com o número da DAP ativa de cada cooperado ou associado; no mínimo, 55% da produção beneficiada, processada ou comercializada são oriundos de cooperados ou associados enquadrados no Pronaf.

Cabe aqui uma ressalva sobre a DAP – Declaração de Aptidão ao Pronaf, primeiro pela sua importância enquanto documento requisitado para acessar as linhas de crédito do Pronaf e, segundo pela atual situação em que se encontra a emissão desse documento. Mas sobre esse segundo aspecto, discorreremos mais adiante.

A DAP surge como um requisito para que os agricultores familiares acessem as subvenções econômicas do crédito rural, a exigência da identificação dos agricultores familiares é necessária como forma de impedir desvios das apropriações dos subsídios pelos agricultores não familiares. Define-se a DAP como “o instrumento utilizado para identificar e qualificar as Unidades Familiares de Produção Rural (UFPR) e suas formas associativas organizadas em pessoas jurídicas”, dessa forma, “Por meio da DAP, o agricultor familiar pode acessar até 14 (quatorze) diferentes políticas públicas”. Nessa perspectiva, são beneficiários os: agricultores familiares; pescadores artesanais; aquicultores; silvicultores; extrativistas; quilombolas; indígenas; assentados da reforma agrária e do Programa Nacional de Crédito Fundiário (Cadernos da Agricultura Familiar, 2016, p.7).

Os investimentos do Pronaf Agroindústria são principalmente em infraestrutura, que visem ao beneficiamento, armazenagem, processamento e comercialização da

produção agropecuária, de produtos florestais e do extrativismo, ou de produtos artesanais, e a exploração de turismo rural. (BNDES, 2015). A partir disso, os camponeses podem, através da agroindústria, processar os produtos e comercializá-los dentro de uma lógica de mercado, mantendo o processo produtivo no interior no campesinato. Além disso, o Pronaf Agroindústria tem beneficiado os camponeses, incentivando a permanência destes no campo e sendo importante meio de manter a autonomia frente ao mercado capitalista.

Contudo, como outras políticas públicas, o Pronaf como um todo, não foge à regra de ambiguidade nas suas ações. Há estudos que apontam que o Pronaf possui “duas caras”, como a pesquisa apresentada pelos autores Gazzola e Schneider (2005; 2013), onde afirmam que o Pronaf está imerso em uma ambiguidade básica, pois:

[...] ao mesmo tempo em que é um Programa que apoia e estimula os agricultores familiares a intensificarem seus sistemas produtivos, também incita as famílias a buscarem alternativas a este tipo de desenvolvimento (GAZZOLA; SCHNEIDER, 2013, p.47).

A pesquisa desenvolvida pelos autores, através de estudos de casos realizados na região Sul do país, busca evidenciar o duplo sentido de atuação do Pronaf, “que tem incentivado o incremento da especialização na produção de grãos e *commodities* agrícolas através do crédito de custeio” (GAZZOLA; SCHNEIDER 2005, p.05).

Desse modo, o programa não possui ações que visam romper com o padrão de desenvolvimento agrícola hegemônico instaurado na região, ou seja, ele continua a reforçar o processo de desenvolvimento produtivista vigente. Neste sentido, o Pronaf continua a financiar o processo de aquisição de tecnologias, insumos e produtos que foram, em grande medida, responsáveis pelo processo de fragilização da agricultura familiar regional (p.06).

Nesse caso, podemos constatar que a proposta veiculada pelo Pronaf não tem atendido as suas próprias expectativas, pois os camponeses são incentivados a produzir para atender o mercado externo, ao invés de possibilitá-los a ter acesso à linha de crédito para cultivar alimentos saudáveis e, conseqüentemente permitir sua permanência e autonomia na terra. Mas têm atendido principalmente às orientações da balança comercial com produtos que sustentam o pagamento das dívidas externas, como explica o autor Malagodi (2011, p.53):

[...] a produção de *commodities*, quatro grandes circuitos do agronegócio, da soja, do milho, da bovinocultura e do papel e celulose, em uma estratégia agressiva de produção para a exportação, revelam o modelo de política agrícola implantada no país.

Verificamos essa ambiguidade do PRONAF no assentamento, ao entrevistar os camponeses alguns sinalizaram justamente essa condição imposta pelo mercado que conseqüentemente influencia na política de financiamento para produção, estimulando-os a produzir grãos, como soja e milho, em detrimento de alimentos para abastecer os mercados locais, regionais e nacionais. Com isso, acabam reproduzindo o padrão de desenvolvimento agrícola hegemônico anterior, da Fazenda Itamarati, como veremos no capítulo 5.

Evidenciada essa condição imposta pelo mercado internacional e nacional, acrescentam Gazzola e Schneider (2005) que uma das contradições principais do programa é justamente propor uma política de desenvolvimento rural com ênfase na diversificação das atividades produtivas rurais e ao mesmo tempo se consolidar como uma política de desenvolvimento agrícola que continua a financiar a incorporação de tecnologias modernas e a incentivar as atividades produtivas e econômicas baseadas nas monoculturas, que foram as responsáveis pela fragilização dos camponeses.

Para reverter esse processo é indispensável à implantação de políticas públicas destinadas ao desenvolvimento territorial rural, atendendo as necessidades das classes. Levando em consideração o que Fernandes (2015) aponta sobre os tipos de políticas – de subordinação e emancipação – acreditamos que somente através das políticas emancipatórias os camponeses conseguirão atingir a autonomia, superando a subalternidade imposta pelas classes dominantes com consentimento do Estado.

Porém, a reforma agrária tem sido realizada predominantemente como uma política de subordinação e os resultados estão aquém das proposições dos movimentos. Isso não significa que a reforma agrária não possa ser uma política emancipatória, mas para ser, precisa dos elementos constituintes, como a participação das partes interessadas com autonomia e poder de decisão (FERNANDES, 2015).

Mesmo diante desse panorama, carregado de ambiguidades e conflitos na execução do Programa, as agroindústrias financiadas pelo Pronaf ainda representam o modo mais acessível de promover a resistência camponesa, a inserção no mercado e a geração de renda para o camponês e sua família, mas isso não significa a autonomia camponesa, uma vez que ainda encontram-se submetidos às políticas subalternas que visam a produção para o mercado externo. Nesse sentido, cabe ao Estado criar políticas públicas que promovam a produção e incentivem a comercialização de produtos oriundos da agricultura familiar e do campesinato.

Temos como exemplo de resistência o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), que consiste num “movimento camponês, de caráter nacional e popular, de massas, autônomo, de luta permanente, cuja base social é organizada em grupos de famílias nas comunidades camponesas” (Movimento dos Pequenos Agricultores, 2005 *apud* GÖRGEN, 2012, p.494).

Segundo o autor, o movimento tem um histórico de luta e organização do campesinato nacional, tendo como mensagem política “a produção de alimentos saudáveis, com respeito à natureza, para alimentar o povo brasileiro” (p.494). Além disso, o Movimento possui uma proposta em construção conhecida como Plano Camponês, considerada como “uma contribuição da classe camponesa para um projeto popular para o Brasil”, onde o campesinato tem três missões fundamentais: “produzir alimentos saudáveis e diversificados para atender às necessidades de sua família e da comunidade; respeitar a natureza, preservando a biodiversidade e buscando o equilíbrio ambiental; e produzir alimentos para o povo trabalhador” (GÖRGEN, 2012, p.494).

Na descrição de Gørgen o Plano Camponês tem dois pilares fundamentais:

1) condições para viver bem no campo (educação camponesa, moradia digna, espaços de esporte, lazer e cultura, saúde, vida em comunidade etc.); 2) condições para produzir comida saudável, respeitando a natureza, e para alimentar o povo trabalhador (crédito, assistência técnica, mecanização camponesa, sementes crioulas, comercialização, seguro agrícola, apoio para agroindústrias etc.) (2012, p.494).

Dentro desse contexto, o autor pontua que “Este projeto só se viabilizará com a relação direta entre campo e cidade, e a aliança entre a classe camponesa e a classe operária”, outros autores também trabalham nessa perspectiva, de que a união das classes camponesas e operárias se constitui numa possibilidade de luta de massas.

Em sua descrição, o autor apresenta o Plano Camponês como um contraponto ao projeto do agronegócio, através das seguintes oposições:

Produção diversificada *versus* monocultivos; mercado interno *versus* exportação; trabalho *versus* desemprego; trabalho familiar *versus* exploração do trabalho alheio; terra distribuída *versus* latifúndio; comunidades *versus* isolamento e vazio populacional; sementes próprias *versus* sementes patenteadas/transgênicas; preservação da biodiversidade *versus* destruição ambiental; alimentos saudáveis *versus* contaminação alimentar/venenos; soberania alimentar *versus* monopólio dos alimentos; e povo brasileiro *versus* multinacionais/imperialismo (GÖRGEN, 2012, p.497).

No *site*²⁰ do Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA é possível verificar as ações que são organizadas em todo o país em prol da autonomia camponesa, com reportagens sobre encontros, seminários, fóruns, jornadas, caminhadas, etc. que promovem a integração e a construção do conhecimento camponês. Assim como das ferramentas de resistência utilizadas por estes, para consolidar o modo de vida e produção camponesa, frente aos proclamados discursos que anseiam por extingui-los.

Entre eles, a agroindústria camponesa é uma importante e necessária ferramenta para alavancar as produções e inseri-los no mercado de produtos agropecuários processados, mas mantendo a autonomia da família camponesa, como elemento essencial de sua reprodução.

Se as políticas públicas postas pelo Estado orientam para a produção hegemônica do capitalismo, cabe aos movimentos sociais e aos próprios camponeses buscarem alternativas de resistência, tanto para fortalecer o processo de luta pela terra e reprodução camponesa, quanto para pressionar o Estado por políticas que atendam seus anseios.

Cabe também a nós, pesquisadores/docentes, através dos nossos estudos e pesquisas analisar, compreender e expor a realidade dos camponeses no Brasil, fomentando o debate sobre a necessidade de políticas públicas para atender a demanda do campesinato. Necessitamos dos produtos oriundos da produção camponesa, nos alimentamos daquilo que provém da pequena lavoura, como arroz, feijão, mandioca, ovos, leite, verduras, legumes e frutas, tudo proveniente das mãos camponesas. Não nos nutrimos somente de cana de açúcar e soja!

Como forma de aproximar essa discussão do nosso objeto de análise, na sequência, abordamos a importância da existência do território camponês através do assentamento rural Itamarati, localizado na fronteira entre Brasil e Paraguai e com características diferenciadas de outros assentamentos do país.

²⁰ Link de acesso: <http://mpabrasil.org.br/>

4. ASSENTAMENTO ITAMARATI: POSSIBILIDADES PARA CONSTITUIÇÃO DE UM TERRITÓRIO CAMPONÊS?

A proposta para este capítulo é realizar uma abordagem referente ao assentamento Itamarati, localizado no município de Ponta Porã, estado de Mato Grosso do Sul, considerado o maior assentamento de reforma agrária do país. Damos destaque ao assentamento Itamarati I, foco da pesquisa, buscando caracterizar o território, através da infraestrutura existente, dos grupos presentes no local e da relação entre o modo de produção adotado no assentamento com as políticas públicas de incentivo a reforma agrária.

4.1 Contribuições analíticas a partir do território do Assentamento Itamarati I

Levando em consideração diversos trabalhos e pesquisas acadêmicas que foram realizadas na área de estudo do assentamento Itamarati, nosso direcionamento não será refazer o levantamento de dados e informações acerca do histórico do assentamento, mas sim, trazer alguns elementos para o debate, sem deixar obviamente de apontar a estrutura e a forma de organização, desde o período da Fazenda Itamarati.

Uma pesquisa essencial para nos direcionar foi concluída no ano de 2009, do autor Terra, que sem dúvida se tornou uma fonte de pesquisa para compreender o processo de transformação da Fazenda Itamarati em Assentamento Itamarati.

Com um título muito sugestivo *Reforma Agrária por conveniência e/ou por pressão? Assentamento Itamarati em Ponta Porã – MS: “O pivô da questão”*, a pesquisa aponta questões fundamentais para a discussão sobre reforma agrária *para quem e para quê*, se aproximando da nossa interpretação sobre alguns fatos ocorridos e que continuam ocorrendo.

É importante ressaltar que a pesquisa concluída em 2009 pelo autor aponta indícios de ações e projetos que podemos, em 2018, analisar e até, comparar, tais como infraestrutura, por exemplo. Até por esse motivo escolhemos utilizar esse referencial devido às condições permanecerem em algumas questões, inalteradas até o momento. Mas há que se esclarecer que nossa intenção é utilizar o referencial teórico como um aporte de elementos para o debate, pois as pesquisas apesar de terem como foco a mesma área de estudo, não possuem muitas semelhanças na abordagem realizada.

Adentrando o assunto sobre a constituição do assentamento, buscamos em Terra (2009) as questões pertinentes ao debate, como a aquisição da Fazenda Itamarati para fins de reforma agrária, que ocorreu em novembro de 2000, quando o governo federal adquire junto ao Banco Itaú 25.100 ha das terras da fazenda, que foram repassadas em maio de 2001 para o INCRA, que a partir daí deu início à implantação do Assentamento Itamarati, onde foram assentadas 1.143 famílias.

Durante o trabalho de campo, obtivemos a informação de um assentado, ex-funcionário da Fazenda, que a mesma havia sido colocada como garantia no Banco Itaú pelo seu proprietário para saldar dívidas bancárias que teriam sido contraídas na outra Fazenda Itamarati, localizada no estado de Mato Grosso (Fazenda ItaNorte), hoje pertencente ao Grupo Amaggi, do ex-governador e atual Ministro da Agricultura, Blairo Maggi²¹.

Para tentar cobrir parte de suas dívidas, Olacyr ofereceu a fazenda inteira por 300 milhões de reais ao governo federal, que não aceitou a proposta. Um ano depois precisou entregar metade da propriedade ao Banco Itaú, representado por uma de suas subsidiárias, a Tajhyre S/A Agropecuária para garantir o pagamento de dívidas. [...] Sem solução à vista, o Banco Itaú procurou o governo com uma oferta melhor: entregaria metade das terras da fazenda por R\$ 27,6 milhões a serem pagos em quinze anos, com Títulos da Dívida Agrária (TDAs) (TERRA, 2009, p.80-81).

Segundo a informação obtida durante entrevista, quando os movimentos sociais de luta pela terra tiveram conhecimento que parte da fazenda estava com o Banco Itaú, houve uma pressão sobre o INCRA para que este solicitasse a área junto ao Governo para fins de reforma agrária.

Somente em maio de 2004 o governo federal adquire o restante da fazenda, uma área com 24.900 ha junto ao proprietário, pelo valor de R\$ 165,3 milhões para a implantação do Assentamento Itamarati II, onde seriam assentadas 1.692 famílias. Da Fazenda Itamarati ao Assentamento Itamarati, de um projeto-modelo de megaempreendimento à reforma agrária.

Nesse sentido, Terra (2009) classifica o assentamento como um megaempreendimento, mas longe de ser um projeto-modelo de reforma agrária, questionado pelos próprios assentados, como veremos mais adiante. Segundo ele, ao longo da história, o território que hoje faz parte dos Assentamentos Itamarati I e II, na região Sul do estado de Mato Grosso do Sul, foi palco de megaprojetos privados:

²¹ Blairo Borges Maggi é agrônomo, empresário e político brasileiro. Atualmente é ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento do governo Michel Temer, desde 12 de maio de 2016.

Companhia Mate Laranjeira – com exploração de extensas áreas concedidas pelo Estado para exploração da erva-mate e, Fazenda Itamarati que, posteriormente, tornou-se Assentamento Itamarati – uma área destinada à monocultura de soja, considerada nos anos 1980 a maior plantação de soja do mundo.

Para adquirir esse título, de maior plantação de soja de mundo, são necessários diversos elementos entre eles um aparato de maquinários que seja adequado à escala de produção e corresponda ao esperado (TERRA, 2009). Na descrição de Teixeira (1989) podemos ter uma ideia do aparato disponível para manter o título:

Operam hoje 143 colhedoras, 165 plantadeiras, 269 tratores, 6 aviões agrícolas, 118 caminhões, além de vários veículos de apoio, como utilitários e automóveis pequenos. A manutenção é realizada na própria fazenda, em oficinas próprias. Toda a frota é controlada por um sistema interno de comunicação. Tal frota é alimentada por uma micro-destilaria de álcool, cuja produção é da ordem de 1.000 litros por hora. O sistema produtivo possui 64 conjuntos de irrigação tipo pivot central, cobrindo uma área de 7.552 ha (120 ha por pivot), onde é plantada a maior área de trigo irrigada do país (TEIXEIRA, 1989, p.49 apud TERRA, 2009, p.72).

Acreditamos, assim como Terra (2009), que a peça fundamental para o desenvolvimento de todo esse sistema é o pivô central, “que vai ser elemento basilar de uma tentativa de fordização da produção agrícola, pois irá ser regulada pelo homem e não mais pela natureza”. Na época da sua pesquisa, constatou através de informações de técnicos locais responsáveis pela manutenção desses equipamentos, que o preço estimado de um pivô completo se aproximasse dos R\$ 700.000,00 (setecentos mil reais). Esses equipamentos foram repassados aos assentados com a implantação do assentamento, mas alguns se perderam pelo sucateamento do tempo e da ação de vândalos que danificam e roubam peças e cabos de cobre. Mas sobre isso, discorreremos mais adiante.

Durante uma das visitas ao assentamento estivemos na sede da antiga Fazenda Itamarati para obter informações sobre o funcionamento do local e a destinação desse espaço. Atualmente quem conserva e usufrui da sede é a igreja católica. Na casa que abrigava os pilotos de avião do proprietário moram padres, seminaristas e freiras, que também utilizaram recursos oriundos da igreja para reformar parte da estrutura, utilizada pela igreja para encontros e retiros espirituais. Na figura 3 vemos a placa colocada na parte interna da residência, que demonstra a origem dos recursos destinados à reforma da casa que abriga os missionários da igreja católica e, na sequência, a figura 4, da casa onde os missionários da igreja residem durante sua estadia no assentamento, onde

vemos parte da fachada da casa de dois andares, antes moradia dos pilotos particulares do empresário Olacyr de Moraes.

Foto 3. Placa referente a origem de recursos financeiros doados para reforma de uma das casas da antiga sede da Fazenda Itamarati.



Fonte: Autora, 2018.

Foto 4. Residência dos missionários da igreja católica, antiga casa dos pilotos da Fazenda Itamarati.



Fonte: Autora, 2018.

O empresário era conhecido pelas suas características de extravagância, principalmente relacionada às estruturas da antiga sede da fazenda. Abaixo podemos observar as figuras 5, 6, 7, 8, 9, 10 e 11 que demonstram, mesmo com o passar dos anos, a estrutura que era mantida pelo proprietário. Relata-se que no piso superior, as sacadas da sede eram todas de vidro, acessadas pelas suítes, que eram interligadas por salões, salas e corredores. Alguns funcionários como cozinheiras e pilotos de avião residiam em moradias auxiliares próximas ao casarão (como era conhecida a casa do empresário). Durante o período de ascensão econômica da fazenda, muitas celebridades passaram pelo local, sendo relatado pelos antigos funcionários da fazenda, hoje assentados da Associação de Moradores e Ex-Funcionários da Fazenda Itamarati – AMFFI.

Foto 5. Fachada da antiga sede da Fazenda Itamarati.



Fonte: Autora, 2018.

Foto 6. Local destinado ao bar da sede da Fazenda Itamarati.



Fonte: Autora, 2018.

Foto 7. Acesso ao piso superior da sede da Fazenda Itamarati.



Fonte: Autora, 2018.

Foto 8. Sede da Fazenda Itamarati e as passarelas de acesso.



Fonte: Autora, 2018.

Foto 9. Passarelas de acesso entre várias construções na sede da Fazenda Itamarati.



Fonte: Autora, 2018.

Foto 10. Local de lazer da sede da Fazenda Itamarati, com piscina destinada ao cultivo de peixes atualmente.



Fonte: Autora, 2018.

Foto 11. Estrutura interna do refeitório dos funcionários da Fazenda Itamarati.



Fonte: Autora, 2018.

Para termos uma noção da estrutura da fazenda apresentamos uma tabela da evolução da produção da Fazenda assim como da sua estrutura, evidenciando o processo de decadência da empresa.

Tabela 1 – Dados comparativos da Fazenda Itamarati entre as décadas de 1980 e 2000.

Indicadores	1980	2000
Empregados e seus familiares	3.000	1.000
Produção de sacas de soja	1,6 milhão	330.000
Cabeças de gado	3.000	200
Tratores, caminhões e colheitadeiras	300	150
Infraestrutura	Hospital, escola, creche e mercado	Foram fechados o hospital, a escola e a creche

Fonte: Revista Veja, ed. 1674 de 8 de novembro de 2000.

Org.: TERRA, 2009.

Já no que se refere à Companhia Mate Laranjeira, o autor aponta que a mesma foi o primeiro grande empreendimento privado implantado nesta porção do território brasileiro, visando a exploração da erva mate nativa nos campos adquiridos pela empresa. Tendo sido criada em dezembro de 1882, por Tomaz Laranjeira, a empresa conseguiu o monopólio para explorar a erva mate nas terras devolutas da fronteira entre Brasil e Paraguai, “no auge de sua hegemonia e por força das constantes renovações de contratos com o governo do estado, chegou a dominar uma área de aproximadamente dois milhões de hectares” (TERRA, 2009, p.54-55).

Para o autor, ainda que tenham sido implantados em períodos diferentes, estes projetos pouco tem em comum, ainda que ambas tenham sido projetos privados e mantido uma relação/influência muito forte com os poderes políticos de sua época. Porém, destoam do tipo de desenvolvimento apregoado pelos movimentos sociais e pelo Estado quando preconizam a reforma agrária e inserção da pequena propriedade rural como foco de desenvolvimento, contrariando também o grande latifúndio, uma das marcas do estado de Mato Grosso do Sul e do Brasil (TERRA, 2009). Como cita Nogueira (2011, p.46) a “estrutura fundiária em Mato Grosso do Sul já nasceu concentrada”. Isto se deve pelo fato de que mesmo antes de o estado ser povoado, nas décadas de 30 e 40 do século passado, a maioria das pessoas adquiriram terras, junto ao Estado. A aquisição, segundo a autora, se dava por pessoas que moravam nas cidades e não necessitavam do uso da terra para sobrevivência, ou seja, estavam à espera de valorização dessas terras com o intuito de vendê-las, temos aí a especulação imobiliária.

Relacionado a isso, podemos sinalizar outro grande projeto criado pelo governo federal, a Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND), que tinha como um de seus objetivos garantir aos pequenos trabalhadores rurais o acesso a terra, através da

colonização das áreas fronteiriças do país. Mas segundo Terra (2009), as reais motivações desse projeto se estendiam muito além dessa proposição.

Em sua análise, a campanha da Marcha para o Oeste, que foi lançada na segunda metade da década de 1930, tinha como objetivo mapear diversas áreas do Centro-Oeste para instalar núcleos populacionais, visando ocupar economicamente os espaços vazios ou pouco povoados no interior do território brasileiro. Dessa maneira, a política fundiária adotada pelo governo tinha como objetivo absorver os excedentes populacionais da Região Sul e Sudeste, que já começavam a incomodar, e preocupações geopolíticas que emergem com o advento da Segunda Guerra Mundial, tais como a promoção da nacionalidade (através da ocupação dos vazios territoriais com brasileiros natos), a garantia de integridade do território e de controle das fontes de riquezas autóctones contra a ameaça de interesses externos comprometedores da segurança nacional (TERRA, 2009).

Nesse contexto, obviamente que a Companhia Mate Laranjeira tornou-se um dos alvos privilegiados das intervenções desencadeadas pelo Estado, sendo esta uma grande empresa controlada por capitais estrangeiros, proprietária de grandes extensões das melhores terras do Estado, utilizava quase que exclusivamente mão de obra estrangeira (paraguaios na operacionalização da produção da erva-mate, e argentinos na parte administrativa) e, por conta disso, promovia a disseminação de costumes estranhos, sobretudo, de uma língua alienígena (o guarani) e a circulação de moedas estrangeiras (a libra esterlina e o peso), como apontado por Terra (2009).

Sendo assim, o governo Vargas enxergava na empresa um perigo à desnacionalização da fronteira, e a única maneira encontrada para solucionar o problema era realizar constantes fiscalizações. De acordo com Arruda,

[...] o xeque-mate às atividades dessa empresa foi dado em 1943, quando Getúlio Vargas, em lugar de renovar a concessão, decidiu criar o Território Federal de Ponta Porã, base legal para a desapropriação das terras e conseqüentemente implantação da Colônia Agrícola de Dourados (ARRUDA, 1989, p. 23).

Em decorrência disso, foi decretado em 1944 o encerramento dos contratos de arrendamento da Companhia Mate Laranjeira e a criação da Colônia Agrícola Nacional de Dourados.

A CAND ocupou uma área de 300.000 ha de terras, da qual foram distribuídos, gratuitamente, 8.820 lotes para agricultores de baixa renda, compostos, em sua maioria, por nordestinos que se caracterizavam pela sua condição de pequenos arrendatários,

meeiros e trabalhadores rurais, cujo sistema produtivo associava a cultura de subsistência - feijão, arroz, milho e mandioca -, da qual o eventual excedente era encaminhado para o mercado, e culturas essencialmente comerciais, como o algodão e o amendoim.

A distribuição de terras promovida pela CAND atraiu um grande fluxo de pequenos produtores, contribuindo assim para fixar na região um contingente demográfico de aproximadamente 35.000 habitantes diretamente envolvidos com aquela atividade colonizadora, o que favoreceu a criação de um mercado consumidor responsável pela expansão e concentração de atividades comerciais em Dourados que, de forma embrionária, assumia o papel de principal polo regional do extremo sul do estado (TERRA, 2009, p.63).

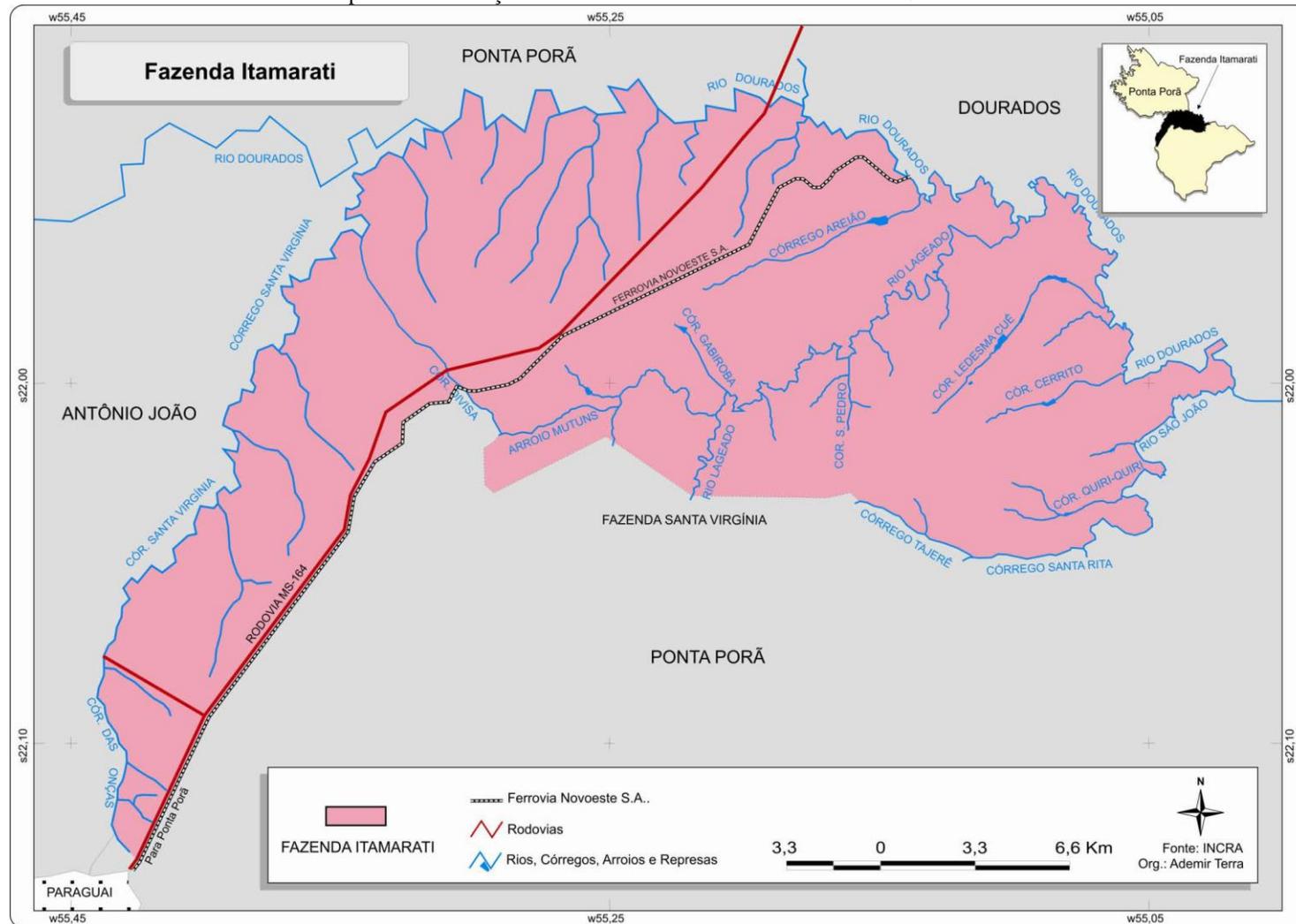
Nota-se que esse processo de distribuição de terra e colonização dinamizou a cidade de Dourados e provocou a ampliação da rede urbana regional, ao dar origem, durante a década de 1950, a diversos povoados e vilas que posteriormente foram transformados em cidades, com destaque para Fátima do Sul, Glória de Dourados, Deodápolis, Douradina, Jateí e Vicentina (p.63).

Concordamos com Terra (2009) ao afirmar que mesmo que pequenos lotes de terra tenham sido distribuídos, esse foi um empreendimento cujo objetivo era atender outros interesses e não o das famílias de trabalhadores rurais assentados, reforçando a hipótese de que os megaprojetos visam atender uma determinada classe dentro do Estado, com poder e ideologia suficiente para fazer parecer que o projeto atende as necessidades dos trabalhadores, sendo que as estratégias que estão por trás dessas ações visam consolidar determinados projetos políticos, de interesses dominantes.

O outro grande empreendimento, a Fazenda Itamarati, foi implantada no município de Ponta Porã, pelo empresário Olacyr Francisco de Moraes em 1973, em parte das terras pertencentes, anteriormente, a Companhia Mate Laranjeira. Em 1973 foram adquiridos 25.000 ha de terras e em 1976 houve a ampliação da área com aquisição de mais 25.000 ha, conforme o Mapa 1 a seguir.

[...] a fazenda de 50.000 ha nasceu sob o signo de um megaempreendimento e com a função específica de tornar-se agroexportadora de *commodities*, dentro de um processo de capitalismo concorrencial, com base produtiva numa grande propriedade territorial em que se aplicam incorporação intensiva de capital, recursos tecnológicos variados (sementes especiais, pesquisas, insumos e maquinários modernos) e mão de obra assalariada qualificada e setorizada (mecânicos, tratoristas, gerentes, agrônomos). Todos esses aspectos, entre outros, conferiam ao projeto a condição de modelo para uma proposta de desenvolvimento, [...]. Para os dias atuais, 50.000 ha sob o controle de uma única pessoa, pode parecer algo extraordinário, porém, em se tratando do Mato Grosso do Sul na década de 1970, não era assim uma situação tão insólita (TERRA, 2009, p.69).

Mapa 1 – Localização da Fazenda Itamarati em Ponta Porã/ MS



Fonte: Terra, 2009.

Na concepção de Terra (2009), a criação do assentamento seguiu um círculo vicioso que tem marcado esta porção do território brasileiro como um estigma: o de ser o palco de grandes empreendimentos, deixando esclarecido ainda que esse não é um caso isolado no MS. Assim,

[...] estão incluídos os pequenos proprietários e os trabalhadores sem-terra, como elementos fundamentais, porém de forma subserviente, como fora a criação da Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND) e da Fazenda Itamarati que tinham implicitamente como objetivo atender aos interesses de uma pequena parcela abastada da sociedade. Em tais projetos as verdadeiras motivações são camufladas com o pretexto de estarem beneficiando uma ampla maioria da população excluída da sociedade (p.21).

Cabe aqui, citar novamente a atenta colocação de Osório (2014, p.18) sobre as particularidades do Estado na moderna sociedade capitalista: “a) O Estado é a única instituição que tem a capacidade de fazer com que interesses sociais particulares possam aparecer como interesses de toda a sociedade”. Exemplos da CAND e da Fazenda Itamarati, ambas oriundas de projeto e/ou apoio político governamental, expressamente surgidas por interesses particulares, mas que para todos, foram projetos que visavam o bem comum.

Outra questão para se refletir é apontada também por Terra (2009, p.77) quando alerta sobre às vezes em que alguns dignos “representantes” do povo no congresso nacional acabam sendo cooptados pelas grandes corporações que financiam suas campanhas eleitorais, esperando a contrapartida posteriormente. Isto quando não ocorre de os “homens de negócio” e os “homens da política” serem a mesma pessoa, muito comum no estado de Mato Grosso do Sul. Soma-se a isso, o fato de haver uma participação peculiar do governo estadual e federal na projeção do Assentamento Itamarati como um projeto-modelo para o restante do país.

Em relação a isso, o autor conclui que a hipótese mais acertada é a de que as políticas fundiárias em território sul-mato-grossense nunca se deram de fato visando uma desconcentração da propriedade da terra, favorecendo os pequenos proprietários, mas sim, o acesso a terra por parte dos trabalhadores, nas poucas vezes em que isso aconteceu, veio em concomitância com outros interesses, buscando beneficiar os grandes proprietários em detrimento dos trabalhadores. Dessa forma, os trabalhadores foram obrigados a desenvolverem estratégias de sobrevivência, tendo que se submeterem (não sem protestos) a um jogo de cartas marcadas em que as chances de êxitos são muito pequenas (TERRA, 2009).

E nessa tentativa, observamos as estratégias desenvolvidas pelos assentados do Itamarati I para sobreviverem no lote. Após o processo de conquista da terra, a luta continua, mas agora pela permanência. Na sequência, veremos um pouco sobre os elementos que reforçam a racionalidade camponesa ao mesmo tempo em possam se tornar grandes desafios a essa realidade.

4.2 A Presença da racionalidade camponesa no Assentamento Itamarati I – desafios da permanência

A partir do momento que a família ou indivíduo se insere no movimento social de luta pela terra e participa do acampamento, a única pretensão nesse momento é adquirir a terra. Ter acesso a um pedaço de chão que possibilitará uma vida digna, a uma (re) inserção do camponês em seu território.

A perspectiva é de que o acesso a terra lhe trará meios de subsistência a partir do trabalho dedicado a ela, principalmente com o cultivo de alimentos básicos e essenciais à soberania alimentar da família e do grupo. Obviamente, não é somente através desse tipo de produção que as famílias conseguem sobreviver, outras culturas precisam ser inseridas para dinamizar a economia interna e permitir que melhorias aconteçam no lote e, em todo o assentamento. E tais culturas, subscreve-se aqui, monocultura de grãos, especialmente, soja e milho.

Contudo, o que observamos em nosso trabalho de campo, através das entrevistas realizadas, e dos referenciais teóricos à respeito da temática e área de estudo, é que os resquícios da antiga Fazenda Itamarati permanecem em sobreposição aos ideais camponeses da reforma agrária. Com o aval do Estado, diga-se de passagem.

A presença da racionalidade camponesa acontece como uma resistência, uma alternativa, e não como um todo, como se esperava acontecer num projeto de reforma agrária. As fortes e presentes influências da “maior plantação de soja do mundo” assombram a racionalidade camponesa, como um fantasma, uma lenda, que persiste ao longo do tempo. Ao nosso entender, mais parece que o projeto-modelo de assentamento foi constituído para dar continuidade às atividades ora desenvolvidas pelo “Rei da soja”.

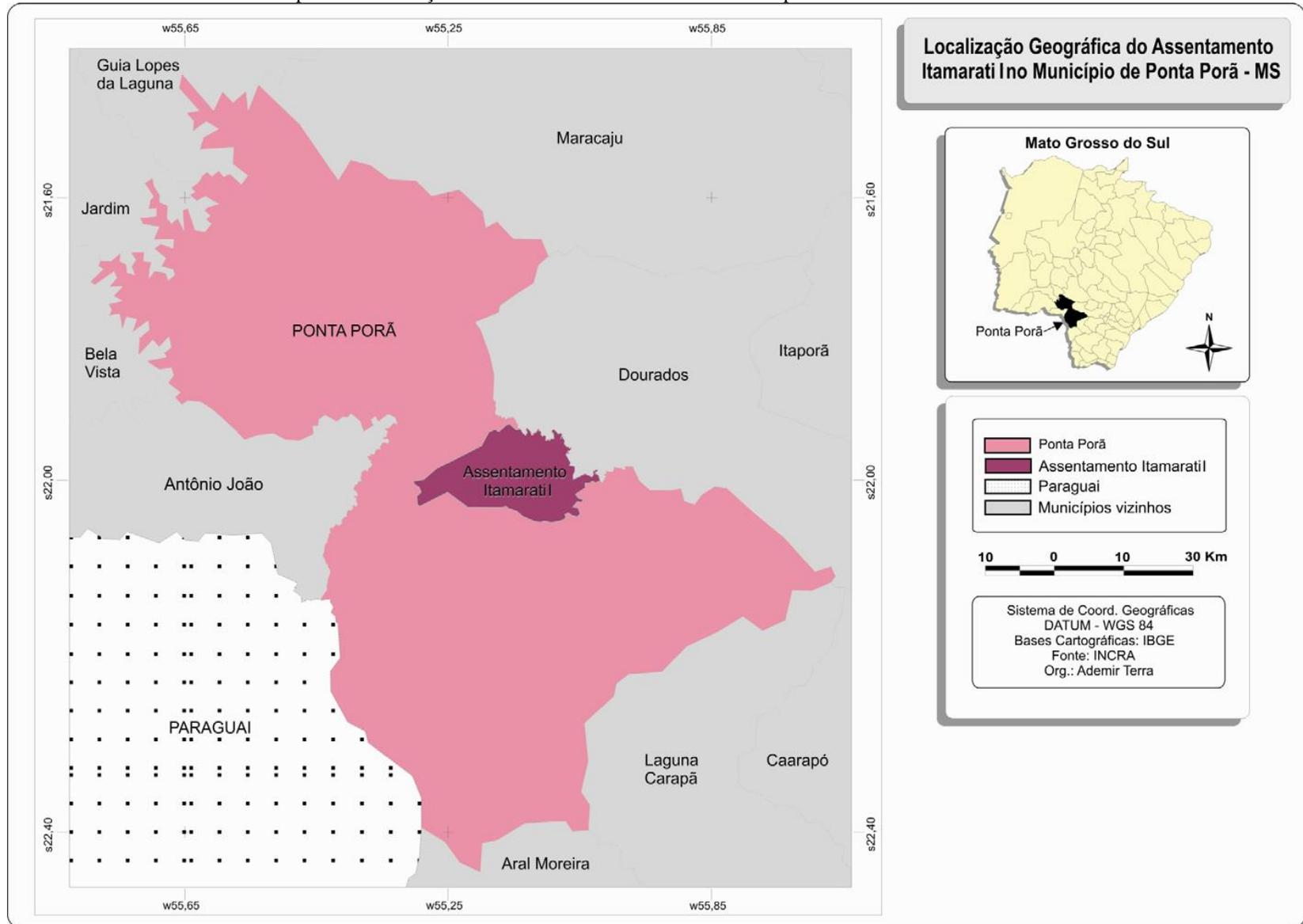
Nessa perspectiva, buscamos sinalizar os elementos que constituem essa racionalidade camponesa dentro do território agroexportador de *commodities*, de modo que possamos perceber outros elementos que reforçam e direcionam o assentamento

para o mercado, com o consentimento do Estado, que (des) propositadamente promove e estimula tais práticas, através das políticas públicas.

Partimos das características iniciais do assentamento Itamarati, que está localizado a 45 km da sede do município de Ponta Porã, na região Sul do estado de Mato Grosso do Sul, distante 21 km da faixa de fronteira entre Brasil e Paraguai, conforme podemos visualizar no Mapa 2 a seguir.

Bellé *et alli* (2013) em sua pesquisa, apontam que o desenvolvimento das zonas rurais no estado de Mato Grosso do Sul é positivo, tendo em vista que a soma da população dos assentamentos Itamarati I e II representa 17,85% da população de Ponta Porã, sendo maior que a população de 34 dos 78 municípios do estado.

Mapa 2 – Localização do assentamento Itamarati I no município de Ponta Porã/ MS



Fonte: TERRA, 2009.

De acordo com o levantamento realizado pelo Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA) a área apresenta um diagnóstico positivo quando ao clima, vegetação, uso do solo e, principalmente, em relação aos recursos hídricos disponíveis no local. O assentamento situa-se na bacia do rio Paraná, sendo limitado ao norte pelo rio Dourados, ao sul, pelos córregos Tajerê e Santa Rita, e ao leste, pelos rios São João e Dourados.

Isso garante ao local bom abastecimento de água sendo a causa principal que levou a antiga Fazenda Itamarati instalar 90 unidades de irrigação do tipo pivô central. A presença dos recursos hídricos permitiu que a fazenda se destacasse na produção irrigada de grãos, garantindo o título de maior produtora de soja do mundo.

Já em relação ao uso da terra, de acordo com o PDA, os solos são altamente mecanizáveis e com grande capacidade de retenção de cargas, podendo ser utilizados para culturas anuais ou perenes, com algumas restrições. A lavoura e a pastagem são os usos potenciais recomendados para o imóvel. Esse diagnóstico influenciou os grupos de trabalhadores a dedicarem suas produções tanto nos grãos como na pecuária leiteira. Essas opções como analisaremos à frente, podem não ser uma saída, mas sim um aprisionamento nos moldes capitalistas de produção.

A área total de 25.072 hectares do Itamarati I está distribuída em 7.232 ha irrigados pelo sistema de pivôs centrais, 6.568 ha de áreas de sequeiro, onde não há irrigação artificial, 4.321 ha de reserva legal, 918 ha destinados à área de preservação permanente e 6.033 ha constituídos de pastagens plantadas, conforme dados disponibilizados pelo INCRA (SEPROD/IDATERRA, 2003 apud TERRA, 2009, p.149-150).

Quanto à forma de constituição, verificamos na pesquisa que os assentados entendem ser este um modelo de assentamento rural nunca antes idealizado e concretizado, por diversos fatores, entre eles, o fato do assentamento ter sido idealizado no modelo coletivo, que de acordo com Terra (2009, p.230) “a determinação da gestão coletiva como o modelo de exploração ideal para o Assentamento partiu da Superintendência Regional do INCRA/MS”, fazendo alusão aos dirigentes responsáveis por tal projeto.

Na entrevista com o assentado, ex-funcionário da Fazenda Itamarati, sua visão é de que o projeto foi idealizado para satisfazer os anseios de algumas pessoas interessadas no desenvolvimento do projeto de assentamento a partir de interesses próprios ou de grupos:

[...] eu acho que ele queria fazer isso aí, e dar certo, pra ele ser o pai da revolução, e deu tudo errado, e não tinha como dar certo, tinha que ter muito dinheiro para fazer isso aí. E a outra que eu imaginava, eu acho que ele queria fazer isso aí para sempre ter o controle disso aqui, que aí sempre ia ter, ter que ser tudo coletivo e alguém ia controlar, tanto é que têm cooperativas aqui que tem 14 anos, é sempre a mesma pessoa [...] (Entrevista com A1).

Refere-se a isso, pois em sua opinião, o assentamento foi dividido de maneira errada, diminuindo a capacidade de produção devido às áreas coletivas e individuais ser separadas e distantes entre si. Essa é a proposta de criação do assentamento, lotes divididos em áreas coletivas e individuais.

Terra (2009) questiona o assentamento Itamarati enquanto um modelo, levando em consideração que algumas questões não foram efetivamente decididas por todos os envolvidos, incluindo os mais interessados, os assentados. Para ele, “embora não tenha sido um assentamento espontâneo, o critério de participação dos assentados em todas as discussões e decisões foi prejudicado, pois nem sempre esta condição foi respeitada”, isso porque a decisão pelo modelo coletivo (ou semicoletivo) de gestão do assentamento foi imposta pelo INCRA, sem consulta ou apreciação dos assentados. Sobre isso ele aponta:

Segundo relato dos assentados, eles receberam essa informação pelas suas respectivas lideranças, as quais faziam questão de frisar que aqueles que não estivessem de acordo deveriam voltar para o acampamento e aguardar outra oportunidade para serem assentados (TERRA, 2009, p.109).

Apresenta outros elementos nessa discussão, como por exemplo, as distintas características das famílias a serem assentadas. É importante frisar sobre isso, pois no acampamento as famílias tendem a construir uma rede de relação, uma aproximação não somente pelas necessidades de luta pela terra, mas de cooperação diária, de troca de favores e de interesses semelhantes. As pessoas tendem a se aproximar pelas suas características como origem, costumes, hábitos alimentares, culturais, religiosos, formas de organização etc., essa condição influencia diretamente na constituição do assentamento, uma vez que ao serem contempladas com o lote no sistema coletivo e semicoletivo, o entrosamento existente entre àquelas famílias que já se conheciam desde o acampamento e os movimentos, tende a ser favorável no momento de decidir os grupos.

Em relação a isso, o autor analisa que a decisão imposta de projeto-modelo coletivo sem levar em conta o desejo dos assentados pode ser um impulso ao fracasso do projeto.

Além de ter sido decidida por essas instâncias, a medida foi também referendada pelos técnicos responsáveis pelos estudos de viabilidade para a implantação do Assentamento, os quais, por conta das especificidades da área, elegeram esse modelo como o mais adequado, sem considerar as características das famílias a serem contempladas e a probabilidade de fracasso (TERRA, 2009, p.130).

No estudo realizado pelos autores Bellé *et alli* (2013, p.28) “foi possível verificar que o modelo de trabalho coletivo ou sócio proprietário, desenvolvido em conformidade com seus respectivos planos, passa por uma crise que compromete o desenvolvimento do Assentamento Itamarati”, devido principalmente a alguns fatores, como por exemplo, a existência de assentados sem experiência anterior no trabalho com a terra e por isso têm mais dificuldade de ajustar-se ao modelo coletivo do que ao trabalho em sítio individual. Além disso, alguns assentados trabalham com parcerias ou arrendamentos dos lotes, visando pagar dívidas geradas pelo alto custo de manutenção dos equipamentos ou pelos prejuízos das safras anteriores.

Os autores assinalam que no assentamento Itamarati I apenas dois grupos se destacam com atividade pecuária leiteira e, no assentamento Itamarati II, dos vinte e sete grupos que trabalhariam em áreas de irrigação por pivô central, somente uma é gerida pelos assentados, demonstrando com isso que o modelo coletivo imposto aos assentados resultou em situações que não condizem com a proposta de reforma agrária.

A colocação dos autores a esse respeito não foram as únicas encontradas, pois durante a pesquisa nos deparamos com essa questão nos discursos dos próprios assentados, conforme explica o ex-funcionário da fazenda e assentado, sobre a imposição do modelo de assentamento pelos responsáveis da época:

Ele simplesmente chegou e falou “se vocês quiserem bem se não quiser tem quem quer”. E aí, o pessoal passando fome na beira da estrada, todo mundo entrou pra dentro da sede. “Não, nós vamos ir pra dentro do jeito que vier, depois nós muda tudo aí”. A conversa desses assentados na época foi essa: “vamos entrar, vamos pegar, depois nós muda” (Entrevista com A1).

Enfatizando seu ponto de análise e fazendo referência a um gestor que na época de constituição do assentamento detinha a possibilidade de tomada de decisão, o assentado afirma:

Por que se divide dessa forma uma área? Ditadura pura mesmo. [...] Na realidade ele queria isso aqui produzindo álcool de cana, produzindo soja, de forma coletiva, e nos lotinhos a pessoa produzir agricultura familiar. Era a ideia dele. [...] É o modelo (Entrevista com A1).

Desse contexto, observamos que os resquícios da antiga fazenda produtora de soja ainda fazem sentido, uma vez que, dentro dessa perspectiva, o assentamento foi idealizado para dar continuidade ao modelo de produção, mas pautado nos moldes de reforma agrária. Obviamente que não se pode compreender tal opinião como sendo a da maioria, até porque dentro da nossa amostra isso seria inviável. Mas levando em consideração a imposição do projeto-modelo de assentamento ser estritamente nos moldes coletivos, ou semicoletivos, muitas questões podem ser levantadas a partir daí. Não cabe a nós, meros expectadores, classificar ou julgar as formas e políticas implantadas no assentamento, mas sim analisa-las de acordo com nossa perspectiva. Faz sentido que nossa perspectiva seja arraigada de elementos que são coletados nas leituras, no trabalho de campo, no contato com os assentados, na observação da conjuntura política e econômica, etc. Contudo, ainda continua sendo apenas a *nossa* perspectiva, em detrimento de inúmeras outras formas de análise, agora mesmo, você leitor ou leitora dessa pesquisa, tirará suas próprias considerações acerca do que lhes apresento, e poderá compreender a reforma agrária como um processo isolado, pontual e talvez, inerte. Mas acredite, não é essa a perspectiva que queremos passar.

Nesse contexto, pontuamos outra questão que, na nossa visão, fortalece o discurso de perpetuação das antigas práticas locais: a existência e uso dos pivôs. Para o assentamento, as unidades de irrigação do tipo pivô central configuram-se na infraestrutura mais importante que este possui e, seguramente, seu maior diferencial, tornando-o único no país, conforme as fotos 12 e 13 a seguir. Devido a esse aparato tecnológico se atribui a imposição do modelo de produção coletivo e, contraditoriamente, foi o responsável tanto por muita gente refutar a hipótese de se transferir para o assentamento Itamarati, como, ao mesmo tempo, um fator de atração para outras que viram nele a possibilidade de auferir maiores lucros no cultivo de *commodities* (TERRA, 2009) e assim, alcançar à tão almejada prosperidade no campo.

Foto 12. Pivô em lavoura de soja. Assentamento Itamarati I.



Fonte: Autora, 2018.

Foto 13. Pivô no assentamento Itamarati I.

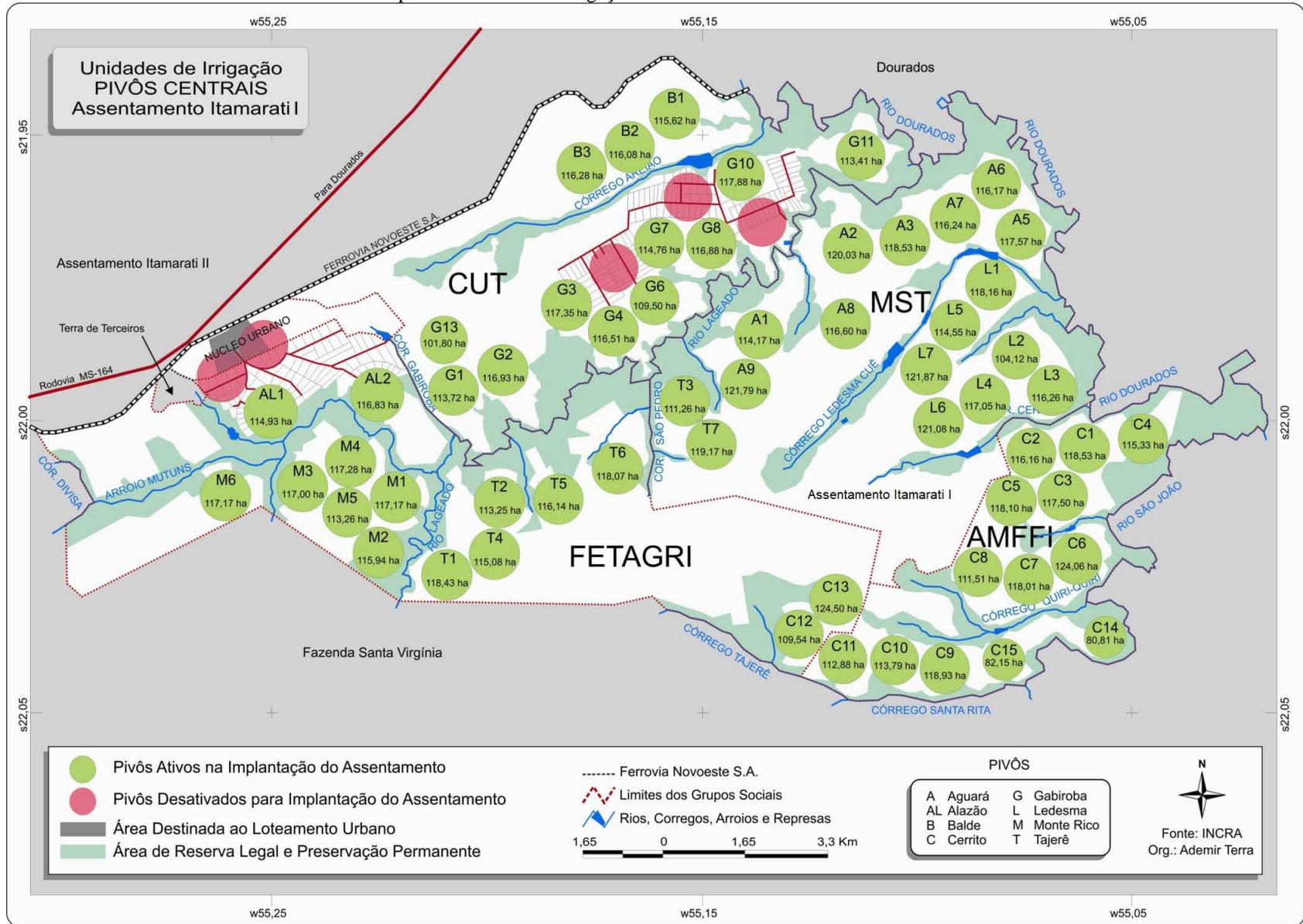


Fonte: Autora, 2018.

Isso porque, a existência dos pivôs representava uma condição única em assentamento de reforma agrária, o que permitiria excelentes condições de produção (veja imagem a seguir – Mapa 3). Ressaltamos que, mesmo havendo essa infraestrutura existente na antiga fazenda e repassada aos assentados, a mesma necessitava, e ainda

necessita, de altos investimentos na conservação e manutenção dos equipamentos para permitir a funcionalidade. Obviamente que o antigo proprietário possuía condições de manter essa estrutura, e os novos moradores, os assentados?

Mapa 3 – Unidades de irrigação no assentamento Itamarati I



Fonte: TERRA, 2009.

Para compreensão de que se trata o pivô central, Terra esclarece sobre o funcionamento e abrangência desse equipamento.

O pivô central consiste em um sistema de irrigação por aspersão, inteiramente automatizado e movido a energia elétrica, cuja estrutura metálica suspensa, medindo aproximadamente 700 metros, é sustentada por torres apoiadas sobre pneus, com capacidade para lançar a água em movimento giratório, programável, de 360 graus. Cada pivô irriga uma área de aproximadamente 116 hectares (TERRA, 2009, p.223).

Um aparato com esse aporte necessitava de manutenção para garantir sua eficiência produtiva, no entanto,

Segundo um especialista que trabalhou no processo de restauração dos pivôs, outra evidência da desatualização tecnológica do empreendimento era o alto consumo de energia e de água que aqueles equipamentos demandavam. Após a criação do Assentamento, eles ganharam uma sobrevida de 10 anos depois de terem sido submetidos a uma reforma patrocinada pelo governo sul-mato-grossense, e mesmo assim, vêm apresentando problemas por conta do longo tempo de uso (TERRA, 2009, p.116).

Não bastasse isso, outras situações inoportunas prejudicam o uso dos equipamentos, como furtos e vandalismo. Na pesquisa de Terra em 2009, o autor já apontava tais ações:

Os pivôs passaram a ser constantemente saqueados, alguns por estarem distante das agrovilas e outros, por não possuírem qualquer vigilância, sendo subtraídas partes importantes para o seu funcionamento e de elevado custo de reposição, como as placas de comando, pneus e, principalmente, os cabos elétricos. Também os transformadores de alta tensão que fornecem energia para a unidade de motor/bomba, por se localizarem em locais ermos, junto aos mananciais ou represas, tornaram-se o alvo predileto de assaltantes (p.226).

Na entrevista realizada com o A9 da AMFFI, também nos foi repassada a informação de roubos não somente dos pivôs, mas também de maquinários agrícolas, como um trator. No seu depoimento conta que ao participar de uma reunião com o prefeito de Ponta Porã e o representante do governo do estado, foi solicitado segurança dentro do assentamento devido às ações de roubo, como explica: “nós tá plantando nossa lavoura, dá uma chuva de 60 milímetros, com três dias nós volta lá o trator só tá o chassi. Turma roubou tudo”. Quando questionado na reunião sobre possíveis exageros na descrição do que ocorreu, ele enfatiza: “Eu estou sendo misericordioso, porque o meu levaram trator com jato e tudo. Agora quando fica só o chassi que dá pra acoplar as outras peças você ainda usa ele”, porém relatou que há grupos que estão roubando os pneus dos pivôs, no caso do grupo da AMFFI ainda restaram os pneus.

Geralmente esses roubos acontecem por causas das partes em cobre que possuem alto valor de mercado, muito embora sua comercialização esteja relacionada ao consumo de entorpecentes. O A9 nos informa sobre os comentários que correm no grupo, apontando: “dizem que a turma que tá roubando aqui não tá roubando dos assentados, tá roubando do governo, diz que isso aqui não é nosso”.

Essas situações dificultam a produção, além disso, destacam-se, de maneira essencial, para compreender o modelo de assentamento, as formas de organização em grupos coletivos. Como vimos anteriormente, o assentamento foi constituído de forma coletiva e semicoletiva. Acreditamos que a proposta de oferecer às famílias assentadas a possibilidade de trabalharem conjuntamente é valorosa, mas não deveria ter sido realizado de maneira imperativa, pois é extremamente difícil impor ao camponês essa condição. Muitos aceitaram a proposta coletiva apenas como meio para adentrar o assentamento e sair das condições precárias do acampamento. Outras foram instruídas desde o acampamento a trabalharem de modo coletivo, o que para estas não representou grandes mudanças.

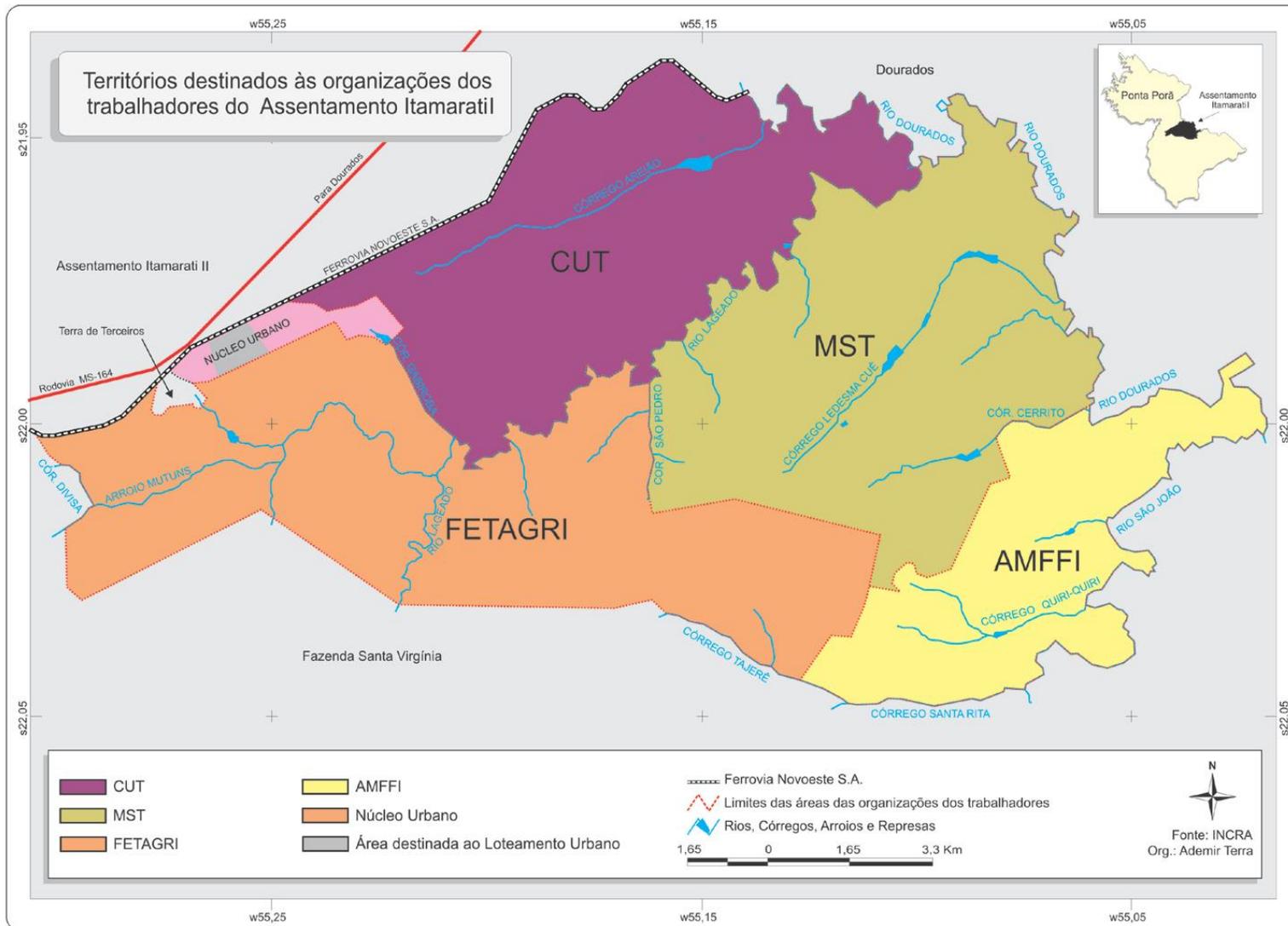
O camponês busca pela sua autonomia, sair das ordens do patrão e adquirir a sua propriedade, que poderá deixar de herança aos filhos e netos. Continuar recebendo ordens, agora não do patrão, mas do líder do movimento, ou do grupo, ou do sindicato, não lhe parece coerente com a ideia de autonomia tão desejada.

O assentamento Itamarati possui a presença de quatro tipos de organizações e movimentos: o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), que é constituído por 320 famílias; a Central Única dos Trabalhadores (CUT), com 280 famílias; a Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETAGRI), com 395 famílias e a Associação dos Moradores e Ex-Funcionários da Fazenda Itamarati (AMFFI), com 150 famílias (TERRA, 2009), na imagem a seguir podemos observar a espacialização dos grupos (Mapa 4).

A divisão da área levou em consideração um conjunto de fatores que proporcionassem às entidades as melhores condições possíveis, sendo elas:

[...] as características físicas da área; os anseios das famílias a serem assentadas; o número de famílias pertencentes aos seus quadros que aceitaram o modelo de gestão proposto pelo INCRA; a quantidade de pivôs existentes, que de certa forma definiu a quantidade de grupos, o número de famílias por grupos e a proporcionalidade da quantidade de área irrigada e de sequeiro que deveria ser destinada a cada uma delas (TERRA, 2009, p.155).

Mapa 4 – Especialização das organizações de trabalhadores no assentamento Itamarati I



Fonte: TERRA, 2009.

Para melhor compreensão do universo do qual estamos tratando, achamos por bem apresentar aqui uma breve contextualização dessas entidades presentes do assentamento Itamarati, buscando assim elementos que permitam analisar algumas questões, principalmente, aquelas ligadas às formas de organização e produção desenvolvidas no assentamento.

4.2.1 Associação dos Moradores e Ex-Funcionários da Fazenda Itamarati – AMFFI

Iniciemos pela organização composta por aproximadamente 200 ex-funcionários da antiga Fazenda Itamarati Agropecuária Ltda. A preocupação com o destino da fazenda e, obviamente, preocupados com os seus próprios destinos após a dispensa, os funcionários passaram a reivindicar o direito de também serem contemplados e amparados pelo Programa Nacional de Reforma Agrária (TERRA, 2009).

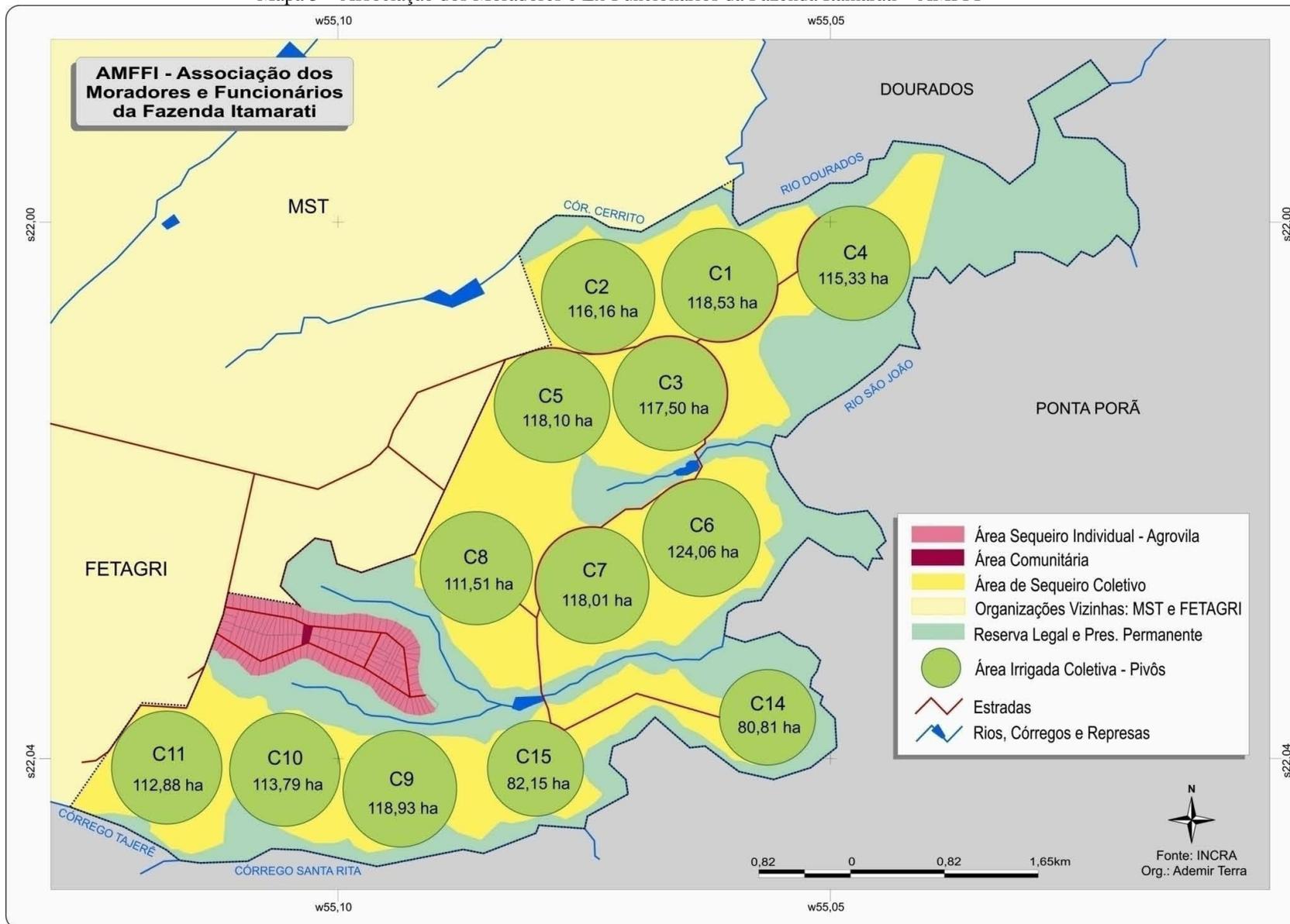
Sendo a solicitação acatada, a área total destinada pelo INCRA ao assentamento dos ex-funcionários da Fazenda Itamarati é de 3.582,04 ha, distribuídos da seguinte forma: 1.379,76 ha de área irrigada, 976,49 ha área de sequeiro, 152,53 ha ocupados pela agrovila e área comunitária, 213 ha Área de Preservação Permanente (APP), 846,87 ha de Reserva Legal (RL) de, 6,07 ha ocupados pelas estradas, 6,83 ha ocupados por rios e represas, segundo as informações do INCRA/MS, conforme podemos observar no Mapa 5.

Nas informações do A9, a AMFFI conta com pessoas de diferentes setores da fazenda, “tem gente que era garçom do Sr. Olacyr, técnico de pivô onde atuava com alta tensão, eletricitista, mecânico”, etc.

A coletividade foi facilitada pela aproximação preexistente dos funcionários, que puderam se organizar melhor, em comparação com outras organizações. Segundo este entrevistado o grupo comprou cinco tratores de uma empresa, inclusive com a tecnologia da plantadeira pantográfica, que segundo as verificações sobre o produto é 100% acoplada a terrenos com topografia acidentada, possui rodas que auxiliam no controle da profundidade de semente, oferecendo maior praticidade ao agricultor.

Porém, devido à diversidade de funcionários que foram contemplados com lotes na Itamarati, nem todos conseguiram desenvolver habilidades para trabalhar na terra e, conseqüentemente, não permaneceram nos lotes. Sobre isso, o entrevistado afirma que “Teve uns que continuou aqui, agora a maioria não pegou o vínculo. Eu mesmo cuido

Mapa 5 – Associação dos Moradores e Ex-Funcionários da Fazenda Itamarati – AMFFI



Fonte: TERRA, 2009.

de uma terra de um rapaz que mora ali no lote e tá na cidade, agora tá quase na hora dele vir aqui no assentamento que ele vai pegar a renda que nós tá colhendo”.

Referente à forma de exploração da área, a AMFFI inicialmente optou por formar um grupo de 150 famílias, do qual cada família recebera um lote de 01 ha na agrovila, destinada à moradia, e mais 9,2 ha irrigados e 6,5 ha de sequeiro, que seriam explorados coletivamente para a produção, tanto para consumo próprio, quanto para a comercialização (TERRA, 2009).

Cabe destacar sobre o formato de agrovilas. O modelo de agrovilas para assentamentos de reforma agrária foi bastante utilizado pelo Estado a partir de meados da década de 1980, seguindo as orientações definidas pela Instrução de Número 17b, de 22 de dezembro de 1980, publicada pelo INCRA. As agrovilas constituem espaços planejados, visando primordialmente diminuir os custos operacionais de implantação dos assentamentos, instalando a infraestrutura necessária (moradia das famílias, escolas, posto de saúde, entre outros equipamentos) concentrada junto aos lotes de moradia, e não ao longo das linhas onde se concentram os lotes de produção. Assim, “às famílias seriam disponibilizadas uma nova estrutura e organização, onde pudessem morar muito próximo umas das outras, à semelhança do espaço urbano” (TERRA, 2009, p.167).

No trabalho de Morissawa (2001, p.227) a agrovila “representa, sobretudo a manutenção do sentido de coletividade que move os assentados desde os tempos dos acampamentos”. Dessa forma, constituir agrovilas no assentamento é uma maneira de promover a aproximação das famílias, e com isso, estreitar os discursos pelas melhorias necessárias, pois as relações entre as famílias são potencializadas por habitarem próximo umas das outras.

De outro ponto de vista, esse modelo tem a simpatia dos técnicos do INCRA pela sua facilidade de implantação e universalização do atendimento das necessidades básicas das famílias assentadas (escolas, posto de saúde, rede elétrica, água, telefonia, etc.) com custo mais baixo e em curto espaço de tempo, pois a concentração das moradias torna-se uma economia para a efetivação dos serviços.

Entretanto, nem todas as famílias estão dispostas e interessadas nesse modelo de moradia, por diversos fatores, entre eles o histórico de vivência, seja coletivo ou individual, pode ser determinante, pois se a família tem um histórico de moradia individual é muito delicado esse processo de convivência em espaços coletivos com outras famílias (que também possuem suas identidades históricas e culturais distintas), e se já houve a vivência coletiva, no caso desta ter sido um fracasso, ocorrerá uma

rejeição imediata levando em consideração que a experiência anterior não gerou resultados positivos, então “pra que insistir no erro”.

Para as famílias que compunham a AMFFI esse modelo não foi um grande desafio, uma vez que já estavam habituadas a conviver em comunidade na sede da antiga fazenda, segundo o autor Terra (2009, p.168) “[...] por isso não ofereceram resistência ao modelo proposto pelo Estado. Morar na agrovila representaria para aquelas famílias a continuidade do estilo de vida que levavam até então”.

Assim, em face da pouca ou nenhuma resistência oferecida pelas famílias, respaldada pelas características sociopolíticas do grupo, e acima de tudo, legitimada pelo modelo de gestão coletivo “escolhido” pelos assentados é que a proposta da agrovila foi implantada na AMFFI (p.170).

No entanto, o autor sinaliza que as organizações de trabalhadores que lutam pela terra, geralmente refutam esse tipo de agrovila, exatamente pelos problemas que as famílias da AMFFI enfrentam, com ênfase, primeiramente, na distância que separa a moradia e o lote onde se realiza a produção, isso requer o deslocamento diário dos trabalhadores. No exemplo da AMFFI, alguns lotes de produção estão localizados a aproximadamente 15 quilômetros da agrovila, dificultando o contato com a lavoura, que em determinados períodos é necessário devido à incidência de pragas que possam prejudicar a lavoura. Além disso, a organização em agrovilas ainda é responsável por uma série de conflitos no relacionamento das famílias, que são provocados por brigas entre os filhos, destruição de plantações por animais, etc.

Durante a entrevista com o A9, a A6 interveio para explicar que a AMFFI é considerada “a menina dos olhos verdes”, pois trata-se de um conjunto de 150 famílias morando e trabalhando em coletividade. Segundo ela, “Na época era um dos maiores coletivos do mundo acho que perde pra um coletivo na China que é maior do que 150 pessoas”.

Mediante as transformações ocorridas, esse modelo se tornou um problema, uma vez que as dimensões dos lotes de moradia (01 ha para construção da moradia, horta, pomar, etc.), inviabilizam a produção de sobrevivência, pois são pequenos e insuficientes para o sustento das famílias. Nesse sentido, a divisão do assentamento em áreas coletivas e semicoletivas geraram situações difíceis de serem lidadas no cotidiano das famílias, como o A1, da AMFFI, sinaliza:

Eu sou assentado, eu tenho um lote individual de 05 hectares fica a oito quilômetros daqui, eu tenho um lote em área coletiva 1,9 hectares e tem mais

uma área coletiva de 0,4 hectares. Agora eu pergunto o que eu faço com 0,4 hectares longe do meu lote de 05? Tá lá, nós temos uma área coletiva, a associação nossa fez parceria, e quem produz lá? Alguns assentados do próprio grupo. Tem um rapaz lá que planta 200 hectares dentro do grupo, ele pega essas áreas coletivas, tem outro que planta cento e pouco, outro que planta 70, e as áreas pequenas ficam para eles plantarem, não tem jeito (Entrevista com A1).

A dificuldade imputada aos assentados da AMFFI se fazem presentes em outros grupos, pois à distância e a precariedade das estradas internas do assentado dificultam o contato diário com a lavoura além do desgaste na locomoção, levando em consideração que algumas áreas de produção encontram-se a 15 quilômetros de distância do lote de moradia.

No que se refere à produção, o A9 assinala que atualmente eles produzem soja, milho e feijão, “o ano passado nós produzimos muito feijão, [...] vamos plantar 150 hectare de feijão preto, porque não oscila muito de preço. Ano passado nós produzimos mil e poucos sacos, o cara veio e comprou a lavoura, um japonês lá de Dourados”.

A constituição do modelo do assentamento nos leva a refletir sobre outra condição imposta no local, apontada na fala do assentado, o arrendamento – ou parcerias, como preferem designar, de áreas para a produção em maior escala. Mas sobre isso, discorreremos mais adiante de uma maneira geral.

Na AMFFI percebemos através da fala do entrevistado A9 que essa prática é comum e no seu ponto de vista, necessária devido à situação do perfil dos assentados.

Aqui nós continua ainda no coletivo, porque aqui cada um tem um pedacinho no pivô, só que tem pessoas que não tem aquele vínculo de plantar, se ele for plantar ele tem que pagar a plantadeira, pra passar veneno, tudinho, aí um só pega pra tocar pra ele aí tira o custo da lavoura, tira o trabalho dele e o resto repassa, tipo uma renda.

Pelas características do grupo de ex-funcionários da fazenda, a mescla de diversas profissões e áreas de atuação faz com que o grupo se organize da maneira como acreditam ser a mais eficiente, tendo em vista que a ausência de perfil para o campo favorece tais práticas.

4.2.2 Central Única dos Trabalhadores – CUT

Dando continuidade as entidades que compõem o assentamento temos a Central Única dos Trabalhadores, que abriga 280 famílias, oriundas de acampamentos de

diversas regiões do estado de Mato Grosso do Sul, distribuídas em quatorze grupos, segundo Terra (2009).

Para as famílias organizadas pela CUT, o INCRA disponibilizou uma área total de 6.287 ha, distribuídos da seguinte forma: 1.835 ha de área irrigada, 1.400 ha de área de sequeiro, 190 ha de Área de Preservação Permanente (APP), 1.184 ha de Área de Reserva Legal (RL), 1.678 ha de Área de Pastagem Plantada (INCRA/MS), de acordo com a imagem no Mapa 6.

Como mostra a pesquisa de Terra (2009) havia acampamentos que sozinhos preenchiam a quantidade de vagas disponibilizada pelo INCRA à CUT, para o assentamento, citando como exemplo o acampamento de Eldorado composto por 260 famílias, porém era desejo da entidade contemplar famílias de diversos acampamentos localizados no estado todo. No entanto, o fator mais relevante explicado pelo autor para essa composição heterogênea foi o desinteresse pelo modelo coletivo proposto pelo INCRA estadual. Cabe apresentar a fala da assentada Sra. Maria Danuza ao autor:

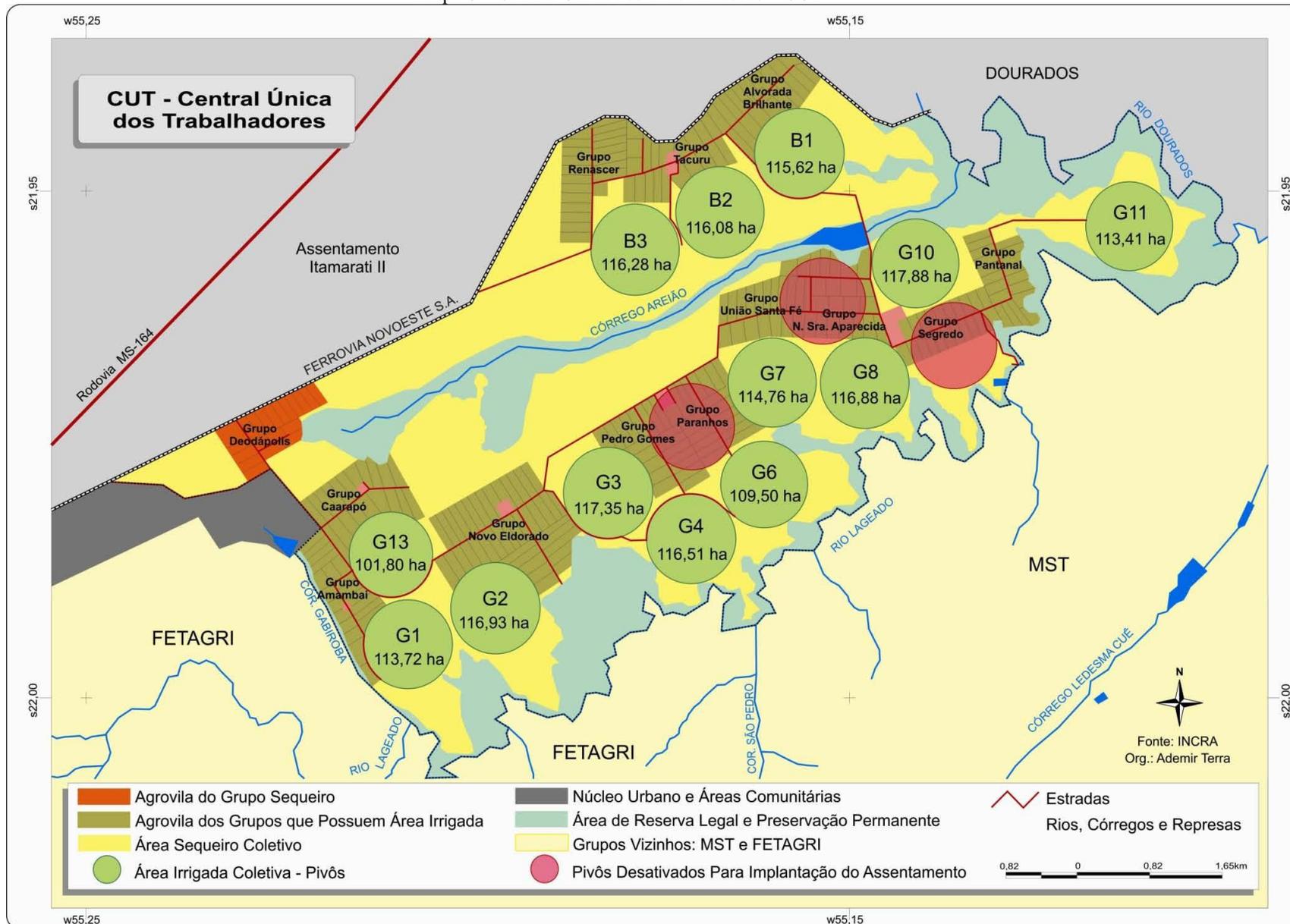
Foi apresentado o projeto, ele era coletivo, mas a expectativa da maioria dos acampados era de ser assentado num projeto individual, por isso, do meu acampamento só vieram quarenta famílias, nós éramos em 260 famílias, aí quem achou que dava pra ele neste modelo veio de livre e espontânea vontade e foram assentados (MARIA DANUZA apud TERRA, 2009, p.176).

O projeto-modelo de assentamento coletivo fez com que muitas famílias acampadas em todo o estado declinassem de ser assentadas por esse motivo, preferiam aguardar no acampamento outra oportunidade de serem assentadas em projetos individuais. Outras, mesmo sabendo dessa condição, aceitaram ser assentadas, mas com o pensamento de transformar a estrutura após o loteamento, fazendo com que essa estrutura de distribuição das áreas seja real somente nos documentos oficiais do INCRA “[...], pois devido aos arranjos feitos pelas próprias famílias, principalmente em virtude do esfacelamento dos grupos coletivos, aquela configuração inicial encontra-se atualmente completamente descaracterizada” (2009, p.177).

Àquelas que concordavam com o modelo de assentamento foram conduzidas e assentadas, passando cada uma a deter uma área de aproximadamente 17,5 ha, distribuídas em três partes: em média, 06 ha de área irrigada coletiva, 07 ha de sequeiro coletivo e de 4,5 a 05 ha de sequeiro individual, conforme cita Terra (2009).

Torna-se evidente que a estrutura imposta pelo INCRA não representa o consentimento da totalidade dos assentados no Itamarati. Projetos inseridos sem discussão prévia de

Mapa 6 – Central Única dos Trabalhadores – CUT



Fonte: TERRA, 2009.

todos os envolvidos tendem a abrir lacunas no desenvolvimento do processo. É preciso frisar que a origem das famílias e o histórico (identitário, cultural, ideológico, etc.) vão influenciar diretamente na permanência do modelo ou na sua alteração, para atender as necessidades das famílias. A persistência na sobrevivência fará com que os arranjos sejam (re) adequados às necessidades.

Em entrevista realizada com assentado do grupo Novo Eldorado da CUT, indagamos sobre como era organizada a forma de produção no grupo, individual ou coletiva, e este nos respondeu que o coletivo acabou, existe somente a forma individual de produção, explicando que existiu durante poucos anos, onde tentaram tocar o grupo na coletividade, mas as divisões foram acontecendo até a acabar a forma coletiva.

Porque primeiro, os trabalhos que eram no coletivo do pivô, no início iam todas as pessoas, tinha até gente demais e depois, subdividiu. Dividiu, porque a gente começou a escalar pra não ir todo mundo na roça, [...] depois disso dividiu tudo, cada um ficou com o seu. Ainda formamos um grupo de cinco trabalhadores que nós começamos a tocar, tocamos uns dois anos mais ou menos, que também não deu certo (Entrevista A7).

Nessa tentativa de coletividade, em todos os momentos a produção era voltada para milho e soja, posteriormente tentaram o gado de leite e, atualmente está somente na parte de arrendamento, como cita o entrevistado A7.

Pra gente plantar nós precisaríamos de máquina e pra você ter máquina pra tocar a sua área os custos ficam..., tanto é que a gente não tem condição de comprar as máquinas. Quando era coletivo nós tínhamos os maquinários todinho, plantadeira, só menos colheitadeira, todos os implementos a gente tinha. Era uma associação, eles compravam os insumos todos através da associação, mas acabou não dando certo.

Após o término da coletividade, parte dos maquinários e implementos que o entrevistado cita, foram dados para saldar dívidas de uma safra que perderam “Nós plantamos e quando chegou na hora não deu o que esperava, a renda que era pra dar 60 sacas por hectare, deu 40 sacas”. A decisão seria plantar de novo, nesse momento iniciam-se as divisões porque alguns assentados concordavam com o replantio e outros não.

Dentro dessa situação, podemos considerar que a coletividade, mesmo sendo parte do projeto do assentamento, em vias de fato, não se consumou de forma plena. As decisões sobre a produção provocaram o fim do sistema coletivo nesse grupo, assim como em outros.

4.2.3 Federação dos Trabalhadores na Agricultura – FETAGRI

A FETAGRI é a entidade mais numerosa e heterogênea do assentamento, pois a origem das famílias que compõem a organização é, sobretudo, advinda da forma de mobilização e organização realizada pelos Sindicatos de Trabalhadores Rurais filiados à Federação dos Trabalhadores na Agricultura em Mato Grosso do Sul.

Pela sua facilidade em mobilizar as famílias que buscam ingressar na luta pela reforma agrária, é a maior responsável, quantitativamente, pela coordenação da luta pela terra no estado (TERRA, 2009). As 395 famílias assentadas por esta organização de trabalhadores foram distribuídas em 28 grupos que passaram a ocupar uma área total de 7.964,08 ha no assentamento Itamarati, assim como podemos ver no Mapa 7.

Na pesquisa de Terra (2009) aponta-se que a entidade possui 15 pivôs, os quais deram origem a 15 grupos de coletivos irrigados, constituídos de nove a doze famílias. A área irrigada que pertence a cada família desses grupos corresponde a 9,5 ha, e os lotes de sequeiro individual têm uma área de 03 ha.

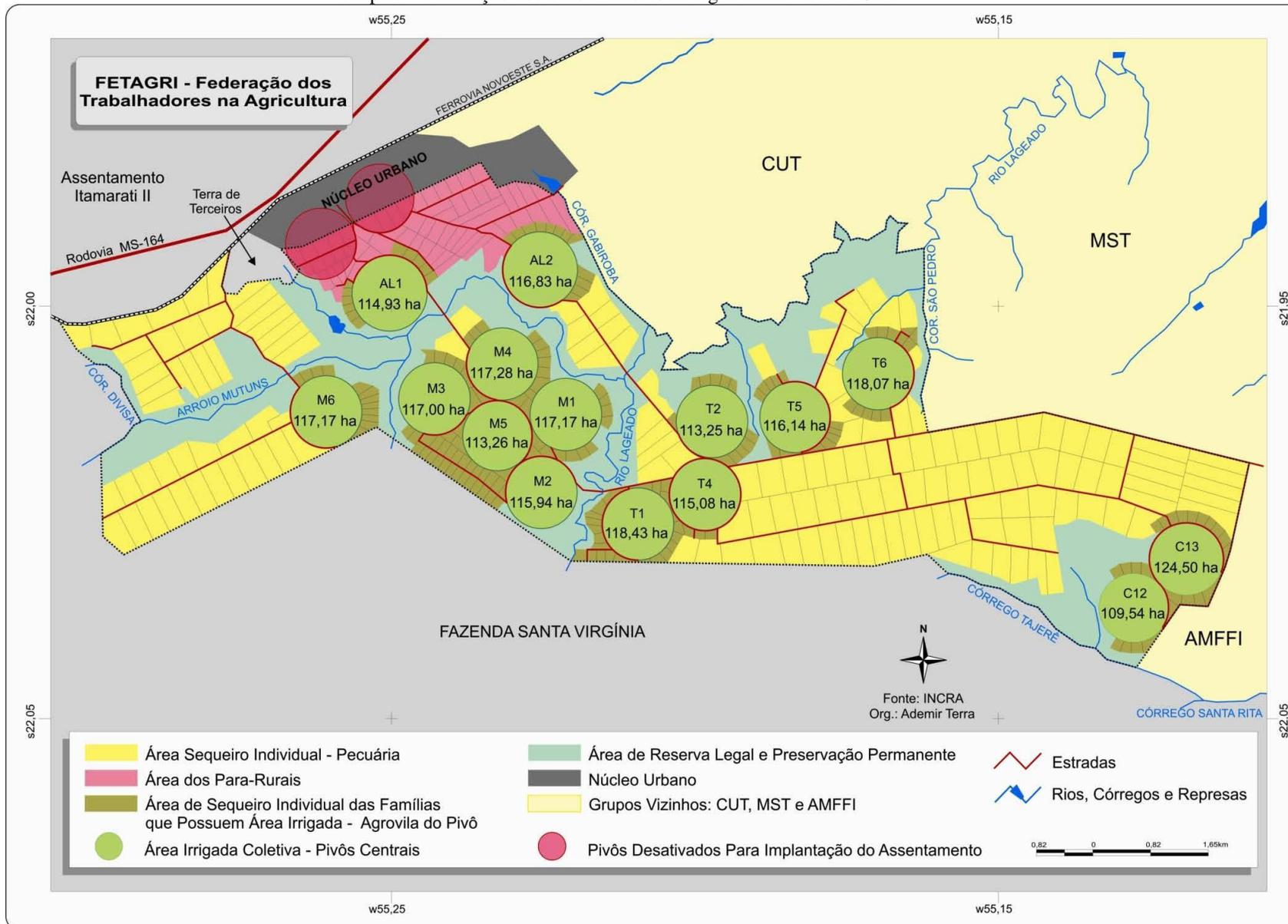
[...] dois pivôs que se localizavam nas proximidades do núcleo urbano foram desativados com o intuito de abrir espaço para a sua ampliação e também para a demarcação dos lotes do grupo denominado para-rurais (designação técnica dos gestores do projeto para moradores urbanos que vivem de atividades agrícolas no campo) ou chacrinhas, como são internamente chamados pelos assentados (TERRA, 2009, p.179).

Na descrição do autor são denominados de grupo para-rurais aqueles que possuem uma pequena extensão de terra localizadas próxima ao núcleo urbano do assentamento. É composto por dois grupos, um formado por 55 famílias contempladas com uma área de 07 ha, e outro, composto por 11 famílias, com lotes de 05 ha. Essa área foi destinada “a casais jovens sem filhos, ou com poucos filhos, e também para casais idosos que não necessitassem e nem conseguissem explorar uma área maior” (p.181).

As áreas próximas ao núcleo urbano do assentamento deveriam ser destinadas a produção de hortaliças para abastecer tanto o assentamento quanto o município de Ponta Porã, primeiro por possuir irrigação e, segundo pela proximidade, já que o escoamento da produção seria facilitado e favorecido pela estrutura das vias de trânsito.

Na fala do A8, a divisão interna da FETAGRI ocorre da seguinte maneira: setor de pecuária com 23 hectares, os pivôs contam com 13 hectares, sendo 10 no pivô e 03

Mapa 7 – Federação dos Trabalhadores na Agricultura – FETAGRI



Fonte: TERRA, 2009.

hectares na casa, setor de sequeiro são 17 hectares e, no setor chacinha são 55 lotes de 07 hectares e mais 11 de 04 hectares. O A8 faz parte do grupo da pecuária, onde desenvolve a produção de pecuária leiteira destinada a produção de queijos, que são comercializados no próprio assentamento, no município e parte em Dourados. Na explicação, “A produção se pauta no queijo, pois o leite é muito variado, não dá pra fazer compromisso, num dia está num preço e no outro, diferente”. A oscilação do preço do leite in natura faz com que o assentado busque o processamento do alimento, dessa forma, consegue auferir renda maior e constante.

A respeito da área destinada a produção, a FETAGRI, segundo Terra, é a única organização do assentamento Itamarati que possui uma área de sequeiro, destinada desde o início à prática da pecuária. Assim podemos até pressupor que pela especialização na produção pecuária os índices de perdas nesse ramo foram inferiores aos demais grupos. Enganamo-nos.

Mesmo sendo a área escolhida com esse propósito e as famílias cientes do modo de produção que desempenhariam não foi suficiente para o sucesso. Nos primeiros anos muitas famílias resolveram investir em lavouras, principalmente no cultivo de soja e milho. Porém, devido aos poucos investimentos na melhoria do solo, em virtude de ser uma área de sequeiro e, sobretudo, pela estiagem ocorrida durante a safra 2004/2005, os resultados foram muito ruins. “As famílias relatam perda total nesse período. Aqueles que plantaram com recursos do PRONAF tiveram a cobertura do PROAGRO, mas os que recorreram a financiamentos privados, não puderam contar com esse seguro agrícola” (2009, p.182).

Desse modo, percebemos que mesmo buscando alternativas no processo produtivo, algumas questões não podem ser deixadas de lado, como investimentos nas melhorias do solo e questões climáticas. As melhorias no solo são essenciais para garantir uma boa safra, porém, para isso, são necessários altos investimentos, o que na maioria das vezes, as famílias não conseguem fazer nos primeiros anos de produção devido a escassez de recursos. Já a questão climática é mais complexa, pois o assentado não possui a mesma tecnologia do grande produtor, que muitas vezes adquire software importados com vistas a obter as previsões climáticas com antecedência suficiente para prevenir danos maiores a lavoura. Além disso, os financiamentos privados não oferecem a cobertura do seguro em caso de perda da lavoura, ficando ao assentado a responsabilidade de arcar com os prejuízos.

Nos anos iniciais, isso pode ser definitivo da permanência ou não do camponês. Dependendo da sua formação, muitos acabam não resistindo aos obstáculos e tendem a se desfazer do lote. Outros, resistem, persistem e permanecem no campo, a duras penas e com poucas perspectivas.

4.2.4 Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra – MST

A quarta entidade presente no assentamento Itamarati é o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra. Coube a este coordenar o assentamento de 320 famílias no Itamarati, sendo responsável, portanto, pelo segundo maior número de famílias assentadas, menor apenas que o da FETAGRI indica Terra (2009).

As 320 famílias foram distribuídas em 17 grupos, cada um com 18 ou 19 delas. Cada núcleo familiar tomou posse de uma área aproximada de 16 ha, distribuídos assim: 06 ha na área coletiva irrigada, 02 ha na área coletiva de sequeiro e 08 ha de área de sequeiro, localizados nas agrovilas (TERRA, 2009).

A área total destinada aos trabalhadores ligados a esta organização é de 7.226,5 ha, distribuídos da seguinte forma: 1.984,62 ha de área irrigada, com 17 pivôs; 793,03 ha de área de sequeiro; 2.589,17 ha, onde foram construídas as agrovilas e se localizam os lotes individuais; 1.859,67 ha ocupados com áreas de Preservação Permanente (PP), Reserva Legal (RL), estradas, rios e represas, podemos observar no Mapa 8.

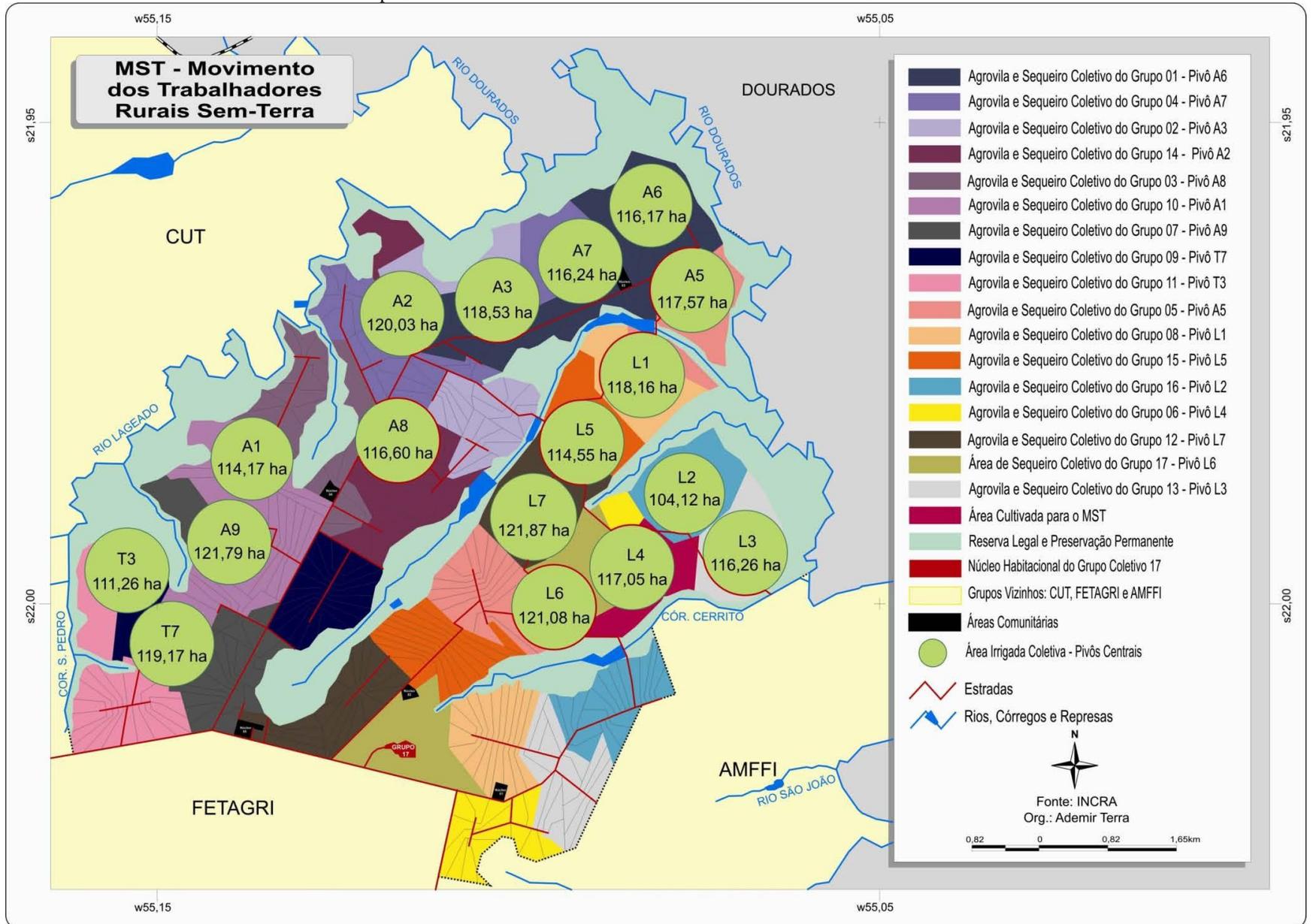
O autor questiona sobre a mudança na estrutura do projeto inicial do assentamento, determinado que seria coletivo, mas, segundo ele, o que se verificou na prática, desde o início, foi a adoção de um modelo semicoletivo:

Mesmo que a maior parte da área tenha sido inicialmente distribuída na forma coletiva, cada família recebeu um lote para a exploração individual, havendo até, [...] vários grupos explorando de forma individual a totalidade de suas áreas no sequeiro (TERRA, 2009, p.188).

Considera então, por esse motivo que não há um perfil propriamente coletivo, preferindo denominá-lo de misto. Convém ressaltar que muitos grupos e famílias tentaram inicialmente trabalhar em coletivo, mas com o passar do tempo e as adversidades, principalmente na produção, fizeram com que os grupos se dissipassem, passando a produzir individualmente.

No que se refere à distribuição da área, o autor indica que cada família assentada pelo MST possui, nas agrovilas, um lote individual com 08 ha e, que a busca pela

Mapa 8 – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra – MST



Fonte: TERRA, 2009.

equidade, as características naturais da área e a localização dos pivôs, muito próximos uns dos outros (colocados assim, pela antiga fazenda, como estratégia para maximizar e racionalizar a obtenção e distribuição d'água), fez com que as agrovilas ficassem distantes da área coletiva, seja do sequeiro, seja da irrigada. Dessa maneira, em sua opinião, “os idealizadores do projeto buscaram minorar o problema encaixando as agrovilas onde fosse possível, de forma que pudessem ficar mais próximas do restante da área de cada grupo” (TERRA, 2009, p.189).

Observamos que a composição dos grupos e a divisão e distribuição das áreas favorecem o cultivo de grandes plantios de *commodities*, ou seja, lavouras comerciais destinadas a abastecer os mercados regionais e internacionais. As áreas destinadas ao cultivo individual favorecem as culturas de sobrevivência, como pequenas hortas, criação de animais de pequeno porte como galinhas e porcos, e ainda pomares.

Na área do MST predomina a pecuária leiteira que, por mais rudimentar que seja, é a atividade econômica que tem proporcionado renda permanente e provido o sustento das famílias ao longo do ano, ficando a renda auferida com o arrendamento da área irrigada/coletiva para investimentos mais expressivos, em virtude do montante que o trabalhador acessa de uma só vez, aponta Terra (2009).

Sobre isso, o técnico da AGRAER durante a entrevista, indica a pecuária leiteira como carro-chefe do assentamento, tendo em vista ser uma produção que permite uma renda mensal, a qual possui mercado consumidor e escoamento da produção facilitada.

Inserido no grupo do MST tem-se o Grupo Coletivo Eldorado dos Carajás, o qual se destaca por diversas questões, entre elas a forma de convivência e trabalho ser essencialmente coletiva.

4.2.4.1 Grupo Coletivo Núcleo de Resistência Eldorado dos Carajás – MST

Destacamos o Núcleo de Resistência Eldorado dos Carajás no grupo do MST, no assentamento Itamarati, devido às diversas características que o compõe. Nesse sentido, buscamos levantar os elementos que se destacam, de acordo com o propósito da pesquisa, para promover o debate.

O Grupo 17 do MST, como é conhecido foi formado inicialmente por dezenove famílias, que têm como diferencial o fato de ser composto por pessoas que foram lideranças e militantes na época de acampamento e do processo de implantação do assentamento Itamarati.

O grupo hoje é constituído por 17 famílias, sendo o número máximo de 19 lotes, como aponta o assentado entrevistado II, que mora no grupo coletivo há quatro anos e atua como professor da rede de ensino básico no assentamento.

Na pesquisa de Cavalcante (2015) podemos apreender alguns elementos de funcionamento desse grupo. Segundo o autor, “trata-se de grupo que se organiza de forma diferenciada, à medida que terra, capital e trabalho são coletivizados, ou seja, não há exploração de bem ou serviço individualmente” (p.70). Desde o acampamento os membros dialogavam sobre essa proposta de organização, e quando do assentamento das famílias, o grupo manteve a proposta e contou com o apoio do MST, que incentiva esse modelo de organização. Contudo, houve algumas resistências à implantação do projeto, tanto de outros acampados, quanto de órgãos de governo como o INCRA, pois insistia em parcelar, nos moldes dos demais grupos, a terra destinada ao grupo.

Na explicação de Cavalcante (2015) compreende-se o processo de coletivização do trabalho.

O controle da produção é realizado mediante contabilização da hora trabalhada, independentemente da função ou setor. Desse modo, ao final de cada mês, após comercialização da produção (vegetal e/ou animal), são somadas as horas trabalhadas e o valor obtido é rateado proporcionalmente. O mesmo ocorre ao final de cada safra, onde são somadas as horas do semestre para o rateio do valor obtido naquela safra (p.71).

Referente aos bens, como casas, equipamentos e infraestrutura existente no local, todos estão registrados em nome da Sociedade dos Agricultores Cooperados do Núcleo de Resistência Eldorado dos Carajás (SOCIAEC), associação criada à época da instalação das famílias, cita Cavalcante (2015).

Sobre as moradias, as casas são distribuídas no espaço da agrovila, onde estão dispostas em forma de vila, fazendo frente a um espaço destinado ao lazer e reuniões coletivas, realizadas quinzenalmente para discutir questões financeiras, investimentos, etc. Nas fotos 14, 15 e 16 a seguir podemos observar a entrada do grupo pela via de acesso ao assentamento Itamarati I, a placa de denominação do grupo e a área destinada ao convívio social, lazer e reuniões.

Foto 14. Entrada do Núcleo de Resistência Eldorado dos Carajás (Grupo 17) pela estrada do assentamento Itamarati.



Fonte: Autora, 2018.

Foto 15. Entrada na agrovila do Grupo 17 do MST.



Fonte: Autora, 2018.

Foto 16. Área de convívio social, lazer e espaço de reuniões do Grupo 17 do MST.



Fonte: Autora, 2018.

Referente às duas casas que estão desocupadas, o entrevistado A2 explica que um dos lotes é oriunda de uma pessoa que faleceu e, portanto até que outra pessoa ocupe há que se desenrolar a burocracia. Já o outro lote é fruto de uma desistência, aponta ele, pois a família foi embora e ainda não foi inserida outra família no lugar. Comprendemos então, que por diversos fatores, existe uma rotatividade das famílias no grupo 17 do MST, como esclarece o entrevistado “Mas sempre tem essa rotatividade, desde que a gente está aqui foram duas famílias que saíram, mas até mesmo pra gente ter entrado saíram outras antes, então tem uma rotatividade”.

Quando questionado sobre o porquê dessa rotatividade no grupo, o assentado responde a partir de duas perspectivas, a primeira pela reforma agrária mesmo, onde a evasão ocorre por diversos fatores; a outra seria pela forma de produção coletiva:

As pessoas acabam talvez não se adaptando a esse sistema, e mesmo assim tentam mais um pouco e tal, e aí N situações e acabam às vezes não vê o potencial de produção em grupo, acham que em outro lugar vão ter um retorno melhor do trabalho, que eu acho que é uma visão equivocada, mas acontece (Entrevista A2).

Como já foi mencionada acima, a ideia de constituir um grupo totalmente coletivo é anterior à implantação do assentamento Itamarati, tendo surgido de um pequeno grupo de militantes do MST sul-mato-grossense que vinha se dedicando ao

estudo desse modelo e tinha como referência algumas experiências positivas realizadas no sul do país.

Esse modelo coletivo traz a vantagem de impedir a comercialização do lote pelo assentado, uma vez que ele detém apenas o usufruto do bem, “Aproximadamente 317 ha são coletivos, nenhuma família tem direito privado” (TERRA, 2009, p.193). O sistema coletivo funciona dessa forma, mesmo que você invista na estrutura da casa na agrovila de maneira individual, ou na produção, de maneira coletiva, se há desistência em permanecer no grupo, as benfeitorias ficam no grupo, não há como vender/comercializar a casa, por exemplo. Esta pertence ao grupo, um bem comum.

Na entrevista do A2 conseguimos capturar essa forma de pensamento sobre a terra coletiva:

Dentro do grupo coletivo a gente entra no grupo coletivo com clareza de que a terra é nossa enquanto a gente tiver usando, se a gente não quiser mais ficar na terra, a gente vai sair e vai dar lugar pra outra família que se encaixa nos critérios do INCRA e se encaixa no critério do grupo. O produtor individual ele tem, e isso já vem desde o acampamento, ele tem a ideia de que ele está conquistando algo que é dele, é uma propriedade.

Como já apresentamos anteriormente, encontra-se aí um empecilho a coletividade e a rejeição ao modelo proposto, conforme explana Terra (2009) “[...] faz parte da cultura do trabalhador do campo pensar na terra como uma herança para seus filhos e, neste caso, não há nenhum bem material com valor monetário” (TERRA, 2009, p.193).

Na fala do A2, podemos concluir que a coletividade é um passo que deve ser dado aos poucos, de preferência desde o acampamento, pois somente assim o assentado poderá decidir se deseja ou não morar e trabalhar coletivamente.

[...] a gente teve numa organização coletiva que é o acampamento, a gente ficou vários anos no acampamento, então em termos de organização a gente já tinha experiência e isso contribuiu pra adaptar na questão da produção também. Porque pela lógica é a mesma estrutura de um acampamento né, é setorizado, tem uma coordenação coletiva e tal, exige uma organização em instâncias organizativas, então isso aí tudo facilita para entender a lógica, muitas vezes as pessoas não entendem a dinâmica do trabalho ou do convívio do grupo, e aí vai gerando talvez conflitos internos, interno da pessoa assim mesmo, até eu mesmo fui criado num sistema individualista, então querendo ou não é um conflito né, você acaba tendo que ter outra visão e se você não criar essa outra visão esse entendimento chega num limite que você estoura, que você não aguenta.

O convívio em grupo pode não ser a saída para aqueles que carregam o sentimento de individualidade e praticam tais atitudes. O individualismo não condiz com a estrutura coletiva. Quando questionamos o A2 se ele acredita que o modelo de organização coletiva deveria ser organizado e distribuído em outros projetos de assentamentos a resposta nos faz refletir sobre outros elementos. Primeiramente ele aponta que é um modelo que segue contra a lógica, contra o sistema de produção e de encontro à cultura da grande maioria de camponeses. Isso é ocasionado pelo sistema capitalista, “eu sou capitalista, por mais que eu esteja num grupo coletivo e tal, penso e imagino que talvez tenha uma visão diferenciada, mas eu sou capitalista, porque eu estou inserido no sistema”.

Quanto ao julgamento que é feito ao sistema coletivo, ele esclarece:

Então é muito fácil você ver falhas ou condenar uma experiência, mas justamente por essa importância que a gente deveria ter mais estudo e mais empenho em cima dessas experiências pra conseguir romper essa barreira, que eu acho que é uma barreira mais ideológica do que de produção. A produção a gente sabe que ela supera uma produção individual, porque no cooperado ele é um sistema muito mais, vamos dizer assim, vantajoso, evoluído do que essa produção aí do agronegócio, principalmente falando de desenvolvimento humano das famílias, e tal, da produção do alimento (Entrevista A2).

O assentado toca numa questão importante, a produção coletiva torna-se mais vantajosa do que a individual, seja no aspecto econômico ou do desenvolvimento humano e produção de alimentos, quando comparado ao agronegócio. As famílias que trabalham na coletividade, apesar dos conflitos que podem surgir, também conseguem superá-los de maneira mais eficiente, pois mutuamente as adversidades vão sendo superadas. Contudo, há aqueles que não resistem a tais adversidades, abandonando o sistema coletivo e às vezes, o próprio lote.

Em relação a isso, o entrevistado discorre sobre a importância de esclarecer os assentados sobre a reforma agrária “é uma disputa de ideologia, uma disputa de classe você acaba fortalecendo as pessoas, porque às vezes as coisas se pautam muito só no material”.

A coletividade enfrenta os desafios persistindo na ideologia de comunhão, mas ele afirma que o material é muito importante sim, “lógico se eu não tiver o que comer e não conseguir produzir no lote eu vou ter que sair do lote, abandonar ele e sustentar minha família”. Há, porém outra questão que interfere na permanência coletiva, a

cultural. É justo que mesmo sendo longa a citação a entrevista seja apresentada na íntegra.

[...] uma família que passou por uma grande dificuldade, teve uma grande luta pra conquistar o espaço dela não é na primeira situação difícil que vai abandonar e sair. Agora outra que talvez não passou por uma questão de luta ou a experiência que ela teve não foi suficiente pra ela ver a dimensão do que ela tava conquistando, ela vai sair mais facilmente, passar de repente um apertozinho ali já... “ah tem uma condição melhor, tem um emprego lá que eu vou ganhar tanto, tal vou poder financiar o carro”,... essa questão aí ela influencia muito também na permanência, questão cultural, lógico que quanto mais a gente conseguir melhorar a produção, aí entra as cooperativas, associações, políticas públicas, mais condições você tiver, material, não tem motivo pra você sair, mas se você nesse caminho aí você tiver uma dificuldade financeira, você tiver uma dimensão do que você capaz de produzir ali, da luta que você teve pra conquistar isso, você vai pensar duas vezes pra sair, pular do barco por qualquer buraquinho que tiver (Entrevista A2).

Relacionado ao que é produzido pelo grupo, a pesquisa de Cavalcante (2015, p.72) apresenta a produção média anual, reforçando a ideia de coletividade como meio para permanência na terra.

[...] feijão em grãos – 45 ton., sementes de feijão 54 ton., soja 324 ton., milho 540 ton., mandioca de fécula 125 ton., e painço – 90 ton.; culturas para o auto consumo (mandioca de mesa, melancia, abóbora, melão, amendoim e arroz), e culturas para alimentação animal (aveia para grão, aveia para pastoreio e milho para silagem).

Mediante o contexto apresentado sobre as formas de distribuição, organização e convivência no assentamento Itamarati, aponta-se elementos que constituem a racionalidade camponesa, a partir da resistência dos camponeses frente aos imperativos propostos externamente (projeto-modelo de assentamento coletivo), as adversidades advindas do convívio social interno (conflitos ocasionados pela proximidade das famílias nas agrovilas) e os obstáculos provenientes da produção (prejuízos na produção, altos custos produtivos e pouca rentabilidade em áreas pequenas).

Identificamos ainda outros elementos que reforçam e direcionam o assentamento para o mercado, através das políticas públicas que, incentivadas pelo Estado, direcionam a produção para o mercado de *commodities*.

Mas devemos sinalizar que não somente por meio das políticas públicas de incentivo a produção se dá esse direcionamento, o próprio modelo de assentamento de certa maneira auxiliou nesse processo, pois as famílias não conseguem trabalhar na

terra, distribuída em áreas parceladas pelo grupo, de maneira eficiente. O custo de produzir pequenas áreas é alto, pouco rentável.

Sobre isso, o A1 afirma que em sua opinião, desde o início o assentamento foi feito errado, pois tem assentado que possui três áreas, por exemplo, um lote onde fica a casa, em torno de cinco hectares, uma área no pivô, mais cinco hectares, e uma área em outro lugar. Dessa forma, nos questiona “como é que você vai produzir em três áreas, de forma individual, se o coletivo não está funcionando?”, isso fazendo referência a determinado grupo de organização.

Agora se ele tivesse essa área de 15 hectares num talhão só, é mais fácil, mais simples. O que acontece muito, o pessoal começa a se desfazer dessa área, passar pra outro plantar, cuidar, a gente não fala arrendamento, mas tem. Parceria tem muito. A maioria é parceira, essa soja mesmo poucos plantam, área pequena é inviável plantar soja, então a maioria é parceria, então o pessoal planta no mínimo 100 hectares quem planta (Entrevista A1).

Aqui cabe uma discussão que realizaremos mais adiante sobre o arrendamento de terras no assentamento, ou parceria como preferem chamar. Mas devemos nos atentar nesse momento à estrutura do assentamento e o modo de produção instalado. Se a coletividade não dá certo, como produzir em áreas parceladas, distantes entre si, num sistema de mercado que exige para grandes lavouras, grandes extensões de terra? Um grande desafio para os assentados do Itamarati.

O fato do Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA) ter diagnosticado que a lavoura e a pastagem são os usos potenciais recomendados para o imóvel fez com que muitos grupos vislumbrassem somente a produção de *commodities* como meio de sobrevivência. Obviamente que não apontamos essa opção como inviável ou incorreta, a questão é que devemos analisar os direcionamentos para esse modelo de produção desde a formulação do PDA, no início do assentamento.

Além do PDA, houve o direcionamento para a produção de grãos por outro meio, que na fala do entrevistado A7, se deu através do Pronaf.

Quando nós viemos pra cá, você sabe mexer, vamos supor, só com frango, ele só com vaca, ela só com leite, e quando veio esse Pronaf era pra plantar soja, tanto é que na hora de fazer o projeto ali teve gente que falou ‘mas eu não posso fazer pra gado?’, falou não, você tem que plantar soja. Aí plantou soja, primeiro ano, vixi, todo mundo ganhou dinheiro, segundo ano a rasteira foi grande e aí ficou todo mundo devendo.

A imposição em produzir grãos, mesmo havendo reuniões para “decidirem” os rumos da produção no assentamento e no grupo, o assentado afirma que “já vem pronto, mesmo tendo as reuniões”.

Foi uma decisão que veio, vamos dizer, goela abaixo, porque se me perguntassem o que eu queria fazer, eu mesmo não sabia nem o que era soja, eu vim aprender na marra aqui, eu trabalhava em fazenda de gado de cria, então, claro que eu ia mexer com isso, que isso eu sei, mas eu não sei mexer com soja, aí eu tive que aprender, embora eu sou técnico em agropecuária, mas eu nunca trabalhei numa lavoura de soja, aí aqui eu tive que vim e aprender. É um negócio que veio de cima pra baixo (Entrevista A7).

Questionamos o entrevistado A1 sobre o porquê da procura pela soja no assentamento, como produção principal e, ele apontou:

O histórico da área é excelente para soja, e eu acredito que mais é pelo formato de assentamento que fizeram. Deixaram grandes áreas coletivas, longe, muitas vezes, da área individual e, o perfil do assentado para associativismo/ cooperativismo é péssimo. Não aceitam, não funciona (Entrevista A1).

Por que não avaliaram a possibilidade de produção de culturas alternativas, como a agroecologia? Por que incentivar culturas baseadas em *commodities* para um assentamento-modelo de reforma agrária? Onde ficam os preceitos de soberania alimentar e justiça social na produção de grãos para grandes empresas multinacionais, como Bunge e Cargill? O que deu certo e o que deu errado nesse modelo de produção? Esses questionamentos foram colocados antes, durante e agora, e finalizando a pesquisa buscaremos apontar elementos que possam, ao menos em partes, responder tais questões.

5. DESAFIOS E PERSPECTIVAS DA REFORMA AGRÁRIA NO ASSENTAMENTO ITAMARATI.

*“Parafraseando Teodor Shanin: os sem-terra constroem o seu futuro, desconhecendo a aversão que muitos intelectuais têm a seu respeito”
(FERNANDES, 1999, p.13).*

Emblemático pensar em sujeição da renda da terra ao capital num estudo sobre reforma agrária e assentamento rural. Mais questionável ainda é pressupor que essa sujeição pode ser a forma de resistência encontrada pelos assentados do Itamarati para permanecerem na terra. Esse desafio de reflexão será realizado no presente capítulo.

5.1. Sujeição da renda da terra ao capital ou forma de resistência camponesa no assentamento Itamarati?

Partimos da concepção de que um assentamento oriundo de projeto-modelo de reforma agrária no país necessite se sujeitar ao capital, como denomina Martins (1983) para que seus assentados possam se reproduzir enquanto camponeses resistindo na luta e assim conseguir oferecer uma condição digna de vida para suas famílias. Nesse contexto, remetemos a condição de existência estabelecida por Umbelino de Oliveira, sobre capitalismo e seu modo de reprodução, contraditório e combinado, como abordado anteriormente.

Essa sujeição se dá através da imposição de modelos produtivos, mas é importante destacar, que mesmo diante dessa realidade, são das pequenas e médias propriedades que veem a maior parte dos alimentos responsáveis por abastecer o mercado interno. Em todas nossas entrevistas constatamos que mesmo produzindo grãos como umas das principais atividades dentro do assentamento, as famílias possuíam seus alimentos de autoconsumo, como hortaliças, variedade de frutas, diversidade de legumes, pequenas criações de animais. Como mostra a foto 17 a seguir do espaço comunitário dedicado as hortaliças, no grupo coletivo 17 do MST.

Foto 17. Horta coletiva no Grupo coletivo 17 do MST, assentamento Itamarati.



Fonte: Autora, 2018.

Aqui é salutar inserir a colaboração das autoras Pereira e Paraizo (2015) sobre a importância da produção camponesa para alimentar a sociedade.

[...] os camponeses e agricultores familiares mesmo estando em desvantagem em relação ao agronegócio, são os responsáveis por abastecer a mesa dos brasileiros, produzindo mais da metade de toda comida consumida no Brasil, produzindo alimentos tais como: mandioca, tomate, banana, feijão, batata-inglesa, caju, café, guaraná, cacau, uva, ovos, leite, rebanho suíno, etc.; além de produzirem a maioria absoluta de legumes e hortaliças. Diante disto, pode-se dizer que o agronegócio é responsável por produzir *commodities* para o mercado mundial e não alimentos para o consumo da população local, não contribuindo para a viabilização da soberania alimentar em nosso país (p.131).

Outra válida contribuição nesse aspecto diz respeito a uma entrevista concedida pela ativista Vandana Shiva ao jornal espanhol ABC, traduzida pelo CEPAT (Centro de Promoção de Agentes de Transformação) e publicada pelo IHU Unisinos²². Quando lhe questionam sobre quem realmente alimenta o mundo, Shiva apresenta sua resposta por etapas, sendo a primeira “a terra, o sol, a água, a fotossíntese, os insetos que polinizam os cultivos, os micro organismos que produzem nutrientes”, dessa forma fazendo alusão a necessidade das condições naturais existentes no planeta como maneira de viabilizar os cultivos, sejam quais forem. Em segundo, ressalta o papel da mulher no processo de

²² Reportagem disponível pelo link: <http://www.ihu.unisinos.br/578380-a-comida-e-o-maior-problema-de-saude-que-ha-no-mundo-entrevista-com-vandana-shiva> Acesso em 05 de maio de 2018.

nutrir o mundo, e por último, acrescenta que “70% da comida procede dos pequenos agricultores. Isso é a comida real, porque o que chamamos de comida e compramos nos supermercados é realmente um produto vazio nutricionalmente, tóxico, não é comida, e não está alimentando o mundo”.

Essa afirmação da ativista indiana vai ao encontro ao que buscamos defender e apontar nesse trabalho, a agricultura nos moldes da produção capitalista não alimenta o mundo, essa falácia foi imposta pelo modo de produção que aliado às formas de governo dos Estados sustentaram a necessidade de manter esses padrões de produção e consumo como única maneira de termos acesso a alimentos de procedência e qualidade.

Diante disso, Ramos Filho (2015, p.50) ressalta a importância da alimentação na sociedade, que “Para alguns, comer é um ato cultural, no sentido de uma forma determinada de existir no mundo”. Semelhante ao discurso de Shiva, o autor acredita na necessidade de manter seguro os hábitos alimentares, destacando o papel dos camponeses nesse processo.

A prática de preservar e consumir a própria comida converte o comer em um ato político, necessário para combater a tentativa de dominação de povos inteiros, contida na substituição dos hábitos alimentares tradicionais de um povo pelos nutrientes. Nesta perspectiva, o modo de vida camponês e a soberania alimentar assumem proeminência (p.50).

Além disso, o modelo imposto provoca diversas consequências já conhecidas como poluição, destruição ambiental, degradação dos recursos naturais, expropriação dos camponeses, subalternidade dos povos tradicionais à monocultura, etc., mas Shiva acrescenta ainda que “75% das doenças e problemas do planeta e dos problemas de saúde da humanidade procedem de uma agricultura globalizada e industrial”, a forma de produzir, processar e distribuir os alimentos, na sua análise, ameaçam o bem-estar do planeta e a saúde de seus habitantes.

A produção de grãos é uma realidade no assentamento, como observamos no capítulo anterior, uma condição imposta por diferentes fatores que saem do controle das famílias assentadas. Complementando a abordagem, discorreremos a seguir sobre a relação das famílias assentadas com as diferentes atividades produtivas que foram e são desenvolvidas no local, buscando demonstrar que há alternativas e que as famílias têm consciência da necessidade de se buscar, entretanto muitos empecilhos dificultam esse avanço.

Iniciaremos pela produção de grãos que como podemos observar pelas leituras, trabalho de campo e políticas públicas é a principal atividade econômica do assentamento, o carro-chefe que mantém as famílias no campo.

Partiremos das entrevistas realizadas no trabalho de campo para compreender o processo de produção de grãos no assentamento. Sua inserção se deve, já apontamos, pela própria condição pré-existente na região da antiga Fazenda Itamarati, seu histórico produtivo e os resquícios da infraestrutura existente, como pivô. Além, é claro, da proposta de divisão das áreas do assentamento, que favoreceram, para não dizer, incentivaram, a continuação do modelo produtivo anterior.

São várias histórias contadas pelos assentados sobre os percalços da produção desde a demora da liberação do crédito, até os altos custos de produção, a comercialização e ainda a contração de dívidas, que se deve ao fato tanto da inexperiência na produção, em alguns casos, quanto de condições externas ao domínio do assentado, como condições climáticas e variação no preço dos produtos.

Quando perguntamos ao entrevistado A3 sobre qual a maior renda do grupo coletivo 17 do MST, sem dúvidas nos respondeu que “hoje é da soja”. No local a produção de soja gira na média de 50 a 54 sacos, com expectativa de chegar a 58 na safra 2017/2018. Estando presente no momento da entrevista, outro assentado que também contribuiu em alguns momentos, informa que na área de pivô da qual ele pertence foi colhida 72 sacas na última safra (entrevista A4). Há uma variação no quantitativo produzido e colhido, e isso também de fatores externos e internos.

Obviamente que essa diferença no quantitativo se deve não somente ao pivô e a qualidade do solo, mas também em relação aos investimentos que são realizados para mantê-lo produtivo. A justificativa que o A3 apresenta para esse número de sacas entre 50 a 54 é o solo, “muita compactação e acidez então precisaria corrigir, com calcário e palhada”. A soja transgênica é a mais comercializada, porém os altos custos de produção fazem com que o entrevistado vislumbre a produção de soja convencional, pois além das vantagens financeiras na produção e o valor a ser pago por ela no mercado também é maior.

Se depender de mim, daqui uns dois ou três anos, pelo menos se dependesse da minha vontade, eu tinha pensado de produzir a soja convencional, não transgênica. Porque até uma coisa que merece a gente pesquisar, o prêmio, a diferença está muito grande de preço, porque tem um prêmio, eu não sei, teria que pesquisar, mas eu já ouvi falar de um prêmio até de 15 reais o saco, então a diferença é muito grande (Entrevista com A3).

Na sua perspectiva o discurso falho das multinacionais dos transgênicos não convence mais, pois a produtividade depende de outros fatores e não estritamente do tipo de semente.

A conversa, principalmente da Monsanto, que no caso tem a tecnologia do transgênico, tanto a Intacta que é resistente a lagarta e ao glifosato, e agora vão lançar o soja resistente ao 2.4-D e alguns outros tipos de lagarta, o discurso deles é que aumenta a produção, mas é conversa fiada. Porque o que aumenta a produção é você melhorar a fertilidade do solo [...]. E o problema é que o seu custo começa a ficar muito alto, uma semente dessa, Intacta, ano passado chegamos a pagar dez reais, sendo que a semente mais comum o preço dela chega a ser menos da metade. Então na verdade hoje, as sementes tanto pra questão do milho, no caso do transgênico, tanto a soja quando o milho transgênico, na verdade, a semente tá sendo o meio de transferência de renda do produtor pra multi, na prática é isso. Toda essa conversa de que baixa o custo, de que aumenta a produção é conversa fiada, isso não é verdade (Entrevista A3).

Aponta como sendo a semente o meio de transferência de renda do produtor para as multinacionais, pois a expropriação do camponês consiste em fazê-lo se desapropriar da sua própria condição de camponês através da terra e dos meios de produção, nesse caso, representado pelas sementes. Se o camponês não detém aquilo que permite sua reprodução como terra e sementes, dificilmente conseguirá exercer sua autonomia perante um sistema que o domina.

Na entrevista concedida pelo assentado da CUT perguntamos sobre a produção desde o início do assentamento, independente se no modo coletivo ou individual, e a resposta não foi diferente dos demais, sempre produziram grãos.

Primeiro porque era o que dava mais dinheiro e o que mais procurava, era soja, feijão e milho. Tem um pessoal que arriscou algodão, girassol, apesar que aqui ia pro biodiesel, girassol, canola, um monte de coisa aí que não fluiu, a soja é mais fácil para sair, soja e milho (Entrevista A7).

A produção de soja se destaca tendo em vista que a produção de milho tem ocasionado perdas e dívidas aos assentados, como descreve:

O milho faz dois anos que a gente vem levando prejuízo, porque a questão do milho é, se você fizer nesse sistema que o pessoal trabalha aqui de média e alta tecnologia o custo dele é muito alto, o problema é que o nosso solo não responde, então os vendedores falam que milho produz 120, 130 sacos, mas não é realidade nossa. A melhor semente, com a maior quantidade de adubo, o que a gente consegue colher no máximo aqui foi 108 sacos, isso faz bastante tempo. Na safra de verão que o milho produz um pouco mais e na safrinha é 70, 80, 85 sacos por hectares (Entrevista A3).

Disso, podemos deduzir que apesar dos altos custos de produção a rentabilidade gerada pela colheita de milho não supri as necessidades financeiras do grupo, pois

ocasionam, em alguns casos, a contração de dívidas, ao passo que no momento da comercialização do milho o preço no mercado externo pode não ser favorável e dessa forma, haver mais perdas do que ganhos.

Se analisarmos o contexto da antiga Fazenda Itamarati os números de safras impressionam, mas ao mesmo tempo é preciso ressaltar que os investimentos na correção, adubação e manejo do solo garantiam os altos números. Então, não se pode comparar e nem esperar que os mesmos quantitativos se repitam em condições diferentes.

Nesse contexto, indagamos a entrevistada A5, também moradora do grupo coletivo 17, sobre a produção de grãos no assentamento e sua opinião sobre o modelo ser por herança da antiga fazenda ou por comércio facilitado, ela nos respondeu que sim, já produziram grãos por ser herança de modelo produtivo, mas que hoje se dá pelo comércio fácil, justificando através da tentativa de outras culturas como o painço, que veremos mais adiante.

Esse negócio de soja e milho por incentivo do governo, por facilidade das empresas que compra, por exemplo, soja e milho tem o imposto muito mais baixo, vai ver vender feijão pra você ver hoje, e o agricultor sempre teve aquela coisa de produzir feijão, não produz mais feijão em grande escala, assentado, porque o imposto do feijão tá 17% e o da soja, não sei nem se chega a 5% (Entrevista A5).

Destacamos aqui a importância da presença do Estado enquanto regulador das atividades comerciais, uma vez que a fala da assentada indica que produzir soja e milho é mais barato do que produzir feijão, levando em consideração o imposto da comercialização, é nítido o direcionamento do Estado e das políticas públicas. O incentivo a produção de grãos se faz de diversas maneiras, que só no diálogo com os assentados pudemos assimilar mais visivelmente.

Em relação à mesma pergunta, o A7 da CUT concordou que a dedicação dos grãos é uma opção do mercado, o que facilita a vida das pessoas dentro do assentamento. Dessa forma, o impulso a produção de grãos no assentamento é externo ao grupo, a imposição do modelo se dá tanto pelo Estado, através dos incentivos e direcionamento das políticas públicas, quanto pelo mercado, que obviamente mantém relações estreitas com o Estado, atuando no mercado financeiro com ações que favoreçam a permanência do modelo.

Em relação ao cultivo do milho, o assentado explica que o grupo adquiriu uma dívida significativa, em torno de 123 mil reais, devido às dificuldades na colheita do grão e o preço pago pelo mercado.

Então nós pagamos essa dívida ano passado, [...] só que o milho esse ano ele produziu 70 sacos só, o custo nosso foi 20 reais por saco e vendemos a 17,50. Então o milho na verdade não dá renda, pra esse ano até nós não vamos fazer pacote. Vamos plantar em torno de uns 20 hectares para grão e 8 hectares pra silagem e vamos tentar fazer um esforço pra comprar semente mais barata, diminuir a quantidade de adubo pra baixar o custo, porque o milho hoje, na realidade nossa aqui, plantar milho em quantidade... ou você tem um risco muito grande de ficar com dívida, ou se der tudo certo, produzir bem e deu um preço razoável, aí de 22 a 25 reais, vai te sobrar muito pouco. Às vezes você vai fazer uma dívida de 100 mil pra te sobrar, no final das contas, pra te sobrar 10, 15 mil reais. Então o retorno é muito baixo e o risco muito alto. Então no caso do milho não compensa (Entrevista A3).

Quando questionamos o A3 sobre planos de produção diferenciada, que ainda não foram produzidas no assentamento, ele expõe a ausência de estratégia do grupo coletivo e a dependência do setor de *commodities*, pois “depender só basicamente de grãos é muito complicado, porque você depende do clima, se o clima é favorável ou não, e depende do preço, que quem controla, no caso a soja, não é nem aqui no Brasil, é a bolsa lá de Chicago”.

Sobre essa dependência, o assentado acredita que a organização coletiva precisa se esforçar para sair da dependência do crédito, até como uma questão de sobrevivência e reforçando a fala dita anteriormente “na verdade nós estamos transferindo renda do agricultor para as revendas e para as multinacionais”, através dos custos de produção. Nesse sentido, é preciso criar formas próprias de custear a lavoura “[...] temos que dar um passo adiante da gente conseguir fazer o nosso próprio custeio, o nosso custo que poderia ser 130, 140 mil, esse ano vai ser 200, 210 mil. Então cria uma dependência que você sempre vai trabalhar para os outros” (Entrevista A3). Ressaltamos a existência da consciência entre os assentados entrevistados sobre a atual situação do campesinato no Brasil, reconhecem os obstáculos que enfrentam tanto a nível estadual, nacional e mundial.

Ampliando a reflexão e saindo do recorte do assentamento, ao analisar o sistema capitalista e o viés de produção do agronegócio, a realidade apresentada não é ruim a esse sistema, pois o camponês possui a terra, os meios de produção e a subalternidade ao modelo imposto, alimentando as multinacionais desde a compra dos pacotes para a safra até a entrega do produto a elas. Ao camponês ficam os resquícios da sua

dependência externa, os custos da produção e, conseqüentemente, a contração de dívidas, que influencia diretamente na decisão de permanecer ou não na terra.

Constatamos, porém que a produção de grãos não atende apenas uma lógica de *commodities* direcionada ao mercado e ao equilíbrio da balança comercial, ela extrapola esses limites impostos pelo sistema, e se coloca como uma das poucas opções encontradas pelos assentados para permanência no campo. Esse modelo está de acordo com os estudos de Umbelino de Oliveira sobre a contradição combinada do capitalismo, uma vez que aquilo que alimenta o mercado capitalista serve também como oportunidade de permanecer na terra, a existência de um é a reprodução do outro. Como cita Mizusaki (2009) ao descrever a relação de trabalho entre os camponeses e os capitalistas,

[...] O campesinato não pode ser compreendido como relação de trabalho capitalista, pois a sua lógica reprodutiva difere da lógica do capital. É essa lógica que o caracteriza enquanto classe, opondo-se aos interesses dos proprietários de terra, e, quando, expulsos, a ela retornam através de movimentos sociais organizados, objetivando territorializar a terra de trabalho, em oposição à terra de negócio. Por outro lado, é o próprio capital que também a cria e recria, para sujeita a sua renda, quando a propriedade privada se ergue como um obstáculo ao seu desenvolvimento (p.290).

Adentrando a pecuária leiteira, que é considerada o carro-chefe da produção no assentamento, estando logo abaixo da produção de grãos, tem sido avaliada pelos assentados como uma renda permanente, com oscilações de valor no mercado, dependendo do período, mas ainda é a renda mensal garantida, afirmam os que a possuem.

O A1 assinala sobre a produção de leite e grãos no Grupo 17 do MST, informando que tudo estava indo bem até que houve mudanças na coordenação dos setores produtivos “Resolveram trocar, esse senhor que estava no leite ia para a horta, aí a pessoa que estava não sei em qual setor ia para o leite, escolheu a produção deles de um jeito”. Na nossa interpretação, o que o entrevistado quis apontar é que a diminuição da produção leiteira ocorreu devido a troca do responsável pelo setor, a pessoa que gerenciava essa parte conseguia bons resultados para o grupo. Nessa indagação, finaliza dizendo que o setor da horta está funcionando bem, porém devido aos cortes na linha de crédito do PAA e PNAE não há comércio das hortaliças.

No contexto da produção leiteira, a dificuldade apontada são as pastagens ruins que não a favorecem, segundo ele “isso é um problema crônico no cerrado, vamos dizer assim, no Brasil inteiro. Pastagens péssimas” (A1).

Na sua análise técnica, o entrevistado afirma que existem formas de realizar a correção do solo para melhorar a produção, mas os assentados têm medo ou desinteresse em contrair dívidas para tal finalidade, e acrescenta “[...] nós falamos grosseiramente, o que sai pela teta da vaca é o que entra pela boca dela”, demonstrando que a pecuária leiteira poderia ser mais viável do ponto de vista financeiro, ao passo que a produção aumentaria com a melhoria da pastagem.

Na percepção do A3, pertencente ao grupo coletivo 17 do MST, “nossa produção hoje é em torno de 450 litros por dia, mas na seca cai pra 250”, segundo ele, existem dois problemas no manejo: a produção por vaca é baixa, apesar da genética não ser das piores, pois o gado tem potencial para produzir até 15 litros por vaca de média, porém, segundo ele, hoje elas produzem de 10 a 11 litros; o segundo problema diz respeito à porcentagem de lactação por vaca é muito baixa, varia de 35 a 40%, “temos em torno hoje de 120 vacas, aí nós tiramos leite de 40 vacas, então devia tirar leite de pelo menos 70%, de 120 daria em torno de umas 80 vacas, pelo menos”.

Dentro dessa perspectiva a produção poderia ser melhorada se houvesse investimento na pastagem, uma vez que isso resultaria na maior lactação por vaca. Houve investimentos no setor de ordenha, com a aquisição de ordenhadeira mecanizada, conforme foto 18 a seguir, por exemplo, que visa melhorias na condição de trabalho.

Foto 18. Ordenhadeira mecanizada do Grupo coletivo 17 do MST, assentamento Itamarati.



Fonte: Autora, 2018.

Uma dificuldade apresentada pelo A1 faz referência ao perfil dos assentados devido à aptidão, vocação e idade, pois segundo ele os idealizadores do projeto de assentamento sugeriam nas reuniões de elaboração do PDA que o gado de leite fosse a principal atividade, porém “às vezes uma pessoa idosa não vai conseguir desenvolver esse tipo de produção, um trabalho manual, como vai produzir leite?”, expõe o assentado.

Outras produções foram iniciadas no assentamento, mas por fatores diversos não resultou em sucesso. Entre elas destacamos a produção de mandioca pelo grupo coletivo 17 do MST, que segundo entrevistado A3, mesmo tendo mercado consumidor para a mandioca, o preço é muito baixo, oscila muito e não representa uma fonte segura de investimentos “a gente parou por conta do preço, [...] ano passado chegou a dar 900 reais hoje tá em torno de 500 reais a tonelada”.

Outra tentativa de plantio foi o painço, alimento destinado principalmente à alimentação de pássaros. De acordo com o A3, a dificuldade do cultivo do painço foram duas, a primeira é que o preço é muito baixo e a segunda é a venda, “No caso aqui, vendia para um atravessador, o único comprador que tinha na época, nós tentamos ver mercado de painço, mas... o pessoal compra painço pra tratar passarinho”. A pouca procura pelo produto ocasionou o desestímulo na produção, mas ainda é uma alternativa.

O girassol também entrou no rol de tentativas de atividades, o grupo 17 do MST tentou por duas vezes o plantio sendo prejudicada por questão estrutural na primeira, e climática na segunda. O pivô que faz a irrigação da área onde o girassol foi plantado estragou e a terra não pode ser molhada, com isso a maior parte das sementes não germinou, ocasionando perdas na produção. E na segunda vez, a sugestão para o plantio partiu do mesmo atravessador que comprava o painço dos assentados. Porém, dessa vez o que prejudicou a produção foi uma chuva intensa que provocou doença nas plantas, “então nós colhemos, mas a colheita na verdade só pagou a colheitadeira, porque naquela época não tinha a colheitadeira”.

Nessa situação, o assentado afirma que nem mesmo as sementes conseguiram pagar devido o prejuízo da colheita, “Depois nós cedemos uma área pra ele (fornecedor) em torno de uns 30 hectares, depois da soja, safrinha, inclusive a gente que plantou, cuidou pra ele e ele conseguiu colher o girassol”.

Plantam também aveia para o consumo, sendo o excedente comercializado. E também o feno, mas este vendeu pouco na última colheita por conta da geada que

atrapalhou o desenvolvimento das plantas. Além destes, para o consumo plantam também o feijão nas variedades carioquinha e preto, chegando a plantar em período anterior 80 hectares no grupo 17 do MST, se produzir bem, o excedente é comercializado.

Sobre a produção de feijão, o entrevistado A9 da AMFFI ao expor a situação dos roubos dos pivôs, como citado anteriormente, e como estes podem ser uma máquina de ganhar dinheiro, destaca que o feijão possui um rendimento muito interessante para as famílias, uma vez que a colheita pode ser realizada com 75 dias. Frisou também que a vulnerabilidade dessa lavoura pode prejudicar os investimentos “Só que se ele tiver florando e faltar chuva seu investimento foi tudo pro pau, aí você não planta lavoura até pagar aquela conta, meu Deus do céu, o feijão é caro pra plantar”. Retomamos a fala anterior quando a assentada 5 destaca o imposto que é cobrado sobre o feijão, o que desestimula o plantio para comércio.

Outra produção é a piscicultura, que ainda está voltada para o consumo, mas perceberam que há bastante interesse na venda da espécie pacu no próprio assentamento. Possuem dois tanques, um com a espécie tilápia e outro com pacu. A ideia é priorizar a venda do pacu para criar condições para que o dinheiro da venda seja revertido na compra de ração e alevinos, mantendo um ciclo de produtividade independente. O A3 assinala ser uma questão com potencial para venda, porém destaca que existem dificuldades nesse processo também.

No caso da piscicultura a dificuldade é o seguinte: ano passado a gente foi ver em Dourados, o frigorífico pagava naquela época R\$ 4,50 no quilo da tilápia, claro viva, tilápia acima de 900 gramas. Então pra você gerar uma renda você teria que ter no mínimo uns 10 tanques, mas o ideal seria uns 20 tanques, porque o custo da tilápia fica em torno de 3 a 3,50 o quilo, então você ganharia em torno de R\$ 1 o quilo, mas aí você teria que ter um volume grande de produção. Porque se você tiver uma tonelada a margem é pequena. Mas é uma outra possibilidade também.

Em todas as entrevistas captamos essa necessidade do assentado ou grupo de assentados em buscar variadas tentativas de produção, sempre com a esperança de que dê certo. Porém, se deparam em duas situações que em muitas vezes, inviabiliza a produção: preço do mercado consumidor e escoamento da produção. No caso apresentado da piscicultura, o entrevistado questiona o pagamento do frigorífico para a produção, tendo em vista que na oferta desse produto pelo mercado, o valor é consideravelmente superior.

Apesar que é muito injusto também, porque 1 quilo de tilápia, de filé de tilápia no supermercado custa em torno de R\$ 30,00. E o que eles alegam é, tá certo que o filé não é... eu não sei o aproveitamento, deve ser em torno de uns 40 a 50% não sei, mas por exemplo, o que sobra eles também não perdem, porque eles moem, faz farinha de peixe pra fazer ração, então mesmo o que é resíduo eles não perdem, ajuda a pagar o custo da matéria prima. Então uma dificuldade no caso do peixe é a questão do preço que o frigorífico paga, que é muito baixo. Eu acredito pelo preço que tá a tilápia no mercado tem condições deles pagarem um pouco melhor (Entrevista A3).

Há também uma tentativa em associar a fruticultura com o comércio das hortaliças, mas ainda encontra-se somente no campo das ideias, o que seria uma opção de sair da dependência da produção tradicional nos grãos. Referente a isso, expõe:

Nós plantamos um hectare de limão Taiti, a promessa na época quando foi plantado é que ia instalar uma empresa de suco de limão em Dourados e que ia comprar essa produção. [...] Mas nós, na verdade, caímos num golpe porque o rapaz que vendeu, na verdade, ele queria vender as mudas, ganhar comissão pra vender as mudas, porque essa empresa depois que plantou nunca mais, não ouvimos falar mais nada. A produção está no início, mas... não sabemos o que fazer ainda (Entrevista A3).

Os camponeses deparam-se com diversos desafios até mesmo golpes na promoção e comercialização de produtos e como podemos perceber as tentativas algumas vezes são frustrantes. E esse não é um caso isolado, houve no passado um golpe relacionado à produção do feijão, onde uma pessoa se identificou como comprador de uma grande empresa e realizou a compra de toda a produção de feijão do grupo coletivo 17, pagando-os com um cheque, que não tinha garantia, o famoso “cheque sem fundos”. Esse fato colocou o grupo numa condição muito delicada, tanto de dívida, pois não receberam para cobrir os custos da produção, quanto de deficiência financeira, pois as famílias envolvidas, além da dívida contraída, ficaram sem recursos financeiros para as despesas familiares. Isso reforça o modelo de produção em grãos, pois a confiança em produzir e saber que o comércio é garantido deixa-os mais seguros no momento da escolha e mais reticentes em realizar novas tentativas.

Face ao exposto, perguntamos ao A7 o que, em sua opinião, deveria ser financiado pelo Estado através das políticas públicas de incentivo e, se acreditava que a produção de grãos é compatível com a estrutura de um assentamento. A resposta a essa questão nos levou a refletir sobre o que carregamos de informações e conhecimentos em relação à realidade do assentamento que, nem de longe, podemos caracteriza-la por não vivenciar suas reais condições. Supomos através das análises como é, como foi e como deveria ser, mas essa suposição está muito aquém das expectativas que são geradas no interior do próprio assentamento. Sobre a produção de grãos, ele responde:

As pessoas de fora dizem que não, não sei por que, um fazendeiro pode plantar, por que o assentado não pode plantar? Então quer dizer, o fazendeiro tá ganhando dinheiro com soja e eu vou continuar aqui tirando leite a cinquenta centavos pra mim manter meu sítio? Se eu posso ganhar mais por que eu não posso fazer também? Tipo assim, o gado de corte hoje é o negócio, então eu não posso comprar umas vacas brancas e colocar aqui? Aí vai vim o cara do INCRA, sei lá, falar “ó você tá irregular, você é fazendeiro pra ter gado aqui?”, [...] você não tem autonomia nem pra fazer produzir o que tá dando dinheiro, eu não posso comprar um trator pra mim trabalhar?. O ano passado que teve isso, notificou aquelas pessoas que tinham trator pra trabalhar, carro. Então quer dizer que eu vou sempre ficar andando de carrocinha? (Entrevistado A7).

O assentado questiona as imposições que são colocadas pelas pessoas externas ao assentamento, principalmente do INCRA que notifica, de acordo com sua informação, aqueles que possuem bens teoricamente não compatíveis com sua renda e estrutura camponesa. A autonomia se dá pelo poder de escolha daquilo que promove melhorias nas condições de vida, e não somente por aquilo que seria o ideal de produção para um assentamento.

Nós estamos aqui pra crescer, pra ter melhor condições de vida, pra dar melhor condição de vida pra sua família, agora você vai sempre do jeito que você veio, você não tem mudança, então pra que serve, você ganhou terra pra que? Você viver lá de enxada, não, enxada ali não produz nada. Você planta uma lavoura de mandioca aí que faz parte da agricultura familiar, uma lavoura de mandioca de um hectare, se você não levantar cedo e não dormir tarde você não dá conta. Então, quer dizer, eu vou me acabar na enxada lá, ano que vem você vai vir aqui eu tô com 40 anos você vai olhar e falar “a você tá com 90 anos”, porque eu tô me acabando com isso. Então hoje as pessoas tem que buscar melhoras, se tem como você produzir, comprar e dar um conforto... (Entrevistado A7).

Nesse contexto sua visão distorce um pouco de outros assentados entrevistados, no sentido do que é imaginado para um assentamento de reforma agrária. Precisamos ressaltar que um assentamento rural não é homogêneo e, portanto, nem todos devem e precisam pensar sobre o mesmo viés.

Conclui-se daí que a resistência camponesa se consolida em todas as tentativas de permanência na terra, o enfrentamento dos obstáculos em todas as escalas de relacionamento torna o camponês mais resiliente. Tantos são os empecilhos diagnosticados no assentamento que no item a seguir buscamos abordar, ainda que de maneira breve, os principais obstáculos a produção camponesa e, conseqüentemente, ao projeto de reforma agrária, levando em consideração que a complexidade e as ramificações desses empecilhos mereciam maior atenção. Destacamos que existem outros, mas citaremos aqueles mencionados pelos assentados durante as entrevistas.

5.1.1. *Empecilhos à resistência camponesa*

Acompanhamos até este momento a situação dos assentados no quesito atividade produtiva, desde a produção de grãos, basicamente *commodities*, até algumas propostas alternativas que lhes ofereciam a independência e uma perspectiva diversa da tradicional, indo ao encontro com uma das finalidades da reforma agrária: soberania alimentar.

Porém, observamos no trabalho de campo e na transcrição das entrevistas os vários empecilhos que se estabelecem na produção camponesa e, por conta disso, resolvemos inserir este tópico para abordar de maneira pontual essas questões. Assim, cabe aqui descrever estes obstáculos às práticas camponesas no assentamento Itamarati, alguns já conhecidos e provenientes da ausência de políticas públicas como preços de mercado, comercialização da produção, escoamento e incentivos. Outros não tão conhecidos da sociedade, mas que emperra o desenvolvimento do campesinato, colocando em dúvida se o projeto de reforma agrária é uma necessidade.

Sobre o tema **comercialização**, o assentamento Itamarati infelizmente não se destaca, nem positivamente nem negativamente dos demais assentamentos do estado e do país, tendo em vista que a realidade impera de maneira quase homogênea.

Os desafios em comercializar os produtos advindos da reforma agrária são inúmeros quando paramos para ouvir os assentados, isso inclusive tem sido utilizado para justificar a permanência do cultivo de *commodities*, uma vez que sua saída é garantida. Na fala do técnico da AGRAER, podemos identificar a comercialização como um dos gargalhos existente em todo assentamento, justificando a produção de grãos internamente para atender o mercado consumidor.

A facilidade aqui é produção de soja, facilidade de vender, comércio. Milho, mandioca, para a feccularia daqui ou Deodópolis, leite tem facilidade de vender. Ai vai produzir laranja vende aonde? Vai produzir melancia? Ai você não tem um mercado, não é um produto de durabilidade, dura 15 dias após colheita e muitas vezes não tem mercado. Já aconteceu de uma vez o produtor deixar 03 hectares de melancia sem colheita, passou, e falou quem quiser pegar pode pegar, melancia de 10 a 15 quilos, boa (Entrevista técnico da AGRAER).

Nota-se a participação inerente do Estado no incentivo à produção de grãos seja através da ausência de promoção do escoamento de produtos para feiras e mercados

locais/ regionais tanto quanto a partir das políticas públicas deficientes e que não favorecem as práticas camponesas.

Se tratando de fruticultura e hortaliças, o A3 do grupo coletivo 17 do MST, relata a comercialização dos produtos do assentamento como um problema, primeiro porque o mercado local não consegue absorver a produção e, segundo, porque a produção também se torna pequena se for preciso escoar para longe, sendo inviável por conta das despesas com frete e transporte.

[...] apesar de que Ponta Porã e Pedro Juan é cidade média, não é tão pequena, mas ela tem limite, não absorve tudo e pra gente levar, por exemplo, pra Campo Grande pro Ceasa, aí também o volume é muito pequeno. Então a dificuldade da fruticultura aqui no assentamento nosso, a principal dificuldade é relacionada a essa parte do mercado, da venda.

Em outro depoimento, observamos a mesma colocação sobre mercado consumidor das hortaliças e frutas e as dificuldades decorrentes da redução das políticas públicas de aquisição de alimentos da agricultura familiar, como o Programa de Aquisição de Alimentos e o Programa Nacional de Alimentação Escolar:

[...] o mercado de Ponta Porã é pequeno, não comporta tudo. A gente chegou a ter, acreditamos, cerca de 400 hortas comerciais, até o ano passado. 400 assentados tinham horta. Horta comercial, produzindo repolho, tomate, pimentão, cenoura, quiabo, abobrinha, folheosas até que não eram muitas, mais eram legumes e frutas, hortaliças. Mas tinha o programa do PAA, Programa de Aquisição de Alimentos e o Programa Nacional de Alimentação Escolar, estava funcionando bem. Eles vendiam muito. Ai formava as cooperativas/ associações e faziam um contrato e começavam a vender (Entrevista A1).

O corte nos programas citados é sentido na comercialização dos produtos do assentamento de maneira significativa, como relatam as assentadas 5 e 6, além de afirmarem que o cenário em si não é favorável, pois “o INCRA não tem vontade, o banco não tem vontade, os técnicos que executam não tem vontade e o governo cortou pra mais da metade. Se já era difícil, agora ficou pior”.

A última vez que foi feito Centro Oeste acessou 31 milhões, acho que o estado acessou 11 milhões. O governo colocou a nível de Brasil 700 mil pro PAA, então, uma cooperativa a nível de Brasil deve fazer um projeto em torno de 200 mil, então ele acabou com Programa.

Na verdade o PAA é um negócio que ele só não excluiu porque ele colocou esses 700 mil, o PNAE não, o PNAE continua do mesmo tamanho, ele diminuiu um pouco o recurso, mas é dinheiro da merenda escolar, então o que vai pra educação pra merenda escolar é ainda o PNAE porque ele é uma lei já, não é um programa, então pra ele excluir não dá. Porém, no PNAE a burocratização é muito grande, não é tão simples assim entrar no PNAE, o edital é muito mais complicado. O PAA já é mais fácil, e aí ele tirou recurso

justamente de onde era mais fácil porque o pequeno produtor tava conseguindo acessar (Entrevista A5 e A6).

A fala das entrevistadas expressa a postura assumida pelo governo no que diz respeito aos cortes orçamentários para políticas públicas camponesas, mas também a dificuldade imposta pelo acesso a tais políticas, uma vez que a burocracia é o principal elemento colocado pelos assentados como dificuldade de acessá-las. Já nas produções tradicionais o relato é outro “[...] a soja, o milho, o feijão, o leite você produziu, sendo barato ou muito barato, você vende”, a garantia de comercialização é esperança depositada no modelo de produção adotado.

Outro empecilho à reprodução camponesa está ligado diretamente à forma de gerenciamento do lote, pois a **inadimplência** é ocasionada, na maioria dos casos, por ausência de gestão ou imprevistos na produção.

O nível de inadimplência no assentamento está atrelado às linhas de crédito disponibilizadas aos assentados, portanto, analisá-las significa compreender até que ponto as políticas públicas de incentivo a produção camponesa permitem a autonomia do camponês ou a sua submissão e subalternidade, uma vez que pela dívida muitos chegam a abandonar o lote, vendê-lo ou arrendá-lo.

Sobre isso, o A3 nos afirma que houve um momento em que 95% dos assentados estavam inadimplentes pelas informações da AGRAER. Hoje, porém, esse número é reduzido em virtude de processos de renegociação de dívidas.

A inadimplência tem vários fatores, tem a questão das vezes a pessoa achar que não é necessário pagar. Então se você pegar um dinheiro emprestado e se você acha que não tem necessidade de devolver, você também, automaticamente, não vai ter uma preocupação de aplicar bem aquele recurso. Isso é mais da metade do caminho pra você não pagar, porque se você não produziu simplesmente não vai ter condições de pagar.

O assentado é muito elucidativo quando apresenta a falta de preocupação com a devolução do recurso adquirido pelas linhas de crédito. O Pronaf concede dez anos para a quitação do financiamento, sendo três anos de carência e sete para o pagamento em parcelas anuais, mas de acordo com outro entrevistado, muita gente não tem acesso ao crédito pela inadimplência ao deixar de pagar o Pronaf A, por exemplo. Nesse sentido, “O Pronaf A, hoje é 25 mil reais, 26.500, você acessa, se você pagar em dia, pagar todas elas em dia, tem 45% de rebate, desconto. Dez anos para pagar 26 mil, com juros de 1,5% ao ano, três anos sem pagar” afirma o A1.

Na interpretação do A9 o governo desempenha bem o seu papel de promovedor de incentivos a produção, desde que a contrapartida dos agricultores familiares ocorra, vejamos sua fala:

Só vai acessar a agricultura familiar a pessoa que se organizou, pagou o banco, porque o governo hoje se você pegar 5 mil, pagar os 5, você pega 15, se você pagou os 15 você pega 45, o governo não é ruim, pode ser qualquer partido, se você tiver certo com o governo não tem coisa melhor do mundo pra você trabalhar. Agora nós de dez pessoas aqui tem duas que tá certa, o resto disse que pro governo não paga. Tudo inadimplente (Entrevista A9).

Não somente a linha de crédito do Pronaf inviabiliza o financiamento aos inadimplentes, o Banco do Brasil também pode barrar o acesso: “[...] esses dias o Banco do Brasil deixou de financiar o Mais Alimento aqui em função disso, acho que eles têm um limite, [...] se a quantia de inadimplência é maior que a de adimplência eles param de financiar”, explica o A1. Assim, a linha de crédito ao Mais Alimento só retorna aos assentados quando as quitações dos débitos forem realizadas.

Outro ponto que o entrevistado A3 salienta é a ausência de uma assistência voltada para a gestão da propriedade, na parte financeira, pois segundo ele, a assistência técnica orienta somente a parte técnica da produção, como produzir soja, o milho, o leite. Mas a parte de gestão dos recursos da propriedade não existe, e isso se torna uma deficiência que ocasiona a inadimplência, pois na sua visão, “a pessoa deveria ser orientada também em como se organizar pra pagar, porque mesmo você tendo uma carência de três anos a preocupação com o pagar a conta tem que ser desde o início”.

Para remediar os casos de inadimplência, o governo federal lançou uma proposta de renegociação de dívidas, mas na observação do A3 essa foi uma medida equivocada, pois ao invés de combater a inadimplência ela tende a aumentar e inclusive a promover tal prática.

A última renegociação que foi feita foi dado 80% de rebate, de desconto pra quem tava inadimplente, que foi aí que a inadimplência baixou muito, muita gente aproveitou essa renegociação pra poder quitar as dívidas. Só que aquela pessoa que fez o sacrifício e de repente deixou de comprar um móvel pra uma casa, deixou de comprar uma moto ou um carro ou trocar o carro ou a moto por um modelo mais novo e que vendeu uma vaca pra pagar em dia ficou com cara de otário, porque ele não teve nenhum benefício. Na verdade com essa medida, o governo incentivou a inadimplência, porque aquela história de dizer que o crime não compensa nesse caso compensou (Entrevista A3).

Salientamos, conforme citado, que a renegociação de dívidas permitiu aos produtores inadimplentes quitarem suas dívidas com valores consideravelmente inferiores àqueles financiados. Mas sabemos também que da mesma forma pela qual os

pequenos produtores tiveram essa oportunidade, os empresários rurais do agronegócio também, renegociando dívida não de 120 mil reais, mas de milhão, milhões. Ou seja, mesmos parâmetros de nivelamento para classes distintas, com necessidades distintas.

Uma situação cotidianamente enfrentada pelos assentados para acessar as linhas de crédito diz respeito à atuação de uma das agências financiadoras do Pronaf, o **Banco do Brasil**. Saber que o banco interfere significativamente na produção camponesa, uma vez que controla a liberação das linhas de crédito do Pronaf, de acordo também com seus próprios requisitos, não foi uma surpresa. Entretanto, conhecer o funcionamento da liberação de crédito e sua morosidade realmente nos impressionou.

Nesse contexto, o que iremos apresentar aqui são alguns casos relatados pelos assentados sobre a atuação dessa agência junto à promoção e desenvolvimento da produção camponesa no assentamento Itamarati a partir da liberação do crédito bancário.

No relato do técnico da AGRAER já podemos observar que o acesso às linhas de crédito passa por um processo burocrático intenso e demorado, provocando morosidade, afetando diretamente a produção. Além disso, há o desabafo de que a AGRAER, agência que promove a assistência técnica no assentamento, conta com poucos funcionários, “[...] Nós somos quatro técnicos da área agrária aqui, para o assentamento todo, I e II, tem duas assistentes sociais, mas não faz a parte agrícola, a parte agrária”.

Referente ao acesso, liberação das linhas de crédito e assistência técnica aos assentados, o entrevistado conta como funciona esse processo:

O produtor vem, agora mesmo eu estava fazendo ali, tem 06 custeios. Fiz a carta consulta ontem, o Banco autorizou, deixa pronto, daqui a pouco eu ligo para ele vim assinar e retornar para o Banco. Eu faço em média oitenta projetos ano passado, então para um técnico acompanhar isso, é muito (Entrevista técnico da AGRAER).

A respeito da carta consulta, indagamos em que constitui esse documento, nada mais é que uma consulta que o banco realiza na conta do assentado que está solicitando o crédito para observar se este possui limite de crédito no banco em questão, se não há restrições no Serviço de Proteção ao Crédito – SPC ou Serasa, por exemplo. Qualquer tipo de restrição no nome do assentado pode inviabilizar a liberação do crédito até que a pendência seja resolvida.

Após o banco liberar a carta consulta, o assentado precisa oferecer as garantias necessárias para concretizar o processo, segundo os assentados entrevistados isso é um

critério do Banco do Brasil. A exigência da garantia de algo que o assentado possua para ter acesso ao crédito é uma comprovação de que se ele não cumprir o pagamento o bem apresentado será tomado pelo banco. “A garantia pode ser gado, máquina, alguns têm um terreno fora, no caso de investimento” já na outra linha de crédito como Custeio, o técnico afirma:

No caso de custeio o banco pede só um avalista. Porque o Custeio tem o seguro agrícola, Custeio de soja, milho, mandioca, tomate, pimentão, essas coisas tem linha de crédito, a gente faz, aí tem o seguro e geralmente a produção ela paga o Custeio, sobra. Sempre dá lucro. E se houver alguma frustração, tem o seguro. No caso o banco dificilmente vai perder o dinheiro dele, dele não, dos acionistas, de quem investe lá (Entrevista técnico da AGRAER).

Essas duas linhas de crédito disponibilizadas pelo Pronaf e liberadas pelo Banco do Brasil somam-se a outra muito solicitada pelos assentados que é a Mais Alimento.

[...] essa precisa de garantia real mais avalista. Na garantia é dado máquina, uma escritura, você tem que ter uma matrícula de um imóvel. O avalista pode ser qualquer pessoa, desde que tenha uma conta corrente no Banco do Brasil, pode ser filho, pode ser pai, irmão, assentado e não assentado, não tem problema (Entrevista técnico da AGRAER).

A colaboração do técnico da AGRAER através da entrevista nos permite compreender a logística de funcionamento tanto da AGRAER quanto do Banco do Brasil. Obviamente que compreendemos a burocracia imposta pelo banco, que de maneira alguma sairá prejudicado de uma negociação financeira, porém, nos questionamos sobre a imposição dessa burocracia para camponeses assentados, tendo em vista que nem todos possuem um trator, um terreno na área urbana ou rural escriturado para dar de garantia. Então até que ponto tais políticas estão sendo direcionadas para atender os mais necessitados no campo?

A entrevistada A5 questiona a burocratização do acesso às linhas de crédito, tendo como exemplo o Mais Alimento “pouquíssimas pessoas acessam o Mais Alimento porque a burocratização ela invalida o processo, deixa inacessível”.

É importante destacar que tendo acesso às linhas de crédito o assentado não recebe o financiamento direto do Banco do Brasil, não há depósito de dinheiro em sua conta bancária. A transação é realizada entre a empresa ou loja comercial que vende o produto ou equipamento e o banco. Por exemplo, “A aquisição de um trator, a gente faz pelo Mais Alimento, faz o projeto, o Banco autorizou, encaminha-se a nota fiscal e o

Banco paga a empresa que vendeu o trator, e ela entrega o equipamento para o assentado”.

A importância que tais agências tomam na vida e na produção dos assentados é crucial para analisar algumas questões, como o alto custo da produção camponesa devido ao atraso na liberação do crédito pelo banco, fazendo com que os assentados tenham que adquirir produtos à prazo no comércio ou mesmo deixando de ser atendidos por rejeição dos empresários e lojistas sobre o modo de pagamento – liberação de crédito do Pronaf.

Nesses aspectos, podemos sinalizar a fala do A3 sobre os altos custos de produção devido à liberação de crédito ocorrer muito tempo depois do que seria necessária para efetuar as compras a vista e ainda, por conta da contração de uma dívida da safra de milho anterior, o investimento do crédito foi destinado para saldar parte da dívida, por isso, no seu ponto de vista, eles saíram perdendo:

[...] o ideal seria a gente usar esse Custeio, que foi em torno de 80 mil reais, pra gente comprar o adubo da soja do ano que vem, porque esse ano nós pagamos no adubo 800 reais a mais por tonelada, pelo fato de comprar a prazo pra pagar na safra. Então na minha avaliação, como depois que saiu esse financiamento a soja já estava plantada então se a gente fosse pagar, por exemplo, a semente e o adubo, a gente ia ganhar 5% de desconto. Então compensava a gente pagar agora na safra esse recurso e comprar o adubo porque garanto, pelas contas que eu fiz hoje, de cada duas toneladas que você compra a prazo, você compraria três à vista. Então está dando uma diferença de 50% no adubo.

A diferença em adquirir os produtos à vista ou a prazo é ponto fundamental para que o retorno da lavoura seja mais rentável, e os camponeses estão cientes, tendo em vista que “[...] o nosso pacote esse ano ficou em torno de 200 mil reais, no caso plantar 160 hectares de soja, mas se nós tivéssemos a condição de fazer isso à vista, nós gastaríamos de 130 a 140 mil reais, é muito grande a diferença”. O banco influencia diretamente nesses custos, uma vez que a liberação do crédito acontece frequentemente com atraso, os assentados já precisam arcar, além dos custos da produção, com os altos juros de mercado pela compra ser a prazo.

A entrevistada A6 reforça essa situação ao comentar que o Banco do Brasil sempre libera o Custeio depois do plantio da semente e, não bastasse isso, as diferenças nos valores dos insumos, como o adubo, dificultam a aplicação do dinheiro, segundo ela, “se você for ver a cotação do Custeio que está lá no banco, uma tonelada de adubo

tá um valor que no comércio tá outro quase o dobro, se você pagar a vista. Se você pagar a prazo ela tá mais cara, e aí o Custeio não sai no prazo pra você pagar a vista”.

Vale ressaltar que estamos nos referindo à agricultura camponesa, temos conhecimento que as formas de investimento na lavoura praticadas pelo agronegócio são diferentes e, é nesse quesito que questionamos a atuação das políticas públicas de incentivo ao campesinato, pois ao mesmo tempo em que auxiliam na permanência do camponês o coloca como subalterno ao modelo capitalista.

Destacamos a rejeição dos empresários e lojistas locais com os assentados no momento da comercialização, que pode ser percebida através da fala do A1, quando indagamos sobre o direcionamento de alguns vendedores no assentamento, especialmente no que diz respeito à compra e venda de gado para os assentados. Mas ampliando a situação, notamos que isso se dá em relação a outros setores, como compra de insumos necessários a produção e até mesmo material de construção.

Existe uma limitação que muita gente não vende para assentado, comerciante de Ponta Porã para vender para assentado e receber, mesmo Pronaf A, ele sabe que vai receber, ele não vende. Ele vende, mas você tem que pagar antecipado. É um preconceito e um monte de calote que já ocorreu (Entrevista A1).

A infraestrutura do núcleo urbano do assentamento, como podemos observar nas imagens 19 e 20 a seguir, permite que alguns produtos sejam adquiridos no local, tendo em vista a desconfiança gerada no comércio de Ponta Porã, “Ai tem comprar, vamos dizer, material de construção, você vai em Ponta Porã não consegue comprar, ai tem que comprar aqui, aqui o pessoal vende, as lojas daqui”. Funciona da seguinte maneira “Compra, pega a nota vai no banco, o banco faz o pagamento pra eles, ai eles entregam o material. Ai o pessoal compra aqui. O gado a mesma coisa, tem produtor de gado que quando é para assentado eles não vendem”.

Foto 19. Destaque para loja de material de construção no núcleo urbano do assentamento Itamarati I.



Fonte: Autora, 2018.

Foto 20. Loja de material de construção presente na área do núcleo urbano do assentamento Itamarati I.



Fonte: Autora, 2018.

Além desses aspectos, os entrevistados expõem as dificuldades encontradas no atendimento oferecido pela agência bancária, principalmente ocasionada pela falta de funcionários.

[...] o Banco do Brasil que atrapalha um pouco, com funcionários, eles não disponibilizam. Numa agência igual Ponta Porã... Ponta Porã tem praticamente três mil assentados só no Itamarati, 2.880. Tem 270 num assentamento ao lado aqui, tem mais 120, 190, mais um outro com 170 e mais um de 80. Só de assentado, deve ter 3.200 a 3.300 assentados. Só assentados, fora o que é considerado agricultor familiar. A gente acredita que deve ter quatro mil atendidos no Banco do Brasil daqui (Entrevista A1).

O contingente de pessoas, assentados ou não, que depende da estrutura oferecida pela agência deveria ser um motivo para a ampliação da prestação dos serviços, sobretudo daqueles ligados ao Pronaf, uma vez que há prazos para o início e término do plantio das safras, como ele explica:

[...] tem projeto que eu fiz de Custeio de soja, soja se planta até dia 10 de dezembro quase no limite, 30 de dezembro é lei, você não pode plantar depois disso no estado, após 30 de dezembro. Eu tenho Custeio de soja que não foi feito ainda. Não foi pago para o produtor ainda, e a colheita de soja começa daqui 15 dias. Então, isso dificulta, isso atrapalha (Entrevista A1).

Essa entrevista foi realizada em janeiro de 2018, portanto desde 2017 que o Custeio não havia sido liberado pelo Banco do Brasil para os assentados. Aqui entendemos a preocupação do A3 quanto aos custos de produção, pois o comércio de insumos não aguarda a liberação do crédito, a venda é processada por àqueles que aceitam vender para os assentados, porém com acréscimo de juros até o pagamento ou quitação do valor da venda, o que provoca aumento nos custos de produção.

[...] no caso do Custeio a gente sempre pega atrasado, quando o governo monta o Plano Safra que divulga as informações, isso demora até chegar no agricultor, porque primeiro o próprio estado do governo tem que entender essas mudanças, depois isso tem que ser encaminhado no Banco do Brasil, no caso do crédito do Pronaf, [...] então demora um tempo pro Banco poder entrar, o pessoal do banco entender essas normativas, essas mudanças, o banco também cria regras próprias, aquilo que eu falei por exemplo sobre o grau de endividamento é a norma que não tá no Pronaf, tá no banco e também dependendo da cidade cada gerente cria algumas normas, umas exigências a mais, umas normas próprias além das normas do Pronaf. E também assistência técnica, no caso aqui é a AGRAER, então demora, até o Banco do Brasil e a AGRAER entender como que funciona isso leva um tempo. E aí nós temos a dificuldade que é a morosidade do Banco do Brasil. O Banco do Brasil está com muito problema de falta de funcionários para atender a agricultura familiar (Entrevista A3).

Sobre o funcionamento dentro da agência, o entrevistado esclarece que não há um funcionário específico para o atendimento da agricultura familiar, este é realizado pelo “funcionário da vez”. Ele acrescenta que há dois anos havia um funcionário na agência de Ponta Porã dedicado ao atendimento do Pronaf, que alcançou números consideráveis de liberação de crédito nessa linha do governo federal. Mas segundo ele, isso depende muito da pessoa que assume o posto, “Só que é o interesse da pessoa, esse trabalhava aqui, e conseguiu triplicar o volume de crédito para agricultura familiar na agência. Em um ano, ele ficou um ano só aqui, só que ele era extremamente competente”. Sobre o destino do funcionário, o assentado afirma “que virou gerente de agência e foi embora”. Perante essa situação, indagamos ao assentado se conjuntamente buscaram soluções junto à agência. Em resposta, explicou que já foi sugerido ao Banco que criasse uma agência só para a agricultura familiar, mas que o banco recusou a proposta.

Durante a entrevista com o técnico da AGRAER estava sobre a mesa no escritório da agência um exemplar de jornal (foto 21), datado de junho de 2017, onde constava a seguinte matéria:

Foto 21. Notícia em jornal assentados do Itamarati que reclamam sobre morosidade do Banco do Brasil.



Fonte: Jornal Notícias, 2017.

No Jornal relata-se a dificuldade dos assentados em realizarem os contratos das linhas de crédito do Pronaf Mais Alimento e Custeio, e que mesmo com as diversas idas

ao Banco do Brasil, tanto pelos assentados quanto pelos técnicos da AGRAER, nada havia sido resolvido e eles não obtinham respostas concretas “apenas desculpas e mais desculpas”, como descreve o Jornal.

A demora no processo de contratação das linhas de crédito também é apontada pelo A7 relatando sobre o que poderia ser melhorado nas políticas públicas, além da assistência técnica o acesso as políticas precisam de melhorias. De acordo com ele, tem projetos para plantio que estão no banco há dois anos.

Eu faço um projeto pra mim plantar outubro, ele vai chegar pra mim dezembro. E quando eu vou lá na loja pra pagar, você sabe que tem juro, passou do prazo de você pagar tem juro, e quando você compra uma compra a prazo tem juro também, é diferente do que você pagar a vista. Então, esse recurso quando sai pra você, a hora que você vai lá o dinheiro não dá, e aí você tem dinheiro pra complementar? Quando você tem complementa, quando você não tem já fica devendo. Aí você tem que produzir bem pra você além de devolver o dinheiro do banco pagar também a loja (Entrevista A7).

Ao questionar as assentadas 5 e 6 se a morosidade do banco deve-se ao fato de ser para o atendimento da agricultura familiar, “sim, com certeza” foi a resposta, acompanhada da seguinte justificativa:

Porque o agronegócio eles renegociam a dívida uma em cima da outra, nós não conseguimos fazer isso. Eles nem pagam o que pegou pra plantar a safra passada e eles ainda conseguem ir lá e tirar mais, a gente não consegue. Imagina, só do cara dar entrada lá e deixar lá mil hectare de terra, ele leva antes dele começar a sonhar em plantar ele já tá com o dinheiro. Então pra eles é muito mais fácil porque já vão comprar e já tão com o dinheiro, eles fazem as compras à vista, isso reduz custo de produção (Entrevista A5 e A6).

Não cabe a nós o julgamento sobre o funcionamento do Banco do Brasil, apenas analisamos as informações que nos foram apresentadas, mas mediante a convivência numa cidade onde o agronegócio é considerado o principal vetor de desenvolvimento regional, é obvio que emitir um parecer pessoal não está fora de cogitação, o comportamento dos funcionários das agências é modificado quando a liberação de crédito é destinada a agricultura familiar e quando é destinada ao agronegócio, para constatar essa afirmação basta frequentar as agências que atuam com o Pronaf e o agronegócio em determinadas regiões do estado de Mato Grosso do Sul.

Outro entrave à produção camponesa que merece destaque diz respeito a um documento conhecido como **Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP**, necessário para acesso e liberação de qualquer linha de crédito do Pronaf. Anteriormente foi apresentado em que se constitui esse documento e a importância dele para que os

assentados possam acessar as políticas públicas. Diante disso, podemos pressupor que adquirir esse documento seria um processo rápido e eficiente. Entretanto, não é assim que as coisas funcionam.

Os assentados questionaram sobre a demora na emissão da DAP pelo órgão responsável, assim como alterações no prazo de validade do documento. Para o A1 essa questão atrapalha a comercialização da produção de soja para o biodiesel, da seguinte maneira: a empresa que compra o grão para o biodiesel está inserida no assentamento e paga pela armazenagem do grão. Através de um programa do governo federal a empresa paga um bônus por saca para o assentado que vende o grão a essa empresa. Porém, para que essa transação seja realizada, ele precisa ter a DAP. Assim, “a DAP tem que estar válida para ele fazer o contrato, se não o MDA não aceita, a Secretaria de Agricultura Familiar não aceita esse contrato, com a DAP vencida”.

Na página da SEAD²³ são apresentados os direitos e benefícios aos agricultores familiares que possuem a DAP, ressaltando que ter a “DAP ativa é uma condição para que o agricultor familiar acesse as linhas de crédito do Pronaf e também pelo menos outras 15 políticas públicas do governo federal”. Sendo elas: Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER); Seguro da Agricultura Familiar (SEAF); Garantia-Safra; Programa de Garantia de Preços Mínimos (PGPM); Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar (PGPAF); Programa de Aquisição de Alimentos (PAA); Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE); Programa Nacional de Proteção e Uso do Biodiesel (PNPB); e dentro da linha de direitos e benefícios sociais enquadram-se: Beneficiário Especial da Previdência Social; Aposentadoria Rural (FUNRURAL); Auxílio Emergencial Financeiro; Programa Minha Casa Minha Vida Rural; Plano Brasil Sem Miséria – Rota da Inclusão Produtiva Rural; Cotas em Escolas Profissionalizantes (CEFET) e Pronatec Campo.

No conteúdo exposto pela Secretaria, ressalta-se ainda que o fato de ter uma DAP ativa não é suficiente para garantir o acesso às linhas de crédito do Pronaf e às políticas públicas para a agricultura familiar, pois cada uma delas possui outros critérios específicos. Esclarecemos que “esses outros critérios específicos”, além daqueles que estão relacionadas às linhas de crédito, dizem respeito também as normativas impostas pelas agências bancárias.

²³ <http://www.mda.gov.br/sitemda/dap/direitosebeneficios>

Analizamos até aqui que possuir a DAP é fundamental para os camponeses produzirem utilizando os incentivos das políticas públicas, contudo, ter o documento não tem sido tarefa fácil. Quando realizamos entrevista com o A2 do grupo coletivo e questionamos quais as linhas de incentivo à produção a família acessou ou acessa, ele respondeu que individualmente nenhuma, pois a família ainda não tem acesso direto a nenhuma política porque não possuem a DAP, “A gente é assentado, consegue emitir certidão de assentado, mas a DAP a gente não teve acesso ainda”. Indagamos então, o porquê dessa situação, se havia alguma restrição que impedia o acesso:

Não tem restrição, por questão burocrática, não sei se é a palavra burocrática, mas talvez é um descaso, é a mesma situação de várias famílias que não conseguem DAP simplesmente porque emperra lá no INCRA e não vai, eles alegam que não tem funcionário para analisar e tal, aquela coisa que a gente já conhece de Brasil, vai enrolando. Aqui no grupo acho que são cinco ou seis famílias, se não me engano, que poderiam ter acesso a DAP e ter acesso ao Pronaf A e as outras políticas, mas não conseguem por conta disso (Entrevista A3).

Na explicação de outro assentado do grupo coletivo as famílias que não possuem a DAP ficam impedidas de acessar qualquer tipo de política pública, inclusive na questão do crédito bancário, afirma o A3.

O documento tem prazo de validade estipulado pelo órgão responsável, o que de certa forma tem sua importância, pois o assentado que produz hoje no lote, pode daqui algum tempo não desenvolver mais nenhuma atividade, tornando a validade um critério de controle. Sobre o vencimento da DAP, o assentado explica: “vencia a cada cinco anos, mas a nova lei que o governo Temer promulgou o ano passado mudou para dois anos”. Tendo em vista que há uma demora na emissão do documento, prejudicando os camponeses no acesso as políticas públicas, diminuir o prazo de validade não condiz com a forma como o processo tem se arrastado.

Encaminhando a discussão, outro empecilho à reprodução camponesa a ser apresentado está relacionado ao **arrendamento** de terras no assentamento. Essa é uma questão delicada de se expor, por dois motivos: primeiro, por ser caracterizado como uma irregularidade dentro dos projetos de reforma agrária e, segundo, porque não raro algumas exceções, essa é a única maneira encontrada pelos assentados para permanecerem no lote.

Discorreremos sobre esses fatos, iniciando com a entrevista do A2, na sua resposta sobre a existência de arrendamento de terras no assentamento para a produção de grãos nas áreas de pivô. A resposta foi longa, com argumentos e situações que nos

levaram a refletir sobre elementos que até então não haviam sido notados. Na opinião dele, algumas famílias conseguem entrar na lógica do sistema da produção de monocultura, “[...] conseguem aí minimamente permanecer ou até avançar, expandir, aí é o caso do cara que tá no lote ‘consegui’, ‘entrei na lógica’, ‘paguei máquina e tal’”. A lógica a que ele se refere é a inserção do camponês no modelo de produção de grãos, onde constata que os financiamentos e os incentivos existentes não são suficientes para a compra dos maquinários necessários. Até mesmo porque dentro dessa lógica há uma exigência para manter o nível de produção elevado e conseguir competir no mercado consumidor, como ele aponta:

[...] cada vez exige mais, ele não é dono da semente, ele depende, tem que comprar uma semente caríssima, então pra semente caríssima produzir ele tem que ter um insumo compatível, ele tem que manter a terra dele com uma fertilidade boa, quando a lógica da produção da monocultura é o inverso, é sugar o que a terra tem, ela não consegue reciclar nada, então isso vai gerar custo (Entrevista A2).

O sistema da monocultura já é bem conhecido por todos, utiliza-se o solo de maneira intensa, sendo necessária a recuperação com fertilizantes que irão “devolver” a qualidade do solo para a próxima lavoura. O uso intensivo de insumos das mais variadas espécies para o controle de “pragas” e as sementes, transgênicas, diga-se de passagem. Sendo assim, esclarece:

Então é uma lógica que não é feita pra quem tá num lote de assentamento, aí você tem pivô lá que pressupõe que lá teria que ser a monocultura porque é o que é possível hoje, ninguém em sã consciência vai pegar e sair plantando frutíferas lá, porque você não tem... pra começar no início as vezes a gente não tem nem DAP, não tem nada, não tem nenhuma política pra vender isso, entregar, enfim, não tem assistência técnica, o que sobra é aquilo ali, entrar na mão das empresas aí que fornece insumos, os pacotes deles e aí se der tudo certo, no final você colhe bem, gasta muito, tira um pouquinho de lucro e aí o que você vai fazer? De repente você tira um lucro que consegue comprar uma máquina, compra uma máquina, fica devendo um pouco, no outro ano você termina de pagar, você tem que plantar mais, aí vai virando uma bola de neve, é a lógica do agronegócio, se você não expandir, você vai ser engolido (Entrevista A2).

A fala do assentado é praticamente uma síntese do que buscamos apontar nesse trabalho: incentivos a uma lógica de produção que não condiz com a realidade dos camponeses, ausência de políticas públicas para dinamizar a produção oferecendo possibilidade para a diversificação de produtos, presença do agronegócio a partir da estrutura de funcionamento: máquinas, insumos, sementes, etc.

O entrevistado esclarece que não consegue ter uma visão crítica do assentado que arrenda a terra do lote para um parceiro que produzirá, por dois motivos:

[...] ou você pega o parceiro ali que é seu vizinho pra produzir, que teve sorte, porque você tem que ter muita sorte pra começar desse jeito, nessa lógica da monocultura e ter condição de plantar mais e colher e tal e conseguir ir tocando ali teu “agronegocinho”. Ou você entra na mão das empresas, que pra começar não vão financiar o seu lote, que você não tem nenhuma máquina, você não tem nada que garanta, a terra eles não podem pegar ainda... (Entrevista A2).

É considerado um camponês de sorte aquele que minimamente consegue produzir na terra e ainda realizar a parceria para aumentar a produção. Quando cita “agronegocinho” está se referindo a forma como o campesinato é concebido pelo modo capitalista de produção, porque como vimos na discussão acima, existem duas maneiras, dentro desse sistema, para que o camponês exista: ou ele se insere na lógica imposta ou ele desaparece.

Na sequência, o entrevistado aponta porque as empresas não financiam a produção dos assentados:

[...] aí já vem a questão da titularização né, se tivesse titularizada eles iam financiar você ali com dez hectares, vinte hectares, trariam até ouro para espalhar ali na sua roça e prometendo o mundo e o fundo de produção, eles vão financiar alguém que já tenha, no mínimo, um tratorzinho velho, pra poder vir depois e pegar se a produção não der (Entrevista A2).

Nesse momento, é oportuno frisar que a titularização das áreas de assentamentos foi retomada pelo governo em exercício no país, conforme notícia veiculada na mídia eletrônica²⁴, no seguinte título de matéria “INCRA bate recorde em empréstimo a assentados”. Um tanto sugestivo e, portanto passível de questionamentos.

A notícia divulga que o INCRA liberou no ano de 2017 R\$ 97 milhões em empréstimos para assentados se instalarem nas terras recebidas do governo. “O volume, um recorde alcançado em meio a grandes cortes orçamentários em todo o governo, é reflexo de outra marca: a emissão de 123.553 títulos de posse, provisórios e definitivos, em um único ano”.

Esses títulos entregues as famílias assentadas, pelo programa de reforma agrária, deveriam ser disponibilizados assim que as famílias são assentadas, mas em alguns casos, chegam a ser entregues dez anos depois, ou mais, por atrasos no órgão

²⁴Notícia divulgada em 03/03/2018 pelo endereço: <http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,incra-bate-recorde-em-emprestimo-a-assentados,70002211832> Acesso em 10/04/18

responsável. Seguimos com a notícia: “Os números marcam uma mudança na atuação do Incra. ‘A reforma agrária é uma agenda econômica, não de assistência social’, disse ao Estado o presidente do instituto, Leonardo Góes. ‘O Incra se vê hoje como órgão de desenvolvimento’”.

Chegamos então no ponto de convergência com a fala do A2 sobre a titularização da terra. Na notícia ainda podemos notar a importância que a titularização das áreas de assentamento tem para as agências financiadoras, que a partir disso poderão contar com novos clientes.

A nova “pegada econômica” do Incra está no assentado que recebe título definitivo. Com o papel, ele pode tomar empréstimos no sistema financeiro, mesmo em bancos privados, dando a propriedade como garantia. Nesse caso, o empréstimo pode chegar a R\$ 300 mil. Como em 2017 foram entregues 26 mil títulos definitivos, o potencial de crédito chega a R\$ 7,8 bilhões injetados na atividade rural (O Estado de S. Paulo).

Eis a questão, se o assentado tem a posse da terra, ele pode usa-la para produção e moradia, não é concebida a venda e nem a penhora da terra. Porém com o título, a situação muda, ele pode colocar a disposição do banco ou empresa o lote como garantia do empréstimo ou financiamento, para o professor Sauer a pressa nas regularizações “coloca os lotes no mercado de terras”, explica na reportagem citada.

Em virtude da matéria houve críticas de movimentos sociais e analistas da área, como por exemplo, da Comissão Pastoral da Terra, que sabemos atua na defesa do camponês, “O interesse maior que justifica esse processo é aquecer o mercado de terra, como lastro para o capital financeiro”, disse Ruben Siqueira, da Comissão Pastoral da Terra”. Já a coordenação do MST, afirmou: “Estamos chamando de privatização da reforma agrária” e o professor Sérgio Sauer explica ao Jornal que o governo regulariza para se desonerar de programas para assentados, “O título de posse não é ruim, mas ele não garante políticas públicas”.

Dessa situação podemos concluir a intenção do governo em apressar as regularizações: primeiro como forma de se abster das obrigações com os assentados, principalmente no que é relacionado à infraestrutura dos assentamentos e segundo, incentivar o acesso ao crédito através do título de posse. Na visão da A5 está bem esclarecida quanto às intenções do governo com essa regularização por títulos definitivos aos assentamentos:

Hoje esse governo quer avançar na questão da titularização, quando a pessoa tem a titularização vai pagar pela terra o preço normal de mercado, mas você

já vai ter seu título, sua terra como sua propriedade, pagar imposto e tudo. Mas o plano de fundo dessa titularização vem pra tirar os direitos, tipo assim ‘pra que ficar quebrando cabeça com política pública para assentado?’, então, ela tira esses direitos, porque depois que você é titularizado o governo não tem nenhuma obrigação com você enquanto assentado, enquanto terra da união e tudo mais.

Retomando o posicionamento do A2 sobre o arrendamento de lotes ele questiona quais incentivos estão direcionados ao campo e quais os encaminhamentos colocados como oportunidade de vida camponesa:

A gente volta naquela história do incentivo, tem incentivo? Tem um pouco de incentivo, mas pra quê esse incentivo, ele tá atendendo o que? Ele tá atendendo que tipo de ideia, que tipo de proposta pro campo? Ele não está atendendo uma proposta que vai dar soberania camponesa, ele está atendendo uma proposta que vai levar o camponês, ou ele vai ser aquele cara que vai ser tachado como, o jeca tatu lá, “ah só vou ter uma mandioquinha, carpi”, o cara atrasado, entendeu. Vai produzir muito mais que o cara que tá produzindo soja, vai ter uma qualidade de vida melhor, principalmente, se ele não for consumista, só que ele vai ser o atrasado, ele não vai ser o *agro é pop*, *agro é tech*... essa é a lógica que a gente tem, essa é a reforma agrária que não funciona nesse projeto, nesse modelo.

Na referência ao “agro é pop, agro é tech²⁵” está se considerando a propaganda intensiva da mídia de massa sobre a “importância” do agronegócio na vida das pessoas, valorizando-o como modelo sustentável, de alimentação da mesa do brasileiro e das tecnologias de produção.

É uma tentativa de aproximar, conectar o consumidor com o produtor rural e ao mesmo tempo desmistificar a produção agrícola aos olhos da sociedade urbana, afirma Roberto Schmidt, diretor de marketing da TV Globo. As frases a seguir constam na matéria veiculada pelo *site* StartAgro²⁶: “[...] o agronegócio tem que investir na construção de sua marca junto à população em geral, a fim de criar empatia e confiança”; “Queremos mostrar que a riqueza gerada pelo agronegócio movimenta os outros setores da economia”; “A ideia é fazer com que o brasileiro tenha orgulho do agro”. Vejamos a contradição: ora se é preciso fortalecer a marca do agronegócio e suas qualidades junto à população, quer dizer que algo está errado?! Ou que as coisas não estão caminhando como eles (empresários rurais, políticos e sócio proprietários dos meios de comunicação) gostariam? Qual o motivo de tanta reafirmação se o modelo é tão bom e eficaz?

²⁵ A Campanha "Agro é Tech, Agro é Pop, Agro é tudo – Indústria riqueza do Brasil" foi concebida pelas gerências de Marketing e de Comunicação da Rede Globo e vai até junho de 2018.

²⁶ <http://www.startagro.agr.br/por-que-o-agronegocio-precisa-de-uma-comunicacao-moderna/> Acesso em 10/04/18.

Como já citamos antes, o grupo coletivo teve um prejuízo relacionado à comercialização de uma safra de feijão, onde o comprador utilizou um cheque sem fundos de uma empresa fantasma para paga-los. O golpe sofrido fez com que o grupo arrendasse a área coletiva para cobrir os custos de produção da lavoura do feijão.

Terra sinaliza que “para os empresários rurais e agroindustriais, um assentamento modelo é aquele que realiza parcerias com o agronegócio”. Já para os assentados, essa parceria representa a completa submissão das famílias, quer trabalhando como mão de obra barata, quer, sobretudo, entregando seus lotes em arrendamento para o cultivo da soja, do milho e de outros produtos de interesse das grandes empresas (2009, p.111), deixando com isso de produzir alimentos para sua subsistência.

Como foi demonstrado por Bellé *et alli* (2013, p.29-30) com a prática ilegal de arrendamento a terra deixa de cumprir sua função social e motiva estritamente a produção para o mercado, para tanto, “são necessárias políticas públicas mais eficazes direcionadas à solução desse problema, para evitar a prática ‘espúria’ do arrendamento de terras destinadas à reforma agrária”.

O arrendamento é uma disposição da sua terra para o uso de terceiros, dessa maneira, o A3 citou o seguinte, “tem um amigo meu que diz, você arrendar é você colocar sua vida na mão dos outros”, afirmando que no caso do assentamento o arrendamento é proibido e não há como recorrer em casos de não pagamento da renda da terra mediante uma prática incorreta: “se você não receber [...] não há o que fazer, porque se for na lei ou reclamar ainda fica pior porque você tá fazendo algo que não é permitido” (Entrevista A3).

Sobre isso, Terra esclarece que o arrendamento de áreas em assentamento é uma prática ilegal, que foge dos propósitos da reforma agrária, pois o que se espera com a criação de um assentamento de trabalhadores rurais é que o acesso a terra lhes dê condições de se reproduzir socialmente, obtendo o sustento a partir da exploração direta do lote recebido, através do trabalho familiar, e não que vivam da renda da terra.

O autor sinaliza sobre o arrendamento dessas áreas citando que há uma recomendação do próprio INCRA sobre a forma de conceber tal prática,

No caso do Assentamento Itamarati, os pivôs são importantes vetores a impulsionar esse tipo de prática, inclusive com a anuência do próprio INCRA que orienta os assentados a não declararem que arrendam suas terras e sim, que estabelecem parcerias com produtores de soja e milho da região, não incorrendo assim em nenhum ato ilegal (TERRA, 2009, p.111).

Além de estar de mãos atadas em caso de não receber o pagamento da renda da terra, ainda ressalta que esse procedimento é muito ilusório, no sentido de que o valor pago pelo arrendatário se torna atraente no início, mas um prejuízo no final, por conta do desgaste do solo que não será corrigido no ato da devolução do arrendamento.

[...] ele te dá uma vantagem imediata, por exemplo, você arrendou a terra pra soja, quando for agora em março/ abril você recebe, só que ao longo do tempo ele está destruindo a sua terra, porque o arrendatário não tem nenhum compromisso de recuperar o solo e melhorar nada, porque a lógica dele é tirar. Por que ele vai investir no que não é dele? E qualquer momento ele pode ser retirado da área, mesmo que a renda nossa aqui é muito alta, porque se você for olhar friamente é tentador, porque eles chegam a pagar vinte sacos de renda por hectare pra soja e pro milho, [...] na verdade é tentador, mas a longo prazo... você tem uma vantagem imediata mas ele vai te dar problema no final (Entrevista A3).

O que a fala nos remete e, por isso precisamos analisar essa condição de arrendamento de terra de maneira pontual, é que em algumas condições essa prática pode ser a salvação de uma família assentada ou de um grupo de famílias, tendo em vista que o arrendatário paga consideravelmente bem pelo uso da terra e arca com todos os custos de produção. Isoladamente ou em grupo o assentado muitas vezes não consegue extrair da terra essa renda, uma vez que é o responsável pelos custos da produção, e como vimos estes são significativamente altos para a realidade camponesa. O que queremos explicar com isso é que há casos e casos, e o julgamento meramente superficial da questão não é parâmetro de análise, precisamos pesquisar profundamente os fatos antes de emitir qualquer parecer equivocado.

A realidade do grupo Novo Eldorado da CUT é diferente, como relata o A7 “A nossa área de plantio tá tudo arrendado pra soja, dá uns 12 hectares”. Existe no grupo Novo Eldorado I e II 40 famílias, somente quatro ou cinco dessas tocam seus lotes, o restante arrendam suas terras para outros assentados que possuem meios para cultivá-las, cita o entrevistado.

O arrendamento na AMFFI também é uma prática corriqueira e até necessária para o dinamismo da agricultura no assentamento. No relato do entrevistado A9 observamos a sua base de cálculo e justificativa para o processo de arrendamento.

Por exemplo, você adquirir uma plantadeira, por mais que ela seja velha tudinho, pra plantar 15 hectares não compensa. Se ele vai adquirir uma colhedeira para colher 15 hectares? Não compensa, porque você vai fazer uma revisão nela, o que sobra não dá pra você fazer a revisão. Agora nós planta um pouquinho de terra a mais, paga o custo da lavoura... o meu filho

hoje tá plantando 300 hectares, aí o cara fala “mais sobra pouquinho”, por exemplo se sobrar dois sacos pra ele vai sobrar 600. Agora pra mim se sobrar dois sacos, vai sobrar 32 porque eu planto 16 hectares. Então às vezes não paga a revisão da plantadeira. Aí você pede para um cara plantar, ele vai plantar, ele vai cobrar de você pra plantar, ele vai cobrar pra colher, o que sobra, que você pagou a firma lá que você comprou a semente na dá pra cobrir esse que você pagou aí e você trabalha de graça. Aí compensa você receber um pouquinho de uma pessoa pra você tá passando a terra pra outro plantar, que já tem a máquina.

Na perspectiva do A8 também morador da AMFFI, as parcerias sempre têm “Porque se não ficava mais feio o assentamento”, referindo-se ao assentado que não consegue tocar o pivô devido o alto custo. Como assinalado, a manutenção dos pivôs é algo que extrapola a condição financeira dos assentados. Quando ocorrem os saques e depredação a situação fica insustentável, uma vez que a reposição das peças levadas é cara demais para a realidade local.

Arelada à prática de arrendamento dos lotes, inserimos a questão sobre a venda destes, uma constante em vários assentamentos do estado e, da mesma forma devemos agir sem julgamento ou análise precipitada a respeito do assunto, até mesmo porque o olhar de quem é externo ao cotidiano do assentamento rural é carregado de pré-conceitos, pré-julgamentos e ideologias de vida diferentes. Assim, buscamos desmistificar essas análises prévias com nossa pesquisa, trazendo a versão de quem está no local, de quem vive e sobrevivem diariamente os desafios de ser camponês no Brasil nos dias atuais.

Nesse sentido, quando o A3 inicia sua resposta sobre a venda de lotes, no seu ponto de vista, esclarece que existem várias situações para que isso ocorra, mas antes relata haver “uma espécie de seleção natural, hoje tem um problema nosso que o perfil das pessoas que são assentadas a maioria não é mais de agricultor ou de arrendatário [...] boa parte do pessoal veio da cidade”.

O que ele busca demonstrar com isso é que os assentados que vieram das cidades possuem outra lógica de trabalho, pois estão acostumados com uma renda mensal ou semanal, e no assentamento as dificuldades são muito grandes, pois “até você conseguir organizar uma produção tanto de grãos, que aí tem que ter todo o maquinário pra te dar um suporte, como a produção do leite que exige uma estrutura, isso leva muito tempo”, devido a essas dificuldades iniciais, e aqui podemos inserir o acesso às políticas públicas, a burocracia e os encaminhamentos demorados, não permitem que as pessoas que buscam um retorno de renda imediato permaneçam no lote, resultando em abandono e venda.

É importante frisar que estamos tratando da venda de lotes do assentamento, mas essa não é uma prática legalizada perante o INCRA, lotes de reforma agrária não podem ser comercializados. Entretanto, basta percorrer os assentamentos do estado, e acredito que esta não seja uma realidade exclusivamente nossa, para se deparar com inúmeros casos de compra e venda de lotes em assentamentos de reforma agrária.

Colaborando com a entrevista, o A4 expõe a forma como, na sua visão, os camponeses são vistos:

Eu sempre falo assim, que o agricultor mesmo é aquele que vive do trabalho dele na roça, e daí o cara que mora na cidade ele acha assim, que o agricultor talvez não tenha mais porque é vagabundo, é vadio, ele acha que ele vindo vai transformar aquilo e, chegando, ele tem uma decepção muito grande, porque a agricultura é muito judiada, a agricultura é sofrida, a agricultura é pisoteada, e daí ele pensa assim, ele estando lá na cidade acha “não aquele cara não tá bem porque ele é vadio” e não é, infelizmente é essa visão que o povo tem na cidade, que o agricultor é vadio, e não é, é a dificuldade que faz... só que é guerreiro demais que continua aqui trabalhando, entendeu, continua trabalhando porque é muito guerreiro o agricultor, porque se você analisar o que ganha um agricultor hoje é irrisório, você planta pra movimentar cem mil num ano e tu não ganha 20% daquilo que movimentou, aí você acaba incentivando teu filho a estudar e cair fora.

A visão estigmatizada da população urbana sobre o campo tem ocasionado diversos discursos arraigados de preconceito e desdenha sobre o trabalhador rural, exceto se ele for *Pop* e *Tech*, nesse caso, sua contribuição com a sociedade é externalizada de maneira global. Mas o camponês continua sendo alvo de desprezo, isso porque o julgamento começa nas ações realizadas pelos movimentos de luta pela terra país afora. O que escutamos são comentários e notícias veiculadas como “vândalos invadem a propriedade do empresário rural...”, “baderneiros são expulsos pela...”, “Integrantes do MST invadem duas áreas vizinhas²⁷...” ou “Integrantes do Movimento Sem-Terra invadem fazenda em²⁸...”. Só o fato de utilizar a palavra “invade” já consolida no ideário das pessoas que leem ou escutam a notícia algo de prejuízo a propriedade privada, uma agressão ao bem particular e, com isso, alcançando o objetivo de expor os camponeses aos julgamentos de classes que não visualizam nada além da individualização do ser e do ter.

²⁷ Notícia veiculada na data de 09/03/2016 pelo link <http://g1.globo.com/pr/oeste-sudoeste/noticia/2016/03/integrantes-do-mst-invadem-mais-duas-areas-da-araupel-no-parana.html> Acesso em 10/04/18.

²⁸ Notícia veiculada na data de 09/05/2016 pelo link <http://g1.globo.com/sp/baurilia/noticia/2016/05/membros-do-movimento-sem-terra-invadem-fazenda-em-duartina.html>

Destacamos que não há concordância com atos de destruição de qualquer maneira – quando isso ocorre –, mas também não concordamos com a maneira pela qual os camponeses que lutam pelo acesso e retorno a terra são vistos e julgados pela mídia de massa, que veicula à sociedade notícias distorcidas da realidade, gerando opiniões vagas e sem nenhum respeito à classe, causando a desunião entre elas, como apontamos no texto sobre a classe operária e camponesa.

Retomando sobre o motivo das vendas dos lotes, o A3 identifica que além da dificuldade inicial encontrada no assentamento, por conta inclusive da agricultura em si e das políticas públicas de implantação ser insuficientes, provocando naqueles que tem a visão do resultado imediato uma frustração que ocasiona a saída do lote, tem outro caso muito comum, que ele divide de suas formas: aquele que não trabalha, pois criou uma cultura de dependência, devido principalmente ter sempre trabalhado de funcionário ou empregado e, portanto não possui conhecimento e prática para administrar sozinho o lote; e, no outro extremo, aquela pessoa que trabalha demais, porém sem conhecimento da realidade do assentamento, “a pessoa chega não analisa as condições e produz uma coisa e outra e faz um monte de lavoura e acaba também levando alguns prejuízos e acaba desanimando e indo embora”.

Existe ainda outra situação que ocasiona a saída do lote, “é o caso daquelas pessoas muito idosas, às vezes tá sozinha no lote, muita gente vai embora por problema de saúde que a pessoa idosa não tem uma família, que às vezes a família mora tudo fora” dessa forma, a pessoa idosa, doente e sozinha acaba também indo embora, até pra ter um melhor acesso à saúde, constata o A3.

Infelizmente as áreas rurais não possuem infraestrutura de acesso à saúde muitas vezes compatível com a necessidade dos moradores mais idosos, e geralmente, ainda tem outro entrave, o deslocamento das vias internas de acesso não auxiliam no caso de uma emergência.

A preocupação com o futuro do assentamento em relação às políticas públicas concedidas pelo governo é nítida e fui, enquanto pesquisadora, desafiada a voltar no assentamento pelo entrevistado A4 e verificar a realidade local para observar as mudanças ocorridas: “daqui dez anos a senhora volta aqui e vai ter só os aposentados, se continuar nessa política agrícola desse governo”.

Na percepção do A8 da FETAGRI a comercialização não existe, o que existe é a transferência ou doação do lote, esclarecendo ainda que o abandono é muito pouco, mas a saída do lote na sua visão possui dois motivos, primeiro por questão de doença e,

segundo porque existem aquelas pessoas que não possuem o perfil, nas suas palavras “tem aquele que não é disso, se não é disso vai fazer o que”.

Na explicação do A9 da AMFFI quando as pessoas vão ao INCRA fazer a transferência de lote argumentam que não tem campo de emprego “mas se ele pegou a terra, pegou pra produzir, aí falta um pouco de ânimo”, acentua. Outro ponto levantado é em relação às famílias que precisam deixar o lote para oferecer estudo superior aos filhos, “O problema maior que a gente tá enfrentando aqui é com os filhos da gente, que precisam estudar”, comentou justificando o próprio caso de uma filha que nos próximos anos precisa estudar na universidade, e deixar o lote talvez seja uma das maneiras encontradas para permitir a continuação dos estudos da filha.

Se os desafios existem, os camponeses buscam superá-los da maneira que lhes cabe, seja arrendando a terra para outros produtores, assentados ou não assentados, seja reproduzindo o modelo de agricultura anteriormente existente na área – *commodities* –, ou buscando alternativas de produção que nem sempre correspondem às expectativas por diversos fatores. Analisar a realidade camponesa *in loco* não é tarefa fácil.

A seguir abordamos a reforma agrária e seus desdobramentos no assentamento, tendo como ponto de análise o discurso dos assentados, no sentido de interligar os elementos levantados até o momento com a proposta de reforma agrária concebida pelo Estado e pelos camponeses.

5.2. A Reforma agrária que (não) aconteceu no Assentamento Itamarati

Analizamos anteriormente o que se concebe como reforma agrária através dos conhecimentos científicos à respeito do tema e por meio de pesquisadores que por décadas se empenharam em conhecer, analisar e discutir a reforma agrária no Brasil e no mundo. Nesse contexto, utilizaremos aqui as entrevistas como precursoras do encaminhamento a seguir, ao passo que indagamos os assentados no trabalho de campo “o quê, em sua opinião, deu certo e o que deu errado no projeto de reforma agrária do assentamento Itamarati”. Alguns elencaram como um processo positivo em sua totalidade, todavia repensaram, lembraram e externaram elementos tidos como negativos para o desenvolvimento do que seria uma reforma agrária necessária.

Houve inicialmente de nossa parte uma preocupação em esclarecer que buscamos pesquisar as políticas públicas de incentivo à produção camponesa, pois se abrangermos a área de políticas públicas de reforma agrária esbarraríamos em questões

como as levantadas pelo A3: cultura, saúde, esporte, além de outras como educação, infraestrutura, lazer, etc. Nesse sentido, compreendemos que não basta distribuir a terra e meia dúzia de programas para incentivar a produção ao mercado de *commodities*, é preciso ir adiante, a reforma agrária não se reduz a isso.

A reforma agrária tem que ser pensada na lógica de melhorar a condição das famílias, então teria que ter todo um suporte de políticas públicas pra isso, não é simplesmente a terra e um crédito que atende parcialmente, precisa ter apoio a comercialização, assistência técnica, inclusive outras áreas, a questão da cultura, aqui nós somos muito carente, a juventude não tem espaço nem pra questão de trabalho de renda nem pra questão de cultura, de diversão, esporte, tem que pensar todas essas políticas de forma integrada (Entrevista A3).

Um aspecto positivo que o entrevistado salienta diz respeito à mudança da estrutura do território, que concentrado nas mãos de um ou uns poucos, passa, devido o processo de reforma agrária, às mãos de muitos:

Um ponto positivo é que com toda dificuldade houve um processo de distribuição de renda e até de poder político, porque antes nós tínhamos aqui uma fazenda, era um grupo ou um único dono, hoje uma pessoa consegue trabalhar em 100 hectares, essa é a média, até mais do que isso, nosso pivô são 120 hectares nós tocamos em duas pessoas, precisa em alguns momentos no plantio e na colheita de três a quatro pessoas, então o que mudou foi isso. Hoje nós temos uma comunidade de quase três mil famílias, que se não estivesse aqui de repente estaria na periferia, desempregado, sujeito a todo tipo de situação de violência, inclusive de droga, então essa parte, principalmente a social, foi um avanço muito grande (Entrevista A3).

Não podemos deixar de ressaltar a questão social da reforma agrária, como ele descreve. O papel social que ela desempenha é muito superior do que se imagina, mesmo diante do número de famílias que abandonam ou vendem seus lotes, a função social da terra resiste pela reforma agrária.

Além do papel social, a parte econômica também ocupa destaque em sua fala: “[...] se você for comparar a produção daqui, na época da fazenda, os nossos níveis ainda é de razoável pra bom, mesmo essa parte econômica com bastante dificuldade ainda teve um certo avanço” (A3). A dificuldade que ele relata diz respeito às políticas públicas para produção.

A dificuldade é essa questão da produção essas políticas públicas de apoio a produção poderia ser melhor, eu não considero assentamento nem modelo nem aquilo que o governo do PT tentou fazer na época, que isso aqui era uma maravilha o assentamento modelo, nunca foi isso, sempre teve muita dificuldade, mas também não é a favela rural que a direita na imprensa e os políticos da direita sempre tentou passar (Entrevista A3).

Quando descreve “favela rural²⁹” está se remetendo a forma como o assentamento Itamarati foi identificado por alguns após seu processo de implantação, inclusive por aqueles que pesquisam a temática, e lançaram publicações afirmando que a pobreza havia se deslocado para o campo.

Dando continuidade, o A2 respondeu que analisar o que deu certo e o que deu errado é relativo, concordamos no sentido de que existem inúmeros pontos de vista sobre o assentamento: os que estão lá dentro, os que saíram, os que idealizaram, os que foram contrários ao projeto, os que pesquisam – e depende da área e enfoque da pesquisa. Então vemos que sim, é muito relativa essa pergunta, mas mesmo assim, expôs sua opinião, destacando que um dos pontos positivos é a questão social, “é só você andar por aí que você vê que as pessoas, minimamente, têm condições de sobreviver da terra, do espaço ali” (A2). O retorno a terra representa ao camponês a possibilidade de reprodução social, que lhe foi expropriada na cidade. Os centros urbanos não oferecem condições para a reprodução da família camponesa devido as inúmeras dificuldades enfrentadas, no campo mesmo que passe por dificuldades, a terra é sua esperança.

Outro aspecto que vê como positivo é a expressividade que o assentamento possui pelo formato em que ocorreu a distribuição de terra, e mesmo contando com a prevalência da monocultura é possível ver uma grande diversidade de produção de alimento e de um espaço diferenciado: “eu gosto muito de falar de espaço de vida, porque a terra não é só a produção, mas é um espaço de relação, convívio comunitário, forma de educação diferenciada [...]” (A2). Como ponto negativo ressaltou que é preciso avançar na superação do sistema de produção imposto, além disso, enxerga que a estrutura de pivô no sistema semicoletivo não contribuiu com o processo:

Foi quase contrário do processo, assim de uma visão de campesinato, talvez seja mais propício ao agronegócio porque você deixa a família ali no espaço de vida dela, e aí você tem um outro espaço, que é dela também, ela que tem que dar conta, mas que fica lá isolado, longe da moradia dela, não tem condição de logística, você não tem condição de logística se você quiser ter um gado lá, se você quiser ter uma horta lá, entende... você tá incentivando monocultura (Entrevista A2).

O fato de contestar as áreas de pivô como um aliado do agronegócio é reflexo do destino dessas áreas no assentamento, como ele mesmo relatou. Os pivôs, herança da

²⁹ Artigo apresenta informações superficiais sobre o processo de favelização rural do assentamento, disponível no link <http://www.otempo.com.br/opini%C3%A3o/xico-graziano/xico-graziano-ilus%C3%A3o-productiva-1.201343> Acesso em 22/01/18.

fazenda, ficaram como grandes monumentos impondo que o modelo de produção que deu certo no período anterior deveria ter continuidade. Reforça ainda a importância do assentamento como uma expressão da luta de classes e direitos, uma conquista que não cessa pelo acesso a terra, é contínua.

E essa continuidade do assentamento como espaço de vida e existência do camponês leva o entrevistado a apontar o impacto que é ter de deixar o campo, fazendo alusão à expropriação de terras e expulsão dos camponeses:

[...] olhando pro camponês, é um crime, um crime em todos os sentidos um camponês ter que sair do campo e ir pra cidade. Você vê na expressão das pessoas quando elas imaginam isso, ou fazem alusão a isso, parece que você tá tirando dela a condição de vida, de sobreviver, não é só a condição de ter renda, ter retorno material, é uma cultura muito forte (Entrevista A3).

Nesse sentido, a colaboração de Ramos Filho (2015) é pertinente, quando destaca que o campesinato é o modo de vida mais antigo da história da humanidade, e tem resistido e sobrevivido às diferentes crises econômicas, bélicas, ambientais etc., mediante as dificuldades os camponeses criam suas próprias saídas, tendo muito a nos ensinar.

Tirar um camponês da terra é desmembrar uma pessoa, pois é um vínculo muito forte, por isso que “definir camponês é difícil de dizer, camponês é quem tá trabalhando na terra, quem vive no campo. Não, é mais forte do que isso” reafirma o A2. Por reforma agrária compreende ser um fator de luta, mas que em sua opinião não acontece, analisando o processo como distribuição localizada de terras.

No que se refere ao que deu certo e errado no projeto de reforma agrária do assentamento Itamarati, a A5 emite sua opinião afirmando que “eu não acho que deu muita coisa errada no assentamento não, eu acredito que deu muita coisa certa”.

Porque o assentamento é muito diferente dos outros, no sentido da vivência, ele é um assentamento vivo, a movimentação sabe, tem o caminhão de soja saindo, mas também tem o caminhão de verdura indo pra feira, tem o caminhão do leite lá atolado na lama, também tem o povo do queijo, é um assentamento que tem vida (Entrevista A5).

A reprodução social do camponês não se dá apenas no seu cantinho, plantando e colhendo, é possível verificar a importância desse processo no cotidiano do assentamento, como expõe a A5, a movimentação que dá vida ao local, a dinâmica existente por si demonstra a necessidade de realizar a reforma agrária. Onde antes era só

plantação de soja, hoje é um emaranhado de relações. Entretanto, ressalta que é preciso que as pessoas desenvolvam outras maneiras de produzir e viver.

A gente queria mais, [...] a gente tinha que tocar no coração do povo que a produção diversificada é muito melhor, porque as pessoas vivem ali de renda, vive disso, vive daquilo, produz pra comer, mas pra mim que não pensa na população, no outro. Não pensa no outro, se você produz quiabo numa forma agroecológica e vai vender esse quiabo, deixa a soja, vai vender quiabo, também vai ganhar dinheiro com ele e vai trazer saúde para as pessoas que tá consumindo aquilo (Entrevista A5).

Seguindo seu raciocínio, essa transformação não ocorre porque o pensamento no consumo é a determinante para que as pessoas desejem mais acumular do que viver bem e se relacionar enquanto comunidade.

[...] é muito consumo, muito querer ter as coisas e a gente não precisa de tanto pra viver, a gente precisa de uma comida de qualidade, a gente precisa de bem estar, precisa viver bem, ter a relação com amigos, não acumular, mas a pessoa precisa aprender que isso é um modo de vida, você viver bem, ir num campo no domingo a tarde, ir na reza, ir sentar com as amigas e jogar conversa fora, os homens sentar e jogar conversa fora, não precisa ficar só trabalhando, trabalhando pra ter dinheiro e não viver e não ter isso, e não pensar na saúde, no meio ambiente (Entrevista A5).

Ser camponês é além de tudo, um modo de vida extremamente completo e complexo contribui Shanin (2008), são tantas relações envolvidas no ser camponês que até ainda nos debruçamos a compreender suas realidades e aspirações.

Para compreender como se estabelece a reprodução do modelo de produção (monocultura) da antiga fazenda e a contradição entre esse modelo e a proposta da reforma agrária, perguntamos a A5 se a produção de grãos no assentamento é contrária à proposta de reforma agrária e, imediatamente sinalizou que sim, porque a proposta de reforma agrária não é nesse sentido da produção de escala voltada para o mercado. Quando questionada sobre o que entende pelo processo de reforma agrária a entrevistada identifica o projeto como uma válvula de escape, mesmo diante de toda a problemática que pode ser visualizada nos dias atuais, ressaltando os seguintes aspectos:

[...] porque reforma agrária é mais do que você ter o pedaço de chão, é você ter autoestima, empoderar desde o tempo que ela entra no acampamento que ela começa a lutar, que começa abrir a mente, começa ter uma vida social participativa, começa se preocupar com um com o outro, começa a ir trancar rua no sentido de requerer seus direitos, então eu vejo que a reforma agrária tem um peso muito forte em cima da pessoa, ela cresce enquanto ser humano [...] por mais que a gente sabe que tem que ter luta, que tem que ter briga como tudo pra a classe trabalhadora tem que ter (Entrevista A5).

A luta das classes trabalhadoras é contínua, quando se dá um passo é necessário dar outros tantos para se manter em pé. A conquista da terra é só uma dessas etapas. Na sequência, a entrevistada aponta elementos necessários para minimamente consolidar a autonomia camponesa, destacando-a no cotidiano do assentado dentro do lote:

[...] quando você tem o seu pedaço de chão, é seu, é uma coisa sua, você tá no que é seu, você pode plantar ali se você quiser, se você não quiser deixa virar quiçaça, planta a hora que você quer, cria os bichos que você quer, quer comer uma mandioca planta, quer comer um porquinho assado, cuida o bicho...ainda é, por mais dificuldade que seja. Porque hoje se você olhar pras cidades, olhar pros desempregos, as cidades é muito inchada de gente comendo frango de granja (Entrevista A5).

Complementando a resposta anterior, a A6 relatou sobre a diferença entre ser considerado pobre no campo e pobre na cidade, pois o campo oferece outras formas de sobrevivência que a cidade não proporciona.

Eu busquei outro dia na horta uma baciada de tomate cereja, aí cheguei em casa e falei pras meninas, 'olha, estamos ostentado'. Porque na cidade uma bandejinha de tomate cereja com 100 gramas deve custar uns seis ou sete reais, e olha a baciada, assim, o tanto que eu deixei, peguei um pouco pra gente comer, falei pra elas pobre do sítio é bem mais feliz do que o pobre da cidade. E ainda que a gente tá muito longe da reforma agrária que a gente espera (Entrevista A6).

A reforma agrária dos sonhos está muito além da doação de um pedaço de terra, como cita a A6, “Essa política de divulgar, principalmente, porque não adianta a gente produzir se a população não tiver a consciência de comprar, então eu acho que é um conjunto a reforma agrária, é dar a terra, criar condição e ajudar na divulgação do produto”. A reforma agrária não é aquela que a gente sonha, é a que a gente merece, ressalta.

Citando como exemplo o caso das agroindústrias, a assentada exemplifica a ausência de interesse por parte do governo do estado no incentivo à produção de suco, relatando o caso da realidade de outros assentamentos: “a gente produz muita fruta, come o que consegue comer e o restante sobra”, demonstrando que o desperdício de alimentos reforçam a ausência de políticas públicas e linhas de crédito direcionadas a agroindustrialização de frutas, por exemplo. A burocracia é um fator limitante, muitos camponeses deixam de lado a busca por alternativas de produção devido às exigências do Estado, do governo, do mercado e das agências financiadoras. Complementa dizendo que “Em todo lugar que você vai tomar suco você tem polpa misturado com um monte de coisa que vem de São Paulo e aqui a gente perde”.

Na sua visão, o próprio estado não consegue ver que é um jeito de arrecadar, pois “o que a gente vender o estado arrecada, não consegue ver que se der esse incentivo melhora pra todo mundo”. E assim, conclui expondo que é de conhecimento de todos que a reforma agrária não é realizada efetivamente por questões políticas e não somente por ausência de recurso, mas principalmente porque “não é importante pra esse modelo de Estado, e Estado no sentido Brasil” (Entrevista A6).

Diante do que foi demonstrado sobre a reforma agrária e buscando associar esse processo de constituição de territórios alternativos ao agronegócio no campo a partir do campesinato, solicitamos aos entrevistados que definissem como se consideram dentro dessa lógica de relações que o território do assentamento promove.

Na sequência a A6 que o camponês necessita ser muito criativo, “a gente não tem mais aquele camponês matuto, [...] antes a gente diferenciava o camponês do agricultor com essa questão das tecnologias”. A entrevistada relata a questão cultural como essencial da figura camponesa e se observa como camponesa na perspectiva da diversidade, do amor a terra, de produzir o máximo possível, “eu me identifico camponesa nesse sentido, mas com abertura muito grande para as tecnologias”. A identificação como camponês vem composta por diferentes aspectos que podem ser analisados a seguir, pela entrevistada A5.

Hoje identificar como camponês não é como se identificar como o camponês de antigamente. No meu ver hoje o camponês é uma pessoa que tá voltado a viver no sítio, produzir no sítio, mas com novas tecnologias, procurando buscar lá atrás algumas práticas agroecológicas e associar as novas tecnologias pra que ele tenha uma renda melhor. Eu não sei o que seria camponês hoje, porque hoje, mesmo a pessoa sendo assentada, mesmo ela produzindo, ela visa muito o lucro, que é isso que o sistema tá muito dominante hoje. Então ele seria, sei lá, um camponês mais transformado (Entrevista A5).

O aspecto da tecnologia aparece em outro relato, confirmando-o como positivo, porém, embutido de preocupação sobre a interferência e o acesso que esta pode ocasionar na autonomia camponesa.

Ter acesso a tecnologia também – não é que necessariamente a pessoa tem que ser atrasada, claro que a tecnologia, o conceito que eu tenho de tecnologia é que ela tem que ser aquilo que atenda a nossa necessidade, de agricultor. Então, em algumas situações não é questão de, por exemplo, você usar o trator, nós temos trator, ordenhadeira mecânica, essa questão da mecanização veio e veio pra ficar e ela tem que ser utilizada pra desenvolver o assentamento. Agora a questão é que isso não pode deixar a gente dependente disso que é o caso, principalmente, das sementes hoje (Entrevista A3).

Cabe-se ressaltar a complexidade presente na essência camponesa através de elementos que perfazem essa condição, esse *ethos*, o modo de ser. O camponês pode ser o sujeito atrasado ou atualizado nas inovações produtivas, pode ser aquele que carpi de enxada tanto quanto o que sobe em trator e colheitadeira, o que ordenha vaca no mangueiro e o que possui a estrutura mecanizada, enfim, pode ser... Essa condição de existência é a que prevalece. O ser camponês é aquele que tem na terra a constituição da sua essência. O A2 afirma que “ser camponês está muito além de um estilo de vida, é uma identidade intrínseca”,

Eu converso com meu pai e ele já teve que trabalhar na cidade, inclusive num período que a gente tava no acampamento, a gente tinha que sair pra fora pra trabalhar, mas ele fazia aquilo sem estímulo nenhum, pra ele aquilo era a escravidão, não interessava se ele estivesse ganhando bem e tal, mas era pra ele um sacrifício que ele tava fazendo, até ele ter acesso a terra dele e trabalhar, não era porque o serviço era pesado, não, era porque ele não tava dentro da cultura dele, dentro do que ele aprendeu.

Essa condição nos leva a analisar e compreender com mais profundidade os motivos que levam as pessoas a abandonar o lote, a existência da essência camponesa precisa existir ou se aprimorar para que o sujeito permaneça se reproduzindo socialmente e tendo autonomia, não que isso seja determinante nesse processo, mas é um fator influenciador. Os obstáculos no percurso serão os direcionadores para a desistência da luta, reproduzindo a fala do entrevistado A4 “é preciso ser guerreiro demais para continuar trabalhando aqui”.

A contribuição do A7 sobre reforma agrária é percebida através do processo de desenvolvimento do camponês, da busca por melhorias nas condições de vida, pois segundo ele, o camponês precisa evoluir, crescer.

Reforma agrária pra mim, é você tem que vim pra cá e você tem que crescer, [...] tem que entrar pobre e sair remediado, se você saiu da cidade porque lá não tem condições, aluguel, tudo. Pra você tomar café cedo se você não tiver dez reais no bolso, você não toma café. Aqui, no sítio não, você tem ovo, tem uma mandioca nem que seja frita na banha de porco você faz e lá, você pode criar? (Entrevista A7).

Sua perspectiva sobre o que deu certo ou errado no projeto de reforma agrária se concentra na evolução ocorrida na estrutura familiar em 16 anos de Itamarati.

Passa aquele filminho assim, pra nós deu certo. Nós não éramos jogados pras cobras, você tinha sonho, hoje você tem casa, você tem um carro pra hora que você quiser sair e voltar tem emprego, nos estamos se virando. Chegamos aqui com três filhos pequenos, num barraquinho de lona, então, eu acho que deu certo, pra nós deu certo (Entrevista A7).

Porém, analisa que um fator que deu errado diz respeito à assistência técnica, prometida, mas que não ocorreu. Assim como relatado por outros entrevistados, a assistência técnica foi e é ineficiente tanto pela quantidade de funcionários técnicos para a dimensão do assentamento, quando pelos incentivos do governo à assistência, como recursos (combustível) para o deslocamento interno dos técnicos.

No que tange ao camponês, acentua que o próprio nome já diz, campo, está ligada a permanência, “porque você está aqui, se fosse diferente de vir aqui só pegar o recurso e depois ir embora, não, nós estamos aqui, nós geramos renda aqui e por aqui fica”. Ressalta que a identificação enquanto camponês ou assentado diz respeito aquele “que permanece no campo, diferente de outras que não deu certo e que teve que ir embora, nós ainda estamos resistindo” (A7).

Para o entrevistado A9, a reforma agrária no assentamento deu certo afirmando “o que eu tenho hoje é por causa da reforma agrária, trabalhei 19 anos na Itamarati eu sai de lá não tinha uma bicicleta”. Contudo, há também condições negativas, como a estrutura viária do assentamento, explicando que essa parte não obteve a atenção necessária, sendo apontada no discurso dos outros entrevistados e podendo ser notada nas atividades de pesquisa a campo.

Quando inundou tudo o assentamento eu fui lá em Campo Grande, o governador falou ‘senhor eu estou na mesma situação que o senhor’, eu falei ‘tá nada governador, de jeito nenhum. Eu colhi seis mil sacos de soja lá, mas é de doze famílias, e eu tenho que pagar renda ainda, se eu não tirar lá, e ela apodrecer lá, nunca mais eu planto lavoura. Eu devo 180 mil lá na Ciarama³⁰, se eu não pagar eles não vai vender de novo. E as fazendas do senhor tudo na berada de Maracaju, é tudo asfalto, como que o senhor tá na mesma, o senhor tem muita bala pra atirar e eu não tenho’ (Entrevista A9).

A tentativa de equipar sua situação com a dos assentados da Itamarati provoca até risos, de que forma comparar um empresário rural, governador do estado que possui todos os aparatos necessários para produzir, colher, escoar, estocar e comercializar com assentados distantes dos recursos necessários a essas condições.

Como demonstrado, a reforma agrária tem sido pauta de lutas e resistências dentro e fora do assentamento. Internamente à sujeição da renda da terra ao mercado capitalista e os empecilhos gerados pela ausência de assistência técnica deixam uma grande lacuna na reprodução camponesa. Externamente, impõe-se aos camponeses as

³⁰ Quando cita Ciarama Máquinas Ltda., é uma empresa que desde maio de 2001 foi instalada em Ponta Porã/MS, voltada ao segmento de máquinas agrícolas, Concessionária da transnacional John Deere.

políticas públicas com orientações definidas ao mercado de *commodities*, mesmo em face da existência de linhas de crédito para produção de subsistência e comercialização de excedentes, elas não correspondem ao que é necessário para a reprodução camponesa, nem no quesito financeiro nem burocrático.

Os desafios aparecem também em outras escalas como comercialização de produtos agrícolas, entre eles os pacotes de produção; juros e impostos que inviabilizam determinadas lavouras ou prejudicam pelo alto custo de produção; a atuação das agências de financiamentos não coaduna com os interesses camponeses, dessa forma, mais prejudicam do que auxiliam.

Os resultados até aqui sugerem que a reforma agrária camponesa não aconteceu no assentamento Itamarati e, ousamos acusar que nem mesmo no país. Os acontecimentos analisados nessa pesquisa nos apontam para a execução de uma reforma agrária de mercado – seja aquela promovida através da compra da terra, onde a terra vira negócio e os sem-terra compradores, seja aquela promovida pelas políticas públicas, que direcionam os assentados a agricultura capitalista sem preocupação com a reprodução social camponesa e a soberania alimentar. O apoio das instituições governamentais como Banco Mundial interfere diretamente nesses direcionamentos, ao propor as lideranças nacionais que o Banco da Terra seja viabilizado e promova o “acesso” a terra, tão almejado pelos movimentos sociais.

A partir disso, é possível discutir as perspectivas vislumbradas sobre a reforma agrária no país a partir da atual conjuntura, tanto político-ideológica quanto econômica. Os recentes acontecimentos no país ocasionaram na sociedade um misto de “ame-o ou deixe-o”, fazendo alusão a um triste episódio da nossa história, mas coerente com o que temos assistido. Em face disso, temos um distanciamento provocando quase uma “cultura do ódio”, se assim podemos chamar, onde quem defende uma causa não pode ser simpatizante de outra, e vice-versa. Ou você é A ou B.

Dentro desse contexto acompanhamos na pesquisa uma acirrada disputa de interesses presentes no interior da instituição estatal, através dos Ministérios MAPA e MDA. A destinação de recursos esparsos e irrisórios – levando em consideração a necessidade da classe – tem sido disponibilizada aos camponeses que, por meio de muita burocracia, buscam acessá-las. Do outro lado, temos a distribuição de recursos voltados para a promoção e manutenção da agricultura capitalista através do agronegócio.

A autora Mafort (2015) analisa que o complexo agrário brasileiro impõe-se na atualidade como uma questão prioritária para o curso histórico da humanidade onde a própria reforma agrária somente voltará a ter relevância “caso consiga ser portadora de um projeto que não apresente somente soluções conjunturais, mas que altere efetivamente o curso desse modelo nefasto de desenvolvimento” (p.87).

Referente a imposição de tal modelo contrário aos interesses camponeses, Ramos Filho explica pontualmente a diferença existente entre o modo de produção empresarial do agronegócio e a produção familiar camponesa:

Os modos de produção empresarial do agronegócio e o de produção familiar do campesinato possuem formas de realização e objetivos antagônicos, resultados e influências desiguais junto aos governos. O campo do agronegócio, objetivado pela lucratividade, produz pobreza, destruição da natureza, concentração do território (poder, terra, água, biodiversidade, tecnologia, recursos, ideologia e política). O campo do campesinato objetiva a dignidade da família, o abastecimento dos mercados, a proteção da natureza (natural e humana) e a desconcentração do território (partilhando seu conteúdo e contingente), logo, produz riqueza (2015, p.52).

Diante disso, reforçamos a diferença existente entre o modo de produção pautado no agronegócio e o da produção camponesa e/ou familiar. Ainda que as contradições internas da estrutura do Estado sejam favoráveis ao modelo que não respeita os recursos naturais, a população e promove a concentração de renda, os camponeses permanecem firmes na luta diária nos assentamentos do país.

Tendo em vista a análise que realizamos sobre reforma agrária até este momento, observamos que tem sido utilizada como uma alternativa para apaziguar os conflitos sociais e pontuais, não oferecendo um projeto com orientações mais amplas que possibilitem uma reestruturação do modelo atual onde os camponeses possam se reproduzir. Nesse sentido, Stédile analisa que a política promovida pelo governo brasileiro pauta-se apenas em atenuar os conflitos através da distribuição de terras.

Se trabalharmos na expectativa de que o governo está fazendo apenas uma política de assentamento, mesmo assim essa política é reduzida aos casos de conflitos. Portanto, se não houver conflito, não há assentamento. Não é nem mesmo uma política de assentamento do tipo clássico, em que são ocupados espaços vazios, como foi a política de colonização do regime militar. Não é também uma política de fomento agrícola em novas regiões nem uma política social (2005, p.140).

Enquanto finalizamos essa pesquisa não identificamos que houve reforma agrária no país, houve sim, a distribuição de terra de maneira pontual e atendendo recomendações, muitas delas externas à própria conjuntura nacional, para acalmar os

ânimos dos movimentos sociais de luta pela terra, assim como dissolver os ideários camponeses. A externalidade das recomendações relaciona-se diretamente as exigências do Banco Mundial como “promotor” de determinadas “orientações” a diversos setores sociais, como reforma agrária, educação, saúde, política pública, etc.

A contrarreforma agrária promovida pelo Estado com apoio e orientação das instituições financeiras governamentais não é um projeto de reforma agrária, pois tem como princípio fundante a compra e venda de terra entre os agentes privados, sem que isso altere a estrutura fundiária existente, pelo contrário, contribui para a especulação de imóveis rurais.

A reforma agrária que deveria ocorrer consiste numa política do Estado com objetivo de democratizar a estrutura agrária no país e promover o desenvolvimento não só econômico, mas social, ambiental e humano. E para que isso fosse possível, deveria ocorrer transformações nas relações de poder presentes na estrutura do Estado, pois é no jogo de interesses que o poder econômico e político pressiona o Estado para atendimento das suas necessidades, em detrimento da reforma agrária camponesa.

O enfrentamento ao capital se dá através da resistência camponesa em permanecer no lote, mesmo diante de todos os empecilhos postos interna e externamente. Conforme citado em Mafort (2015), Pinassi (2009, p.63) compreende que a questão agrária brasileira não está resolvida e a reivindicação por reforma agrária na atualidade pode conter um potencial de ruptura, pelos limites de sua realização nos marcos do capital, pois “a luta pela terra não pode mais se dar no velho sentido da reforma agrária como política pública capaz de contribuir para o desenvolvimento do capitalismo no campo”, sendo assim, não se pode mais lutar por terra para simplesmente incluir-se no mundo do capital, é preciso que a luta se estenda por outros elementos, e para isso, a ruptura é essencial. Dessa forma, podemos então afirmar que não haverá reforma agrária camponesa dentro do Estado capitalista.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chegamos até aqui buscando compreender como se dá a atuação do Estado brasileiro frente aos camponeses e a disponibilização de políticas públicas que incentivem a produção e permitam sua inserção no mercado produtivo de maneira justa. Porém, com a jornada percebemos não ser esse o caminho de análise, onde a busca por outros elementos se fazem necessários, as políticas precisam ser direcionadas ao atendimento das necessidades camponesas, não importando se promoverão sua inserção no mercado, até porque, se o camponês tiver autonomia, ele mesmo poderá escolher se deseja se relacionar com o mercado e qual mercado, designando suas próprias relações e escolhas, pois até a opção de escolher lhes foi retirada.

Asseguramos isso com base nos levantamentos realizados durante a pesquisa, quando deparamos com a realidade imposta aos assentados. A produção é norteadada por agentes externos, primeiro pelos idealizadores do projeto de reforma agrária do assentamento, quando da própria constituição percebemos o direcionamento da distribuição dos lotes e das áreas de pivôs que incentivam a monocultura, reproduzindo o sistema antigo da Fazenda Itamarati. Em segundo, porque esse modelo de distribuição de lotes que previa a coletividade não foi eficiente. A coletividade de fato não ocorreu salvo o exemplo que trouxemos do Grupo coletivo 17, identificado como Núcleo de Resistência Eldorado dos Carajás – MST. Notamos que diversos fatores permitiram ao grupo manter-se resistente nos moldes coletivos até os dias atuais. Mas tendo em vista que a proposta da coletividade seria estendida a todo o assentamento, foi um fracasso.

Tamanho o estrago dessa imposição pode ser visualizado nos arrendamentos e vendas dos lotes. Ainda que sejam práticas ilegais para projetos de reforma agrária, eles ocorrem com frequência. Não cabe a nós julgar essa prática, mas analisar os fatores que levam os assentados a arrendarem seus lotes e, em casos extremos, até vendê-los, como apontamos nos capítulos. Cada qual possui sua própria visão e justificativa e dessa maneira acrescentamos que tais fatores são diversos e alguns extremamente compreensíveis, como casos de doenças, pessoas idosas, perdas constantes nas lavouras e contração de dívidas. A adaptabilidade do assentado no lote é um fator que merece destaque, entretanto teríamos que analisar o histórico de vida do sujeito e mesmo assim, provavelmente seria insuficiente para emitir um parecer decisivo, pautado na existência ou não do saber fazer camponês.

O papel que os movimentos sociais desempenham, pressionando o Estado capitalista para realizar a reforma agrária é válido, mesmo que a decisão por parte deste seja apenas distribuir terras pontualmente como estratégia de acalmar a situação e não deixa-la fugir do controle. No entanto, mediante o que concebemos aqui como reforma agrária mesmo sendo pressionado, o Estado capitalista não a realizará, nos moldes necessários aos camponeses. Não há interesse em promover um processo que não possui bases dentro da estrutura institucional do Estado, a contradição interna é visível a partir dos próprios ministérios existentes e da relação de forças.

Assim, efetivamente ocorrerá alguma transformação se os camponeses organizados em movimentos sociais ou em partidos políticos levarem adiante a ruptura com o Estado, possibilitando com isso fazer uma reforma agrária camponesa. Enquanto isso não acontece, assistimos a propagação da reforma agrária assistida pelo mercado, direcionada pelos interesses capitalistas de um Estado neoliberal que acata decisões da classe dominante e das próprias instituições governamentais, como o Banco Mundial, por exemplo.

Percebemos que a reforma agrária camponesa ficou distante do governo Lula, um representante esperado pelos movimentos sociais que aguardavam ansiosos as mudanças previstas, pautados no histórico de luta pela classe trabalhadora, a qual pertencia. Mas como afirmam muitos pesquisadores, inclusive essa pesquisa, o governo Lula foi um governo de coalizão, onde líderes dos movimentos sociais ocuparam cargos no governo, enfraquecendo, de maneira parcial, a força popular e, de outro lado, articulava com a bancada ruralista, garantindo os interesses dessa classe. Notoriamente quem saiu perdendo dessa jogada foram os camponeses, que mesmo tendo seus representantes inseridos em alguns cargos não obtiveram melhorias justamente pela relação de forças internas do Estado caracterizadas pela pressão exercida por meio da bancada ruralista.

Promover à esperada reforma agrária não foi a pretensão do governo Lula, atualmente podemos analisar essa situação com mais propriedade. Apropriamo-nos da concepção de alguns autores ao identificarem que o governo pressionado pelos movimentos sociais elaborou no primeiro mandato o II Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), assegurando assentar as famílias camponesas, mas como evidenciamos no texto, nem de longe aconteceu o previsto. No segundo mandato, além de não elaborar o III Plano Nacional de Reforma Agrária, o governo se descompromissou em fazer a reforma agrária, adotando uma política de contrarreforma

agrária, que também descrevemos nos capítulos anteriores. Essa contrarreforma agrária se deu através de dois caminhos: a medida provisória 422 de 2008 que aumenta para até 15 módulos fiscais a área rural da União, localizada na Amazônia Legal ficando passível de regularização³¹. E a medida provisória 458 de 2009³² que eleva a área passível de regularização na Amazônia Legal de 100 mil hectares para 2.500 hectares, mas só passou no Congresso até 1.500 hectares. Isso demonstra que no segundo mandato o governo Lula desconsiderou a meta da reforma agrária e ainda promoveu a legalização da grilagem, juntamente com o INCRA. Dessa maneira, as esparsas distribuições de terra para reforma agrária só foi realizada onde houve pressão e conflito dos movimentos sociais.

Concebemos então, que o processo de reforma agrária só será possível se houver a ruptura com o Estado capitalista através dos camponeses e seus movimentos sociais, quando as bases das decisões políticas tiverem também a participação dos representantes camponeses, e quando estes puderem participar do processo de elaboração das políticas, só então, se formularão políticas públicas emancipatórias. Enquanto isso, acompanhamos o distanciamento entre Estado e camponeses, deixando a reforma agrária a mercê do mercado e das políticas neoliberais.

O distanciamento do Estado é perceptível quando descrevemos os empecilhos à resistência e reprodução do campesinato, todos vinculados diretamente a participação do Estado, que fragiliza a luta camponesa ao impor políticas públicas de subalternidade e condiciona-los ao capital industrial. A produção e comercialização dos produtos da agricultura camponesa são orientadas pelo mercado de *commodities* com suporte das linhas de crédito destinadas a esse fim. Por não haver domínio na manipulação dos meios de produção, como sementes, insumos e maquinários, os assentados ficam dependentes de fatores externos, inclusive da liberação das linhas de crédito pelas agências financiadoras, como Banco do Brasil, que levam meses para disponibilizar o crédito. Quando isso ocorre, os camponeses já compraram, já efetuaram o plantio e estão quase colhendo a lavoura. Consequentemente essa situação os coloca numa condição de devedor antes mesmo do plantio.

Além disso, condições climáticas, preço no mercado, taxas de juros e até mesmo golpes financeiros influenciam a inadimplência dos assentados, levando-os, em alguns

³¹ Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/Lei/L11763.htm Acesso em 05 de maio de 2018.

³² Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/Decreto/D6830.htm Acesso em 05 de maio de 2018.

casos não raros, ao arrendamento dos lotes. O arrendamento é uma prática ilegal perante o INCRA, órgão que deveria fiscalizar a situação, porém, também vimos que a instituição não promove a reforma agrária, ao passo que muitas das vezes atua contra o processo, através das decisões políticas que são tomadas internamente, com o consentimento do Estado. Daqui tiramos uma questão, pertinente e complexa, pois como o INCRA, enquanto instituição interna do Estado poderá fiscalizar o arrendamento dos lotes se essa condição foi ocasionada, em sua maioria, diretamente pela ação ineficiente do Estado no incentivo à produção camponesa?

Acentuamos que o Estado deixou evidente o seu direcionamento em relação ao campesinato, pois todos os empecilhos citados anteriormente, pelos próprios camponeses, poderiam ser sanados pela atuação e participação efetiva do Estado, se lhes fosse de interesse. Ressaltamos então, que mediante a atual conjuntura muito pouco será alcançado se não acontecer a ruptura da estrutura construída pelo Estado capitalista e de suas políticas de subordinação. A política do agronegócio posta como necessidade pelo mercado e promovida pelo Estado se manterá intocada enquanto destrói as bases da luta camponesa tornando-as invisível para a sociedade.

O Estado capitalista se apresenta na atualidade como um provedor do agronegócio, uma vez que as políticas públicas destinadas aos empresários rurais são favoráveis à perpetuação desse modelo produtivo. Em contradição, as políticas públicas designadas aos camponeses são forjadas para condicioná-los à subalternidade e a transformá-los em “agronegocinho”. O discurso de que inseri-los é a melhor alternativa, pois não há espaço no desenvolvimento rural do país para camponeses atrasados e aquém das inovações tecnológicas e produtivas, não passa de uma falácia. Até mesmo porque consideramos que o camponês não representa o sujeito atrasado, sem conhecimento sobre as tecnologias de produção. Ser camponês é um modo de vida. O campesinato é a constituição de uma classe social e enquanto tal deve lutar pela sua existência e reprodução.

Em nossa concepção é preciso superar a condição de que os camponeses e agricultores familiares precisam se inserir no modelo capitalista para se reproduzirem socialmente. Somente com o rompimento dessa estrutura poderemos afirmar sem receios que a autonomia camponesa é uma realidade. Por hora, acompanhamos as lutas diárias pela permanência enquanto camponês e assentado subalternos aos mandos e desmandos do Estado capitalista.

A racionalidade camponesa é podada pela ausência de políticas públicas que atendam suas necessidades. Ora, vimos a importância de refletir e analisar as políticas propostas pelo Estado, que deveriam ser voltadas a racionalidade camponesa, mas que são voltadas para o atendimento da racionalidade capitalista, dentro dos parâmetros da conjuntura neoliberal, onde o papel do Estado tem sido reduzido para ampliação máxima do capital, nessa situação, a reforma agrária de mercado é a única proposta condizente com o modelo atual de Estado.

Considerando as contribuições dos teóricos, complementamos que a necessidade de viabilizar a reforma agrária camponesa perpassa a questão de rever a estrutura fundiária do país, vai além da ideia de promover o acesso a terra ou aos mercados produtivos, o que necessitamos urgente no país é promover a dignidade da família camponesa, permitindo que a sociedade acesse alimentos saudáveis produzidos pelos camponeses de maneira sustentável, contribuindo para a conservação dos recursos naturais. Isso não tem nada de utópico, se é que soa nesse sentido, essa é condição essencial para sobrevivência humana. O agronegócio não alimenta o mundo. Não há nada de “*Pop*” em destruir os recursos naturais essenciais à vida humana e animal tendo como parâmetro a “necessidade de alimentar o mundo”. Até que ponto o Estado e os empresários rurais conseguirão manter essa postura?

Diante disso, do início da pesquisa até essas linhas, nossa perspectiva em relação a reforma agrária no país foram sendo alteradas devido as mudanças nos rumos das políticas públicas de incentivo a produção camponesa, reforçando que reforma agrária não significa apenas distribuir terra aos que não tem, isso é política de assentamento rural. Para que se consolide no país uma reforma agrária que atenda os interesses da classe camponesa será necessário que a organização dos camponeses através dos movimentos rompa com a estrutura imposta pelo Estado capitalista de que o agronegócio é a única alternativa possível para produção. Quando o Estado coloca tal modelo como o que é “possível” de se fazer, designando que não há outros meios de produção que atendam as necessidades da população já está direcionando o que e como deve ser feito. Não há nessa estrutura uma alternativa, por isso o rompimento se faz necessário.

O Estado se distanciou dos camponeses pelas políticas públicas, não que ele desconhecesse que isso aconteceria, inclusive, propositalmente racionalizada para tal fim. Ao distanciar-se dos camponeses, deixa a reforma agrária a mercê do mercado, que mediante seus direcionamentos a realização da melhor maneira possível. Nesse sentido,

torna-se crucial a ruptura com o Estado capitalista, sem que isso ocorra dificilmente conseguiremos alcançar uma reforma agrária camponesa.

A reforma agrária de mercado tem sido direcionada pelo Estado através das políticas públicas de incentivo a produção, basta analisar a linha de crédito do Pronaf que, de maneira indireta pela ação do Estado, incentiva os camponeses a produzirem soja para atender o mercado externo em detrimento de tantas possibilidades de cultivos em áreas de assentamento. E não somente o custeio a essa produção, observamos o aparato disponibilizado pelo Estado para promover e facilitar a comercialização dos grãos, como por exemplo, taxa de juros. Com base nisso evidenciamos que a reforma agrária se concretiza não com a distribuição de terras e uma esparsa e ineficiente assistência técnica rural, mas sim, fortalece e posiciona-se através da resistência camponesa em permanecer na terra, mesmo diante de tudo que fora apresentado até aqui.

Demonstramos que a reforma agrária possui interpretações variadas, que são oriundas de diferentes atuações, seja: pelos políticos que atuam nas esferas de poder e decisão sobre os rumos do processo; pelos pesquisadores que também possuem através de suas pesquisas, poder relativo de intervenção em determinadas políticas e programas de governo; pelos movimentos que buscam a concretização da reforma agrária nos moldes em que acreditam e, os camponeses, que aguardam nos barracos de lona nos acampamentos ou nos assentamentos rurais decisões que possam favorecer sua reprodução social e autonomia camponesa. Os camponeses assentados têm noção e conhecimento do que necessitam para sua autonomia, vimos isso nos trechos das entrevistas, porém suas necessidades não são ouvidas pelo Estado, que promove o que é “possível”, como sendo a única alternativa.

Mediante o que expomos, concluímos que a esperança permanece nos olhos daqueles que plantam e colhem nosso alimento, e sobrevive a cada mudança na conjuntura política do país. Ainda podemos esperar pelas transformações, mesmo que sejam lentas. Se não houver esperança, não há vida. Aguardamos ansiosos pelas mudanças estruturais nas políticas públicas voltadas aos camponeses, e quiçá, um dia possamos estar diante de um novo cenário de autonomia camponesa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMOWAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. Campinas/SP: Ed. Hucitec, 1992.
- ALMEIDA, R. A. Função social da propriedade e desenvolvimento sustentável: camponeses versus agronegócio. *In*: PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. (Org.). **Campesinato e territórios em disputa**. 1º ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- ARRUDA, G. **Frutos da terra: os trabalhadores da Mate Larangeira**. Departamento de História do Instituto de Letras, História e Psicologia de Assis. UNESP/ Assis, 1989.
- BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (BNDES). **Pronaf Agroindústria**. Disponível em: http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Apoio_Financeiro/Programas_e_Fundos/pronaf_agroindustria.html. Acesso em 29/07/2015.
- BARREIRA, M. **Movimentos Sociais e reforma agrária: um balanço crítico**. Revista Outubro, n. 22, 2º semestre de 2014, p.63-78. Disponível em: http://www.revistaoutubro.com.br/edicoes/22/out22_03.pdf Acesso em outubro de 2015.
- BELLÉ, M. F. L.; ALVES, G. L.; SOUZA, C. C. **Impactos sobre o desenvolvimento regional decorrentes do Assentamento Itamarati, Ponta Porã (MS): 2001 - 2010**. Albuquerque: Revista de História, Campo Grande/ MS, v. 5 n. 9, p.9-33, jan./jun. 2013.
- BOITO JR., A. As relações de classe na nova fase do neoliberalismo no Brasil. *In*: **Sujetos sociales y nuevas formas de protesta en la historia reciente de América Latina**. Colección Grupos de Trabajo. Buenos Aires: CLACSO, julho, 2006, pp. 271-296.
- BUAINAIN, A. M. (Coord.) *et al.* **Luta pela Terra, Reforma Agrária e Gestão de Conflitos no Brasil**. Campinas: Editora da Unicamp, 2008.
- BRASIL. **Lei N° 601, de 18 de setembro de 1850**. Dispõe sobre as terras devolutas do Império. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L0601-1850.htm. Acesso em 05/02/2016.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília/ DF: Senado, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em 05/02/2016.

BRASIL. **Lei Nº 11.763, de 1º de agosto de 2008.** Dispões sobre a limitação do tamanho dos módulos fiscais. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/Mpv/422impresao.htm Acesso em 05/05/2018.

BRASIL. **Lei Nº 11.947, de 16 de junho de 2009.** Dispões sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/11947.htm Acesso em 05/05/2018.

BRASIL. **Decreto Nº 6.830, de 27 de abril de 2009.** Dispõe sobre a regularização fundiária das áreas rurais situadas em terras da União arrecadadas pelo INCRA, no âmbito da Amazônia Legal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/Decreto/D6830.htm Acesso em 05/05/2018.

BRASIL. **Cadernos da Agricultura Familiar.** Vol. 3. Secretaria Nacional da Agricultura Familiar. Ministério do Desenvolvimento Agrário Brasília, 2016.

BRASIL. **Decreto Nº 8.865, de 29 de Setembro de 2016.** Dispõe sobre a transferência da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário para a Casa Civil da Presidência da República e dispõe sobre a vinculação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/D8865.htm#art6 Acesso em 10/04/2018.

CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo.** Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

CARVALHO, H. M. **Na sombra da imaginação (1) – Reflexão a favor dos camponeses.** NERA – Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – Artigo do mês: maio de 2010. Disponível em: http://www2.fct.unesp.br/nera/artigodomes/5artigodomes_2010.pdf Acesso em 24/10/2015.

CARVALHO, H. M. **A superação da subalternidade camponesa ao capital.** Curitiba/PR, 2014. Disponível em: <http://www.mabnacional.org.br/noticia/supera-da-subalternidade-camponesa-ao-capital> Acesso em 27/07/15.

CAVALCANTE, D. F. S. **Cooperativismo e construção coletiva: estudo a partir de duas cooperativas de produtores do assentamento Itamarati, Ponta Porã-MS.** Brasília, 2015.

COELHO, F. Reforma agrária nos governos FHC e Lula: contribuições ao debate. *In:* COELHO, F.; CAMACHO, R. S. (Orgs.) **O campo no Brasil contemporâneo: do governo FHC aos governos petistas** (questão agrária e reforma agrária – vol. I). Curitiba: CRV, 2018.

CUBAS, T. E. A. **O São Paulo agrário na era da globalização.** Presidente Prudente, 2017. Tese.

CHRISTOFFOLI, P. I. **Agroindústria.** *In:* CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo.** Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

DAVIS, J. H.; GOLDBERG, R. A. A concept of agribusiness. Harvard University Graduate School of Business Administration, Boston, 1957. *In:* MENDONÇA, M. L. R. F. **Modo capitalista de produção e agricultura: a construção do conceito de agronegócio.** São Paulo: USP, 2013.

DOMINGOS NETO, M. O “novo mundo rural”. *In:* MARTINS, M. D. (Org.). **O Banco Mundial e a terra: ofensiva e resistência na América Latina, África e Ásia.** São Paulo: Viramundo, 2004.

ELMORE, R. F. Organizational models of social program implementation. *Public Policy*, v. 26, n. 2, 1978. *In:* SARAVIA, E.; FERRAREZI, E. (Orgs.). **Políticas públicas** (coletânea) – Brasília: ENAP, 2006.

FABRINI, J. E.; ROOS, D. **Conflitos territoriais entre o campesinato e o agronegócio latifundiário.** São Paulo: Outras Expressões, 2014.

FABRINI, J. E. Movimentos sociais no campo e outras resistências camponesas. *In:* PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. (Orgs.). **Campesinato e territórios em disputa.** 1.^a edição. Editora Expressão Popular, São Paulo, 2008.

FELÍCIO, J. M. **Os camponeses, os agricultores familiares: paradigmas em questão.** *Revista Geografia*, v. 15, n. 1, Universidade Estadual de Londrina, Departamento de Geociências, jan./jun. 2006.

FERNANDES, B. M. **Agricultura camponesa e/ou agricultura familiar.** s/d. Disponível em:

http://www.geografia.fflch.usp.br/graduacao/apoio/Apoio/Apoio_Valeria/flg0563/2s2012/FERNANDES.pdf Acesso em 02/10/2015.

FERNANDES, B. M. **A Formação do MST no Brasil**. São Paulo, Editora Vozes, 2000.

FERNANDES, B. M. **Questão Agrária, Pesquisa e MST**. São Paulo: Cortez Editora, 2001.

FERNANDES, B. M.; STÉDILE, J. P. **Brava gente. A trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil**. Editora Fundação Perseu Abramo, 2005.

FERNANDES, B. M. Questão Agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. *In*: BUAINAIN, A. M. (Coord.) *et al.* **Luta pela Terra, Reforma Agrária e Gestão de Conflitos no Brasil**. Campinas: Editora da Unicamp, 2008, p.173-224.

FERNANDES, B. M. Entrando nos territórios do território. *In*: PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. (Org.). **Campesinato e territórios em disputa**. 1º ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

FERNANDES, B. M. Território camponês. *In*: CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

FERNANDES, B. M. A reforma agrária que o governo Lula fez e a que pode ser feita. *In*: SADER, E. (Org.). **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma**. São Paulo, SP: Boitempo; Rio de Janeiro/RJ: FLACSO Brasil, 2013.

FERNANDES, B. M. Políticas públicas, questão agrária e desenvolvimento territorial rural no Brasil. *In*: GRISA, C.; SCHNEIDER, S. (Orgs.). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: UFRGS, 2015, pp. 381-400.

FERNANDES, B. M. **Capitalismo y campesinado: fuerzas sociales em conflicto, disputas territoriales y modelos de desarrollo**. Mesa redonda. IX Jornadas Interdisciplinarias de Estudios Agrarios y Agroindustriales Argentinos y Latinoamericanos, realizada entre 3 a 6 de novembro de 2015, na Facultad de Ciencias Económicas, Universidad de Buenos Aires – Argentina.

FERNANDES, B. M. Luta pela reforma agrária nos governos neoliberais e pós-neoliberais: FHC, Lula e Dilma. *In*: COELHO, F.; CAMACHO, R. S. (Orgs.) **O campo no Brasil contemporâneo: do governo FHC aos governos petistas** (questão agrária e reforma agrária – vol. I). Curitiba: CRV, 2018.

GAIGER, L. I. A práxis coletiva dos sem-terra: rumo à unidade ou à heterogeneidade cultural? Cadernos de Sociologia, n. 6, Porto Alegre: IFCH/UFRGS, 1994. *In*: TEDESCO, João Carlos. **Terra, salário e família: ethos e racionalidade produtiva no cotidiano camponês**. Campinas, SP: 1998.

GÖRGEN, Frei Sérgio A. Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA). *In*: CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

GAZZOLA, M.; SCHNEIDER, S. **As duas “caras” do Pronaf: produtivismo ou fortalecimento da produção para autoconsumo?** XVIII Congresso SOBER, julho, 2005. Ribeirão Preto/ SP. Disponível em: www.sober.org.br/palestra/2/376.pdf Acesso em 30/07/15.

GAZZOLA, M.; SCHNEIDER, S. **Qual “Fortalecimento” da Agricultura Familiar? Uma análise do Pronaf crédito de custeio e investimento no Rio Grande do Sul**. Rev. Econ. Sociol. Rural. Piracicaba/SP, vol. 51, nº 1, p. 045-068, Jan/Mar, 2013.

GONÇALVES NETO, W. **Estado e agricultura no Brasil: política agrícola e modernização econômica brasileira, 1960-1980**. São Paulo: Hucitec, 1997.

GOTTMANN, J. **A evolução do conceito de território**. Boletim Campineiro de Geografia, v. 2, n. 3, 2012, pp. 523-545.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. (Orgs.). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e Estado no Brasil. *In*: GRISA, Cátia; SCHNEIDER, Sérgio (Orgs.). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015.

HARVEY, D. **O novo imperialismo**. 7 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2013.

HÖFLING, E. M. **Estado e políticas (públicas) sociais**. Cadernos Cedes, ano XXI, nº 55, novembro/2001.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA.
<http://www.incra.gov.br/>

INSTRUÇÃO Nº 17-b de 22 de Dezembro de 1980. Boletim de Serviço nº 51, de 22/12/80. Dispõe sobre o parcelamento de imóveis rurais.

JOHNSON, G. A. **A quimera democrática na América Latina: o Brasil sob o império**. Dourados-MS: Ed. UFGD, 2013.

LAUREANO, D. S.; MOREIRA, G. L. **MST: 25 anos de luta por reforma agrária**. Veredas do Direito, Belo Horizonte, vol. 6, n°. 11, p.11-29, Jan/Jun, 2009.

LUÍS SÁ. **Introdução à teoria do Estado**. Lisboa: Caminho, 1986.

MAFORT, K. C. O. A hegemonia do agronegócio e o sentido da reforma agrária na atualidade. *In*: SIMONETTI, M. C. L. (Org.). **Territórios, movimentos sociais e políticas de reforma agrária no Brasil**. Oficina Universitária. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015.

MALAGODI, E. A questão agrária ontem e hoje, 2007. *In*: BERGAMASCO, S. M.; OLIVEIRA, J. T. A.; ESQUERDO, V. F. S. (Orgs.). **Assentamentos rurais no século XXI: temas recorrentes**. Campinas/SP: FEAGRI/UNICAMP, São Paulo: INCRA, 2011.

MARQUES, M. I. M. Agricultura e campesinato no mundo e no Brasil: um renovado desafio à reflexão teórica. *In*: PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. (Org.). **Campesinato e territórios em disputa**. 1º ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARQUES, M. I. M. **A atualidade do uso do conceito de camponês**. Revista NERA – ano 11, n° 12, Presidente Prudente/SP, Jan./Jun., 2008b, pp. 57-67.

MARTINS, J. S. **A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2002.

MARTINS, J. S. **Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político**. Petrópolis/RJ: Vozes, 1983.

MARTINS, J. S. **Impasses sociais e políticos em relação à reforma agrária e à agricultura familiar no Brasil**. Documento apresentado no Seminário Interno sobre “Dilema e perspectivas para o Desenvolvimento Rural no Brasil, com ênfase no Agrícola e Rural na Primeira década do Século XXI”, FAO, Santiago do Chile, 11-13 de dezembro, 2001.

MARTINS, M. D. (Org.). **O Banco Mundial e a terra: ofensiva e resistência na América Latina, África e Ásia**. São Paulo: Viramundo, 2004.

MATTOS, P. T. L. **A formação do Estado regulador**. Novos Estudos, 76, Novembro, 2006, pp. 139-156.

MELLO, L. P.; GUALDA, V. L. Políticas para o meio rural: um Estado e duas abordagens. *In*: STEINBERGER, M. (org.). **Território, Estado e políticas públicas espaciais**. Brasília: Ler Editora, 2013.

MENDONÇA, M. L. R. F. **Modo capitalista de produção e agricultura: a construção do conceito de agronegócio**. São Paulo: USP, 2013.

MENDRAS, H. Sociétés paysannes. Paris, A. Colin, 1976. *In*: WANDERLEY, M. N. B. **Raízes históricas do campesinato brasileiro**. XX Encontro Anual da ANPOCS. GT 17. Processos Sociais Agrários. Caxambu, MG, Out, 1996.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. 1.ed. revista. São Paulo: Boitempo, 2011.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. <http://www.mda.gov.br/>

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. <http://www.agricultura.gov.br/>

MIZUSAKI, M. Y. **Território e reestruturação produtiva na avicultura**. Dourados/MS: Editora UFGD, 2009.

MORISSAWA, M. **A história da luta pela terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

MOURA, M. M. **Camponeses**. São Paulo: Ed. Ática, 1986.

MOVIMENTO DOS PEQUENOS AGRICULTORES. Disponível em: <http://www.mpabrazil.org.br/> Acesso em 29/07/15.

NIEDERLE, P. A.; ALMEIDA, L.; VEZZANI, F. M. (Orgs.). **Agroecologia: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura**. Curitiba: Kairós, 2013, p.69-103.

NOGUEIRA, J. T. **Fronteiriços: diferentes territorialidades no assentamento Itamarati – MS**. Dourados: UFGD, 2011.

OLIVEIRA, A. U. **Agricultura e indústria no Brasil**. Boletim Paulista de Geografia, n.58. São Paulo: AGB, 1981.

OLIVEIRA, A. U. **A agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991.

OLIVEIRA, A. U. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: Labor Edições, 2007.

OLIVEIRA, A. U. A questão agrária no Brasil: não reforma e contrarreforma agrária no governo Lula. *In*: **Os anos Lula: contribuições para um balanço crítico 2003-2010**. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

OSÓRIO, J. **O Estado no centro da mundialização: a sociedade civil e o tema do poder**. Tradução de Fernando Correa Prado. 1ª ed. São Paulo: Outras Expressões, 2014.

PAULINO, E. T. **Por uma geografia dos camponeses**. São Paulo: Unesp, 2006.

PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. (Org.). **Campesinato e territórios em disputa**. 1º ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

PEREIRA, J. M. M. **Modernização, combate à pobreza e mercado de terras: uma análise das políticas do Banco Mundial para agricultura e desenvolvimento rural (1944-2003)**. Varia História, Belo Horizonte, vol. 32, n. 58, p.225-258, jan/abr 2016.

PEREIRA, J. M. M. A luta política em torno da implementação do modelo de reforma agrária de mercado durante o Governo Cardoso. *In*: STEDILE, J. P. (org.). **A questão agrária do Brasil: debate sobre a situação e perspectivas da reforma agrária na década de 2000**. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

PEREIRA, P. A. P. **Política Social: temas e questões**. São Paulo: Cortez Editora, 2008a.

PEREIRA, P. A. P. Discussões Conceituais sobre política social como política pública e direito de cidadania. *In*: BOSCHETTI, I.; BEHRING *et al* (Org.). **Política Social no POULANTZAS, N. O Estado, o poder, o socialismo**. São Paulo: Paz e Terra, 2000. **capitalismo – tendências contemporâneas**. São Paulo: Cortez Editora, 2008(b).

PETERSEN, P. Agroecologia e a superação do paradigma da Modernização. *In*: NIEDERLE, P. A.; ALMEIDA, L.; VEZZANI, F. M. (Orgs.). **Agroecologia: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura**. Curitiba: Kairós, 2013, p.69-103. Disponível em <<http://aspta.org.br/wp-content/uploads/2013/07/AGROECOLOGIA-praticas-mercados-e-politicas.pdf>>.

PLANO SAFRA DA AGRICULTURA FAMILIAR 2015/2016: Agricultura familiar – alimentos saudáveis para o Brasil, 2015. Disponível em http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_arquivos_383/plano%20safra%20cartilha.pdf Acesso em 16/04/2016.

PLANO SAFRA DA AGRICULTURA FAMILIAR 2016/2017: Agricultura familiar – Alimentos Saudáveis para o Campo e a Cidade, 2016. Disponível em: http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_arquivos_3/ps01.pdf Acesso em 16/04/2016.

PLANO SAFRA DA AGRICULTURA FAMILIAR 2017/2020: Agricultura familiar – Fortalecer o campo para desenvolver o Brasil, 2017. Disponível em: http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_img_1684/3Baixa_Cartilha_Planos_Safra_2017.pdf Acesso em 16/04/2016.

PLANO AGRÍCOLA E PECUÁRIO 2014/2015. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/assuntos/sustentabilidade/plano-agricola-e-pecuario/arquivos-pap/pap-2014-2015.pdf> Acesso em 16/04/2016.

PLANO AGRÍCOLA E PECUÁRIO 2015/2016. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Secretaria de Política Agrícola. Brasília: Mapa/SPA, 2015. Disponível em: http://www.agricultura.gov.br/assuntos/sustentabilidade/plano-agricola-e-pecuario/arquivos-pap/cartilha_pap_2015_16.pdf Acesso em 16/04/2016.

PLANO AGRÍCOLA E PECUÁRIO 2016/2017. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Secretaria de Política Agrícola. Brasília: Mapa/SPA, 2016. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/assuntos/sustentabilidade/plano-abc/arquivo-publicacoes-plano-abc/PAP1617.pdf> Acesso em 16/04/2016.

PLANO AGRÍCOLA E PECUÁRIO (PAP) 2017/2018. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Secretaria de Política Agrícola. Brasília: Mapa/SPA, 2017. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/assuntos/sustentabilidade/plano-agricola-e-pecuario/arquivos-pap/PAP1718.pdf> Acesso em 16/04/2016.

PLANO NACIONAL DE REFORMA AGRÁRIA. Decreto nº 91.766, de 10 de Outubro de 1985. Disponível em: http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/servicos/publicacoes/pnra/i_pnra.pdf. Acesso em 10/01/2016.

II PLANO NACIONAL DE REFORMA AGRÁRIA: Paz, produção e qualidade de vida no meio rural. Edição Especial para o Fórum Social Mundial, 2005. Disponível em:

http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/servicos/publicacoes/pnra/ii_pnra.pdf f. Acesso em 10/01/2016.

PLOEG, J. D. V.. **O modo de produção camponês revisitado**, 2006. Disponível em: http://www.jandouwevanderploeg.com/PORT/doc/diversidade_O_modos_de_prod.pdf Acesso em 20/11/2015.

PLOEG, J. D. V. Sete teses sobre a agricultura camponesa. *In*: PETERSEN, P. (Org.). **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009, p.17-31.

QUEIROZ, T. A. N. **Espaço geográfico, território usado e lugar: ensaio sobre o pensamento de Milton Santos**. Revista Para Onde!?, 8 (2), ago./dez. Porto Alegre: UFRGS, 2014, pp. 154-161.

RAMOS FILHO, E. S. **Movimentos socioterritoriais, a contrarreforma agrária do Banco Mundial e o combate à pobreza rural: os casos do MST, CONTAG e MARAM: subordinação e resistência camponesa**. São Paulo, Buenos Aires: Outras Expressões, CLACSO, 2013.

RAMOS FILHO, E. S.; PEREIRA, M. F. V; SANTOS, J. L; CLEPS, G. D. G; ANDRADE, V. C. (Orgs.). **Estado, políticas públicas e território**. São Paulo: Outras Expressões, 2015.

RESENDE, M.; MENDONÇA, M. L. A contra-reforma agrária no Brasil. *In*: MARTINS, M. D. (Org.). **O Banco Mundial e a terra: ofensiva e resistência na América Latina, África e Ásia**. São Paulo: Viramundo, 2004.

REVISTA VEJA. Ed.1674 de 08 de novembro de 2000. *In*: TERRA, A. **Reforma agrária por conveniência e/ou por pressão? Assentamento Itamarati em Ponta Porã – MS: “o pivô da questão”**. SP/ Presidente Prudente: UNESP, 2009. Tese.

ROSSET, P. O bom, o mau e o feio: a política fundiária do Banco Mundial. *In*: MARTINS, M. D. (Org.). **O Banco Mundial e a terra: ofensiva e resistência na América Latina, África e Ásia**. São Paulo: Viramundo, 2004.

ROY, E. P. Exploring Agribusiness. Interstate Printers & Publishers, Danville, 1967. *In*: MENDONÇA, M. L. R. F. **Modo capitalista de produção e agricultura: a construção do conceito de agronegócio**. São Paulo: USP, 2013.

SABOURIN, E. P. **Será que existem camponeses no Brasil?** 47º Congresso Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. Porto Alegre, RS, 26 a 30 de julho de 2009.

SADER, E. (Org.). **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma**. São Paulo/SP: Boitempo; Rio de Janeiro/RJ: FLACSO Brasil, 2013.

SADER, E. **Estado e política em Marx**. São Paulo/SP: Boitempo, 2014.

SAMPAIO, P. A. **Proposta de Plano Nacional de Reforma Agrária**, Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária, São Paulo, n. 1, v. 32, 2005, p.126.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização** – do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Editora Record, 2008.

SANTOS, M. **O retorno do território**. *In*: OSAL-Observatório Social de América Latina. Ano 6 nº16, jun, Buenos Aires: CLACSO, 2005, pp.251-261.

SARAVIA, E. Introdução à teoria da política pública. *In*: SARAVIA, E.; FERRAREZI, E. (Orgs.). **Políticas públicas** (coletânea) – Brasília: ENAP, 2006.

SARAVIA, E.; FERRAREZI, E. (Orgs.). **Políticas públicas** (coletânea) – Brasília: ENAP, 2006.

SAUER, S. A terra por uma cédula: estudo sobre a “reforma agrária de mercado”. *In*: MARTINS, M. D. (Org.). **O Banco Mundial e a terra: ofensiva e resistência na América Latina, África e Ásia**. São Paulo: Viramundo, 2004.

SHANIN, T. **A definição de camponês: conceituação e desconceituação – o velho e o novo em uma discussão marxista**. Estudos Cebrap: Petrópolis, n.26, 1980.

SHANIN, T. Lições camponesas. *In*: PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. (Org.). **Campesinato e territórios em disputa**. 1º ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008b.

SILVA, S. P. Considerações analíticas e operacionais sobre a abordagem territorial em políticas públicas. *In*: **Políticas sociais: acompanhamento e análise**, v. 1, Brasília: IPEA, jun. 2000.

SCHNEIDER, S. (Org). **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006, p.13-54.

SEPROD/ IDATERRA 2003. *In*: TERRA, A. **Reforma agrária por conveniência e/ou por pressão? Assentamento Itamarati em Ponta Porã – MS: “o pivô da questão”**. SP/ Presidente Prudente: UNESP, 2009. Tese.

SHIVA, V. **Entrevista**. Jornal ABC, publicado em: <http://www.ihu.unisinos.br/578380-a-comida-e-o-maior-problema-de-saude-que-ha-no-mundo-entrevista-com-vandana-shivapublicada-pelo-jornal-espanhol-ABC,15/04/2018>.

STEDILE, J. P. (org.). **A questão agrária do Brasil: debate sobre a situação e perspectivas da reforma agrária na década de 2000**. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

STEDILE, J. P. Reforma agrária. *In*: CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

STEINBERGER, M. (org.). **Território, Estado e políticas públicas espaciais**. Brasília: Ler Editora, 2013.

STEINBERGER, M. A inseparabilidade entre Estado, políticas públicas e território. *In*: STEINBERGER, M. (org.). **Território, Estado e políticas públicas espaciais**. Brasília: Ler Editora, 2013.

TAVARES DOS SANTOS, J. V. **Os Colonos do vinho-estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital**. São Paulo, Hucitec, 1978.

TEDESCO, J. C. **Terra, salário e família: ethos e racionalidade produtiva no cotidiano camponês**. Campinas, SP: 1998.

TEIXEIRA, M. A. As mudanças agrícolas no Mato Grosso do Sul: o exemplo da Grande Dourados. São Paulo, USP, 1989. Tese. *In*: TERRA, A. **Reforma agrária por**

conveniência e/ou por pressão? Assentamento Itamarati em Ponta Porã – MS: “o pivô da questão”. SP/ Presidente Prudente: UNESP, 2009. Tese.

TERRA, A. **Reforma agrária por conveniência e/ou por pressão? Assentamento Itamarati em Ponta Porã – MS: “o pivô da questão”.** SP/ Presidente Prudente: UNESP, 2009. Tese.

TEUBAL, M. O campesinato frente à expansão dos agronegócios na América Latina. *In:* PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. (Org.). **Campesinato e territórios em disputa.** 1º ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

VERGÉS, A. B. **Os novos camponeses: leituras a partir do México profundo.** Tradução Maria Angélica Pandolfi; revisão técnica Bernardo Mançano Fernandes, João Pedro Stédile, Silvia Beatriz Adoue. São Paulo: Cultura Acadêmica; Cátedra Unesco de Educação do Campo e Desenvolvimento Rural, 2011.

WANDERLEY, M. N. B. **Raízes históricas do campesinato brasileiro.** XX Encontro Anual da ANPOCS. GT 17. Processos Sociais Agrários. Caxambu, MG, Out, 1996.

WELCH, C. A.; FERNANDES, B. M. Agricultura e mercado: campesinato e agronegócio da laranja nos EUA e Brasil. *In:* PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. (Org.). **Campesinato e territórios em disputa.** 1º ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

WESZ JUNIOR., V.; TRENTIN, I. C. L.; FILIPP I, E. A importância da agroindustrialização nas estratégias de reprodução das famílias rurais. *In:* Congresso da Sociedade de Economia, Administração e Sociologia Rural (Sob r), 44. *Anais...* Fortaleza: Sober, julho de 2006. *In:* CHRISTOFFOLI, P. I. Agroindústria. *In:* CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo.** Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

WOORTMANN, K. **“Com parente não se negueia” O campesinato como ordem moral.** Anuário Antropológico/ 87. Editora Universidade de Brasília/ Tempo Brasileiro, 1990.

APÊNDICE

Roteiro de entrevista I – elaborado para aplicação com o Técnico da AGRAER
– Ponta Porã/ MS localizada no assentamento Itamarati.

Esclarecemos que no decorrer das entrevistas questões complementares surgiram devido à espontaneidade das falas, abrangendo outras questões que não estavam inicialmente inseridas no roteiro, mas que foram de grande valia para a compreensão de temas que perpassam o cotidiano dos assentados e que não previmos na elaboração do roteiro.

Nome:

Cargo/ função que ocupa:

Está no cargo/ função desde:

Quais os programas e linhas de incentivo a produção são disponibilizadas no assentamento Itamarati I?

Como funciona o acesso às linhas e programas para incentivo a produção?

Os beneficiários dos programas são assentados individuais ou organizados em cooperativas e associações? Tem um quantitativo disso?

Os assentados individuais conseguem ter acesso aos programas de incentivo a produção?

O que é produzido no assentamento Itamarati I através dos incentivos das linhas e programas de crédito?

Qual o destino/ comercialização da produção do assentamento?

Em sua opinião, a produção do assentamento reforça o agronegócio na região, através da produção de *commodities*, por exemplo?

Na sua análise, é possível produzir no assentamento sem financiamento das linhas e programas de crédito a produção?

Tem conhecimento sobre linhas de crédito para produção que não foram utilizadas conforme a proposta inicial? Algum exemplo?

Acredita que essas linhas de crédito a produção podem influenciar o assentado a se tornar um empreendedor?

Em sua opinião o que provoca a comercialização ou arrendamento de lotes pelos assentados?

Para finalizar, qual seu ponto de vista sobre a Reforma Agrária realizada no Assentamento Itamarati I?

Roteiro de entrevista II – elaborado para aplicação com os assentados do Itamarati I, localizado em Ponta Porã/ MS.

Esclarecemos que no decorrer das entrevistas questões complementares surgiram devido à espontaneidade das falas, abrangendo outras questões que não estavam inicialmente inseridas no roteiro, mas que foram de grande valia para a compreensão de temas que perpassam o cotidiano dos assentados e que não previmos na elaboração do roteiro.

1. Identificação:

Nome:

Lote:

Há quanto tempo reside no assentamento?

Origem da família?

Quantas pessoas da família residem no lote?

Quantas pessoas da família trabalham no lote?

2. Produção:

O que se produz no lote?

O que produziu anteriormente?

Por que mudou a produção?

Para onde é destinada a comercialização desses produtos?

Há planos de produção diferente para o futuro? Quais?

Como fica sabendo das políticas de incentivo à produção?

3. Incentivos à produção:

Quais as linhas e programas de incentivo a produção que a família utiliza ou já utilizou?

Como se deu o investimento do incentivo recebido? Executou?

O incentivo recebido foi suficiente para custear que havia planejado?

Em sua opinião, o que poderia ser melhorado nas linhas e programas de incentivo a produção?

4. Percepção sobre os programas para reforma agrária:

Como percebe as políticas públicas para permanência no campo?

O que acha que deveria ser feito?

Em sua opinião, o Estado deveria financiar quais tipos de produção?

O que entende por reforma agrária?

No seu ponto de vista, a Reforma agrária funcionou/ funciona?

Ela é suficiente para suprir a realidade dos assentados?

Como acha que deveria ser feita a Reforma Agrária?

O que compreende por ser camponês?

5. Formas de integração no assentamento:

Está integrado em qual movimento?

Tem noção do número de pessoas que fazem parte desse movimento?

Como analisa a presença e atuação do movimento durante o acampamento e no assentamento?

Participa de algum grupo de cooperativismo ou associativismo?

Quais as dificuldades dessa forma de organização?

Como enxerga a organização coletiva? Acha que esse tipo organização é importante para a sobrevivência de sua família no campo?

Existem parcerias entre os assentados e os produtores de grãos da região para o arrendamento da terra do assentamento (áreas de pivôs)?

Em sua opinião, por que os assentados vendem seus lotes? Por que isso acontece?

É possível produzir no campo sem financiamento?

Em sua opinião, o que deu certo e o que deu errado, no projeto de reforma agrária do Assentamento Itamarati?